



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL -
8ª REGIÃO FISCAL – SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

ABRIL/2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 8ª REGIÃO FISCAL – SRRF08

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 134/2013, DN TCU nº 139/2014, DN TCU nº 140/2014, Portaria TCU nº 90/2014 e Portaria CGU nº 522/2015.

São Paulo, 04/2015

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFRFB – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil
ALF – Alfândega da Receita Federal do Brasil
ARF – Agência da Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
Art. – Artigo
ASCOM – Assessoria de Comunicação Social
ATA/NI – Assistente Técnico–Administrativo (nível médio)
ATA/NS – Analista Técnico–Administrativo (nível superior)
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
Audit – Coordenação–Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CEPS – Comissão de Ética Pública Seccional
CETAD – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros
CGU – Controladoria–Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
COAEF – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro
CODAC – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança
COFIS – Coordenação–Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas
COPAV – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEs – Coordenação–Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
COSIT – Coordenação–Geral de Tributação
COTEC – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CSRF – Câmara Superior de Recursos Fiscais
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEFIS - Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização
DEINF – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras
DELEX – Delegacia Especial da Rec. Fed. do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior
DEMAC – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes
DERAT – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária
DERPF – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIANA – Divisão de Administração Aduaneira. O número após a sigla (desta e das demais Divisões) indica a RF. Ex.: Diana08 = Divisão de Administração Aduaneira da 8ª RF.
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DIGEP – Divisão de Gestão de Pessoas
DIMAC – Divisão de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes
DIPAV – Divisão de Planejamento, Avaliação e Controle

DIPOL – Divisão de Programação e Logística
DIRAC – Divisão de Arrecadação e Cobrança
DIREP – Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho
DISIT – Divisão de Tributação
DITEC – Divisão de Tecnologia da Informação
DIVIC – Divisão de Interação com o Cidadão
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
DSE – Declaração Simplificada de Exportação
DSI – Declaração Simplificada de Importação
e-CAC – Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte
ECD – Equipe de Cadastro
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
FGV – Fundação Getúlio Vargas
GRU – Guia de Recolhimento da União
IN – Instrução Normativa
IRF – Inspeção da Receita Federal do Brasil
JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo
MBA – Master of Business Administration (pós-graduação em Administração de Negócios)
MF – Ministério da Fazenda
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PF – Pessoa Física
PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJ – Pessoa Jurídica
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PRFN – Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional
PROEDUC – Programa de Educação Corporativa
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RF – Região Fiscal. Ex.: 8ª RF (ou RF08) = 8ª Região Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
SAENG – Seção de Obras e Serviços de Engenharia
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
SEMAP – Serviço de Gestão de Mercadorias Apreendidas
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPÉ – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPROJ – Serviço de Gestão de Projetos

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

SRRF – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil. Ex.: SRRF08 =
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil

SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil

TCU – Tribunal de Contas da União

TME – Tempo Médio de Espera

TME15 – Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (conforme Portaria TCU nº 90/2014)

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ: DADOS ESSENCIAIS.....	16
Quadro 2 - JURISDIÇÃO DAS REGIÕES FISCAIS.....	17
Quadro 3 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	26
Quadro 4 - MACROPROCESSO ARRECADAÇÃO E CONTROLE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	27
Quadro 5 - MACROPROCESSO FISCALIZAÇÃO E COMBATE AOS ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS	31
Quadro 6 - VALORES LANÇADOS NA FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA.....	34
Quadro 7 - MACROPROCESSO ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA.....	36
Quadro 8 - ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS VINCULADOS À IMPORTAÇÃO, POR UNIDADE.....	37
Quadro 9 - MACROPROCESSO SEGURANÇA JURÍDICA E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	40
Quadro 10 - MACROPROCESSO INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	42
Quadro 11 - ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTO NA 8ª RF.....	44
Quadro 12 - AMOSTRA DA PESQUISA DE IMAGEM E SATISFAÇÃO CONDUZIDA PELA FGV EM 2013 JUNTO AOS CONTRIBUINTES DA 8ª RF.....	52
Quadro 13 - PONDERAÇÃO ATRIBUÍDA À AMOSTRA DA 8ª RF NA PESQUISA DE IMAGEM E SATISFAÇÃO CONDUZIDA PELA FGV EM 2013 JUNTO AOS CONTRIBUINTES.....	52
Quadro 14 - PONDERAÇÃO ATRIBUÍDA ÀS AMOSTRAS DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS NA PESQUISA DE IMAGEM E SATISFAÇÃO CONDUZIDA PELA FGV EM 2013 JUNTO AOS CONTRIBUINTES.....	53
Quadro 15 - PLANO AMOSTRAL PONDERADO DA PESQUISA DE IMAGEM E SATISFAÇÃO CONDUZIDA PELA FGV EM 2013 JUNTO AOS CONTRIBUINTES.....	53
Quadro 16 - EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO PRESENCIAL NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO.....	63
Quadro 17 - AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO PRESENCIAL NAS UNIDADES ADUANEIRAS.....	64
Quadro 18 - AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO POR INTERNET NA ESFERA ADUANEIRA.....	64
Quadro 19 - PORTFÓLIO DE PROJETOS REGIONAIS.....	80
Quadro 20 - AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ – OFSS.....	82
Quadro 21 - RESULTADOS DA PESQUISA DE AMBIÊNCIA DA 8ª RF EM 2010 E 2014.....	87
Quadro 22 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA.....	96
Quadro 23 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	97
Quadro 24 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	98
Quadro 25 - DESPESAS COM PUBLICIDADE.....	101
Quadro 26 - CONTRATOS DE PUBLICIDADE.....	101
Quadro 27 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	102
DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS DADOS NO SIASG E SICONV.....	107
Quadro 28 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ.....	119
Quadro 29 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA.....	120
Quadro 30 - CORRESPONDÊNCIA ENTRE ATIVIDADE E TIPO DE MACROPROCESSO.....	121

Quadro 31 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS	122
Quadro 32 - GRAU DE REPOSIÇÃO DOS SERVIDORES EGRESSOS.....	123
Quadro 33 - QUANTIDADE DE DIAS DE AFASTAMENTO NO ANO, POR TIPO DE AFASTAMENTO.....	124
Quadro 34 - AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EXECUTADAS.....	126
Quadro 35 - CUSTOS DO PESSOAL.....	128
Quadro 36 - QUADRO DE APOIO À FOLHA DE PAGAMENTO.....	129
Quadro 37 - GRAU DE LOTAÇÃO BRUTO.....	132
Quadro 38 - NECESSIDADE DE RECOMPOSIÇÃO DO QUADRO (2015-2019).....	133
Quadro 39 - GRAU DE LOTAÇÃO COMPARATIVA ENTRE CARREIRAS DA RFB E OUTRAS CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO.....	133
Quadro 40 – MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES ENTRE REGIÕES FISCAIS.....	134
Quadro 41 - EVOLUÇÃO DO GRAU DE EQUALIZAÇÃO DO GRAU DE LOTAÇÃO.....	134
Quadro 42 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	135
Quadro 43 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	146
Quadro 44 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	175
Quadro 45 - CONTRATOS FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.....	177
Quadro 46 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ.....	184
Quadro 47 – SISTEMAS COMPUTACIONAIS EMPREGADOS EXCLUSIVAMENTE NA UJ.....	194
Quadro 48 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ORGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	198
Quadro 49 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	200
Quadro 50 - MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2014.....	200
Quadro 51 - TAXAS UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DA DEPRECIÇÃO.....	203
Quadro 52 – UNIDADES GESTORAS EXECUTORAS NA UJ.....	207
Quadro 53 - QUANTIDADE MENSAL DE OCORRÊNCIAS POR TIPO DE ALERTA OU RESSALVA.....	208
DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	210

ÍNDICE DE FIGURAS

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Figura 1 - ORGANOGRAMA DA SRRF08.....	19
Figura 2 - CADEIA DE VALOR DA RFB.....	25
Figura 3 - EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO E COMPARAÇÃO COM A META	35
Figura 4 - EVOLUÇÃO DOS CANAIS DE CONFERÊNCIA NOS DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO NA 8ª RF.....	38
Figura 5 - PESQUISA DE IMAGEM DA RFB E SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO: AVALIAÇÃO DE ASPECTOS DA IMAGEM DA RFB.....	56
Figura 6 - PESQUISA DE IMAGEM DA RFB E SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO: AVALIAÇÃO DO TRATAMENTO AO CONTRIBUINTE, DA FISCALIZAÇÃO E DA EXISTÊNCIA DE CORRUPÇÃO NA RFB	56
Figura 7 - PESQUISA DE IMAGEM DA RFB E SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO: AVALIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA RFB.....	56
Figura 8 - PESQUISA DE IMAGEM DA RFB E SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO: CANAIS EMPREGADOS PELO CIDADÃO PARA SE INFORMAR SOBRE OS ASSUNTOS DA RFB.....	57
Figura 9 - PESQUISA DE IMAGEM DA RFB E SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO: PROPORÇÃO DE ENTREVISTADOS QUE CONHECEM A TV RECEITA.....	57
Figura 10 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. AVALIAÇÃO DE ASPECTOS DA CONTRIBUIÇÃO DA RFB.....	58
Figura 11 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. SISTEMAS ADUANEIROS MAIS UTILIZADOS.....	58
Figura 12 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. AVALIAÇÃO DE ASPECTOS DO SISCOMEX.....	58
Figura 13 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE HABILITAÇÃO E DESEMBARAÇO.....	59
Figura 14 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. AVALIAÇÃO DO TEMPO MÉDIO DE DESPACHO.....	59
Figura 15 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. CONHECIMENTO DOS MANUAIS ADUANEIROS.....	59
Figura 16 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. CONHECIMENTO DO SIMULADOS DE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO.....	60
Figura 17 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. AVALIAÇÃO DE ASPECTOS DA CONTRIBUIÇÃO DA RFB.....	60
Figura 18 - MAPA ESTRATÉGICO DA RFB.....	76
Figura 19 - PERFIL ETÁRIO DOS SERVIDORES.....	124

ÍNDICE DE ANEXOS

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Anexo I - IDENTIFICAÇÃO DA UJ.....	215
Anexo II - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	217
Anexo III – QUADRO DE INDICADORES ESTRATÉGICOS DA UJ.....	219
Anexo IV - CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	223
Anexo V - UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	226
Anexo VI - CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	228
Anexo VII - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	235
Anexo VIII - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.....	237
Anexo IX - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	240
Anexo X - CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014.....	242
Anexo XI - ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL.....	251

SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Introdução.....	12
<u>Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 134/2013</u>	
Item 1: Identificação e Atributos das Unidades cujas gestões compõem o Relatório	
1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	16
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	17
1.3 - Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada.....	18
1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada.....	24
Item 2: Informações sobre a Governança	
Introdução.....	48
2.1 - Descrição das Estruturas de Governança da Unidade Jurisdicionada.....	48
2.2 - Avaliação, pelos próprios dirigentes da Unidade Jurisdicionada, da qualidade e suficiência dos Controles Internos.....	49
Item 3: Relacionamento com a Sociedade	
Introdução.....	51
3.1 - Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc.....	51
3.2 - Demonstração dos Mecanismos para medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade Jurisdicionada.....	51
3.3 - Detalhamento do caminho de acesso, no portal da unidade jurisdicionada na Internet...	62
3.4 - Resultados da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada na prestação de serviços ao cidadão.....	63
3.5 - Medidas adotadas pelos órgãos para o cumprimento das normas relativas à acessibilidade.....	66
Item 4: Planejamento e Resultados Alcançados	
Introdução.....	75
4.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada.....	75
4.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	82
4.3 - Informações sobre Outros Resultados Gerados pela Gestão.....	86

4.4 - Identificação dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional da Unidade Jurisdicionada.....	89
Item 5: Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade	
Introdução.....	94
Item 6: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	
Introdução.....	96
6.1 - Demonstração da Execução das Despesas.....	96
6.2 - Informações sobre despesas com ações de publicidade e propaganda.....	101
6.3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	102
6.4 - Demonstração da Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	102
6.5 - Informações sobre Transferências de Recursos mediante Convênio, Contrato de Repasse	107
6.6 - Informações sobre Suprimento de Fundos.....	108
Item 7: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	
Introdução.....	117
7.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	119
7.2 - Informações sobre a Contratação de mão de obra de Apoio.....	135
7.3 - Informações referentes a Contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	177
Item 8: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	
8.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros.....	182
8.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada.....	184
8.3 - Imóveis Locados de Terceiros.....	192
Item 9: Gestão da Tecnologia da Informação	
9.1 - Informações sobre Sistemas Computacionais.....	194
Item 10: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	
10.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras.....	196

Item 11: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

Introdução.....	198
11.1 - Tratamento de recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno ao qual se vincular a Unidade Jurisdicionada.....	198
11.2 - Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93.....	199
11.3 - Demonstração das Medidas Administrativas adotadas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário.....	200

Item 12: Informações Contábeis

Introdução.....	202
12.1 - Demonstração das Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	202
12.2 - Informações sobre a Conformidade Contábil.....	206
12.3 - Declaração do Contador responsável por Unidade Jurisdicionada.....	210

Item 13: Outras Informações sobre a Gestão

13.1 - Informações não exigidas que sejam consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada.....	212
Considerações Finais.....	213
ANEXOS.....	214

Introdução

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes às Unidades Gestoras da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A, Conteúdo Geral e Parte B, Conteúdo Específico, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 90/2014.

O item "Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade" (itens 64 e 65 da Parte B - Conteúdo Específico, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013) não é tratado neste Relatório de Gestão, pois esta Unidade não é gestora de fundos de aval, de fundos garantidores de crédito ou de fundos de investimento.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA UJ NO EXERCÍCIO DE 2014

Reestruturação no município de São Paulo

- Reestruturação organizacional no município de São Paulo e implantação de duas novas Unidades no dia 03/02/2014: a Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf) e a Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex).

Áreas de arrecadação e de fiscalização de tributos internos

- Redução do estoque de compensações pendentes da região em R\$ 14,9 bilhões, o equivalente a 52,9% do estoque inicial, por meio do Projeto Sintonia.
- Início do Projeto Sintonia Restituição com redução dos estoques de restituições pendentes em 58,1%, superior ao verificado em 2013 de 44,2% e em 2012 de 28,4%.
- Realização de arrolamentos de bens e cautelares fiscais no montante de R\$ 47,5 bilhões, resultado 65% superior no comparativo com o ano de 2013.
- As ações de fiscalização, programação, cobrança, medidas de garantia do crédito tributário e análise de compensações/ressarcimentos ligadas à Divisão de Acompanhamento de Maiores Contribuintes (Dimac) da 8ª Região Fiscal e suas projeções nas unidades locais somaram R\$ 26,5 bilhões em 2014.
- Participação em operação conjunta com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, Ministério Público do Trabalho e Defensoria Pública da União para combate ao trabalho escravo em São Paulo.
- Consolidação do trabalho de seleção de contribuintes sujeitos ao acompanhamento diferenciado, efetuado de forma regionalizada.
- Consolidação da integração entre as áreas de tributos internos e aduaneira, com lavratura de autos de infração abordando as duas áreas.

Área aduaneira

- Participação da Superintendência e mais 18 unidades da 8ª Região Fiscal nos Mutirões Nacionais de Destruição. Foram destruídas mercadorias avaliadas em R\$ 140 milhões no XIII e XIV Mutirões.
- Realização de cinco leilões destinados exclusivamente à alienação de resíduos de mercadorias apreendidas, de acordo com as diretrizes da Portaria RFB nº 1.443/2013.
- Viabilização da alienação de cigarros mediante a oferta conjunta com outros tipos de resíduos.

Áreas de gestão, gestão corporativa, atendimento e educação fiscal

- Realização de Pesquisa de Ambiente regional.
- Inauguração do Espaço da Fala e da Biblioteca da SRRF08.
- Instituição de Foros Consultivos.
- Formação do Quadro de Instrutores regional.
- Conclusão do Projeto Pós-graduação em direito tributário para a 8ª RF, que qualificou 45 servidores.
- Consolidação da estrutura do Autoatendimento Orientado na 8ª RF, com mais de 80% das unidades locais com esse serviço disponível.
- Implantação de pesquisa de qualidade do atendimento presencial em sete Unidades locais da 8ª Região Fiscal.
- Conclusão do Projeto de reforma do edifício-sede da Delegacia Especial de Fiscalização em São Paulo (Defis/SPO).

PRINCIPAIS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS EM 2014

Os obstáculos que mais interferiram na consecução dos objetivos traçados pela UJ em 2014 foram:

- As alterações na legislação tributária efetuadas à revelia das posições e considerações da RFB têm prejudicado sobremaneira o planejamento e a execução de atividades pelo órgão. Um forte exemplo disso é a aprovação de parcelamentos especiais e desonerações, os quais prejudicam o uso planejado de recursos humanos da RFB e geram demandas superiores à capacidade de trabalho – tudo isso em um contexto de crescente escassez de servidores, conforme especificado no tópico seguinte.
- Em 2014, a redução do quadro de pessoal, motivada pela reposição de servidores em ritmo inferior ao das vacâncias, representadas em sua maioria pelas aposentadorias, continuou sendo um dos principais desafios da região. Embora a tendência decrescente do número de servidores se verifique na RFB de forma generalizada, não sendo exclusiva da 8ª Região Fiscal, os números da 8ª RF são reveladores. Os dados de aposentadorias da Superintendência e Unidades locais apurados desde 2012 são os seguintes: 222 aposentadorias em 2012; 241 aposentadorias em 2013; e 248 aposentadorias em 2014. Além das aposentadorias em si há a constante saída de servidores, em número expressivo, principalmente ATRFB e ATA, para outros órgãos. A 8ª RF é, dentre as Regiões Fiscais, a de menor grau de lotação; ou seja, é a que conta com menor disponibilidade de servidores em relação à demanda de trabalho.
- Retração da atividade econômica regional, no decorrer do ano, sobretudo no 4º trimestre do ano, com impacto em importantes fontes arrecadatórias para a 8ª Região Fiscal, notadamente o setor industrial e o comércio exterior, o que se refletiu em quedas significativas na arrecadação de IRPJ/CSLL e dos tributos aduaneiros.

DESAFIOS PARA 2015

Destacamos três desafios relevantes da 8ª RF para o ano de 2015:

- Em razão do cenário macroeconômico nacional, um dos grandes desafios da 8ª Região Fiscal será o cumprimento da meta de arrecadação definida pelas Unidades Centrais, uma vez que a participação da 8ª Região Fiscal é de cerca de 40% do montante da arrecadação nacional.
- Aprimorar a garantia do crédito tributário, ampliando-se o número de arrolamentos de bens e de propositura de cautelares fiscais.
- E, por fim, enfrentar demandas crescentes com recursos decrescentes.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL – SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 1: Identificação e Atributos das Unidades cujas gestões compõem o Relatório
(Item I, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

O quadro a seguir apresenta as informações básicas de identificação da UJ.

Quadro 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ: DADOS ESSENCIAIS

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal			
Denominação Abreviada: SRRF08			
Código SIORG: 003163	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 170133
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.460/0117-71	
Principal Atividade: Administração Tributária			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(011) 3315-5103	(011) 3315-5104	(011) 3315-5105
Endereço Eletrônico: intranetrfb@receita.fazenda.gov.br			
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br			
Endereço Postal: Av. Prestes Maia 733 – 12º andar, CEP 01031-905 – São Paulo - SP			

O quadro de identificação completo, com as informações previstas no subitem 1.1 da parte A do Anexo II da DN TCU nº 134/2013, incluindo a relação de todas as Unidades Gestoras, se encontra no Anexo I deste Relatório de Gestão.

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal (SRRF08) é uma unidade descentralizada da RFB diretamente subordinada ao Secretário do órgão.

Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF). O quadro abaixo detalha a jurisdição das Regiões Fiscais.

Quadro 2 - JURISDIÇÃO DAS REGIÕES FISCAIS

RF	Unidade da Federação	Sede
1ª RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2ª RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3ª RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4ª RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5ª RF	BA e SE	Salvador
6ª RF	MG	Belo Horizonte
7ª RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8ª RF	SP	São Paulo
9ª RF	PR e SC	Curitiba
10ª RF	RS	Porto Alegre

Fonte: Anexo II da Portaria MF nº 203/2012, com as alterações introduzidas pela Portaria RFB nº 1403/2013.

A SRRF08 tem por finalidade, no âmbito de sua jurisdição, exercer a administração, fiscalização e arrecadação dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e aqueles incidentes sobre o comércio exterior; atuar na administração e fiscalização aduaneira; e prevenir e combater a sonegação fiscal, a lavagem de dinheiro, o contrabando, o descaminho, a pirataria, a fraude comercial, o tráfico de drogas e de animais em extinção e outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

Compõe, junto com suas congêneres nas demais Regiões Fiscais, o núcleo estratégico da RFB, e exerce suas atividades de forma integrada e em estreita colaboração com as Unidades Centrais. É responsável, ainda, pela supervisão das unidades locais sob sua jurisdição.

As competências da SRRF08 estão definidas no artigo 209 do Regimento Interno da RFB, (Portaria MF nº 203, de 14/05/2012), como segue:

- I - gerenciar os processos de trabalho inerentes às atividades e competências da RFB no âmbito da respectiva Região Fiscal;
- II - propor metas e avaliar as atividades das unidades subordinadas; (Incluído pela Portaria MF nº 512, de 2 de outubro de 2013);
- III - avaliar a execução dos processos de trabalho no âmbito de atuação e propor melhorias e inovação;
- IV - gerenciar projetos de interesse institucional;
- V - cuidar da comunicação com vistas a preservar e fortalecer a imagem institucional; e
- VI - fornecer apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

1.3 - Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada

A SRRF08 tem a seguinte estrutura organizacional:

I - SUBUNIDADES DA SRRF08:

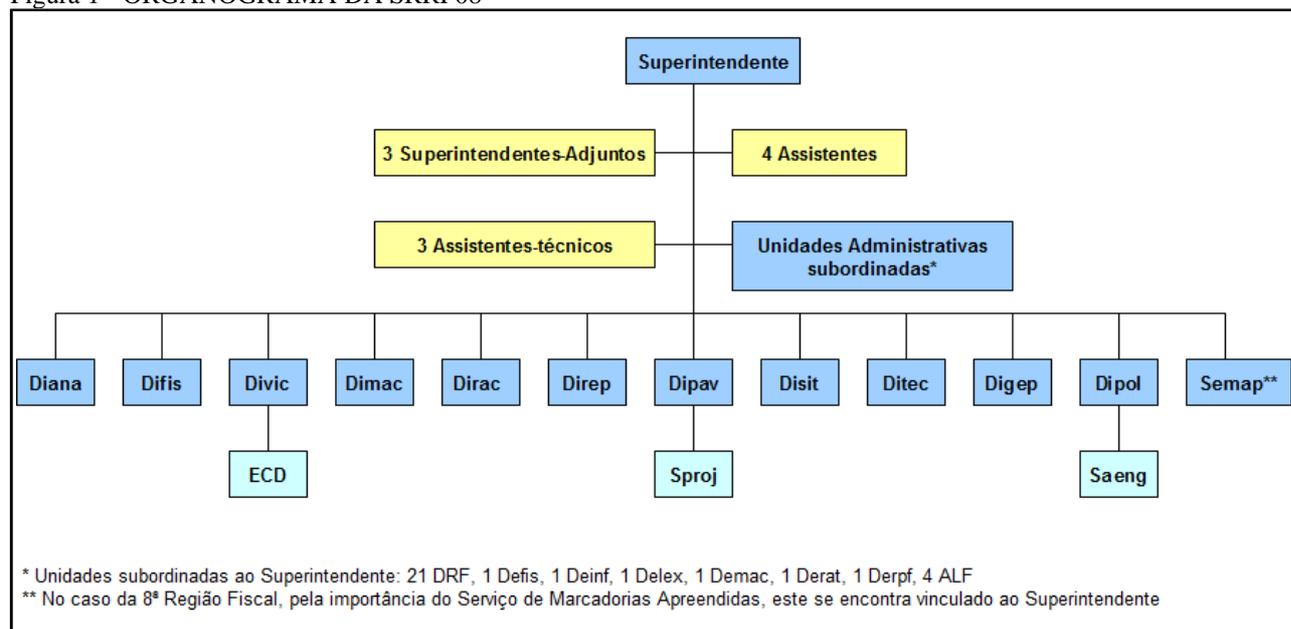
- Superintendência
- Gabinete
- Divisão de Administração Aduaneira (Diana)
- Divisão de Fiscalização (Difis)
- Divisão de Interação com o Cidadão (Divic)
 - Equipe de Cadastro (ECD)
- Divisão de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Dimac)
- Divisão de Arrecadação e Cobrança (Dirac)
- Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp)
- Divisão de Planejamento, Avaliação e Controle (Dipav)
 - Serviço de Gestão de Projetos (Sproj)
- Divisão de Tributação (Disit)
- Divisão de Tecnologia da Informação (Ditec)
- Divisão de Gestão de Pessoas (Digep)
- Divisão de Programação e Logística (Dipol)
 - Seção de Obras e Serviços de Engenharia (Saeng)
- Serviço de Gestão de Mercadorias Apreendidas (Semap)

II - UNIDADES LOCAIS DA SRRF08:

- Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF)
 - Agências da Receita Federal do Brasil (ARF)
 - Inspeção da Receita Federal do Brasil (IRF) classe “A”
- Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária (Derat)
- Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização (Defis)
- Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras (Deinf)
- Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes (Demac)
- Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex)
- Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf)
- Alfândegas da Receita Federal do Brasil (ALF)

Organograma da SRRF08

Figura 1 - ORGANOGRAMA DA SRRF08



Fonte: Dipav08

DESCRIÇÃO SUCINTA DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DAS UNIDADES DA UJ:

I – SUBUNIDADES DA UJ:

- Compete ao **Superintendente**, no âmbito de sua jurisdição, emitir diretrizes e supervisionar as atividades das unidades e subunidades e, especificamente, dentre outras incumbências: conceder regimes fiscais especiais; decidir sobre recursos de contribuintes relativos a regimes de tributação diferenciados e a regimes aduaneiros especiais; promover a instauração de procedimentos fiscais relativos a tributos e períodos anteriormente fiscalizados; determinar a realização de trabalhos extraordinários de fiscalização; promover ações de cooperação e integração fiscal e transferir, temporariamente, competências entre unidades e subunidades, e atribuições entre dirigentes.
 - Titular: José Guilherme Antunes de Vasconcelos
 - Cargo: AFRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- Aos **Superintendentes-Adjuntos** incumbe assistir o Superintendente no desempenho das suas atribuições, substituindo-o quando das suas ausências e impedimentos.
 - Titulares: Marcelo Barreto de Araújo, Fábio Kirzner Ejchel e Marcos Fernando Prado de Siqueira
 - Cargo: AFRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- Ao **Gabinete da SRRF08** compete assistir o Superintendente e os Superintendentes-Adjuntos em sua representação institucional, no encaminhamento de matérias que envolvam aspectos jurídicos e tributários e no exame e na elaboração de proposição de atos administrativos; coordenar e executar as atividades de relações-públicas, cerimonial e de promoção de eventos de interesse institucional; e gerenciar a política e as atividades de comunicação social interna e externa e educação fiscal no âmbito de sua jurisdição.

- a) Assistente Técnico: Marilú Cristóvão Gomes de Oliveira
 - Cargo: AFRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- b) Assistente Técnico: Karla Cabral Peixoto de Souza
 - Cargo: AFRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- c) Assistente Técnico: Gioia Matilde Alba Tumbiolo Tosi
 - Cargo: ATRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- **À Divisão de Administração Aduaneira (Diana)** compete gerenciar as atividades de pesquisa, seleção e fiscalização aduaneira e supervisionar as atividades de controle aduaneiro desempenhadas pelas unidades jurisdicionadas.
 - Titular: Sandra Ivete Rau Vitali
 - Cargo: AFRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- **À Divisão de Fiscalização (Difis)** compete gerenciar as ações de programação e fiscalização.
 - Titular: Maria Inês Kiyoko Nagamine
 - Cargo: AFRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- **À Divisão de Interação com o Cidadão (Divic)** compete gerenciar as atividades de interação com o cidadão, as atividades de Ouvidoria e as relativas aos cadastros da RFB.
 - Titular: Maria Stela Rodrigues de Oliveira
 - Cargo: ATRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
 - **À Equipe de Cadastro (ECD)** da Divic compete planejar, controlar e avaliar as atividades relativas aos cadastros da RFB.
 - Titular: Fernando Massatoshi Ariyoshi
 - Cargo: ATRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- **À Divisão de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Dimac)** compete gerenciar as atividades de acompanhamento diferenciado de contribuintes de maior potencial tributário, inclusive a análise dos setores e grupos econômicos.
 - Titular: Edmundo Rondinelli Spolzino
 - Cargo: AFRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- **À Divisão de Arrecadação e Cobrança (Dirac)** compete gerenciar as atividades de arrecadação e de cobrança de créditos tributários e as relativas às ações judiciais, restituição, compensação, ressarcimento, reembolso, imunidade, suspensão, isenção e redução de alíquotas.
 - Titular: Ésio Marcos de Souza
 - Cargo: AFRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- **À Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp)** compete gerenciar as atividades de vigilância e repressão aduaneira, e executar ações de repressão ao contrabando e descaminho.
 - Titular: Alan Towersey
 - Cargo: AFRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014

- À **Divisão de Planejamento, Avaliação e Controle (Dipav)** compete gerenciar e integrar as atividades relacionadas com o planejamento, avaliação, desenvolvimento organizacional e gestão de projetos e processos.
 - Titular: Itamar Miranda Lopes Pereira
 - Cargo: AFRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- Ao **Serviço de Gestão de Projetos (Sproj)** da Dipav compete difundir metodologias, coordenar e avaliar a gestão de programas e projetos de interesse da região fiscal.
 - Titular: Augusto Haruo Kumakura
 - Cargo: AFRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- À **Divisão de Tributação (Disit)** compete formular atos interpretativos e normativos, orientar as unidades da região fiscal acerca da interpretação da legislação e sobre as decisões em matéria tributária na esfera administrativa ou judicial e emitir pareceres jurídicos no âmbito de sua competência.
 - Titular: Eduardo Newman de Mattera Gomes
 - Cargo: AFRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- À **Divisão de Tecnologia da Informação (Ditec)** compete gerenciar o ambiente informatizado, a aplicação de normas e procedimentos de segurança da informação, o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação e a avaliação e disseminação de tecnologias, produtos e serviços de TI.
 - Titular: Alberto Araújo Serrajordia Lopes
 - Cargo: AFRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- À **Divisão de Gestão de Pessoas (Digep)** compete, ressalvada a competência específica das Unidades Descentralizadas dos órgãos setoriais do Ministério da Fazenda, gerenciar e supervisionar as atividades de gestão de pessoas.
 - Titular: Carlos Roberto Lessa de Siqueira
 - Cargo: AFRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- À **Divisão de Programação e Logística (Dipol)** competem as atividades relacionadas à programação e execução orçamentária e financeira, contabilidade, logística, licitações, gestão de contratos, supervisão e execução de projetos, obras e serviços de engenharia, gestão de documentos, apoio administrativo, gestão de recursos materiais e patrimoniais e serviços gerais, bem como à supervisão e acompanhamento de projetos, obras e serviços de engenharia no âmbito da região fiscal.
 - Titular: Márcio Augusto Piagentini
 - Cargo: ATRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014
- À **Seção de Obras e Serviços de Engenharia (Saeng)** da Dipol competem as atividades relacionadas ao levantamento de necessidades de projetos, obras e serviços de engenharia, bem como à supervisão e acompanhamento de projetos, obras e serviços de engenharia no âmbito da região fiscal.
 - a) Titular: Hélio Rodrigues
 - Cargo: ATRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 01/06/2014
 - b) Titular: Takehito Kimura
 - Cargo: ATRFB
 - Atuação: de 20/06/2014 a 01/07/2014
 - c) Titular: Ana Cláudia Espíndola Campos

- Cargo: Arquiteto
 - Atuação: de 08/08/2014 a 31/12/2014
- Ao **Serviço de Gestão de Mercadorias Apreendidas (Semap)** compete supervisionar as atividades relacionadas à administração de mercadorias apreendidas no âmbito da região fiscal.
 - Titular: Sérgio Policastro
 - Cargo: ATRFB
 - Atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014

II – UNIDADES LOCAIS DA UJ:

a) - DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (DRF), DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE PESSOAS FÍSICAS (Derpf) e ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ALF)

A estas unidades compete desenvolver as atividades de arrecadação, cobrança, acompanhamento dos maiores contribuintes, atendimento, comunicação social, fiscalização e controle aduaneiro.

b) DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (Derat)

À Derat, compete desenvolver as mesmas atividades das DRF, Derpf e ALF, com exceção das atividades de acompanhamento dos maiores contribuintes, fiscalização e controle aduaneiro.

c) DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO (Defis) e DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR (Delex)

À Defis e à Delex compete desenvolver as atividades de fiscalização.

d) DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (Deinf)

À Deinf compete, em relação às instituições financeiras de sua jurisdição, desenvolver as mesmas atividades das DRF, Derpf e ALF e, ainda, as atividades de controle e auditoria dos serviços prestados por agente arrecadador e as atividades de tributação.

e) DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUÍNTES (Demac)

À Demac compete, no âmbito de sua jurisdição e de forma concorrente em todo território nacional, em relação aos contribuintes de relevante interesse, desenvolver as atividades de acompanhamento e monitoramento de planejamento tributário e de fiscalização.

f) INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (IRF) Classe “A”

À IRF de Classe "A" compete desenvolver as atividades de arrecadação, cobrança, acompanhamento dos maiores contribuintes, atendimento, comunicação social, fiscalização e controle aduaneiro.

g) AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ARF)

Às ARF compete executar as atividades de atendimento ao contribuinte.

1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada

Processos são um conjunto de atividades que, de forma integrada, viabilizam o cumprimento dos objetivos institucionais. Os processos executados na RFB estão organizados hierarquicamente em níveis, sendo o nível mais alto representado por Macroprocessos.

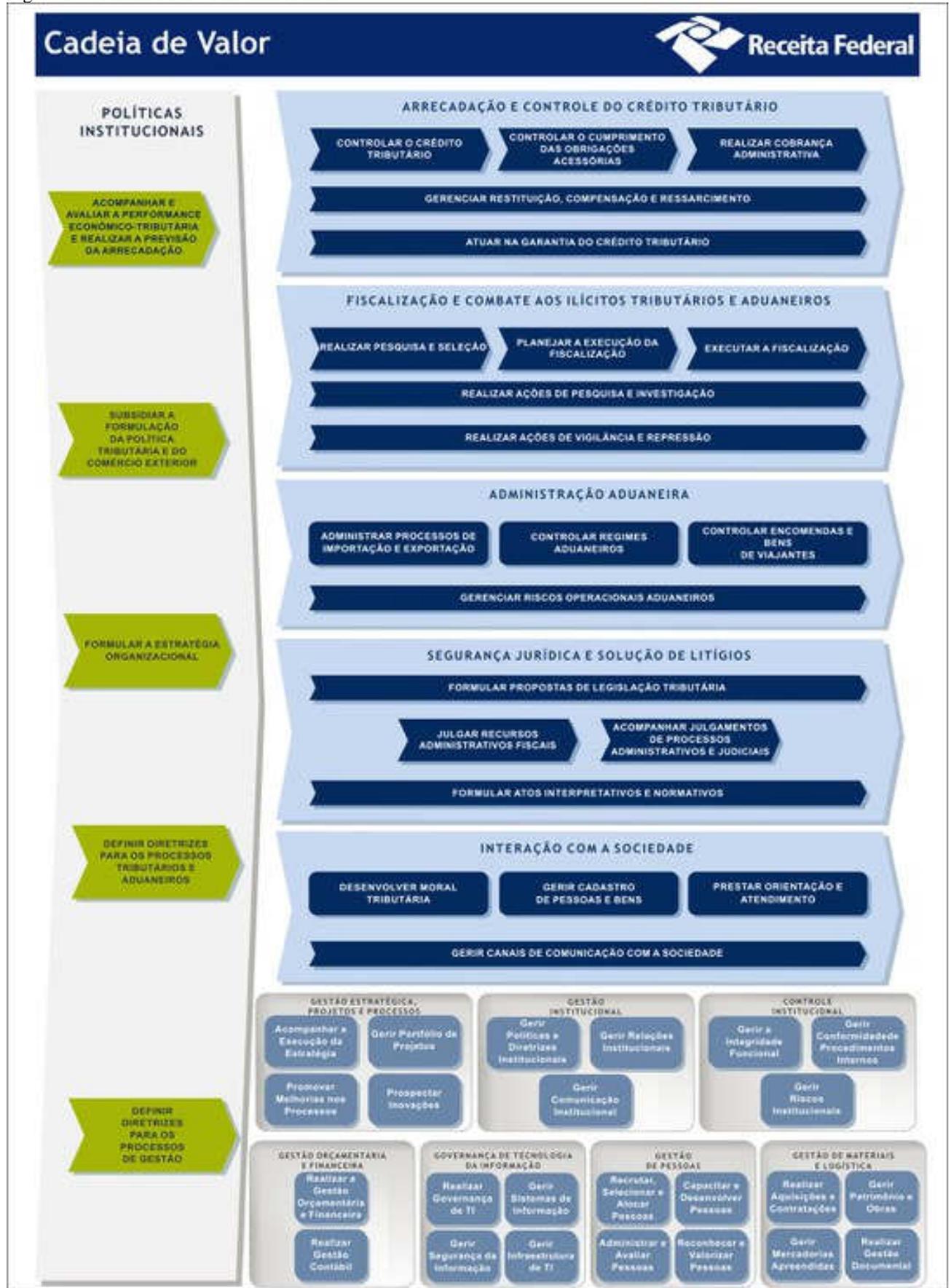
A Cadeia de Valor da RFB é a representação gráfica de como são organizados e agrupados os seus processos de trabalho e é um importante instrumento no cumprimento da Missão da Instituição e na geração de valor para seus clientes: Estado, sociedade, contribuintes, parceiros institucionais e servidores.

Conforme o painel a seguir, a Cadeia de Valor da RFB é constituída por 13 Macroprocessos, divididos em três grupos:

- 1- Macroprocessos Finalísticos: correspondem às grandes funções da organização e para as quais devem estar voltadas suas unidades internas e descentralizadas. Além disso, também orientam os processos internos, os objetivos estratégicos e a geração de produtos e serviços para os clientes interno e externo;
- 2 – Macroprocesso de Políticas Institucionais: apresenta os Processos de Trabalho relacionados às políticas gerais do órgão;
- 3 - Macroprocessos de Apoio: dão suporte aos Macroprocessos Finalísticos conforme as políticas institucionais.

Este modelo de Cadeia de Valor foi definido em 2011, sendo incorporado ao processo de Planejamento Estratégico da Organização como um dos mais importantes subsídios para sua formulação.

Figura 2 - CADEIA DE VALOR DA RFB



Fonte: Intranet RFB

O quadro a seguir identifica, resumidamente, os cinco macroprocessos finalísticos da RFB constantes de sua Cadeia de Valor, contendo sua descrição e a enumeração das subunidades responsáveis pela sua condução.

A execução das atividades contidas na maior parte dos macroprocessos depende da atuação combinada de mais de uma subunidade. Cabe considerar que a SRRF08, enquanto unidade regional, desempenha atividade tática, gerencial e de supervisão das unidades locais, sob a direção das Unidades Centrais; torna-se, portanto, essencial a integração entre elas no âmbito da maior parte dos Macroprocessos Finalísticos. Neste sentido, ao descrever a condução dos macroprocessos pela UJ foi feita, quando apropriado, menção às Unidades Centrais, porém sem detalhar sua atuação, haja vista que tais informações constarão em seu próprio Relatório de Gestão.

Quadro 3 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Macroprocessos	Descrição	Subunidades Responsáveis
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	<ul style="list-style-type: none"> - Controlar o Crédito Tributário. - Controlar o cumprimento das Obrigações Acessórias. - Realizar cobrança administrativa. - Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento. - Atuar na garantia do crédito tributário. 	Dirac Dimac Difis Divic
Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar pesquisa e seleção. - Planejar a execução da fiscalização. - Executar a fiscalização. - Realizar ações de pesquisa e investigação*. - Realizar ações de vigilância e repressão. 	Difis Dimac Diana Direp
Administração Aduaneira	<ul style="list-style-type: none"> - Administrar processos de importação e exportação. - Controlar regimes aduaneiros. - Controlar encomendas e bens de viajantes. - Gerenciar riscos operacionais aduaneiros. 	Diana
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	<ul style="list-style-type: none"> - Formular propostas de legislação tributária*. - Julgar recursos administrativos fiscais*. - Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais. - Formular atos interpretativos e normativos. 	Disit
Interação com a Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver moral tributária. - Gerir cadastro de pessoas e bens. - Prestar orientação e atendimento. - Gerir canais de comunicação com a sociedade. 	Gabinete/SRRF08 Divic ECD

Fonte: Dipav08 e áreas responsáveis.

* Atividade própria das Unidades Centrais.

Na sequência serão apresentados quadros individuais por macroprocesso, incluindo informações a respeito dos principais produtos e serviços decorrentes dos processos de trabalho e dos principais clientes, bem como dos insumos utilizados e os respectivos fornecedores. Abaixo de cada quadro encontra-se uma descrição sucinta de como o respectivo macroprocesso foi conduzido pela SRRF08 durante o ano de 2014.

Quadro 4 - MACROPROCESSO ARRECADAÇÃO E CONTROLE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Descrição	Controlar o Crédito Tributário. Controlar o cumprimento das Obrigações Acessórias. Realizar cobrança administrativa. Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento. Atuar na garantia do crédito tributário.
Principais Fornecedores	Fiscalização Sistemas de arrecadação e cobrança Contribuintes PGFN DRJ e Carf Rede arrecadadora Fontes externas de informação
Insumos	Processos de crédito tributário Pedidos de restituição e declarações de compensação Bases de dados de declarações Bases de dados de créditos, débitos, pagamentos e parcelamentos Documentos de arrecadação Resultados de julgamento Cadastro de contribuintes Dados e projeções de atividade econômica
Produtos e Serviços	Previsão e análise da arrecadação tributária Gestão da cobrança administrativa dos créditos tributários e obrigações acessórias Gerenciamento de ressarcimentos, restituições e compensações Gestão dos cadastros Atendimento aos contribuintes Acompanhamento da rede arrecadadora
Principais Clientes	Contribuintes. CARF. PGFN. Banco do Brasil. Gabinetes do MF e da RFB. Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Tribunal de Contas da União.
Subunidades Responsáveis	Dirac Dimac Difis Divic

Fonte: Dipav08 e Áreas Responsáveis

Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário

Processo: Controlar o crédito tributário

Este processo de trabalho realiza as seguintes atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar, de forma integrada, todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

Em 2014, a arrecadação das receitas federais de impostos, contribuições e taxas (administradas pela RFB) atingiu na 8ª RF o valor de R\$ 462 bilhões, equivalente a 40% do total nacional.

Processo: Controlar o cumprimento das obrigações acessórias

Este processo de trabalho realiza as seguintes atividades:

- Verificar e exigir o cumprimento das obrigações acessórias; e,
- Realizar a cobrança administrativa de créditos decorrentes do descumprimento das obrigações acessórias.

Atualmente, há um indicador estratégico, o Índice de Adimplência de Obrigação Acessória (IAOA) que mede o grau de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (Dirpf) de quem é obrigado a cumprir a obrigação. No 4º trimestre de 2014, o resultado desse índice, na 8ª RF, alcançou 97,8%, resultado idêntico ao nacional.

As Unidades Centrais da RFB têm adotado diversas iniciativas voltadas ao aprimoramento deste processo de trabalho, as quais podem ser consultadas no respectivo Relatório de Gestão.

Processo: Realizar cobrança administrativa

Este processo é composto pelas seguintes atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder ao encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder ao encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder à análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).

Alguns resultados apresentados, em 2014:

- Entre os meses de janeiro a agosto, a 8ª RF efetuou a cobrança de 475 mil Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R\$ 9,15 bilhões de créditos tributários em cobrança. Desse total, foram recebidos em pagamento R\$ 198 milhões (2,16% do total), foram parcelados R\$ 293 milhões (3,2%), extintos por compensação R\$ 141,5 milhões (1,55%), totalizando R\$ 632,5 milhões de créditos tributários recuperados (6,91% do total de crédito tributário cobrado).
- Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas 58.165 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - IP) para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a dezembro/2014. Do total cobrado em 2014, cerca de R\$ 3,86 bilhões, mais de R\$ 400 milhões foram pagos ou transformados em débitos para fins de parcelamento e R\$ 2,7 bilhões foram transformados em débitos para sequência de cobrança e envio à PGFN. O restante foi retificado, excluído ou aguarda a conclusão do prazo da IP.
- O estoque de créditos sub judice na situação “a validar” há mais de dois anos atingiu R\$ 444,2 milhões, enquanto que os créditos sub judice controlados por processo chegaram a R\$ 66,1 bilhões.

Processo: Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento

Este processo inclui as seguintes atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir sobre pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou da PGFN.

Alguns resultados alcançados no ano de 2014:

- Com a continuidade do Projeto Sintonia, o estoque de compensações pendentes da Região foi reduzido em R\$ 14,9 bilhões, o equivalente a 52,9% do estoque inicial. Foi o melhor resultado dentre todas as Regiões Fiscais. Em 2013, a redução já havia sido de 50,2%; em 2012, de 49,6%.
- Em relação às restituições, com o início do Projeto Sintonia Restituição (vide Quadro 19 no subitem 4.1 deste Relatório), os resultados foram ainda mais significativos. A redução dos estoques em 2014 chegou a 58,1% (igualmente o melhor resultado nacional), enquanto em 2013 foi de 44,2% e em 2012 foi de 28,4%. Ao final do ano, a antiguidade do estoque estava em 533 dias médios.
- Foram recepcionados, pela 8ª RF 402.290 Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP) – 34,8% do total nacional, incluindo os pedidos referentes às contribuições previdenciárias, sendo 240.619 declarações de compensação, 58.253 pedidos de restituição previdenciária, 62.950 pedidos de restituição não previdenciária, 26.177 pedidos de ressarcimento, 2.280 pedidos de reembolso e 12.011 pedidos de cancelamento. O total dos créditos envolvidos, na 8ª RF, foi de R\$ 43,29 bilhões.
- Foram emitidas, aproximadamente, 16 mil comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações (SCC), sendo 10.256 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DCOMP ou de solicitação de documentos complementares), 1.022 despachos decisórios de não admissibilidade de cancelador ou retificador e 4.525 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de cerca de R\$ 2,04 bilhões.
- Houve o encaminhamento à rede bancária de, aproximadamente, R\$ 4,9 bilhões para pagamento de restituição de cerca de 3,97 milhões de pessoas físicas, referentes a imposto de renda retido na fonte ou recolhido a maior.

Processo: Atuar na garantia do crédito tributário

Este processo de trabalho inclui atividades a cargo da DIRAC e da DIFIS. São elas:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes, tanto do lançamento de ofício, quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para o bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

O acompanhamento do indicador estratégico "Índice de Garantia do Crédito Tributário", desde o início da medição, em janeiro de 2012, mostra que houve incremento de 331% no valor de bens e direitos arrolados, chegando-se ao montante atual de R\$ 42,5 bilhões. Constatou-se, também,

o incremento nos valores garantidos por medida cautelar fiscal, de cerca de R\$ 38 milhões no início de 2013 para R\$ 5 bilhões no final de 2014.

No âmbito de natureza normativa e de orientação, a Difis08 publicou nota de roteiro operacional de Arrolamento e Medidas Cautelares Fiscais, com o objetivo de orientar e padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens, bem como realização de treinamentos em polos regionais.

Quadro 5 - MACROPROCESSO FISCALIZAÇÃO E COMBATE AOS ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS

Descrição	Realizar pesquisa e seleção. Planejar a execução da fiscalização. Executar a fiscalização. Realizar ações de pesquisa e investigação*. Realizar ações de vigilância e repressão.
Principais Fornecedores	Fontes externas de informação Fontes internas DRJ e Carf Sistemas de fiscalização e cobrança Sistema Sped Órgãos de Estado (Ministério Público, Judiciário, Polícia Federal, órgãos de segurança pública e nacional)
Insumos	Informações relativas aos contribuintes Informações relativas aos setores econômicos Demandas e informações de órgãos de Estado Denúncias e representações Cães de faro Armamento institucional e veículos oficiais
Produtos e Serviços	Análise, seleção, planejamento e fiscalização de contribuintes Acompanhamento dos grandes contribuintes Ações de vigilância e repressão Monitoramento de recintos alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias Prevenção e combate aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores
Principais Clientes	Estado. Órgãos do governo. Sociedade.
Subunidades Responsáveis	Difis Dimac Diana Direp

Fonte: Dipav08 e Áreas Responsáveis.

* Atividade própria das Unidades Centrais.

Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros

→ Processo: Realizar Pesquisa e Seleção

Este processo de trabalho tem como escopo um conjunto de etapas, que vão desde a pesquisa até a seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando-se ao procedimento de seleção os princípios da razoabilidade, da objetividade e da impessoalidade. Sua importância está centrada na possibilidade de gerar conhecimento e informações que vão otimizar e direcionar as ações fiscais, permitindo o alcance das metas e de objetivos estratégicos, tais como: “aproximar a arrecadação efetiva da potencial”, “elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras” e “elevar a percepção de risco e a presença fiscal”.

Nesse sentido, atua na realização de estudos sobre operações evasivas e elisão fiscal e sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias, atua em pesquisas e estudos para subsidiar sua seleção de contribuintes a serem fiscalizados, além de elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações e monitorar tanto os grandes contribuintes como os segmentos econômicos.

O processo de trabalho de pesquisa e seleção, portanto, se aplica a três áreas: aduaneira, tributos internos e acompanhamento de maiores contribuintes, as quais são de responsabilidade, respectivamente, da Diana, Difis e Dimac.

Em 2014, destacaram-se as seguintes ações:

Área aduaneira:

- A 8ª RF buscou em 2014 maior integração e sinergia entre as ações de fiscalização efetuadas no momento do despacho com as ações de fiscalização pós-despacho. No primeiro caso, o foco de atuação concentra-se apenas sobre a declaração de importação que está em análise pelo auditor-fiscal no momento do despacho. No segundo caso, a pesquisa envolve todos os despachos e operações que se encontram em idêntica situação de indícios de irregularidade. Para aumentar a percepção de risco por parte dos importadores e exportadores, decidiu-se por alimentar a pesquisa e seleção com irregularidades já comprovadas no despacho, buscando a recuperação de créditos tributários relativos às demais operações que se encontram na mesma situação. Isto foi concretizado através do “Projeto Laudos”, que resultou na seleção de 194 empresas para fiscalização, cujo valor estimado de lançamento total era de R\$ 192 milhões, que foi plenamente atingido.

Área de tributos internos:

- Consolidação do trabalho de seleção regional de contribuintes sujeitos ao acompanhamento diferenciado, com distribuição dos casos mais relevantes de todo o estado pelas diversas delegacias paulistas, independentemente da jurisdição do contribuinte.
- Produção de duas notas Difis de análises de ilícitos tributários, como subsídios para o planejamento da fiscalização.
- Ações de Prospecção de Dados no Laboratório de Lavagem de Dinheiro (LABLD).
- Continuidade do processo de integração com outros órgãos públicos, por meio das seguintes ações:
 - Secretaria de Finanças de São Paulo: Estruturação de duas operações conjuntas.
 - Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e FCCOSP (Fórum de Combate à Corrupção no Estado de São Paulo).
 - Combate ao Trabalho Escravo junto com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério Público do Trabalho (MPT).

Área de acompanhamento dos maiores contribuintes:

- O foco continua sendo a elaboração da Visão Integral do Contribuinte (VIC). O estudo abrange dados de fiscalização, compensação, arrecadação, comércio exterior e legislação tributária aplicada à pessoa jurídica objeto do estudo, além de uma análise de sua estrutura societária, dos dados contábeis informados para a Receita Federal (DIPJ, DACON, GFIP) e, se for o caso, para o público externo (demonstrações financeiras de sociedades anônimas de capital aberto, por exemplo). Para o ano de 2014 houve uma redução no número total de VIC elaboradas que é explicada pela estratégia da Dimac de optar pelo aprofundamento de cada estudo. A escolha de se estender o tempo de elaboração de uma VIC, reduzindo-se a quantidade de estudos a serem apresentados por cada unidade local, foi comprovado pelo crescimento do montante do crédito tributário envolvido nas ações relacionadas ao Acompanhamento de Maiores Contribuintes.

Entre os resultados obtidos, destacamos:

- Na área de tributos internos, percentual de 89,54% de fiscalizações encerradas com resultado, contra 88,87% em 2013, reflexo da melhoria constante na qualidade da seleção. Foram selecionados para 2015 um total de 4.561 contribuintes, com seus respectivos indícios de infração à legislação tributária mapeados.
- Já no planejamento das fiscalizações aduaneiras, o grau de eficácia da seleção da 8ª RF para a realização das auditorias (número de auditorias com resultado em relação ao total de auditorias realizadas) alcançou 92%, superior à meta nacional.
- Por fim, na área de acompanhamento dos maiores contribuintes, as ações de fiscalização, programação, cobrança, medidas de garantia do crédito tributário e análise de compensações/ressarcimentos ligadas ao trabalho da Dimac e sua projeção nas unidades locais somaram R\$ 26,5 bilhões em 2014. O montante representa um crescimento de cerca de 250% de crédito tributário em comparação a 2013, quando as ações totalizaram R\$ 10,7 bilhões.

Processo: Planejar a Execução da Fiscalização

Em continuidade ao processo Realizar Pesquisa e Seleção, este processo engloba as etapas necessárias ao planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados que foram selecionados no processo anterior.

A atuação se dá no planejamento, acompanhamento e avaliação da revisão de declarações; no planejamento e acompanhamento das ações fiscais realizadas; na avaliação de seus resultados em relação às estimativas feitas (tempo de execução, valor do crédito lançado, etc.); bem como no monitoramento do grau de aderência entre o crédito lançado e o crédito efetivamente cobrado.

No âmbito desse processo, destacamos a implementação, no segundo semestre de 2014, do projeto Cartas, na área de tributos internos, para alcançar os contribuintes pessoas físicas ainda não habituados a consultar a internet para verificar pendências na declaração e providenciar sua correção. Eis alguns resultados do projeto:

- Correspondências incentivando a autorregularização pela internet foram enviadas a 130.667 contribuintes da 8ª RF retidos em malha fiscal pessoa física.
- 48,57% dos 130.667 contribuintes contemplados pelo projeto saíram da malha fiscal pessoa física.
- Houve também um aceleração da queda do estoque de declarações retidas em malha após a implantação do projeto, de 5% para 22%.

Processo: Executar a Fiscalização

Este processo abrange a realização de fiscalizações, de revisão de declarações e de diligências; lavratura de autos de infração; expedição de notificações de lançamento; arrolamento de bens dos contribuintes; propositura de medida cautelar fiscal; elaboração de representação fiscal para fins penais; e aplicação de regimes especiais de fiscalização.

Em 2014, destacaram-se as seguintes atividades na condução desse processo de trabalho:

- No que tange à fiscalização aduaneira de zona secundária, para enfrentar a escassez de mão de obra da 8ª RF, que se encontra em franco desequilíbrio em relação à quantidade de empresas aqui localizadas, buscou-se maximizar a utilização do instrumento legal de quebra de jurisdição, distribuindo as fiscalizações de empresas para serem executadas por auditores de unidades diversas, localizadas dentro e fora do estado de São Paulo.
- Na área de tributos internos, a ampliação do número de municípios conveniados a executar a fiscalização do ITR: até dezembro de 2014, havia 426 municípios conveniados na 8ª RF.

No ano de 2014, a fiscalização de tributos internos da 8ª RF constituiu crédito tributário no valor de R\$ 58,5 bilhões em 4.054 procedimentos de auditoria externa, média de R\$ 16,9 milhões

por procedimento. Cada Auditor-Fiscal externo lançou, em média, R\$ 58,5 milhões no ano. No período compreendido entre 2010 e 2014, houve uma evolução nominal do crédito tributário lançado de 77,04% na 8ª RF. Tal evolução reforça a estratégia implementada em 2010, no sentido de selecionar os sujeitos passivos a partir de regras nacionais compartilhadas, bem como atuar de maneira mais próxima ao fato gerador em relação aos contribuintes de grande porte, combinado com um intenso programa de capacitação continuada dos servidores e o uso intensivo de tecnologia da informação.

No que se refere à fiscalização aduaneira, em 2014 foram encerradas pelos servidores da 8ª RF 281 ações fiscais na zona secundária e 368 auditorias no curso do despacho (Procedimentos Especiais de Controle). O total geral de créditos tributários e apreensões chegou a R\$ 1,805 bilhão, que representa um incremento de 18,9% sobre o total de créditos tributários lançados em 2013. O resultado do ICT (Indicador do Crédito Tributário) ficou 31,5% acima da meta.

Quadro 6 - VALORES LANÇADOS NA FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA

Tipo	Valores lançados (em R\$ milhões) nos procedimentos encerrados		
	Fiscalizações	Procedimento Esp. de Controle	Total geral
Crédito	1.770,18	1,74	1.771,92
Apreensão	4,36	29,42	33,78
Total	1.774,54	31,16	1.805,70
Meta	-	-	1.373,00

Fonte: Diana08

Processo: Realizar ações de pesquisa e investigação

Este processo é próprio das Unidades Centrais. Contudo, em 2014 a SRRF08 se envolveu em algumas atividades deste processo de trabalho.

Por meio de sua assessoria e de suas unidades aduaneiras, a SRRF08 participou da preparação para a Copa do Mundo FIFA de futebol, a qual será descrita mais detidamente logo adiante, no macroprocesso Administração Aduaneira. Uma das consequências da preparação foi o estreitamento de sua colaboração com outros órgãos públicos, em especial na área de segurança. Obteve assento no Centro de Comando e Controle Integrado de São Paulo e passou a integrar, junto a todos os órgãos de fiscalização, segurança, Justiça e Ministério Público, a Agência de Atuação Integrada da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, criada no período que antecedeu a Copa.

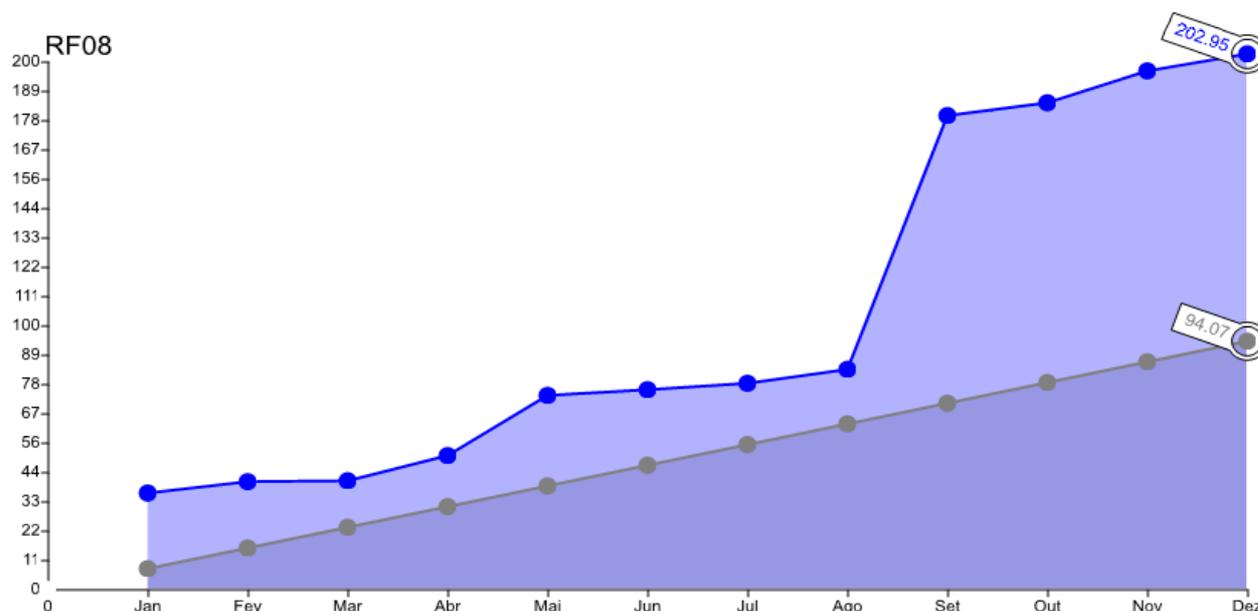
Processo: Realizar ações de vigilância e repressão

Este processo de trabalho consiste na realização das ações de vigilância e repressão aduaneira voltadas à identificação e combate aos crimes de contrabando e descaminho, através da retenção e apreensão de mercadorias e veículos e aplicação das demais penalidades previstas.

Na 8ª RF foram realizadas 236 operações de vigilância e repressão e abertos 623 processos administrativos fiscais em decorrência das atividades de repressão, com a lavratura de 206 Representações Fiscais para fins penais. Foram apreendidos R\$ 196 milhões em mercadorias e veículos, 571 kg de cocaína (avaliada em R\$ 7.105.660,00), 50.000 comprimidos de ecstasy (avaliados em R\$ 2.500.000,00), 6000 frascos de lança-perfume (avaliados em R\$ 500.000,00), 30kg de maconha (avaliada em R\$ 150.000,00) e R\$ 97.920,00 em medicamentos proibidos.

Em relação ao número de operações, a 8ª RF superou em 112% a meta inicialmente estipulada, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

Figura 3 - EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO E COMPARAÇÃO COM A META



Fonte: Direp08

Tal incremento se deve à inesperada superação de metas por parte de algumas unidades locais, mais significativamente: ALF/Santos; DRF/São José do Rio Preto e DRF/Piracicaba.

Além disso foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Atividades náuticas: foram desenvolvidos trabalhos de vigilância e patrulha com três lanchas da RFB em Santos e São Sebastião. As lanchas foram importantes para a apreensão de outras embarcações e entorpecentes em transbordo para navios saindo do país.
- 4 cães de faro e seus respectivos condutores ajudaram em apreensões de entorpecentes nos aeródromos de Guarulhos e Viracopos assim como nos Correios e Porto de Santos.
- Treinamentos na área de armamento e tiro foram levados a cabo para a manutenção e desenvolvimento das habilidades dos servidores habilitados para tal, contribuindo com sua segurança e dos demais envolvidos nos teatros operacionais das equipes de vigilância e repressão. Recursos foram empregados no controle e armazenamento de armas e munições resultando em um ano sem acidentes ou qualquer espécie de sinistro envolvendo armamentos da RF nesta região fiscal.
- As viaturas da RFB foram equipadas com aparelhos de luz e som, facilitando a atuação em situações de urgência e emergência e a capacidade de rápida resposta da equipe de operações da Direp08.
- Foi realizada uma reforma administrativa colocando servidores exclusivamente no processamento de mercadorias apreendidas, dando maior segurança à cadeia de custódia de mercadorias apreendidas, facilitando a gestão e agilizando o processamento das mesmas e seus respectivos processos/autuações. Como resultado desta iniciativa, conjugada com outros fatores, o passivo de autuações pendentes reduziu-se substancialmente.

Quadro 7 - MACROPROCESSO ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

Descrição	Administrar processos de importação e exportação. Controlar regimes aduaneiros. Controlar encomendas e bens de viajantes. Gerenciar riscos operacionais aduaneiros.
Principais Fornecedores	Sistemas aduaneiros. Despachantes. Importadores e exportadores. Viajantes. Transportadores. Órgãos públicos intervenientes (Anvisa, Ibama, etc.)
Insumos	Cadastrros de contribuintes e de intervenientes Informações e documentos apresentados. Legislação aplicada. Sistema Radar Declarações obrigatórias prestadas pelos diversos intervenientes nas operações de comércio exterior e de viajantes.
Produtos e Serviços	Despacho aduaneiro de importação e exportação Controle de cargas Habilitação dos intervenientes no comércio exterior
Principais Clientes	Pessoas físicas e jurídicas. Órgãos Públicos. Organizações estrangeiras. Países estrangeiros.
Subunidades Responsáveis	Diana

Fonte: Dipav08 e Áreas Responsáveis

Macroprocesso Administração Aduaneira

Os quatro processos que compõem este macroprocesso são compostos por etapas interdependentes, que se comunicam em diferentes momentos e de diferentes formas.

Na busca contínua pela melhoria de seus processos, controles, normas e dos sistemas informatizados, a 8ª RF enfrentou, no âmbito da administração aduaneira, durante o ano de 2014, os seguintes desafios:

- Início da absorção, pela RFB, da fiscalização e do controle do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), decorrentes da publicação do Decreto nº 8.257, de 29 de maio de 2014. Foram realizados estudos necessários para adaptação dos procedimentos às normas tributárias, trabalhando sempre em conjunto com o Órgão Central para melhoria dos procedimentos, formulando propostas para aprimoramento do Sistema Mercante através de funcionalidades que confirmam maior racionalidade e celeridade não só no que diz respeito ao lançamento do tributo, como também facilitar o cumprimento espontâneo da obrigação tributária pelos contribuintes.
- Através da IN RFB nº 1521, de 05 de dezembro de 2014, foi instituído o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado. A 8ª RF, onde se localizam a grande maioria das empresas que operam no comércio exterior, tem papel fundamental na divulgação e fomento da adesão a este programa inovador. Foram realizados treinamentos presenciais e à distância, bem como a divulgação local pelas unidades por meio de material fornecido pelo órgão central e videoaulas.
- Relativamente aos Procedimentos Especiais de Controle no despacho, cujo foco é o combate às fraudes aduaneiras, foi criada uma pasta compartilhada de caráter sigiloso no ambiente da SRRF08/DIANA, com intuito de se tornar um repositório de informações e experiências para auxiliar os auditores lotados nestas equipes na troca de informações e conhecimentos.

A Copa do Mundo foi outro tema importante que contou com a atuação da SRRF08 em 2014:

- Foi criado um fórum de discussão reunindo servidores das Unidades Centrais e locais, a fim de criar instruções normativas condizentes com a realidade dos grandes eventos. Fruto desse esforço foi a publicação, em 31/03/2014, por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.461, do Guia Aduaneiro para a Copa do Mundo FIFA 2014. Esse guia, elaborado com base na Lei da Copa (Lei nº 12.350, de 2010) e em diversas normas tributárias e aduaneiras, teve por objetivo informar sobre os procedimentos aduaneiros a serem utilizados na Copa do Mundo de 2014. As orientações se destinaram às delegações estrangeiras de futebol e a entes que participaram da organização e execução dos eventos, como também aos profissionais de imprensa não residentes no Brasil que trouxeram do exterior, em suas bagagens, equipamentos profissionais para a cobertura jornalística dos eventos.
- Foi realizado em São Paulo o Seminário dos Consulados dos países participantes, no qual foi entregue Guia Aduaneiro para a Copa e foram criados canais de comunicação para esclarecimento e consultas. Houve palestras da RFB, Anvisa, Ibama, Polícia Federal e Anatel.
- A RFB criou, mediante portaria, uma estrutura para grandes eventos com coordenação nacional e coordenações regionais e locais. A 8ª RF ficou com uma coordenação regional e três locais, situadas nas Alfândegas do Porto de Santos e dos Aeroportos Internacionais de Guarulhos e de Viracopos.
- Foi criado o Banco de Idiomas, com o cadastramento de mais de 400 servidores com domínio de diversos idiomas e telefones de contato, aos quais as Unidades que recebessem estrangeiros poderiam recorrer em caso de necessidade.

Dentre as inúmeras ações implementadas de forma conjunta e integrada entre as unidades aduaneiras de todo o Brasil, ao longo de 2014, estão:

- No âmbito do despacho aduaneiro de importação e exportação, o volume de comércio é operacionalizado por meio das declarações aduaneiras, Declarações de Importação (DI/DSI) e Declarações de Exportação (DE/DSE), processadas pela Receita Federal. A aduana do Brasil na 8ª RF desembarçou 1,75 milhões de Declarações de Importação e Exportação, sendo 1,30 milhões de despachos de importação e 447 mil despachos de exportação. A arrecadação de tributos vinculados à importação, realizada pelas nossas quatro maiores unidades de despacho (Alfândega de Santos, Alfândega do Aeroporto Internacional de Guarulhos, Alfândega do Aeroporto Internacional de Viracopos e Alfândega de São Paulo) encontra-se discriminada a seguir:

Quadro 8 - ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS VINCULADOS À IMPORTAÇÃO, POR UNIDADE

Unidades	Arrecadação
	ano 2014
ALF/GRU	2.848.245.301
ALF/VCP	6.318.025.683
ALF/SANTOS	22.354.013.252
ALF-SÃO PAULO	3.613.546.511
TOTAL 8ª RF	35.133.830.747

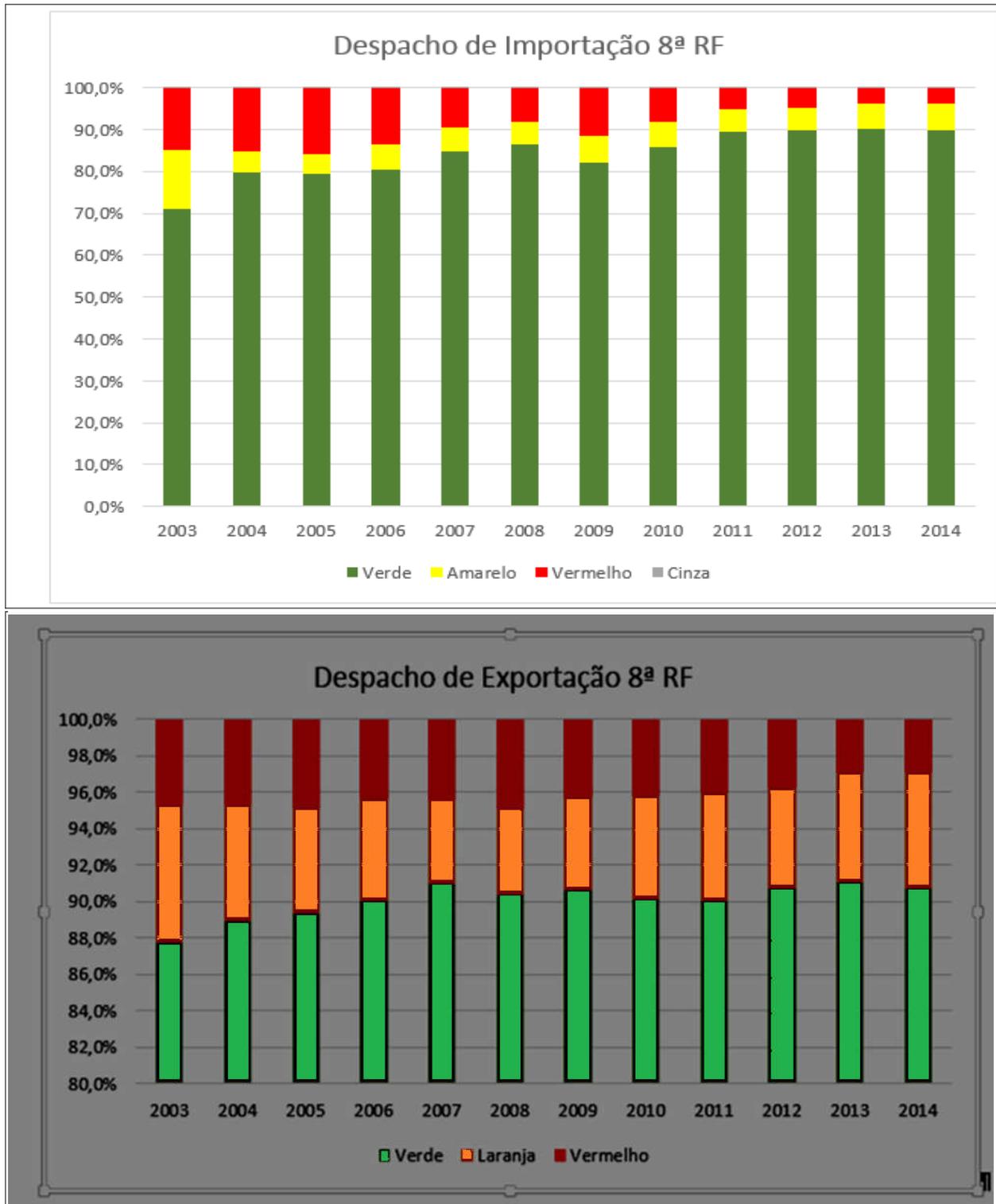
Fonte: Diana08

- No âmbito da gestão de canais de conferência de operadores de comércio exterior, a análise dos últimos 12 anos mostra que a capacidade de conferência e a gestão de risco evoluíram de forma a permitir a maior fluidez ao comércio (conforme mostram os dois gráficos seguintes) e, ao mesmo tempo, a aumentar o grau de eficácia na seleção e a efetividade da

atuação da RFB no combate às irregularidades nas operações de importação e exportação. Em 2014, na 8ª RF, a distribuição dos canais de conferência se deu da seguinte forma:

- Despacho de Importação: canal verde 90,0%; amarelo 6,3%; vermelho 3,8%; cinza 0,1%.
- Despacho de Exportação: canal verde 90,65%; laranja 6,44%; vermelho 2,92%.

Figura 4 - EVOLUÇÃO DOS CANAIS DE CONFERÊNCIA NOS DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO NA 8ª RF



Fonte: Suari

As parametrizações nacionais, por alcançarem genericamente todos os importadores que trazem as mesmas mercadorias em todo o Brasil, têm se mostrado mais adequadas apenas quando presente determinado número de parâmetros. O gerenciamento de risco mais efetivo tem maior chance de êxito quando executado para um universo menor de contribuintes, ou seja, através das análises conduzidas pelas equipes locais. Desta forma, no ano de 2014, a 8ª RF empreendeu grande esforço na capacitação e disseminação do uso da ferramenta de informática denominada ANIITA, que proporciona uma análise célere e mais eficaz do universo de DI parametrizadas no canal verde, sobretudo por parte das nossas maiores unidades de despacho, quais sejam: Alfândega do Porto de Santos, Alfândegas dos Aeroportos de Guarulhos e Viracopos e Alfândega de São Paulo. Isto se refletiu nos resultados positivos alcançados nos indicadores de despacho. Houve uma melhora significativa do IGDI (Índice Global do Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação) ao longo do ano: de 62% da meta em janeiro para 91% da meta em dezembro de 2014. A melhora é ainda mais significativa se considerarmos que os resultados do indicador são acumulados – vale dizer, carregam durante todo o ano os resultados menos favoráveis do período de implantação e adaptação ao novo indicador.

No ano de 2014, foram desembaraçadas na 8ª RF mercadorias de Remessa Postal Internacional, um total de:

- 397.998 encomendas pelo Regime de Tributação simplificada
- 8.124 Declarações Simplificadas de Importação e
- 510 DI, tributadas pelo regime comum de tributação,

perfazendo uma arrecadação total de R\$ 71.155.121,00.

- Quanto às remessas expressas, os sistemas informatizados da Receita Federal apuraram, na importação, 3,4 milhões de volumes desembaraçados no ano pelos Aeroportos Internacionais de Guarulhos e Viracopos, e, na exportação, 1,4 milhão de volumes.
- No controle de bens de viajantes, um total de 14,39 milhões de passageiros internacionais circularam pelo Porto de Santos e pelos Aeroportos Internacionais de Guarulhos e Viracopos. Este total indica que mais de 39 mil passageiros/dia se deslocaram pelas unidades aduaneiras da 8ª RF no ano de 2014.

Quadro 9 - MACROPROCESSO SEGURANÇA JURÍDICA E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Descrição	Formular propostas de legislação tributária.* Julgar recursos administrativos fiscais.* Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais. Formular atos interpretativos e normativos.
Principais Fornecedores	Cidadãos. Órgãos públicos. Pessoas jurídicas.
Insumos	Demandas Processos administrativos e judiciais. Resultados de julgamentos. Manuais e bases de dados de legislação Base de dados de decisões
Produtos e Serviços	Acompanhamento do julgamento de processos administrativos e judiciais Soluções de consultas sobre a interpretação da legislação tributária e aduaneira
Principais Clientes	PGFN. CARF. Contribuintes.
Subunidades Responsáveis	Disit

Fonte: Dipav08 e Áreas Responsáveis

* Atividade própria das Unidades Centrais.

Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios

Este macroprocesso é composto pelo conjunto de quatro processos de trabalho:

- Formular Propostas de Legislação Tributária e Aduaneira
- Julgar recursos administrativos fiscais:
- Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais, e
- Formular atos interpretativos e normativos.

Dos processos acima, são realizados nas SRRF's somente os dois últimos. Os demais são próprios das Unidades Centrais.

→ **Processo: Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais:**

Nesse processo se realiza o acompanhamento dos julgamentos de processos administrativos e judiciais. Em 2014, foram mapeados os subprocessos cujos resultados apresentamos abaixo:

1) Acompanhar julgamento de processos relevantes no CARF e na CSRF

- O resultado das decisões do CARF e da CSRF são fontes de orientação para as decisões em recursos hierárquicos e soluções de consulta proferidas pela DISIT. Nesse sentido, o acompanhamento e sistematização dessas decisões são realizados no âmbito da Divisão de Tributação por meio da elaboração de uma planilha eletrônica que permita a filtragem dos temas de interesse.

→ **Processo: Formular atos interpretativos e normativos:**

Abaixo estão descritos os principais resultados do processo de acordo com as suas principais atividades:

1) Realizar soluções de consultas.

- Em 2014 a Cosit encaminhou à Disit/08 473 consultas (lembrando que é a Cosit que centraliza a distribuição das consultas às Disit), as quais foram respondidas 366 (lembrando que nem todas as respostas geram uma Solução de Consulta).

2) Realizar interpretação da legislação.

- As consultas internas geraram 71 minutas de Solução de Consulta Interna (submetidas à apreciação da Cosit) e 15 Notas Disit (publicadas na intranet; não se trata de Nota Técnica).
- Os Chefes de Divisão estão autorizados a emitir Notas Técnicas apenas para definir procedimentos.

Dentre as atividades conduzidas neste macroprocesso em 2014, na 8ª RF, cabe destacar a conclusão do Projeto Pós-graduação em Direito Tributário, que qualificou em nível de pós-graduação *lato sensu* 45 servidores da 8ª RF selecionados e que trabalham com a interpretação e aplicação da legislação tributária federal e foram concluintes do curso.

Quadro 10 - MACROPROCESSO INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

Descrição	Desenvolver moral tributária. Gerir cadastro de pessoas e bens. Prestar orientação e atendimento. Gerir canais de comunicação com a sociedade.
Principais Fornecedores	Contribuintes. Ouvidoria. Arrecadação e cobrança. Equipes de repressão. Sistemas de atendimento, arrecadação e cobrança. Parceiros (ECT, CEF, Jucesp, entidades de classe, Secretarias de Estado, Municípios, Instituições de Ensino, Rede Pública Escolar, Conselhos de Políticas Públicas). Ascom nacional. Opinião pública em geral.
Insumos	Informações e documentos apresentados. Demandas já trabalhadas pelas entidades parceiras. Bases de dados de declarações. Bases de dados de créditos, débitos, pagamentos e parcelamentos. Cadastro de contribuintes Sugestões e reclamações. Notícias.
Produtos e Serviços	Atendimento aos contribuintes Alimentação e manutenção do cadastro Ações de Educação Fiscal e moral tributária, incluídas parcerias com outras instituições Atividades de ouvidoria Comunicação externa
Principais Clientes	Sociedade. Contribuintes. Servidores. Órgãos públicos. Outros entes federados. Imprensa / jornalistas.
Subunidades Responsáveis	Gabinete/SRRF08 Divic ECD

Fonte: Dipav08 e Áreas Responsáveis

Macroprocesso Interação com a Sociedade

O macroprocesso Interação com a Sociedade abrange o desenvolvimento de atividades que dizem respeito ao relacionamento da RFB com a sociedade e que são operacionalizados em várias áreas da organização.

Processo: Desenvolver Moral Tributária:

Esse processo possui dois campos de atuação:

1. Desenvolver Moral Tributária Interna: compreende desenvolver um conjunto de valores, princípios e ações que norteiem as atividades dos servidores e da Administração Tributária e Aduaneira para a criação de um ambiente propício ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias e aduaneiras;

2. Desenvolver Moral Tributária Externa: contempla o desenvolvimento, por meio da Administração Tributária e Aduaneira, de um conjunto de valores, princípios e ações que motivem os contribuintes a cumprirem voluntariamente as suas obrigações tributárias e aduaneiras, mas principalmente, contribuam para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos, que

compreendam desde a função socioeconômica do tributo até a necessidade de se exercer o controle social.

O processo envolve as seguintes atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da Instituição e da sociedade; e,
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Eis as principais informações acerca das atividades da 8ª RF neste processo em 2014:

- Ao longo do ano, foram realizados 3.042 eventos de Educação Fiscal, quantidade superior à de 2013 (2.541).
- Criação do jogo de tabuleiro “Caminhando com a Cidadania”, por iniciativa da Defis, destinado a crianças e jovens de 10 a 17 anos e cujo intuito é transmitir conceitos básicos de educação fiscal, em especial a importância do cumprimento e o risco do descumprimento das obrigações tributárias. O produto foi apresentado ao público visitante da Bienal do Livro de São Paulo.
- Realizadas mais de trinta apresentações ao público interno e externo do espetáculo musical “Por dentro da Bagagem”, peça teatral que aborda a importância dos serviços aduaneiros prestados pela RFB apresentando informações concretas a respeito de regras de bagagem.

Outro projeto significativo é o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), que tem por objetivo difundir conhecimento, prestar auxílio fiscal e contábil a pessoas físicas e jurídicas hipossuficientes e proporcionar aprendizado a graduados de cursos ligados à área fiscal. O NAF é o resultado de parcerias entre a Receita Federal e universidades públicas e privadas interessadas nessa atividade de extensão acadêmica. Esse Projeto teve continuidade em 2014 com destaque para a expansão das unidades devido à criação de 21 NAFs, totalizando 50 no Brasil. Dentre as novas unidades e, como fruto da cooperação técnica entre a RFB e o Eurosócial, foram implementados NAF no México, Costa Rica, Guatemala e Honduras. Além disso, foi iniciado o processo de implantação no Chile, Bolívia, Peru, El Salvador e Equador.

Como forma de incrementar a implantação do projeto NAF no Estado de São Paulo, a SRRF08 se fez presente em evento no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), onde participaram 130 faculdades de Contabilidade. No evento, a SRRF08 apresentou o projeto no fórum principal do evento e realizou a demonstração da plataforma de ensino à distância Rede NAF.

A plataforma de ensino à distância foi apresentada para todas as instituições de ensino, das quais cerca de cinquenta, entre Faculdades e Escolas Técnicas de Contabilidade, mostraram interesse de participar. Estas estão sendo convidadas para uma apresentação mais detalhada da plataforma, que pode ser utilizada em sala de aula, em atividades complementares ou como apoio ao atendimento à comunidade.

A minuta do termo de parceria entre a RFB e a instituição de ensino está sendo apresentada para que o acordo de cooperação técnica seja iniciado.

→ **Processo: Prestar Orientação e Atendimento:**

A RFB atua na orientação e atendimento ao cidadão nas formas presencial e eletrônica e, além de gerir parcerias para a orientação e o atendimento, também estimula ações que facilitem, tanto o cumprimento, como a prevenção de erros na prestação das obrigações tributárias.

Durante o ano de 2014, a fim de atender com qualidade o volume de solicitações presenciais e não presenciais, foi dado andamento aos seguintes projetos:

- Continuação da implementação do autoatendimento orientado em mais de 80 Unidades de Atendimento, possibilitando o atendimento de mais de 6% dos serviços por meio dessa modalidade;
- Continuação do desenvolvimento de folhetos orientativos para os contribuintes, distribuídos através das Unidades de Atendimento;
- Continuação da confecção de videoaulas sobre os principais serviços da RFB, para os servidores, para as Faculdades de Contabilidade e para o público em geral.

Os resultados de 2014 podem ser observados no quadro a seguir, que mostra, também, o número de atendimentos ao contribuinte no ano de 2013.

Quadro 11 - ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTO NA 8ª RF

	Tipos e Indicadores de atendimentos ao contribuinte	Número de Atendimentos	
		2013	2014
1	Atendimento Presencial	5.631.681	5.288.135
2	Tempo Médio de Espera	10m e 49s	10m e 51s
3	e-CAC	26.710.402	35.458.674
4	TME15	87,76%	83,43%
5	Autoatendimento Orientado	71.426	361.356

Fonte: Divic08

Na comparação entre 2013 e 2014, os dados mostram que houve um decréscimo de 6,1% no número de atendimentos presenciais prestados, passando de 5.631.681 atendimentos em 2013, para 5.288.135 atendimentos em 2014.

O atendimento eletrônico teve destaque com o uso massivo do Portal e-CAC. No ano de 2014, foram mais de 35,5 milhões de serviços acessados por meio desse Portal. Esse número é 6,7 vezes maior que a quantidade de atendimentos presenciais realizados no mesmo período.

É importante salientar que o volume de serviços prestados de maneira eletrônica tende a seguir aumentando. A RFB tem investido, intensamente, no desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis. Ao mesmo tempo, a 8ª RF está ampliando o treinamento de diversas entidades para a realização de atendimento gratuito aos cidadãos hipossuficientes através do Portal e-CAC, bem como da implantação de estações de autoatendimento nas Unidades de Atendimento da 8ª RF.

Outros resultados da 8ª RF a serem destacados incluem:

- Autoatendimento orientado implantado em 96 dos 99 pontos de atendimento;
- 893.233 atendimentos (27,22% dos atendimentos presenciais) realizados mediante agendamento;
- 126.134 inscrições no CNPJ deferidas pela Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) e 78.663 inscrições alteradas, em 2013;
- 135.674 inscrições no CNPJ deferidas pela Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) e 90.802 inscrições alteradas, em 2014. Portanto, aumento de 7,5% nos atos de inscrição e aumento de 15,4% nos atos de alteração.

Processo: Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade

Devido a sua finalidade, jurisdição e complexidade, a SRRF08 necessita atuar de forma ampla e diversa com os seus diferentes públicos ou clientes (contribuintes, servidores, órgãos públicos, outros entes federados e imprensa/jornalistas). Em decorrência disso, a SRRF08 atua nesse processo, principalmente, por meio de sua assessoria de Comunicação (Ascom), localizada no Gabinete da Superintendência, e da Ouvidoria, subordinada à Divic.

A Ascom08 realizou, no âmbito de suas competências, durante o ano de 2014, as seguintes atividades:

- **Internet:** 16 releases elaborados pela 8ª Região Fiscal para a divulgação de notícias de repercussão nacional foram publicados no sítio da Receita Federal na internet durante o ano de 2014.
- **Sítio Operação Fronteira Blindada:** a 8ª Região Fiscal, por meio da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp), divulgou 41 notícias sobre operações e apreensões realizadas no estado de São Paulo no sítio Operação Fronteira Blindada. Por conta do período eleitoral, não foram publicadas notícias nos meses de agosto, setembro e outubro.
- **Atendimento à Imprensa:** Ao longo do ano de 2014 foram registrados 632 atendimentos à imprensa – média de 2,5 atendimentos por dia útil. O mês de maior movimento foi abril, devido à declaração do IRPF, com registro de 104 atendimentos, o que equivale a mais de cinco atendimentos por dia útil. Esses números referem-se somente aos atendimentos via Superintendência da 8ª Região Fiscal, não incluindo os atendimentos feitos diretamente pelas Unidades Locais da Receita Federal na 8ª RF.
- **Youtube:** em 2014, o vídeo “e-DBV – Declaração Eletrônica de Bens do Viajante”, produzido pela 8ª Região Fiscal, foi publicado no canal da TV Receita no Youtube. O vídeo tem legendas em inglês e busca orientar os viajantes sobre o preenchimento da Declaração Eletrônica.

A outra atuante nesse processo é a Ouvidoria da SRRF08, a qual representa um canal de diálogo entre o cidadão e a UJ, na busca pela contínua melhoria dos serviços prestados. As informações relativas aos principais resultados e iniciativas da Ouvidoria se encontram em um subitem específico deste Relatório: 3.1 - Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc.

➔ **Processo: Gerir cadastro de pessoas e bens**

A gestão de cadastros da RFB constitui importante elo da Administração Pública com a coletividade e representa a infraestrutura dos processos de trabalho da Instituição por administrar, disciplinar e monitorar o acesso e o fornecimento de informações dos cadastros das pessoas físicas, das pessoas jurídicas e de informações previdenciárias, bem como realizar estudos, projetos e articulação institucional, interna e externa, na sua área de competência.

O gerenciamento das atividades de cadastro estão baseados nos seguintes preceitos: autenticidade, integridade, disponibilidade e sigilo, atributos que garantem a confiabilidade e grande interesse no intercâmbio de informações.

Principais atividades do processo:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação.
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica.
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo.
- Apoiar a administração de riscos.

Iniciativas relacionadas a este processo de trabalho:

- Projeto Cadastro Melhor, cujo objetivo é a depuração do CNPJ e o aprimoramento do respectivo processo de alimentação. As atividades desse projeto incluem levantamento para apuração de fraudes e reuniões sistemáticas com a Junta Comercial (Jucesp).

- Uma iniciativa semelhante tem como alvo a melhoria do CPF, envolvendo, igualmente, levantamento para apuração de fraudes, bem como reuniões sistemáticas com a Secretaria de Segurança Pública e reunião com o Tribunal Regional Eleitoral para conhecimento dos procedimentos cadastrais desse Órgão.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL – SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 2: Informações sobre a Governança

(Item 2, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Introdução

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão informações sobre o sistema de correção da RFB (subitem 2.2 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013), pois essa atividade é de responsabilidade do Órgão Central. Por esse motivo, as informações relacionadas a este subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

2.1 - Descrição das Estruturas de Governança da Unidade Jurisdicionada

Segundo o Referencial Básico de Governança (RBG), aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme a Portaria-TCU nº 25, de 29 de janeiro de 2014, "a Governança no setor público compreende, essencialmente, os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade".

Nesse sentido, as boas práticas de governança estão relacionadas à adoção de boas práticas desses mecanismos por parte da Administração Pública, para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória.

São exemplos de ações para uma boa governança: os controles internos dos órgãos; a gestão e análise de riscos; a criação de planos estratégicos; a definição e monitoramento de indicadores e metas; a contratação de bons servidores; a criação de programas de capacitação e avaliação de servidores; a transparência; a gestão da Tecnologia da Informação, entre outros.

Atualmente, a RFB possui oito instâncias de governança que otimizam a busca tanto pela melhoria contínua de sua gestão, como pela maior qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade, a saber:

- Núcleo Estratégico
- Ouvidoria Interna
- Comissão de Ética
- Auditoria Interna
- Sistema de Correição
- Comitê de Política Tributária e Aduaneira
- Comitê de Execução Orçamentária
- Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação

Das instâncias acima, as três primeiras têm participação das Regiões Fiscais, incluindo a SRRF08, conforme explanado a seguir.

1- Núcleo Estratégico

A SRRF08, por intermédio do Superintendente, participa do Núcleo Estratégico da RFB, cuja finalidade é analisar se os resultados da Instituição estão sendo alcançados, mediante a avaliação e o acompanhamento periódico das Iniciativas Estratégicas, com a realização de Reuniões de Avaliação Estratégicas (RAE). O funcionamento do Núcleo Estratégico é descrito no Relatório de Gestão das Unidades Centrais.

A participação da SRRF08 na consecução os objetivos estratégicos da RFB é de cunho gerencial. Seu papel consiste em recepcionar as diretrizes e metas definidas pelas Unidades Centrais, adequá-las à realidade regional sem perda de efetividade, distribuí-las às Unidades Locais e acompanhar seu desempenho. Também cabe à SRRF08 a definição de iniciativas de caráter eminentemente tático e operacional.

Mais informações a respeito das atividades da SRRF08 em apoio ao planejamento estratégico da instituição podem ser encontradas no subitem 4.1.3 deste Relatório de Gestão.

2- Ouvidoria Interna

A SRRF08 possui uma unidade de Ouvidoria Interna que se reporta à Ouvidoria Interna da Unidade Central da RFB, a qual, por sua vez, faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda (MF), o qual é composto por uma rede de ouvidorias, hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição, coordenadas por uma Ouvidoria-Geral.

A Ouvidoria Interna é responsável por receber, examinar e encaminhar as mensagens dos cidadãos, referentes a procedimentos e ações de agentes e unidades. Atua como canal de diálogo entre o cidadão e a RFB, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços prestados.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas, primeiramente, pelo Sistema Ouvidor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia ou reclamação), classificadas por tipo de serviço e repassadas às Unidades Central e Regionais da RFB.

As cinco formas de recepção das mensagens são: portal da ouvidoria na internet <http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/>; *call center* da ouvidoria pelo número: 0800.702.1111; correspondências e fax; formulários próprios, disponíveis nos Centros de Atendimento aos Contribuintes (Cac); e pessoalmente. Uma vez recebidas, cem por cento das mensagens são respondidas aos cidadãos, sendo o prazo máximo para resposta de até trinta dias.

Na 8ª RF a Ouvidoria funciona, descentralizadamente, nas Unidades locais, sob supervisão regional. De acordo com o seu conteúdo, o tratamento das mensagens é realizado por diferentes áreas das Unidades. Os pedidos de informação, normalmente, são encaminhados à Ouvidoria da Unidade Central; as denúncias relativas à sonegação são encaminhadas e respondidas pelos setores de Fiscalização e as referentes a desvios de conduta de servidor à Corregedoria; os elogios, sugestões e reclamações são encaminhados às chefias dos setores responsáveis para conhecimento e providências; e as reclamações relativas a TI são direcionadas ao setor, mediante chamados de intervenção, com prioridade de atendimento.

A partir do processo de recebimento, exame, encaminhamento, respostas e medidas de correção e saneamento relativas às mensagens, o representante regional da Ouvidoria na SRRF08 mensalmente elabora o relatório de informações gerenciais, acrescido de comentários no tocante as demandas relevantes regionais, ao Superintendente, aos Superintendentes Adjuntos, aos Chefes da Divic e da Dipav, aos Delegados e Inspetores-Chefes, à Equipe Regional de Planejamento e aos ouvidores locais.

3- Comissão de Ética Pública da Seccional da Receita Federal do Brasil (CEPS-RFB):

A SRRF08, a exemplo das demais Superintendências da RFB, possui um representante local na Comissão de Ética Pública da Seccional da RFB, a qual foi constituída pela Portaria RFB nº 3262, de 19 de agosto de 2011, com a finalidade de cumprir o previsto no Capítulo II do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, além de exercer as competências previstas no Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, na Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública, (CEP) e nas demais normas pertinentes à matéria.

A composição e o funcionamento da Comissão estão detalhados no Relatório de Gestão das Unidades Centrais da RFB.

2.2 - Avaliação, pelos próprios dirigentes da Unidade Jurisdicionada, da qualidade e suficiência dos Controles Internos

O Quadro correspondente, com a respectiva análise crítica, se encontra no Anexo II.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL – SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 3: Relacionamento com a Sociedade

(Item 3, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Introdução

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão (subitem 3.2 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II da DN TCU nº 134/2013), pois tanto a elaboração quanto a divulgação da Carta de Serviços em sítio eletrônico são de responsabilidade do Órgão Central e, por esse motivo, as informações relacionadas a este subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

3.1 - Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc.

Sobre a Ouvidoria da SRRF08

A estrutura e o funcionamento geral da Ouvidoria da SRRF08, as formas de recepção e de tratamento das mensagens dos cidadãos ao órgão e a prática de elaboração de relatórios gerenciais estão descritos no tópico 2 do subitem 2.1 deste Relatório de Gestão.

Estatísticas relativas a 2014

No decorrer do exercício de 2014 foram recepcionadas 17.522 mensagens na Ouvidoria da SRRF08, com média mensal de 1.460 manifestações. O número é praticamente igual ao de 2013, com 17.291 mensagens.

Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizados:

- 185 elogios
- 13 sugestões
- 82 solicitações diversas
- 4.450 pedidos de informação
- 11.541 reclamações.

Soluções aplicadas

Além da atividade de rotina (recepção, encaminhamento, retorno e resposta ao contribuinte), a cargo dos representantes locais, a Ouvidoria regional realiza, em parceria com os setores e unidades locais responsáveis, o diagnóstico de situações que são alvo frequente de reclamação. A título de exemplo: uma dessas situações se verifica no serviço de encomenda, cujo prazo de entrega, informado pelos Correios, não inclui o tempo despendido pela fiscalização alfandegária, o que gera reclamações à Ouvidoria. Tal constatação levou a Alfândega de São Paulo, responsável pelo serviço aduaneiro de encomenda, a realizar gestões junto à gerência local da ECT, para informar em seu sítio na Internet que a liberação alfandegária não está jungida em qualquer prazo legal.

3.2 - Demonstração dos Mecanismos para medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade Jurisdicionada

Em novembro de 2013 foram realizadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) duas pesquisas junto aos contribuintes e usuários de serviços da RFB. Uma delas foi uma pesquisa de imagem da RFB e satisfação com o atendimento prestado pela instituição. A outra teve o objetivo de avaliar a percepção dos impactos da atuação da RFB para o fortalecimento do comércio exterior. Os resultados foram divulgados em 2014. A primeira pesquisa já havia sido realizada em 2010, o que possibilitou algumas comparações com as respostas obtidas naquela ocasião. A outra pesquisa foi realizada pela primeira vez.

Parte das duas pesquisas foi dedicada a investigar a satisfação com o atendimento; os resultados referentes a essa questão serão, portanto, examinados no subitem 3.4 deste Relatório.

As informações de metodologia e amostragem relativas a ambas as pesquisas seguem abaixo.

3.2.1 - Informações específicas da pesquisa de imagem e satisfação

Objetivo: Avaliar a imagem da Instituição junto ao seu público externo, visando a fornecer informações que permitam subsidiar tomadas de decisão e planejamento estratégico.

Pesquisa: Quantitativa

Método: Entrevista pessoal.

População: O público é dividido em dois segmentos:

- Pessoa Física - Cidadão brasileiro que tenha CPF em seu próprio nome; e,
- Pessoa Jurídica - Representantes de empresas junto à RFB.

Período: As entrevistas foram realizadas entre os dias 10 de setembro e 20 de outubro de 2013.

Amostra e Erro amostral: Foram realizadas 3.000 entrevistas, distribuídas da seguinte forma, com seus respectivos erros amostrais, a um nível de confiança de 95,5%. Desse total, 750 foram realizadas na 8ª RF:

Quadro 12 - AMOSTRA DA PESQUISA DE IMAGEM E SATISFAÇÃO CONDUZIDA PELA FGV EM 2013 JUNTO AOS CONTRIBUÍNTES DA 8ª RF

REGIÃO	TOTAL (PJ + PF)			PESSOA FÍSICA			PESSOA JURÍDICA		
	POPULAÇÃO	AMOSTRA	ERRO AMOSTRAL	POPULAÇÃO	AMOSTRA	ERRO AMOSTRAL	POPULAÇÃO	AMOSTRA	ERRO AMOSTRAL
8ª	43.822.939	750	4%	39.238.377	550	4%	4.584.562	200	7%

Fonte: FGV

Ponderação dos dados: Os dados são ponderados em função do peso relativo do número de CPF e CNPJ nas respectivas unidades da seguinte forma:

Quadro 13 - PONDERAÇÃO ATRIBUÍDA À AMOSTRA DA 8ª RF NA PESQUISA DE IMAGEM E SATISFAÇÃO CONDUZIDA PELA FGV EM 2013 JUNTO AOS CONTRIBUÍNTES

REGIÃO	PESSOA FÍSICA				PESSOA JURÍDICA			
	POPULAÇÃO	AMOSTRA	%	MULTIPLICADOR	POPULAÇÃO	AMOSTRA	%	MULTIPLICADOR
8ª	39.238.377	550	23%	0,932708	4.584.562	200	29%	1,177062

Fonte: FGV

E também pela proporção de PF e PJ (os dados se referem a todo o Brasil):

Quadro 14 - PONDERAÇÃO ATRIBUÍDA ÀS AMOSTRAS DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS NA PESQUISA DE IMAGEM E SATISFAÇÃO CONDUZIDA PELA FGV EM 2013 JUNTO AOS CONTRIBUÍNTES

TIPO	POPULAÇÃO	AMOSTRA	%	MULTIPLICADOR
PF	168.277.285	2200	92%	0,932708
PJ	15.579.673	800	8%	0,317768
TOTAL	183.856.958	3000	100%	--

Fonte: FGV

Plano amostral ponderado (os dados se referem ao total da amostra, porém ponderados de acordo com os critérios dos dois quadros acima):

Quadro 15 - PLANO AMOSTRAL PONDERADO DA PESQUISA DE IMAGEM E SATISFAÇÃO CONDUZIDA PELA FGV EM 2013 JUNTO AOS CONTRIBUÍNTES

Em relação à Receita Federal, como você se classifica?	%
Pessoa Jurídica que compareceu a alguma agência ou posto de atendimento da Receita representando a empresa onde trabalha no ano passado/2012 ou início de 2013	5%
Pessoa Jurídica que não compareceu a nenhuma agência ou posto de atendimento da Receita no ano passado/2012 ou início de 2013, mas que representa ou responde pela empresa onde trabalha junto à Receita	4%
Pessoa Física que compareceu a alguma agência ou posto de atendimento da Receita no ano passado/2012 ou início de 2013	43%
Pessoa Física que não compareceu a alguma agência ou posto de atendimento da Receita no ano passado/2012 ou início de 2013	48%

Fonte: FGV

3.2.2 - Informações específicas da pesquisa de impacto da atuação no fortalecimento do comércio exterior

Objetivo: Avaliar o impacto da RFB no Fortalecimento do Comércio Exterior e na Proteção da Sociedade, Avaliação do atendimento prestado, bem como de seus sistemas e processos, visando fornecer informações que permitam subsidiar tomadas de decisão e planejamento estratégico.

Pesquisa: Quantitativa, Descritiva e Conclusiva.

Método: Entrevista pelo telefone.

População: O público pesquisado é de empresas, importadoras, exportadoras, transportadoras e também de despachantes que representam as empresas junto à RFB.

Período: As entrevistas foram realizadas entre os dias 21 de outubro e 14 de novembro de 2013.

Amostra e Erro amostral: Foram realizadas 1.000 entrevistas. Para este total, o Erro Amostral é de 3,2%, para mais ou para menos, a um nível de confiança de 95,5%.

Plano amostral: 32% dos entrevistados declararam ser do estado de São Paulo, jurisdição da 8ª RF. Não houve ponderação da amostra.

3.2.3 - Informações sobre a metodologia que são comuns a ambas as pesquisas

Apresentação dos Resultados

Todas as perguntas apresentam o índice de entrevistados que, por alguma razão, não a responderam.

Para título de avaliação de cada pergunta, são excluídos os questionários que não responderam à pergunta. Desse modo, as tabulações de frequência, bem como o cálculo da média, são apurados levando-se em conta apenas os questionários que tiveram a questão respondida.

Todos os resultados são apresentados por total, e, quando a base estatística é significativa, segmentados por Tipo, Atendimento e Unidade.

Todos os resultados segmentados são testados estatisticamente (Teste T e Teste Z).

Os dados, sempre que possível, são comparados com os resultados obtidos na pesquisa realizada em 2010. E, nesse caso, também é feito um teste estatístico para apontar se a diferença entre os dois resultados (o de 2010 e o atual) é, estatisticamente, significativo. Em caso positivo, e para maior, o resultado deste ano está assinalado em roxo.

Testes Estatísticos

Os testes T e Z são dois Testes de Hipóteses, de Métodos Paramétricos utilizados em Pesquisa de Marketing para comparação de uma média (número absoluto) ou de uma porcentagem (número relativo - %) de uma população total com a respectiva média ou porcentagem de uma subpopulação (segmento).

O Nível de significância dessa comparação aponta o quão diferente (ou não diferente) são esses dois valores comparados. Pode ser de 99%, 98%, 95% ou 90%. O padrão utilizado nas Pesquisas de Marketing é de 95% de significância.

Todos os resultados segmentados são testados estatisticamente (Teste T e Teste Z).

No caso da comparação dos resultados das duas pesquisas (de 2010 e 2013), os Testes utilizados são os mesmos, o Teste T e o Teste Z, com a ressalva de que são para amostras diferentes.

O fato de existirem resultados segmentados não assinalados em vermelho não os invalida de forma alguma. Simplesmente indica que as diferenças em relação à média nacional não apresentam o nível de significância-padrão estabelecido.

Todos os resultados obtidos (médias nacionais e amostras segmentadas) são consistentes com a margem de erro e nível de confiança calculados para a amostra global e para cada subamostra. Por outro lado, os valores assinalados em vermelho nos dão uma informação adicional.

Assim, se as diferenças observadas forem consideradas como uma informação importante para subsidiar iniciativas gerenciais para aprofundar o conhecimento de um determinado segmento (região, categoria de servidor, tipo de contribuinte, etc.), os segmentos cujos valores foram assinalados em vermelho, indicariam uma ordem de prioridade para intervenções.

Escala de Likert

Em várias perguntas é utilizado o recurso de Pesquisa de Opinião e de Marketing conhecido como “Escala de Likert”, que consiste numa “régua” de 5 graus adaptada às necessidades do que se deseja avaliar.

A nota mais baixa (1) é sempre associada ao conceito mais negativo, ao passo que a nota 5 é associada ao conceito mais positivo. Vale destacar que a nota intermediária, 3, refere-se àqueles que não têm opinião formada sobre o assunto perguntado.

Ao final, é sempre calculada uma média levando-se em considerações as frequências das 5 opções da Escala de Likert.

Deve-se ter um cuidado especial quando a média se posicionar muito próxima do valor intermediário (3) porque podem existir duas interpretações:

- Elevado índice de entrevistados sem opinião formada; ou
- Dicotomia expressiva entre os extremos da Escala de Likert.

3.2.4 - Apresentação dos resultados

A seguir apresentamos os principais resultados das pesquisas que dizem respeito ao presente subitem do Relatório. Na maior parte dos gráficos são comparados os resultados alcançados pela 8ª RF com os resultados gerais da RFB na mesma pesquisa (2013). A comparação entre os resultados da 8ª RF em 2010 e 2013 foi realizada nos casos em que dispúnhamos dos dados correspondentes da pesquisa de 2010.

Os resultados referentes à avaliação de desempenho no atendimento de ambas as pesquisas serão apresentados no subitem 3.4 deste Relatório de Gestão.

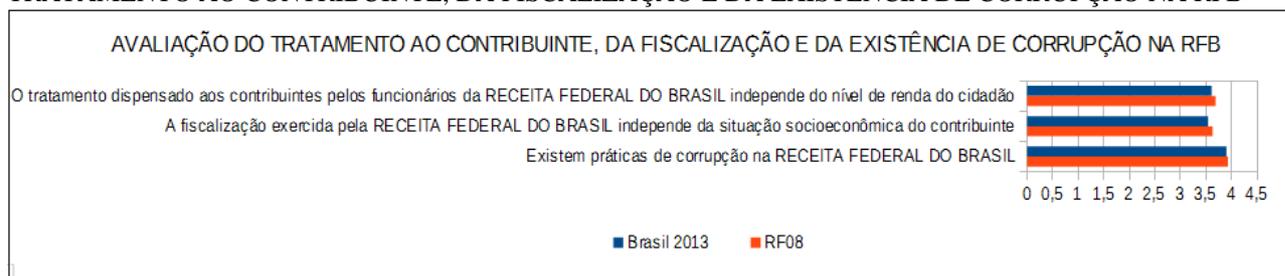
3.2.4.1 - Pesquisa de imagem e satisfação

Figura 5 - PESQUISA DE IMAGEM DA RFB E SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO: AVALIAÇÃO DE ASPECTOS DA IMAGEM DA RFB



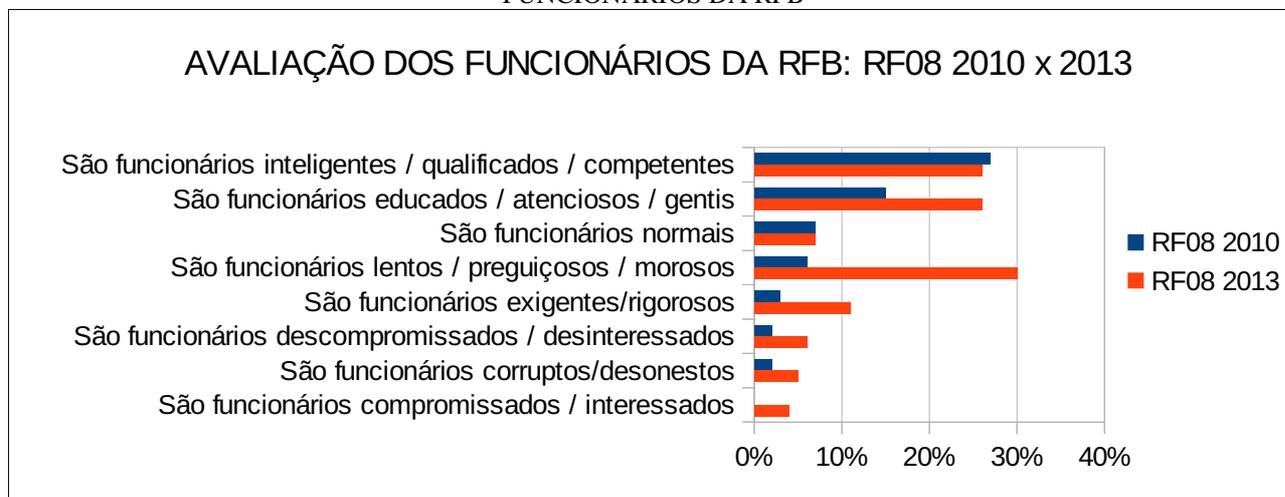
Fonte: Dipav08, a partir da pesquisa da FGV. Respostas pela escala de Likert. Base: total da amostra. Em 2010, 95% responderam à primeira e quinta perguntas, 96% à segunda e sexta; 97 à terceira e quarta e 89% à última. Em 2013, 99% responderam à quarta e sexta perguntas, 95% à última e 98% às demais. O restante respondeu “não sabe”.

Figura 6 - PESQUISA DE IMAGEM DA RFB E SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO: AVALIAÇÃO DO TRATAMENTO AO CONTRIBUINTE, DA FISCALIZAÇÃO E DA EXISTÊNCIA DE CORRUPÇÃO NA RFB



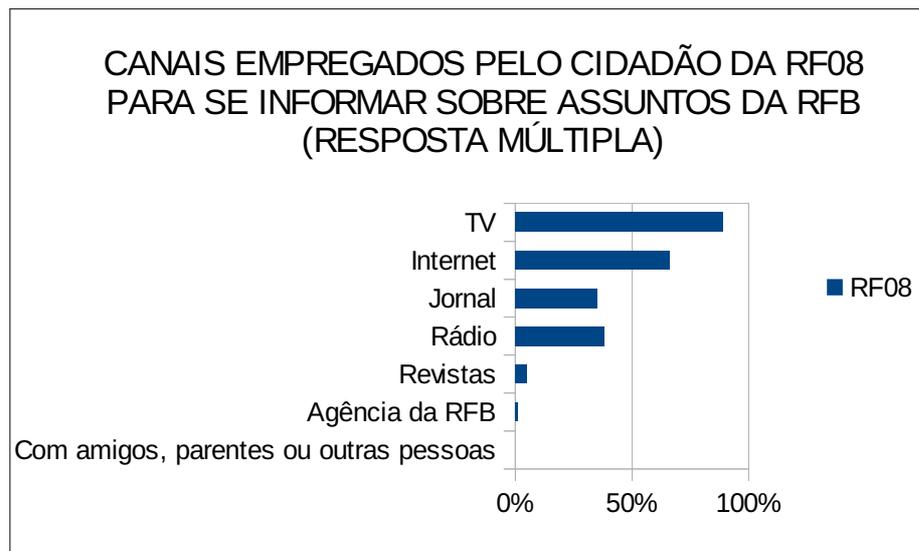
Fonte: Dipav08, a partir da pesquisa da FGV. Respostas pela escala de Likert. Base: total da amostra. 83% responderam à última pergunta e 96% às demais. O restante respondeu “não sabe”

Figura 7 - PESQUISA DE IMAGEM DA RFB E SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO: AVALIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA RFB



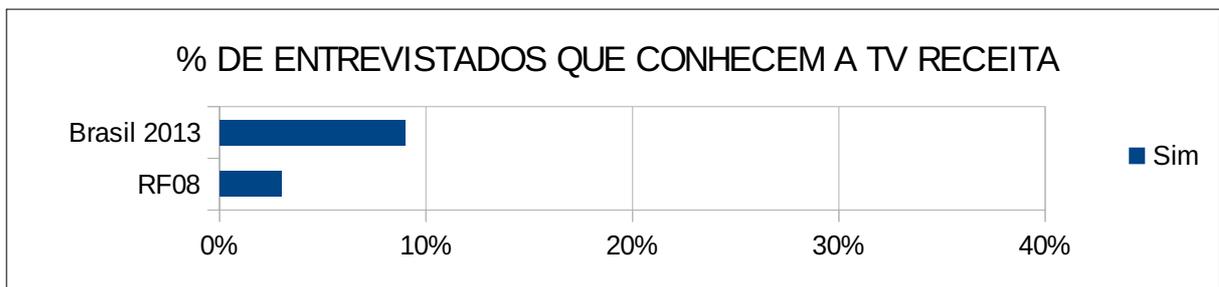
Fonte: Dipav08, a partir da pesquisa da FGV. Base: total da amostra. Pergunta com respostas múltiplas.

Figura 8 - PESQUISA DE IMAGEM DA RFB E SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO: CANAIS EMPREGADOS PELO CIDADÃO PARA SE INFORMAR SOBRE OS ASSUNTOS DA RFB



Fonte: Dipav08, a partir da pesquisa da FGV. Resposta múltipla. Base filtro: respondeu “sim” (36% do total da amostra) à pergunta de se costuma se informar dos assuntos relacionados com a RFB

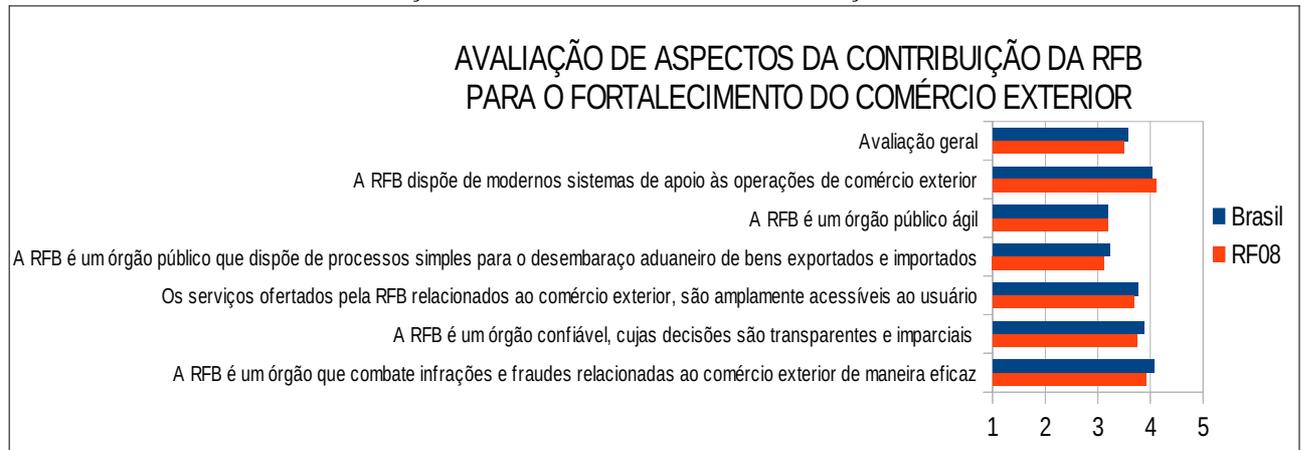
Figura 9 - PESQUISA DE IMAGEM DA RFB E SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO: PROPORÇÃO DE ENTREVISTADOS QUE CONHECEM A TV RECEITA



Fonte: Dipav08, a partir da pesquisa da FGV. Base: total da amostra. A pergunta foi: “Você conhece, mesmo de apenas ouvir falar, o canal de vídeos da Receita Federal chamado TV Receita?”

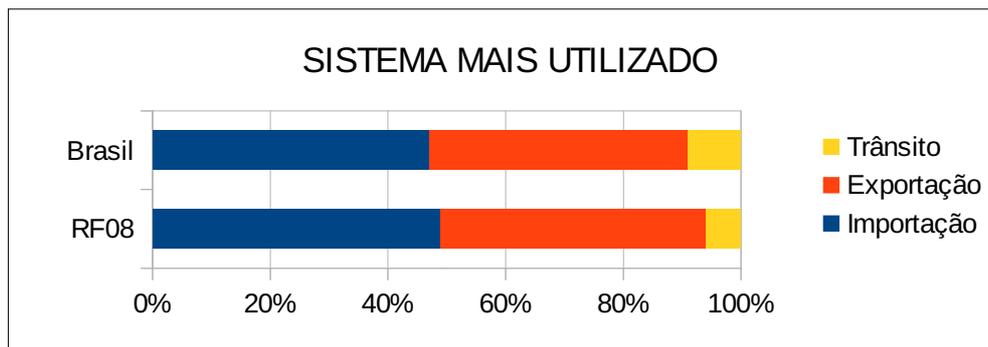
3.2.4.2 - Pesquisa de impacto da atuação no fortalecimento do comércio exterior

Figura 10 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. AVALIAÇÃO DE ASPECTOS DA CONTRIBUIÇÃO DA RFB



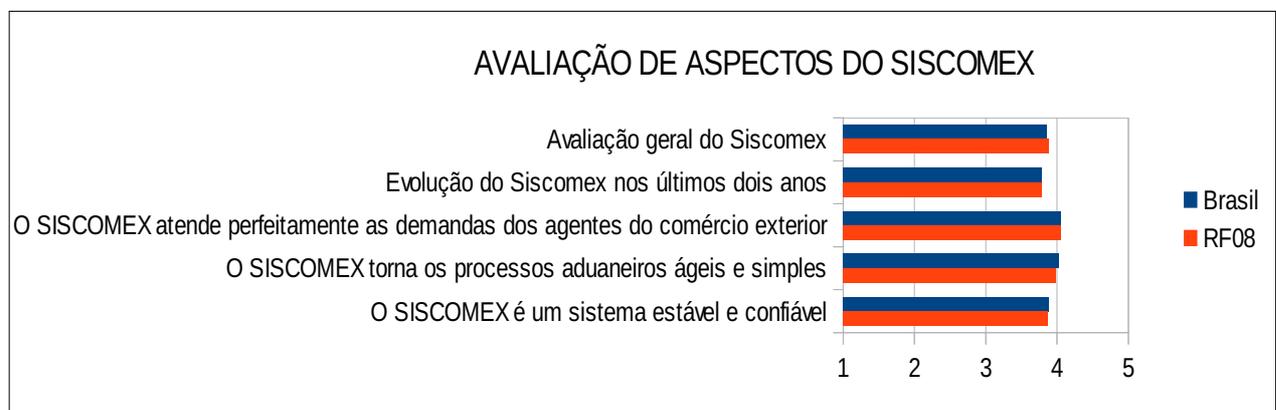
Fonte: Dipav08, a partir da pesquisa da FGV. Respostas pela escala de Likert. Base filtro: respondeu à pergunta. 100% responderam à primeira, terceira e sexta perguntas; 99% à segunda e 98% às demais. O restante respondeu “não sabe”.

Figura 11 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. SISTEMAS ADUANEIROS MAIS UTILIZADOS



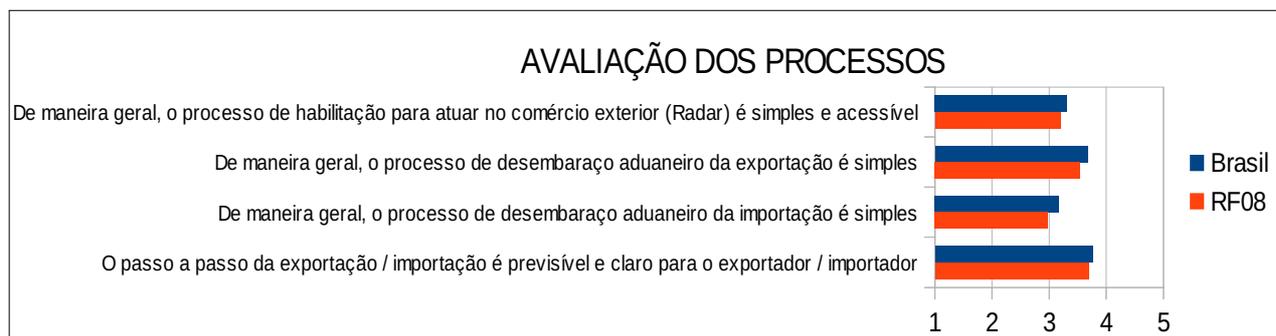
Fonte: Dipav08, a partir da pesquisa da FGV. Refere-se a sistemas aduaneiros. Base: total da amostra.

Figura 12 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. AVALIAÇÃO DE ASPECTOS DO SISCOMEX



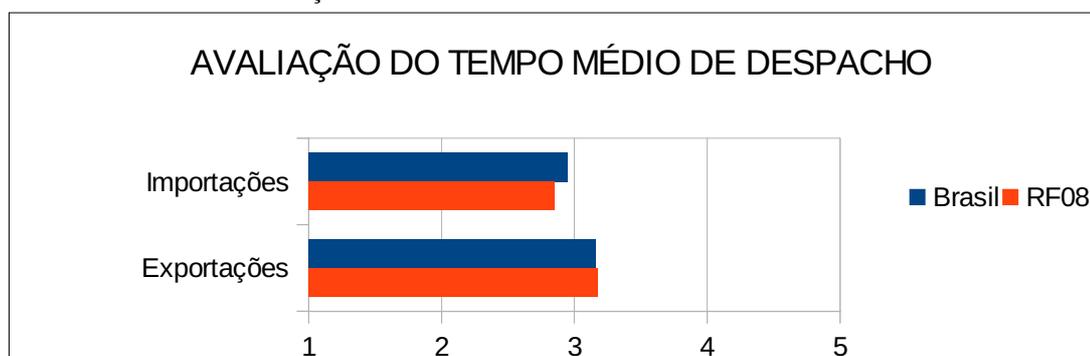
Fonte: Dipav08, a partir da pesquisa da FGV. Respostas pela escala de Likert. Base: total da amostra. 95% responderam à segunda pergunta e 96% às demais. O restante respondeu “não sabe”.

Figura 13 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE HABILITAÇÃO E DESEMBARAÇO



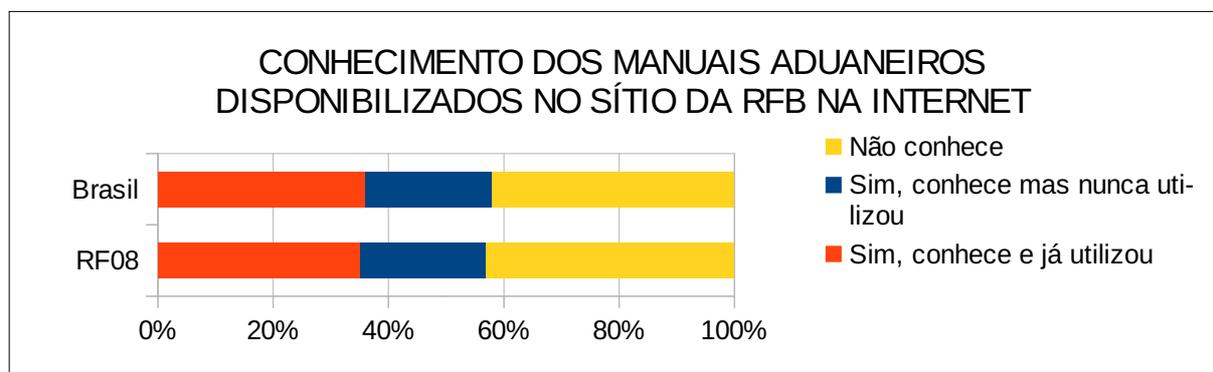
Fonte: Dipav08, a partir da pesquisa da FGV. Respostas pela escala de Likert. Base filtro: respondeu à pergunta. 96% responderam à primeira e à quarta perguntas, 81% à segunda e 82% à terceira. O restante respondeu “não sabe”

Figura 14 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. AVALIAÇÃO DO TEMPO MÉDIO DE DESPACHO



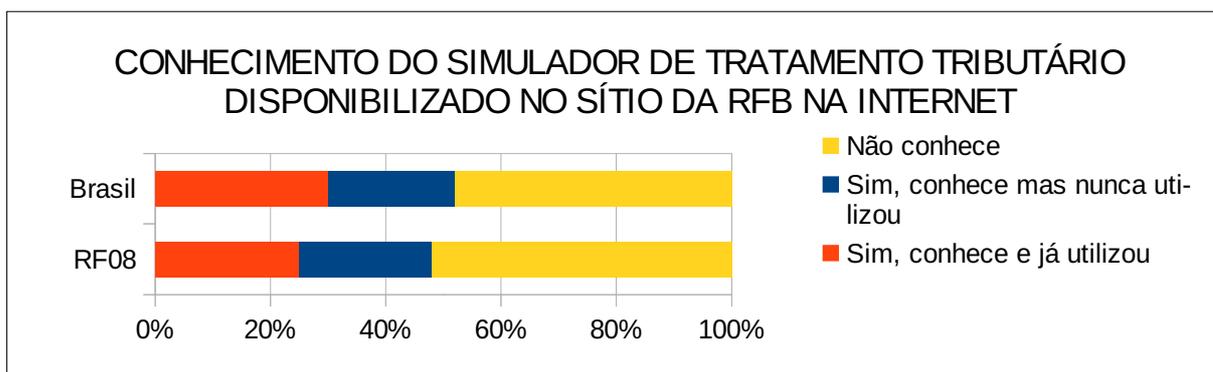
Fonte: Dipav08, a partir da pesquisa da FGV. Respostas pela escala de Likert. Base: total da amostra: 82% responderam à primeira pergunta e 79% à segunda. O restante respondeu “não sabe”

Figura 15 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. CONHECIMENTO DOS MANUAIS ADUANEIROS



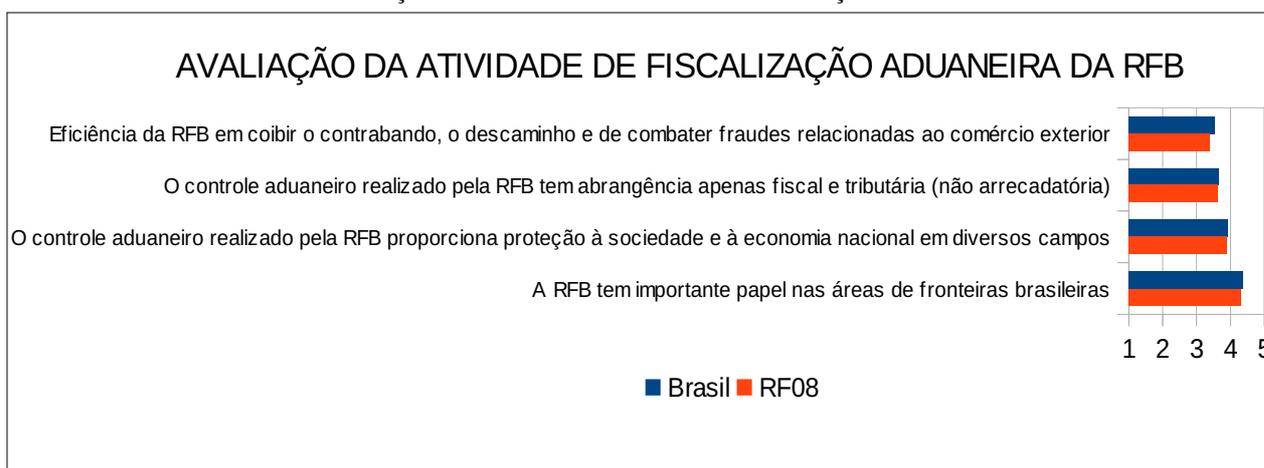
Fonte: Dipav08, a partir da pesquisa da FGV. Base: total da amostra.

Figura 16 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. CONHECIMENTO DO SIMULADOS DE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO



Fonte: Dipav08, a partir da pesquisa da FGV. Base: total da amostra.

Figura 17 - PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA ATUAÇÃO DA RFB PARA O FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR. AVALIAÇÃO DE ASPECTOS DA CONTRIBUIÇÃO DA RFB.



Fonte: Dipav08, a partir da pesquisa da FGV. Respostas pela escala de Likert. Base: total da amostra. 100% responderam à primeira pergunta; 98% responderam às demais.

Análise dos resultados

O gráfico da Figura 5 evidencia que a instituição é, de forma geral, bem avaliada pelos contribuintes, tendo havido até mesmo uma discreta melhora em 2013 em comparação com 2010. No entanto, esse resultado contrasta com o gráfico da Figura 7, dedicado à avaliação dos funcionários da 8ª RF: nota-se, ali, uma queda brusca no índice de aprovação em dois quesitos específicos: cortesia e agilidade. Entendemos que esse gráfico deva ser analisado em conjunto com os dados do Quadro 16, no subitem 3.4 - Resultados da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada na prestação de serviços ao cidadão deste Relatório, cuja análise menciona as medidas tomadas pela SRRF08 para reversão do quadro.

Na atividade aduaneira (Figuras 10 a 17) constata-se que a avaliação dos serviços pelos usuários também é satisfatória. O aspecto mais bem avaliado é o sistema Siscomex. O índice de satisfação se reduz, no entanto, quando está em pauta a simplicidade e rapidez dos processos, em especial o de despacho de importação. A este respeito, veja-se a análise dos quadros 17 e 18 no já mencionado subitem 3.4.

3.3 - Detalhamento do caminho de acesso, no portal da unidade jurisdicionada na Internet

Conforme o Referencial Básico de Governança, aprovado pela Portaria TCU nº 25/2014, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, a transparência é um dos componentes do mecanismo de governança denominado “controle”. A transparência nos resultados e na forma de atuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é de fundamental importância para o alcance de sua finalidade e para o bom desempenho de suas competências institucionais.

A organização, para ter transparência, deve divulgar oportunamente as questões relevantes relacionadas à organização, inclusive sua situação financeira, desempenho, composição e governança da organização. A organização deve dar transparência às informações, especialmente para as de alta relevância, que impactem os negócios e que envolvam resultados, oportunidades e riscos. A transparência, no entanto, não é ilimitada, e há informações que, de acordo com a legislação, requerem salvaguarda.

A RFB busca facilitar o acesso a informações referentes as suas atividades utilizado-se de diversos instrumentos de divulgação.

A maioria dos instrumentos de divulgação é de responsabilidade do Órgão Central da RFB, e estarão informados no Relatório de Gestão do Órgão Central.

Dentre esses instrumentos, destacamos a Carta de Serviços ao Cidadão, de responsabilidade do Órgão Central, disponibilizada no sítio do Ministério da Fazenda e no Portal da RFB.

Informamos que esta unidade não possui página própria na *internet*, e que quase todas as informações de interesse dos usuários como, por exemplo, acesso a serviços, legislação, orientações, endereços, telefones e titulares das Unidades da Região Fiscal são disponibilizadas no portal da RFB, endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br>. Por meio desse portal, são disponibilizados *links* para outros portais de interesse dos usuários dos serviços da RFB.

Quanto aos Relatórios de Gestão da Unidade, Relatórios de Auditoria de Gestão e demais documentos e informações correlatas, informamos que, devido a esta unidade não possuir página própria na *internet*, a publicação é realizada pelo Órgão Central, no endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/auditorias>.

Essa publicação é realizada em cumprimento ao Decreto nº 5.481, de 30 de junho de 2005, que alterou o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, e às normas do Órgão de Controle Interno que orientam a forma de divulgação.

Essas normas determinam que o Relatório de Gestão, o Relatório de Auditoria, o Certificado de Auditoria, o Parecer do Órgão de Controle Interno e o Pronunciamento Ministerial devem ser publicados no sítio da entidade na *internet*, no link “Processos de Contas Anuais”. Além desses documentos, as normas determinam a publicação de informações complementares, como os números dos processos, situação do julgamento dos processos pelo TCU, entre outras.

A publicação desses documentos também é realizada no sítio do Ministério da Fazenda, no link Auditoria da página de transparência ativa, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), endereço <http://www1.fazenda.gov.br/acessoainformacao/>.

Ressalta-se que, para alguns exercícios, não há Relatório de Gestão e/ou documentos do Órgão de Controle Interno e Pronunciamento Ministerial, tendo em vista que essa documentação é produzida de acordo com a previsão normativa do Tribunal de Contas União (TCU). Em alguns exercícios, o TCU dispensou esta unidade de apresentar Relatório de Gestão e/ou dispensou o Órgão de Controle Interno de realizar a auditoria de contas.

3.4 - Resultados da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada na prestação de serviços ao cidadão

Conforme mencionado no subitem 3.2 deste Relatório, o presente subitem é dedicado especificamente aos resultados da avaliação do atendimento da RFB pelos contribuintes, parte integrante de pesquisa de imagem e satisfação realizada pela FGV em 2013. As informações relativas à metodologia, amostragem, etc., podem ser encontradas no subitem em referência.

É importante ressaltar que a 8ª RF desenvolveu, ao longo de 2014, sua própria metodologia de pesquisa da qualidade do atendimento presencial. Essa metodologia se caracteriza pelo fato de realizar a avaliação diretamente com o público atendido imediatamente após a conclusão do atendimento. Até o final de 2014 essa pesquisa havia sido implantada, a título de piloto, em sete Unidades locais da 8ª Região Fiscal, não sendo possível, portanto, analisar os resultados no presente Relatório.

Abaixo apresentamos os principais resultados da pesquisa da FGV referentes à 8ª RF.

3.4.1 Avaliação do atendimento nas unidades de atendimento presencial:

De modo geral, o atendimento presencial foi bem avaliado por 58% dos entrevistados, enquanto apenas 8% não fizeram uma boa avaliação. Em 2010, somavam 70% os que ficaram satisfeitos com o atendimento e 8% os insatisfeitos. Sobre a evolução do atendimento presencial, 34% dos entrevistados apontam sua melhora. Para 18%, os serviços pioraram.

Outros resultados se encontram no quadro abaixo.

Quadro 16 - EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO PRESENCIAL NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO

Item avaliado	Índice de Ótimo/Bom em 2010	Índice de Ótimo/Bom em 2013
Rapidez do atendimento	65	50
Cortesia e educação	75	68
Tempo de espera para ser atendido	60	50
Capacidade dos funcionários	74	74
Confiança de que o serviço solicitado foi feito corretamente	77	66
Atendimento esperado x recebido	76	67

Fonte: Dipav08, a partir das pesquisas da FGV

3.4.2 Avaliação do atendimento via internet:

Os resultados desta avaliação não estão disponíveis separadamente para a 8ª RF porque o número de respondentes não é estatisticamente consistente para uma segmentação por Região Fiscal. Foram divulgados, portanto, somente os resultados para a RFB como um todo, os quais figuram no relatório da Unidade Central.

3.4.3. Avaliação do atendimento presencial nas unidades aduaneiras:

Conforme mencionado no subitem 3.2, a pesquisa sobre impacto da atuação da Receita Federal no fortalecimento do comércio exterior, de onde foram retirados os dados apresentados a seguir, foi realizada pela primeira vez em 2013. Não há, portanto, série histórica que permita avaliar a evolução. Seguem-se os resultados da 8ª RF:

Quadro 17 - AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO PRESENCIAL NAS UNIDADES ADUANEIRAS

Item avaliado	Índice de Ótimo/Bom	Índice de Ruim/Péssimo
Cortesia e gentileza	47%	19%
Educação	53%	18%
Rapidez e agilidade	42%	27%
Proatividade	40%	31%
Conduta ética	65%	14%
Capacidade técnica	66%	9%

Fonte: Dipav08, a partir das pesquisas da FGV

3.4.4. Avaliação do atendimento pela internet na esfera aduaneira:

Quadro 18 - AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO POR INTERNET NA ESFERA ADUANEIRA

Item avaliado	Índice de Ótimo/Bom	Índice de Ruim/Péssimo
Facilidade de navegação	67%	8%
Velocidade da página	68%	6%
Facilidade de compreensão do conteúdo	63%	11%
Disposição dos serviços na página inicial	65%	10%
Amplitude dos serviços online	67%	7%
Importância das informações disponíveis	82%	3%
O sítio da RFB nas questões de comércio exterior	72%	3%

Fonte: Dipav08, a partir das pesquisas da FGV

Análise dos resultados

O Quadro 16 evidencia uma queda na avaliação do atendimento presencial nas unidades não aduaneiras da 8ª RF de 2010 para 2013. Ao investigar os motivos do resultado, a Divic08 identificou pontos a serem melhorados em algumas das Unidades nas quais foi realizada a pesquisa e acordou com os respectivos gestores a adoção de medidas corretivas. Paralelamente, a Divic08 desenvolveu sua própria metodologia de pesquisa de satisfação com o atendimento, a qual tem a vantagem, quando comparada com a adotada pela FGV, de mensurar a satisfação do contribuinte logo após a conclusão do atendimento. Essa metodologia foi implantada em sete Unidades, tendo-se priorizado justamente aquelas que, na pesquisa da FGV, apresentaram resultado desfavorável. A implantação nas demais Unidades da 8ª RF está prevista para 2015.

Os quadros 17 e 18 revelam no conjunto um panorama satisfatório na avaliação do atendimento aduaneiro. Os quesitos que apresentam maiores restrições por parte dos respondentes são relativos à agilidade e proatividade. A 8ª RF, assim como a RFB em geral, tem investido esforços na melhoria desses resultados, ainda que seja preciso levar em conta a necessidade de balancear agilidade e controle/segurança. Uma exposição sucinta das medidas que vêm sendo tomadas para tornar mais céleres as atividades de despacho aduaneiro sem perda de efetividade pode ser encontrada no subitem 1.4 – Macroprocessos Finalísticos deste Relatório, no macroprocesso Administração Aduaneira.

3.5 - Medidas adotadas pelos órgãos para o cumprimento das normas relativas à acessibilidade

No intuito de garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, esta SRRF08 e suas Unidades Gestoras envidaram esforços no sentido de implementar as intervenções específicas de adequações de acessibilidade física, dotando suas edificações de identificação tátil, piso tátil, corrimãos e promovendo a substituição de alças de segurança nos banheiros, a confecção de placas de identificação, a adaptação de mesas/balcões de atendimento, o alargamento de rampas, a instalação de plataformas de elevação, a indicação sonora e braile nos elevadores e reformas de banheiros.

As medidas foram as seguintes, discriminadas por UG:

SRRF08 – UG 170133:

Conduziu centralizadamente as iniciativas voltadas para a execução dos projetos das Agências modelo, realizando licitação para a contratação dos projetos básicos das Agências de Botucatu, Barretos, Amparo, Mogi Guaçu, São João da Boa Vista, Itapetininga (projetos concluídos, restando a aprovação nas respectivas prefeituras), Itanhaém (projeto sendo readequado), Jales e Votuporanga (projetos 50% desenvolvidos).

Os projetos das Agências Modelo são concebidos dentro de critérios de identidade visual, flexibilidade, acessibilidade e sustentabilidade.

Também, através de sua Dieng, orientou as UGs no tocante às práticas de sustentabilidade voltadas às necessárias adaptações das demais edificações.

DRF/Araçatuba – UG 170134:

A DRF/Araçatuba possui dois prédios localizados no município de Araçatuba. A Sede encontra-se em plena obra de reforma e ampliação, com a conclusão prevista para junho/2015. A obra, além de ampliar a Sede da Delegacia com a construção de um anexo, também prevê que o prédio esteja de acordo com a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT. Portanto, até meados de 2015, a Delegacia terá suas edificações de acordo com a legislação aplicável, no que se refere à rampas de acesso, banheiros acessíveis, instalação de elevadores, larguras de portas, entre outras.

Em relação à identificação tátil, piso tátil, placas de identificação, identificação sonora e braile, a DRF pretende contratar empresa para essa adequação, após a finalização da obra de reforma, uma vez que o projeto da obra não contemplava os itens.

Em relação ao prédio da Unidade II, foram feitas algumas adaptações como rampas de acesso, instalação de piso tátil, portas mais largas nos sanitários, instalação de alças de segurança nos banheiros. As mudanças estruturais foram arcadas pelo proprietário do prédio, que é locado pela Administração.

Nos imóveis que abrigam as 05 agências jurisdicionadas à DRF/Araçatuba, existe em andamento a elaboração de Projetos Básicos de acessibilidade, os quais contemplam todas as mudanças necessárias para fins de atendimento da referida legislação. Esses projetos encontra-se em fase de elaboração para que, posteriormente, seja realizada a contratação da execução das medidas necessárias à adequação da acessibilidade.

DRF/Bauru – UG 170135:

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauru realizou intervenções em seu edifício-sede e nas Agências em Avaré, Botucatu e Jaú, no exercício de 2014, tais como: instalação de piso tátil, Instalação de alças de segurança no banheiro da ARF/Avaré, compra de cadeira de rodas para a DRF/Bauru e ARFs em Avaré, Botucatu e Jaú, licitação para modernização do elevador da DRF/Bauru (contrato assinado em dezembro de 2014).

Em 2014 foi finalizado o projeto da construção da nova sede da Unidade, contemplando os requisitos de acessibilidade previstos na legislação. As obras têm início previsto para 2015.

DRF/Campinas – UG 170136:

No prédio da DRF/Campinas, há banheiros acessíveis em todos os andares, rampas de acesso, acesso horizontal e vertical a todas as dependências do prédio e garagens próximas às entradas, facilitando a locomoção. No prédio do CAC/Campinas, além das medidas já citadas, há piso tátil, indicação em braile em escadas e elevadores, dentre outras medidas inclusivas. Destaca-se, também, que placas de identificação estão sendo providenciadas, no intuito de adequação às normas de acessibilidade vigentes.

DRF/Presidente Prudente – UG 170137:

Nas edificações da DRF/Presidente Prudente e de suas Agências, os espaços de acesso ao público são térreos e oferecem acesso ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade.

Os desníveis das áreas de circulação internas ou externas são transpostos por meio de rampas antiderrapantes.

No setor de triagem e de atendimento ao público, as superfícies das mesas e bancadas são acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em todos os sanitários, seja de uso público ou restrito aos funcionários, há cabines para pessoas de cada sexo portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Todas com entrada independente e instalação de acessórios.

De acordo com o Decreto nº 5.296/2004, nas unidades com estacionamentos, são reservadas vagas, em locais próximos à entrada de acesso, para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual.

Não há sinalização ou piso tátil para orientação de pessoas portadoras de deficiência visual.

DRF/Ribeirão Preto – UG 170138:

A Delegacia, desde o ano de 2007, vem implementando medidas de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais em seu edifício-sede e suas unidades jurisdicionadas.

Já foram implementados: piso tátil; corrimãos em escadas; barras de seguranças nos banheiros; balcão para atendimento à cadeirantes; rampas de acesso nas calçadas; elevador com indicação sonora, braile, barras e piso adequado; bebedouros; portas de banheiros públicos; vaga de estacionamento na porta do edifício com indicação para deficiente físico e cadeiras para contribuintes obesos no CAC.

Em 2014 foram instaladas as portas automáticas de vidro no edifício-sede e nas Agências de Jaboticabal e Porto Ferreira.

DRF/São José do Rio Preto – UG 170139:

Esta Unidade contratou através de procedimento licitatório específico (pregão eletrônico DRF/SJR nº 06/2014) a empresa DSA Engenharia Ltda., CNPJ nº 16.873.469/0001-75, contrato nº DRF/SJR nº 17/2014, processo administrativo nº 16011.720.080/2014-38, cujo objeto é a Adequação às Normas de Acessibilidade do edifício-sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto. As adequações, no valor de R\$ 221.372,76, se iniciaram em 26/01/2015 e encerrar-se-ão em 26/05/2015. O projeto básico prevê a instalação de piso tátil, reformas e adaptações de sanitários e vestiários, substituição e recuperação de rampas de acesso, instalação de portas automáticas, dentre outras intervenções (elevador com sinais sonoros já disponível na Unidade).

DRF/Santos - UG 170141:

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos, confeccionou, para o setor de protocolo, balcão de atendimento para portador de necessidade especial.

Na construção de sua nova sede o elevador que está sendo instalado atende a legislação em vigor, com todos os itens de acessibilidade previstos. A rampa de acesso ao edifício está sendo construída em conformidade com a legislação em vigor. Em todos os andares existem banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais.

O projeto de comunicação visual da nova sede também atende a legislação vigente.

DRF/Sorocaba – UG 170142:

A Delegacia instalou corrimãos nas áreas do estacionamento interno, indicação sonora e em braile nos elevadores, adaptou sanitários nos edifícios onde se encontram instaladas as Agências jurisdicionadas (Itapetininga, Itapeva, Itu, São Roque e Tatuí) e está iniciando a contratação de um projeto básico para adequar o edifício-sede aos padrões legais de acessibilidade.

DRF/Taubaté – UG 170143:

A DRF/Taubaté administra hoje 7 imóveis: Edifício sede, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Cruzeiro, Campos do Jordão e Ubatuba, além do Depósito Regional de Mercadorias Apreendidas. Os 7 imóveis mencionados estão parcialmente adaptados a portadores de deficiência, mormente no que se refere à adaptações para deficientes motores, haja vista possuírem acessos facilitados por rampas, sanitários adaptados, pontos de atendimento com níveis rebaixados. Pretende-se, em breve, contratar-se as adaptações voltadas a deficientes visuais e auditivos.

DRF/Guarulhos – UG 170144:

A DRF/Guarulhos implementou as seguintes medidas em 2014: aquisição de 3 bebedouros elétricos acessíveis para atender à sede da Delegacia e sua Agência jurisdicionada de Suzano, com valor de R\$ 3.540,00.

Além disso, o edifício-sede conta com vaga exclusiva para deficientes, rampa de acesso, corrimão, banheiros adaptados conforme exigência legal, adaptações implementadas em anos anteriores.

DRF/Limeira – UG 170145:

Com a finalidade do cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, estão sendo tomadas as seguintes medidas:

- 1) inclusão de tais previsões na contratação de projeto básico de reforma da ARF/Pirassununga;
- 2) inclusão de tais previsões na contratação de projeto básico de reforma da ARF/Araras;
- 3) Contratação de Projeto Básico específico para adaptações desta natureza para a ARF/São José do Rio Pardo;
- 4) Contratação de Projeto Básico específico para adaptações complementares desta natureza para a DRF/Limeira.

DRF/Osasco – UG 170146:

A DRF/Osasco contratou projeto para adequar sua Agência jurisdicionada em Taboão da Serra às normas de acessibilidade vigente, contemplando: inclusão de piso tátil, identificação tátil, adaptação de banheiros, adaptação de balcões, readequação da rampa de acesso e colocação de guarda-corpo. Atualmente, prepara-se o edital para a efetivação do projeto executivo e da execução dessa reforma, cujo término está previsto para o 2º semestre de 2015. O valor estimado das obras de adequação é de R\$ 40.000,00.

DRF/Santo André – UG 170147:

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo André concluiu em 2014 o procedimento de compra e instalação de corrimãos duplos nas escadas e rampas de acesso do edifício-sede, em conformidade com as normas técnicas, no valor total de R\$ 7.990,00.

Também foi elaborado levantamento de necessidades para reforma do andar térreo do imóvel da Agência da Receita Federal do Brasil em Mauá, a qual incluirá as necessárias adaptações de acessibilidade. A próxima etapa será a contratação, mediante procedimento licitatório adequado, do projeto básico da reforma.

ALF/ Viracopos – UG 170148:

A Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Viracopos ocupa instalações de propriedade e mantidas pela Concessionária Aeroporto Brasil Viracopos. De um modo geral, os acessos ao prédio administrativo contam com alargamento de rampas e piso tátil. As instalações possuem elevadores com indicação em braile e banheiros para Portadores de Necessidades Especiais (PNE).

ALF/GRU – UG 170150:

A Alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, ocupa área cedida nos prédios hoje geridos pela Concessionária GRU Airport, que providencia as readequações físicas quando entende necessárias. Assim, a concessionária GRU Airport é que detém toda a responsabilidade financeira e operacional sobre obras de acessibilidade, realizando desde o projeto até a execução. Nenhum custo é repassado à Administração.

A concessionária já atendeu demandas desta Alfândega, como por exemplo a instalação de elevadores para portadores de necessidades especiais em ambos os prédios administrativos, além de readequação dos banheiros das mesmas construções para os padrões de acessibilidade vigentes.

ALF/STS – UG 170168:

O edifício-sede da Alfândega já dispõe de banheiros acessíveis, plataforma de acesso, placas e corrimãos. A previsão é de que os demais itens sejam regularizados no exercício de 2015.

DELEX/SP – UG 170259:

Durante o exercício de 2014 diversas ações foram tomadas em atendimento à Lei 10.098/2000, em especial os artigos 11 e 12, bem como normas técnicas da ABNT: barras de apoio para chuveiro adaptado na área de vestiário; corrimãos / guia de balizamento; sirene audiovisual para alarme de incêndio.

A Unidade já conta com adaptação de mesas/balcões de atendimento ao público externo, indicação sonora e braile nos elevadores, placas de identificação, banheiros adaptados, rampas de acesso, plataformas de elevação (elevador).

DRF/São Bernardo do Campo – UG 170261:

Em relação à acessibilidade foram adotadas as seguintes medidas na DRF/SBC:

1. disposição de vaga especial no estacionamento para portadores de necessidades especiais (PNE), tanto para servidores como para o contribuinte;
2. instalação de bebedouros adaptados aos PNE's;
3. realização de atendimento prioritário aos PNE's;
4. disposição de assentos especiais para pessoas obesas no auditório da Unidade;
5. disposição de banheiros adaptados em todos os andares para pessoas PNE's, tanto para servidores como contribuintes;
6. disposição de indicação sonora e informação em braile nos elevadores.

DRF/São José dos Campos – UG 170262:

Existe projeto para reforma da IRF/São Sebastião a fim de adequar seu prédio aos padrões de acessibilidade. Tal projeto está no Plano de Engenharia da 8ª RF e deve ser efetivado ao longo de 2015.

Em relação ao prédio sede da DRF/São José dos Campos, foi feito um estudo para viabilizar a implementação de medidas de acessibilidade, e paulatinamente está-se adaptando o prédio. Foi instalado corrimão na entrada do prédio; sinalizações foram revistas, porém ainda não foi possível licitar piso e mapa táteis para todos os prédios de jurisdição. No caso dos elevadores será necessário licitar sua modernização para que seja possível implantar todas as normas de acessibilidade.

DRF/Marília – UG 170287:

As medidas de acessibilidades adotadas no ano de 2014 foram:

1. Reforma do banheiro do centro de atendimento aos contribuintes, com substituição de alças de segurança e aumento das portas, possibilitando a sua utilização por cadeirantes.
2. Realocação do Centro de Atendimento aos Contribuintes, que se encontrava no 4º andar, para o piso térreo, facilitando o acesso de cadeirantes.
3. A Delegacia tem buscado contratar empresas especializadas para realizar projetos de acessibilidade completo em todas as unidades, sem sucesso até a presente data.

DERAT/SP – UG 170312:

Os edifícios mantidos pela UG possuem condições de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida, observados os seguintes requisitos: calçada rebaixada, rampas de acesso, bebedouros com altura adequada para usuários de cadeiras de rodas, sinalização tátil, indicação sonora e braile nos elevadores, vagas de garagem destinadas aos portadores de deficiência física, um banheiro adaptado para pessoa portadora de deficiência ou mobilidade reduzida por pavimento e demais condições para utilização dos espaços por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

DEINF/SP – UG 170313

No ano de 2014, foram realizadas as seguintes medidas corretivas, para adequação das instalações do edifício-sede da DEINF, à norma NBR 9050/04:

1. Troca do piso da rampa de acesso à entrada do prédio;
2. Troca e acréscimo de corrimãos na entrada, na rampa e internos ao prédio Sede da DEINF;
3. Troca do balcão da Recepção do Prédio;
4. Colocação de tapetes com Símbolo Internacional de Acesso, na entrada e em todos os andares que atendem ao público externo;
5. Instalação de suportes para extintores, onde havia obstrução à passagem de pessoas;
6. Instalação de vaga para estacionamento de veículo conduzido por deficiente;
7. Instalação de barras para deficiente em todos os banheiros adaptados;
8. Instalação de identificação visual e tátil nas portas e batentes dos banheiros e corrimãos;
9. Instalação de sinalização visual na borda do piso da escada de entrada do prédio.

DRF/ Jundiaí – UG 170318:

A DRF/Jundiaí implantou em seu edifício, em 2014: piso tátil, banheiros acessíveis, alças de segurança nas paredes, balcão de atendimento adaptado e placas sinalizadoras. A reforma dos banheiros foi custeada pelo proprietário do imóvel, sem custos para a RFB, já as alças, placas e balcão tiveram um custo aproximado de R\$ 8.000,00.

DEMAC/SP – UG 170320:

Em dezembro de 2013 foi contratada empresa especializada para efetuar o levantamento, entre outros itens, das necessidades de adaptação do prédio da DEMAC no que se refere à acessibilidade, tendo resultado nas seguintes recomendações:

1. Acesso ao edifício – regular, sem necessidade de instalação de corrimão e de piso tátil de alerta em razão da pequena inclinação do piso.
2. Balcão de recepção – necessidade de ter parte rebaixada para o uso de pessoas em cadeira de rodas e baixa estatura.
3. Auditório – Necessidade de instalação de piso tátil para facilitar o acesso.
4. Comunicação visual – Dotar as informações visuais (placas) com informações táteis (texto em relevo e braile). No caso das placas de localização das salas, é interessante a instalação de um mapa ou diretório tátil.
5. Elevador – A unidade possui apenas um elevador e é preciso implementar sinalização tátil de alerta junto à porta e sinalização tátil indicadora de pavimento. Instalar botoeiras internas e externas com braille e também o SIA (Símbolo Internacional de Acesso).
6. Sanitários adaptados – Estão dentro dos padrões estabelecidos pela NBR 9050, devendo somente ter as barras de apoio reposicionadas para a altura estabelecida na norma. Instalar Alarme para Sanitário Acessível para a segurança da pessoa com deficiência que encontrar-se no sanitário bem como sinalização tátil nas portas.
7. Escadas e corrimãos – providenciar a sinalização tátil dos corrimãos, com anel, além de fixar sinalização em braille nos mesmos, informando sobre os pavimentos no início e no final das escadas fixas e rampas. Fixar adicionalmente, sinalização visual nos degraus das escadas e piso tátil de alerta no início e fim da rampa.
8. Vagas de Garagem – reservar 2% do total das vagas de cada estacionamento para portadores de deficiência. Demarcar as vagas com SIA (Símbolo Internacional de Acessibilidade). Do mesmo modo, demarcar as vagas para gestante e idosos.

Em 2014 foi formalizado e concluído processo de aquisição de materiais a fim de atender parte das demandas descritas no Memorial descritivo produzido pela empresa de consultoria contratada no ano anterior, tendo sido empenhado o valor de R\$ 6.921,85 para a aquisição dos seguintes itens:

- 15 metros de piso tátil direcional, formato barras de 23 cm, formato das placas 25 x 25, cor preta para preencher as áreas de circulação internas indicando o caminho a ser percorrido.
- 200 peças de faixa sinalizadora de degrau, largura de 2 a 3 cm, comprimento 20 a 30 cm, preta para serem fixadas nos degraus das escadas do imóvel.
- 50 metros de piso tátil de alerta preto para sinalização de todas as rampas, início e final das escadas, porta do elevador.
- 7 placas de sinalização tátil para a sinalização do pavimento (2º subsolo ao 4º andar) junto ao bante do elevador.
- 14 placas sinalizadoras de início e final do andar, em alumínio, escrito em braille estampado a serem fixadas no prolongamento horizontal dos corrimões.
- 14 anéis para corrimão cinza, tipo borracha a serem instalados nos corrimões.
- 1 módulo de referência SIA para demarcação das vagas reservadas ao cadeirante.

O balcão de recepção foi adaptado, conforme recomendado.

Algumas adaptações encontram-se em fase de negociação com o proprietário do imóvel para o custeio da despesa, em especial, a modernização do elevador e a instalação de novas divisórias em alguns setores, com alterações do layout atual. A elaboração do mapa ou diretório tátil e a instalação da nova sinalização visual só poderão ser implementados após a conclusão do novo layout.

DRF/Piracicaba – UG 170321:

Na DRF/Piracicaba foram implementados, no exercício 2014: identificação tátil nos elevadores, piso tátil nas escadas (R\$ 440,00), corrimãos nas rampas de acesso do estacionamento

(R\$ 1.690,00), banheiros para deficientes, plataformas de elevação, vagas para deficientes e idosos nos estacionamentos de funcionários e contribuintes, bebedouros para cadeirantes.

DRF/Araraquara – UG 170322:

Seu edifício-sede passou por adequações nesse sentido e atualmente, conta com rampas de acesso, sinalização de vagas preferenciais, banheiros e bebedouros acessíveis, placas indicativas de sanitários acessíveis e piso tátil.

A ARF/São Carlos e a ARF/Ibitinga, também possuem os dispositivos de acessibilidade listados acima.

Cumpre informar, no entanto, que nos três prédios ainda não há adequação plena aos termos das normas de acessibilidade, o que deverá ser sanado no exercício 2015.

DRF/Franca – UG 170323:

Está em andamento a obra de construção do edifício-sede da DRF/Franca, cujo projeto contempla todas as normas de acessibilidade. A Agência de Barretos está com o seu projeto básico concluído, pendente de aprovação na prefeitura. Para a ARF/São Joaquim da Barra, pretende-se licitar, este ano, projeto que incorpore, integralmente, os conceitos de acessibilidade.

DEFIS/SPO – UG 170385:

Medidas de acessibilidade adotadas pela DEFIS através da obra de reforma do edifício-sede:

- 1-Instalação de plataforma elevatória para cadeirante na entrada, com 2 paradas;
- 2-Piso podotátil em todo prédio, inclusive subsolo;
- 3-Pictograma para cadeira de rodas na recepção p/ contribuintes;
- 4-Corrimãos contínuos nas escadas para deficientes visuais;
- 5-Sinalização tátil de corrimãos para os deficientes visuais saberem em que andar estão;
- 6-Placas de banheiros acessíveis em braile, identificando masculino e feminino;
- 7-Balcão de atendimento na recepção rebaixado p/ acesso aos cadeirantes;
- 8-Elevador com voz, para deficientes visuais, avisando o andar em que se encontra;
- 9-Banheiros acessíveis com: vaso sanitário próprio, barras de apoio, torneira específica para deficientes, saboneteira e papeleira baixas para acesso aos cadeirantes, além do acionador de descarga específico acessível, portas mais largas e puxador de porta específico;
- 10-Elevador com: botões em braile e barra de apoio;
- 11-Guarda corpos, para impedir queda no alto das escadas;
- 12-Vaga para deficiente na garagem;
- 13-Placas indicando os banheiros acessíveis;
- 14-Elevador com botoeiras baixas, para acesso dos cadeirantes.

ALF/SP – UG 170533:

A Alfândega de São Paulo ocupa o mesmo prédio em que se localiza a unidade da DELEX, ela é quem detém o contrato de realização da manutenção predial e quem promove o cumprimento das normas de acessibilidade para as duas unidades.

DERPF/SP – UG 170535:

A Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoa Físicas em São Paulo ocupa os mesmos prédios em que se localizam as unidades da DERAT e DEFIS, responsáveis pela administração dos respectivos prédios.

DRF/Barueri – UG 170551:

A DRF/Barueri adotou as seguintes medidas relacionadas à acessibilidade:

1. Instalação de telefone público com amplificador de sinal, acessível para pessoas de baixa estatura ou em cadeira de rodas;

2. Instalação de bebedouros públicos com altura acessível para pessoas de baixa estatura ou em cadeira de rodas;
3. Construção de rampas de acesso largas fabricadas em cimento ou metálicas, facilitando o acesso de cadeirantes na entrada principal do prédio, elevador, CAC e pátio de estacionamento;
4. Construção de elevador acessível, para uso preferencial de pessoas portadoras de necessidades especiais, dotado de cabine com velocidade reduzida e adaptada às normas da ABNT vigentes, interfone para situações de emergência e botões de comando com sinalização em “braille”. Cabe ressaltar que o elevador foi totalmente construído com recursos do proprietário do imóvel, sem ônus para a União;
5. Implantação de estacionamento externo, na via pública, com vagas destinadas a idosos e deficientes físicos, devidamente sinalizadas, cujo pedido da DRF/Barueri foi prontamente atendido pela Prefeitura de Barueri;
6. Estacionamento interno com vaga destinada para funcionários portadores de necessidades especiais, localizada próxima à entrada principal do prédio, de fácil acesso à circulação de pedestres, inclusive do elevador, conforme estabelecido no Decreto nº 5.296/2004 e nas normas técnicas da ABNT;
7. Adaptação de 04 (quatro) cabines sanitárias acessíveis, sendo 01 (um) box para uso masculino e 01 (um) box para uso feminino, por pavimento, localizados no piso térreo e no 1º andar, destinados ao público, bem como aos funcionários, dotados com peças sanitárias adequadas ao uso de pessoas portadoras de necessidades especiais, acessórios, espelho com inclinação e barras de segurança para apoio lateral e de fundo de acordo com as normas vigentes, devidamente sinalizados;
8. A DRF/Barueri dispõe de 01 (uma) cadeira de rodas destinada a facilitar a locomoção de pessoas portadoras de necessidades especiais;
9. Aguarda-se a liberação de recursos (Plano Nacional de Aquisição – PNA 2014-2015) para aquisição de 06 (seis) cadeiras de espera de uso especial com assentos para pessoas obesas, para serem utilizadas na sala de espera do CAC;
10. Com relação ao piso tátil, aguarda-se sua implementação no biênio 2015/2016.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL – SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 4: Planejamento e Resultados Alcançados
(Item 4, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Introdução

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão informações sobre custos de produtos e serviços (subitem 4.5 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II da DN TCU nº 134/2013), pois a administração da Unidade de Custos é realizada no Órgão Central, e as informações relacionadas a esse subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão informações sobre o acompanhamento e avaliações relacionadas à supervisão de entidades públicas e privadas com contrato de gestão nem sobre o acompanhamento das ações e resultados relacionados a contratos de gestão regidos pela Lei 9.637/1998 (itens 60 e 61 da Parte B - Conteúdo Específico, Anexo II da DN TCU nº 134/2013), pois esta Unidade não tem a incumbência de supervisionar a execução de contratos de gestão, nem é signatária de contrato de gestão.

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão informações sobre indicadores específicos (itens 8, 9 e 16 da Parte B - Conteúdo Específico, Anexo II da DN TCU nº 134/2013), pois esta Unidade não é responsável pela apresentação dos respectivos indicadores.

4.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada

O planejamento da SRRF08 tem como base dois elementos constitutivos da estratégia nacional da RFB – a Cadeia de Valor e o Mapa Estratégico – e mais três que foram construídos regionalmente – os Desafios da 8ª Região Fiscal, o Painel de Indicadores Desdobrados e o Portfólio de Projetos regionais.

Iremos, a seguir, descrever cada um desses elementos.

4.1.1 – Cadeia de Valor e Processos de Trabalho

No processo de formulação da Estratégia para o período 2012-2015, foi incorporada a construção da Cadeia de Valor da RFB, que é a representação gráfica de como são organizados e agrupados os processos de trabalho para que a Instituição cumpra sua Missão e gere valor para os seus clientes. Esse tema (Cadeia de Valor) já foi detalhado no subitem 1.4 (Macroprocessos Finalísticos).

Processos de Trabalho são o conjunto de recursos e de atividades inter-relacionadas ou interativas que transformam insumos (entradas) em serviços/produtos (saídas), tendo como principal resultado a agregação de valor ao cliente/cidadão. As atividades envolvidas em um processo normalmente utilizam como recursos pessoas, equipamentos, instalações, infraestrutura e sistemas de informação e estão sujeitas a controles de políticas, regras, procedimentos operacionais, indicadores e metas.

Nesse contexto, a Gestão de Processos é uma abordagem conceitual que trata processos como ativos que potencializam diretamente o desempenho de uma organização e orienta a geração de valor a partir do foco no cidadão/cliente e da visão sistêmica das atividades.

Ao longo de 2014, foram publicados 90 processos de trabalho da RFB. Somando-se tal dado ao número de processos publicados no ano de 2013, atualmente, a RFB dispõe de 98 processos de trabalho publicados.

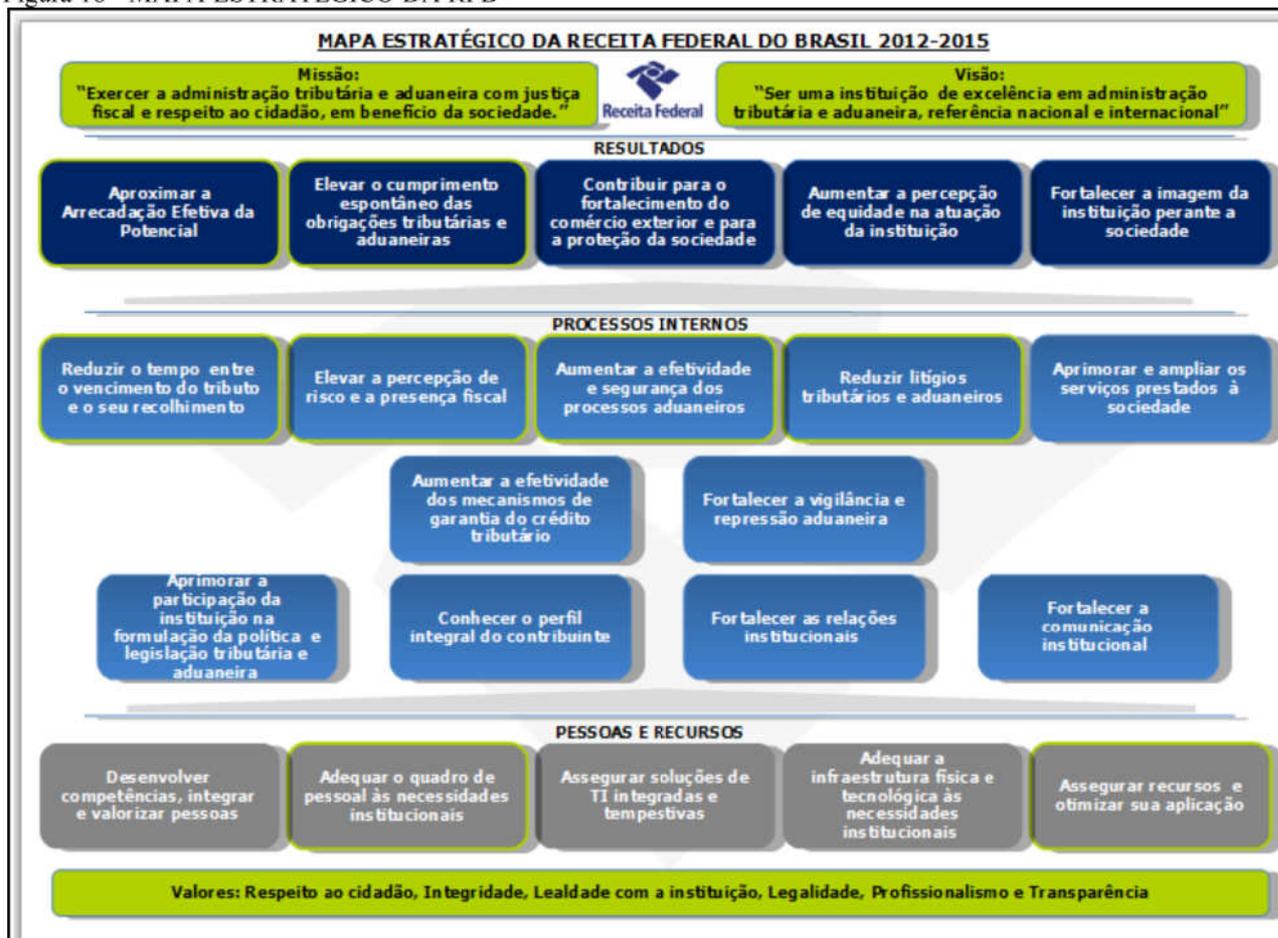
4.1.2 - Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico da RFB tem sua construção baseada na Cadeia de Valor e traduz a Missão, a Visão e a Estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos interligados por relação de causa e efeito que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.

O Plano Estratégico em vigência abrange o Ciclo 2012-2015 e a vinculação desse plano com suas competências constitucionais, legais e normativas pode ser demonstrada a partir do conjunto de 6 elementos que compõem esse Mapa: Missão; Visão; Objetivos Estratégicos de Resultados; Objetivos Estratégicos de Processos Internos; Objetivos Estratégicos de Pessoas e Recursos; e Valores.

A seguir, a figura do Mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil - Ciclo 2012-2015.

Figura 18 - MAPA ESTRATÉGICO DA RFB



Fonte: Intranet RFB

A *Missão* (razão de ser da organização) da RFB é : "Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade" e expressa o papel institucional da organização com relação às políticas públicas.

A *Visão de Futuro* (aspirações da organização em relação a seu futuro) da RFB está assim descrita: "Ser uma Instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional".

Os *Valores Institucionais* (o que é importante para a organização) que norteiam a atuação da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a Instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparência.

Os *Objetivos Estratégicos* são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, determinando, assim, as estratégias a serem desenvolvidas ao longo do ciclo 2012-2015. No total, são 21 Objetivos Estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas: Resultados, Processos Internos e Pessoas e Recursos. Os Objetivos de Resultado demonstram o que a Instituição quer e os Objetivos de Processos Internos e de Pessoas e Recursos o que a Instituição deve fazer para alcançar os resultados desejados.

Os Objetivos Estratégicos da RFB estão descritos a seguir:

→ Perspectiva de Resultados:

- 1) - **Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial:** envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.
- 2) - **Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras:** ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.
- 3) - **Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade :** fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
- 4) - **Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição:** aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.
- 5) - **Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade:** fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua Missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

→ Perspectiva de Processos Internos:

- 1) - **Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento:** racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário, permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
- 2) - **Elevar a percepção de risco e a presença fiscal:** intensificar a atuação da Instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
- 3) - **Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros:** proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.
- 4) - **Reduzir litígios tributários e aduaneiros:** melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.
- 5) - **Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade:** adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.
- 6) - **Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário:** assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.

7) - **Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira:** adequar recursos e procedimentos necessários visando a melhorar e a ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.

8) - **Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira:** aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.

9) - **Conhecer o perfil integral do contribuinte:** conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.

10) - **Fortalecer as relações institucionais:** fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.

11) - **Fortalecer a comunicação institucional:** aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara

➔ Perspectiva de Pessoas e Recursos:

1) - **Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas:** capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas, tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.

2) - **Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais:** prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.

3) - **Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas:** assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.

4) - **Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais:** disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.

5) - **Assegurar recursos e otimizar sua aplicação:** assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Dentre os Objetivos Estratégicos explicitados no Mapa Estratégico para o quadriênio 2012-2015, existem oito considerados "objetivos-batalha", identificados com a marcação de uma borda verde. Esses objetivos foram selecionados na época da elaboração do Mapa, em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB, para serem acompanhados de maneira mais atenta pela administração.

4.1.3 – Diretriz e Desafios da 8ª Região Fiscal

Para o ciclo de planejamento do quadriênio 2012-2015 a 8ª RF adotou uma diretriz institucional e sete desafios, como segue:

Diretriz institucional:

Institucionalizar a visão gerencial na 8ª Região Fiscal de uma só Unidade, um só Objetivo.

Desafios da 8ª RF:

- 1 - Cumprir a meta de arrecadação
- 2 - Aumentar a qualidade dos atendimentos prestados à sociedade
- 3 - Incorporar qualidade aos processos de trabalho
- 4 - Aumentar a qualidade e a efetividade da atividade de fiscalização
- 5 – Incorporar o e-Processo e aproveitar a era digital em prol da RFB
- 6 - Implantar hoje uma aduana do futuro
- 7 - Investir na capacitação gerencial com foco em resultados

Por meio da diretriz e dos desafios acima, a 8ª Região Fiscal definiu a aplicação da estratégia da RFB à sua realidade, organizando-a em eixos temáticos em torno dos quais são alinhados os principais projetos e ações regionais. Os desafios não são diretamente mensuráveis por meio de indicadores próprios porque a criação de tais indicadores acarretaria, fatalmente, uma superposição com os indicadores dos objetivos estratégicos da RFB.

A relação de desafios acima foi elaborada de forma participativa em um seminário de planejamento, realizado no fim do ano de 2011 e que reuniu todos os gestores da 8ª Região.

4.1.4 – Painel de Indicadores e Sistema de Gestão

A cada objetivo do Mapa Estratégico da RFB foram associados um ou mais indicadores, cuja finalidade é tornar viável a mensuração do alcance do respectivo objetivo estratégico. Esses indicadores são conhecidos como *indicadores estratégicos nacionais*. A maior parte deles é empregada pela Unidade Central para avaliar o desempenho das Regiões Fiscais.

Além deles, a 8ª RF desenvolveu um segundo conjunto de indicadores, conhecidos como *indicadores regionais*, os quais estão voltados à mensuração de atividades ou aspectos não contemplados pelos indicadores nacionais.

O Painel de Indicadores Desdobrados da 8ª RF é um sistema que reúne os indicadores nacionais e regionais. Seu objetivo é acompanhar o desempenho das Unidades Gestoras da UJ em todos eles. O aplicativo sinaliza com a cor vermelha os resultados que tiverem sido inferiores à meta, ou, alternativamente (a configuração é à escolha do usuário), as cinco Unidades com os piores resultados em cada indicador no respectivo período de apuração.

Para tornar efetivo o acompanhamento do desempenho das Unidades pelo Painel, a SRRF08 organiza e promove, a cada trimestre, dois eventos: uma reunião breve, com as Divisões da própria Superintendência, cujo objetivo é subsidiar a participação do Superintendente na Reunião de Avaliação Estratégica nacional promovida pelo Gabinete da RFB, na qual são avaliados os resultados das RF nos indicadores; e um seminário com a participação dos titulares das Unidades Locais da 8ª RF, no qual, entre outros temas, são colocados em foco alguns indicadores nos quais o desempenho da 8ª RF ou de algumas Unidades no último trimestre tiver sido abaixo do esperado, para discussão de justificativas e proposição de ações para alavancar os resultados.

4.1.4 Portfólio de projetos regionais

A definição dos projetos regionais da SRRF08 leva em conta os objetivos do Mapa Estratégico, os macroprocessos da cadeia de Valor da RFB e as diretrizes e desafios da 8ª RF. De todo o conjunto de projetos, alguns são escolhidos para terem o acompanhamento direto do Gabinete da Superintendência e concentrarem os esforços e recursos para alavancar a estratégia nacional e superar os desafios regionais. Estão destacados no quadro a seguir:

Quadro 19 - PORTFÓLIO DE PROJETOS REGIONAIS

Principais Iniciativas Estratégicas Regionais	Descrição
*Metodologia e Pesquisa da Qualidade do Atendimento	Desenvolver metodologia de pesquisa de satisfação dos cidadãos durante o atendimento presencial
*Construindo o Caminho para o uso efetivo do e-Processo	Padronização da Configuração de Equipes no sistema e-Processo. Definição dos fluxos padrões a serem controlados nos Gerenciais. Capacitação gerencial com foco na nova sistemática de trabalho. Construção e implantação de indicadores operacionais
*Expansão da Disseminação do Planejamento Estratégico	Construir um modelo de disseminação do Planejamento Estratégico da RFB que permita a compreensão, o envolvimento e o comprometimento de todos os servidores da 8ª Região Fiscal
*Estímulo ao autoatendimento	Implantação de método e estrutura específicos para disponibilizar nas Unidades de atendimento os serviços do Portal e-CAC
*Programa Inteligência Emocional	Oferecer ferramentas que possam ser utilizadas na administração das emoções aprimorando relacionamentos interpessoais e intrapessoais, fortalecendo, assim, o autoconhecimento, automotivação, a agregação entre os servidores, a empatia, incentivando a criatividade e melhor gerenciamento do estresse
*Institucionalização da Rede de Gestão de Pessoas	Fortalecer a estrutura da Rede de Gestão de Pessoas
*Projeto Compartilhe	Implementar ferramenta para compartilhamento de conteúdo visando à gestão do conhecimento na 8ª RF
*Projeto Sintonia Restituição	Promover a análise regional dos Pedidos de Restituição (PER), de forma colaborativa entre as Unidades Locais.
*Pós-graduação em Direito Tributário 2014-2016	Qualificar, em nível de pós-graduação <i>lato sensu</i> , servidores da 8ª RF selecionados e que trabalham com a interpretação e aplicação da legislação tributária federal
*NAFs - Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal nas Faculdades	Elaborar uma grade de treinamento sobre serviços e obrigações principais e acessórias para inclusão na grade horaria das faculdades de contabilidade e posterior certificação dos alunos participantes.
*Criação e Implementação de Banco de Instrutores	Banco de dados com informações sobre Servidores da Receita Federal que possam atuar como instrutores nas ações de capacitação executadas no âmbito da 8ª Região Fiscal
*Espaço da Fala	Implementar serviço de acolhimento, de escuta e de orientação para o servidor que enfrenta algum tipo de dificuldade pessoal ou profissional que esteja impactando sua saúde ou seu desempenho funcional.
*Classificação de Atos Normativos e Interpretativos	Formação de uma equipe regional visando a assegurar a atualização permanente da legislação e normatização de interesse da RFB, classificada por tema.
*Seleção Parametrizada do Siscomex Importação	Aprimorar o processo de análise de DI de canal verde
*Regionalização da Seleção	Aumentar a eficiência da programação através da regionalização da atividade, visando a especialização e aumento da certeza de seleção.

Fonte: Dipav08

Os projetos estratégicos são avaliados trimestralmente em Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE). Esses encontros são realizados separadamente com cada Divisão da Superintendência, ou então, com duas ou até três Divisões com atividades afins. Participam: o patrocinador dos projetos, que é o Superintendente Adjunto que supervisiona as Divisões participantes; a chefia da Divisão que lidera os projetos; a equipe responsável pelos projetos, e a equipe da Dipav. Compõem a pauta tanto a proposição, a avaliação e a eventual aprovação de novos projetos – atividade que se concentra na passagem de um exercício a outro – como o acompanhamento dos projetos já existentes.

Para a aprovação dos projetos estratégicos da Unidade não existe uma formalização de critérios e procedimentos. No entanto, a decisão de aprovar um projeto leva em conta sua viabilidade técnica, a disponibilidade de recursos (humanos e, eventualmente, materiais e financeiros) e o impacto nos objetivos estratégicos e nos processos de trabalho da Superintendência e das Unidades da 8ª RF.

Uma vez aprovados, os projetos são registrados e acompanhados no sistema SAGE, sistema informatizado que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição e possui funcionalidades de gestão de projetos e portfólio. A partir de 2015 os projetos regionais passarão a ser registrados e acompanhados no sistema Clarity, mais avançado, a exemplo do que já vem ocorrendo com os projetos estratégicos das Unidades Centrais da RFB.

4.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Quadro 20 - AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	10AX			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos - SP					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.000.000	3.500.000	3.344.087	0	0	0	3.344.087
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Edifício construído			percentual de execução	Previsto	Reprogramado	Realizado
				21,0	50,0	50,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7.546.857	4.976.091	0	percentual de execução	percentual de execução	20,0	

Fonte: Copol

Análise situacional:

Obra em andamento com conclusão prevista para Abril/2015.

Execução das metas: foi prejudicada nos exercícios anteriores, por incapacidade executiva temporária por parte da contratada, a qual foi superada somente em 2013. A expectativa é a conclusão da obra em abril 2015.

Fatores intervenientes: Falta temporária de capacidade financeira por parte da Contratada; sem dificuldades orçamentárias.

Restos a pagar: os valores foram inscritos em RAP para preservar os recursos, diante de possíveis limitações orçamentárias nos exercícios subsequentes.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

Identificação da Ação						
Código	147X			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca - SP					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.000.000	3.500.000	773.129	504.170	504.170	0	268.959
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra concluída			percentual de execução física	25,0	25,0	15,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
16.896.999	3.047.334	0	Obra concluída		percentual de execução física	18,0

Fonte: Copol

Análise situacional:

A obra da DRF-FCA está em andamento regular.

Execução das metas: avaliação iniciada em 2014, com o início da construção.

Fatores intervenientes: não há.

Restos a pagar: os valores foram inscritos em RAP para preservar os recursos, diante de possíveis limitações orçamentárias nos exercícios subsequentes.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

Identificação da Ação						
Código	147Y			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campinas - SP					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.000.000	3.500.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra concluída			percentual de execução física	15,0		0,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Obra concluída		percentual de execução física	0,0

Fonte: Copol

Análise situacional:

A ação apresenta problemas de documentação de parte do terreno e aguarda solução por parte do órgão municipal. A iniciativa deve ter prosseguimento em 2015 como projeto.

Execução das metas: Houve necessidade de adequação do Plano de Necessidades da iniciativa às novas condições determinadas pela área e conformidade do terreno que passa a ser utilizado.

Fatores intervenientes: dificuldades administrativas, não orçamentárias.

Restos a pagar: não há.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

Identificação da Ação						
Código	14IF			Tipo: Projeto		
Título	Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda de São Paulo - SP					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.000.000	1.400.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra concluída		percentual de execução física	8,0	2,0	0,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Obra concluída		percentual de execução física	0,0

Fonte: Copol

Análise situacional:

A reforma do Ed Sede, Av. Prestes Maia, aguarda a entrega da planilha orçamentária. Obra sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva do MF em São Paulo, a ser desenvolvida no modelo PPP (Parceria Público Privada).

Execução das metas: projeto básico em fase de recebimento. Pelo vulto da obra, a Secretaria-Executiva do MF considera a execução por PPP, o que pode afetar o modelo de implantação e os recursos orçamentários da ação.

Fatores intervenientes: dificuldades administrativas, não orçamentárias.

Restos a pagar: não há.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

4.3 - Informações sobre Outros Resultados Gerados pela Gestão

Este subitem será dedicado à exposição dos principais resultados da gestão da 8ª RF em aspectos não contemplados diretamente no subitem 1.4 deste Relatório, dedicado aos macroprocessos finalísticos.

4.3.1 – Consolidação do trabalho regional cooperativo

Em 2014 tiveram continuidade as iniciativas de trabalho cooperativo entre as Unidades Locais da 8ª Região Fiscal na área de tributos internos iniciadas em anos anteriores: a seleção regional de contribuintes sujeitos ao acompanhamento diferenciado; o grupo de trabalho para análise dos pedidos de isenção de IPI e IOF para taxistas e deficientes, e o Projeto Sintonia, voltado à análise de Declarações de Compensação. Além disso, nessa mesma filosofia de trabalho, teve início o projeto Sintonia Restituição, que acompanha os Pedidos de Restituição e Ressarcimento (conforme o subitem 4.1.4 acima).

No Sintonia incentiva-se as Unidades locais a trabalharem os processos de maior relevância, ainda que sejam de outra jurisdição. Assim, cinco Unidades trabalharam Declarações de Compensação com relevância de risco ou valor de outras Unidades, totalizando R\$ 912 milhões em débitos; e duas Unidades locais trabalharam Pedidos de Restituição mais antigos de outras Unidades, o que totalizou 117 famílias de pedidos de restituição. Conforme especificado no subitem 1.4, essa sistemática proporcionou excelentes resultados em termos de redução de estoques de compensações e restituições pendentes.

4.3.2 – Destruição e destinação de mercadorias apreendidas

A Superintendência e mais 18 unidades da 8ª Região Fiscal participaram intensamente dos Mutirões Nacionais de Destruição. No XIII Mutirão, realizado em junho, foram destruídas 396,22 toneladas de mercadorias, avaliadas em R\$ 52.055.279,80, representando 12,62% em peso e 22,34% em valor, dos totais nacionais. Já no XIV Mutirão, promovido em dezembro, foram destruídas 615,95 toneladas, com valor de R\$ 87.737.664,81, representando, dos totais, 19,25% em peso e 28,49% em valor.

Durante o ano, foram realizados pela Superintendência cinco leilões destinados exclusivamente à alienação de resíduos de mercadorias apreendidas, de acordo com as diretrizes da Portaria RFB nº 1.443/2013, que regulamentou o repasse da responsabilidade e do encargo pela destruição ou inutilização ao arrematante. De um total de 65 lotes ofertados, 58 foram arrematados, com mais de 700 toneladas de produtos vendidos e participação de 10 unidades da 8ª RF.

Viabilizou-se também a alienação de cigarros – mercadoria que representa grande passivo – ofertando-os conjuntamente com outros tipos de resíduos, solucionando o problema através de descarte ambientalmente correto e economicamente viável desse tipo de produto. A 8ª RF alinha-se às diretrizes da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, além de gerar economia dos recursos públicos necessários para pagamento dos serviços de coprocessamento, aterro sanitário e transporte e do deslocamento de servidores, no caso de destinação por destruição.

4.3.3 – Capacitação da 8ª RF

A 8ª Região Fiscal superou em 31,52% a meta de 2014 para o Índice de Gestão das Ações de Capacitação e Desenvolvimento (IGACD), obtendo o terceiro melhor índice dentre todas as regiões fiscais. O IGACD tem como objetivo aferir o percentual de servidores capacitados, bem como a média de horas de treinamento por servidor no exercício. O grau de amplitude corresponde a 40% do valor do índice, enquanto o grau de aprofundamento a 60%.

A 8ª Região Fiscal obteve a primeira colocação no ranking nacional do grau de amplitude das ações de capacitação. Cerca de 88,99% dos servidores participaram de alguma atividade de capacitação, o que representa 114,09% da meta estipulada, que era de 78% de participação.

Já no grau de aprofundamento, a 8ª RF registrou média de 62,98 horas de capacitação por servidor, cerca de 43% acima da meta, que é de 44 horas.

Uma iniciativa importante foi a formação do Quadro de Instrutores regional. Foram capacitados 120 servidores inscritos e selecionados para o curso de Formação de Instrutores, com o objetivo de propiciar a realização de capacitações em todas as áreas finalísticas ou meio, com nível de instrutoria adequado e aferido no curso específico de formação.

4.3.4 – Pesquisa de Ambiência

A realização da Pesquisa de Ambiência em 2014 contou com a participação de 58% dos servidores da 8ª RF, o que equivale a 3.449 questionários respondidos e analisados. Importantes progressos foram alcançados em relação à pesquisa feita em 2010, com especial destaque para a percepção dos servidores quanto à comunicação, ao treinamento e desenvolvimento e ao relacionamento interpessoal, conforme o quadro abaixo.

Quadro 21 - RESULTADOS DA PESQUISA DE AMBIÊNCIA DA 8ª RF EM 2010 E 2014

Assunto	Nível de Satisfação		
	2010	2014	Variação
Relacionamento com a equipe	84%	94%	10%
Relação com o trabalho	78%	89%	11%
Desempenho gerencial	69%	82%	13%
Ambiência física	72%	80%	8%
Assuntos gerais	68%	78%	10%
Relacionamento interpessoal	62%	77%	15%
Treinamento e desenvolvimento	56%	73%	17%
Comunicação	48%	65%	17%
Segurança no trabalho	49%	64%	15%

Fonte: Digep08

4.3.5 – Gestão de Pessoas: processos de exercícios anteriores

Foi concluída a análise de cerca de 3.300 processos de exercícios anteriores dos servidores da 8ª RF. Os processos analisados versavam sobre temas como substituição de chefia, incorporação de vantagem pessoal e abono de permanência, anuênios, pagamento de gratificação natalina, reenquadramento/reposicionamento, progressão funcional e adicionais (noturno, periculosidade, insalubridade).

4.3.6 – Reforma do edifício-sede da Defis

Foi concluída a reforma do edifício-sede da Defis, que abriga também parte da Derpf. A obra durou dois anos e teve um custo de cerca de R\$ 8 milhões. Houve intervenção em todas as estruturas, de modo que as Unidades que ali funcionam contam agora com instalações modernas.

4.3.7 – Inauguração do Espaço da Fala da 8ª RF

O objetivo do Espaço da Fala é mediar e facilitar a reflexão pelo servidor sobre alternativas que possam contribuir para a resolução de problemas que estejam interferindo de forma negativa no seu ambiente laboral, melhorando, assim, a sua qualidade de vida no trabalho. Em novembro de 2014 foi inaugurado o espaço físico destinado ao atendimento e foi promovida a capacitação dos acolhedores. Com isso foram finalizados os preparativos para que os atendimentos tivessem início em janeiro de 2015.

4.3.8 – Instituição de Foros Consultivos

Os Foros Consultivos da 8ª RF foram instituídos para as áreas sistêmicas de logística, tecnologia da informação, gestão de pessoas, interação com o cidadão, cadastro, educação fiscal, planejamento, comunicação assessoria jurídica, capacitação e tributação. Sua finalidade é democratizar o processo de tomada de decisão, promovendo o debate a respeito de questões regionais estratégicas relevantes que, em princípio, incumbiriam somente à Superintendência.

4.4 - Identificação dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional da Unidade Jurisdicionada

Conforme descrito detalhadamente no subitem 4.1.2, para o ciclo de Planejamento Estratégico 2012-2015, a RFB possui 21 Objetivos Estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas: Resultados, Processos Internos e Pessoas e Recursos. Para medir o alcance/desempenho dos referidos Objetivos, são utilizados 54 Indicadores Estratégicos. O acompanhamento regional ocorre em 31 desses indicadores, desdobrados no âmbito das Regiões Fiscais, que por sua vez, são desdobrados nos níveis locais, possuindo, então, caráter mais operacional.

Abaixo, apresentamos os resultados para o ano de 2014 de acordo com o resultado alcançado:

- Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (verde): 17
 - 1) Índice de adimplência das obrigações acessórias
 - 2) Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
 - 3) Índice de recuperação da cobrança especial
 - 4) Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes
 - 5) Indicador global de desempenho da seleção
 - 6) Indicador global da fiscalização
 - 7) Índice global da fiscalização aduaneira
 - 8) Índice global de desempenho aduaneiro no despacho de importação
 - 9) Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior
 - 10) Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos
 - 11) Grau de fluidez do despacho de importação
 - 12) Índice de crédito tributário garantido
 - 13) Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes
 - 14) Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio
 - 15) Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes
 - 16) Nível de adequação imobiliária
 - 17) Índice de Presença Fiscal

- Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo de esperado (amarelo): 5
 - 1) Índice de realização da meta global de arrecadação
 - 2) Índice de solução de consultas
 - 3) Nível de adequação da infraestrutura tecnológica
 - 4) Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário
 - 5) Índice de gestão de mercadorias apreendidas

- Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado (vermelho): 2
 - 1) Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas
 - 2) Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

- Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado (roxo): 5
 - 1) Tempo bruto consolidado do despacho de exportação
 - 2) Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

- 3) Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira
 - 4) Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento
 - 5) Indicador de atividade de educação fiscal
- Indicadores Estratégicos com resultado "Não Informado": 2
 - 1) Índice de Adimplência do Crédito Tributário (IACT)
 - 2) Índice de Crédito Tributário *Sub Judice* Controlado em Processos

Quadro completo de indicadores estratégicos

O quadro que apresenta a relação de todos os Indicadores Estratégicos, disponíveis e desdobrados até as Regiões Fiscais, direcionados à eficácia e à efetividade e que a RFB utiliza para medir seus Objetivos Estratégicos, se encontra no Anexo III.

Análise de desempenho dos indicadores estratégicos

Foi priorizada a análise dos Indicadores Estratégicos direcionados à eficácia e à efetividade dos resultados da RFB, notadamente aqueles em que houve discrepância entre os resultados medidos e as metas previamente estabelecidas, conforme segue abaixo:

→ Perspectiva de Resultados:

- 1) - Objetivo: Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial
- 1.1) - Indicador: Índice de realização da meta global de arrecadação

Análise de desempenho:

A 8ª RF encerrou o ano de 2014 com arrecadação tributária de R\$ 462,52 bilhões, o que corresponde, em relação a 2013, a um crescimento nominal de 4,36%, e a queda real de 1,85% (aplicado o IPCA/IBGE). Isto significou participação de 40,33% no total arrecadado em nível nacional, contra 40,28% no ano passado. A arrecadação previdenciária contribuiu com R\$ 132,84 bilhões daquele valor, apresentando crescimento nominal de 6,46%, e real de 0,12%.

O comportamento final negativo da arrecadação, que vinha com desempenho levemente positivo até o 3º trimestre, deveu-se em grande parte a um maior esfriamento da atividade econômica regional, no decorrer do ano. Importantes fontes arrecadatórias para a 8ª RF foram afetadas, notadamente o setor industrial e o comércio exterior, o que se refletiu em quedas expressivas na arrecadação de IRPJ/CSLL e dos tributos aduaneiros.

A 8ª RF obteve 95,33% da arrecadação prevista. A maior parte da diferença em relação à meta de R\$ 485,19 bilhões se deve ao ajuste (acréscimo) de R\$ 16,41 bilhões efetuado pelo Cetad em relação à previsão técnica, que era de R\$ 468,78 bilhões. O restante deve ser creditado ao contexto de condições econômicas desafiadoras enfrentadas pela região no ano.

Derat e Deinf tiveram participação de 35,74% e 18,61%, respectivamente, na arrecadação acumulada regional, e como sempre são as unidades de maior peso no desempenho da 8ª RF. Ambas apresentaram quedas reais no valor total de tributos arrecadados, e fecharam o ano com índices de realização da meta de arrecadação de 96,43% (Derat) e 97,80% (Deinf). A redução real na Derat foi muito pequena, apenas -0,05%, enquanto na Deinf atingiu significativos -11,95%. A diferença de comportamento entre ambas deve-se ao fato de que a Derat contou com desempenho razoável das empresas não industriais ao longo do ano, em especial comércio e serviços, e também com a boa situação do mercado de trabalho (emprego e renda dos assalariados), que propiciou elevação do valor arrecadado com Contribuição Previdenciária (Regime Geral de Previdência

Social - RGPS) e IRRF-Rendimentos do Trabalho. A Deinf, por sua vez, viu o setor financeiro não aderir ao novo Refis, Lei nº 12.996/2014, ao contrário do que ocorrera no final do ano passado, com o advento da Lei nº 12.865/2013 e a reabertura dos prazos previstos na Lei nº 11.941/2009. Em 2013, em função da citada legislação, houve expressivo aumento de arrecadação oriunda da área financeira no bimestre novembro/dezembro. Este evento não se repetiu em 2014, o que provocou a grande queda arrecadatória, em termos reais. Porém, como a previsão elaborada pelo Cetad, para 2014, expurgou tal arrecadação extraordinária, a Delegacia teve desempenho satisfatório no ano, com atingimento de 97,80% da meta.

A área de comércio exterior da região foi duramente afetada pela queda da demanda interna do setor industrial. Todas as unidades aduaneiras da 8ª RF apresentaram queda real de arrecadação: ALF/São Paulo (-20,26%), ALF/Porto de Santos (-13,55%), ALF/Viracopos (-11,49%) e ALF/AISP (-7,71%). Além disso, foram responsáveis pelos piores índices em relação à meta do Cetad: ALF/Porto de Santos (84,73%), ALF/Viracopos (85,52%), ALF/São Paulo (85,75%) e ALF/AISP (90,07%). Da previsão de R\$ 41,15 bilhões a serem arrecadados por essas unidades, em 2014, somente foram obtidos R\$ 35,13 bilhões (85,4%). A diferença, de pouco mais de R\$ 6,0 bilhões, representa por si só quase 27% do saldo negativo regional entre o arrecadado e o previsto para 2014, que foi de R\$ 22,67 bilhões.

O impacto da diminuição da atividade econômica industrial na região pode ser percebido em unidades que são polos industriais, e que tiveram queda real na arrecadação: DRF/S. Bernardo do Campo (-3,74%), DRF/Guarulhos (-1,58%), DRF/S. José dos Campos (-0,64%) e DRF/Osasco (-0,15%). Alguns desses polos industriais também não tiveram fôlego para fazer frente à previsão ajustada do Cetad, o que resultou em baixos índices de realização: DRF/Taubaté (92,37%), DRF/Guarulhos (92,92%), DRF/Jundiaí (93,83%), DRF/Campinas (93,98%); DRF/S. Bernardo do Campo (94,00%) e DRF/Santo André (94,45%).

Nas demais unidades da 8ª RF, destaque para o crescimento real de arrecadação da DRF/Barueri (7,64%), da DRF/Piracicaba (6,73%) e da DRF/Araraquara (4,39%).

Os tributos que contribuíram positivamente para o desempenho da 8ª RF foram:

- Contribuição Previdenciária;
- Cofins - Demais Empresas; e
- IRRF - Trabalho; IRRF – Capital.

Tributos com destaque negativo:

- Imposto de Importação, IPI Vinculado à Importação, Cofins Importação, PIS/Pasep Importação; e
- IRPJ/CSLL.

➔ Perspectiva de Processos Internos:

2) - Objetivo: Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento

2.1) - Indicador: Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário (ITMP)

Análise de desempenho:

O ITMP é o indicador que mede a temporalidade média dos processos digitais localizados nas unidades locais e nas Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF). Por ser um indicador novo, incluído no Painel de Indicadores em 2014, foram identificadas situações que demandarão ajustes para torná-lo efetivo e possibilitar a tomada de decisões pelos gestores. Por exemplo, não são recuperados os dossiês, nem os processos cancelados, excluídos, encerrados e os

arquivados, bem como são incluídos na temporalidade média processos que têm fluxo lento, como os de parcelamento.

A meta de 2014 foi baseada na temporalidade de dezembro de 2013 e, de forma proporcional ao longo dos trimestres, deveria haver uma redução de 15% (quinze por cento) desse tempo médio em relação à situação em dezembro de 2013. No entanto, a 8ª Região Fiscal não atingiu a meta definida pelo Órgão Central, que era de 1374 dias. Ao contrário, o tempo médio final, de 1917 dias, foi até superior ao de dezembro de 2013, e ficou 39,5% acima do esperado.

Cumpra observar que a situação foi a mesma em todas as Regiões Fiscais, pois nenhuma conseguiu atingir a meta. Isso resultou no estouro da meta nacional, que era de 1040 dias, e que aferiu ao final do ano a média de 1478 dias (42% superior ao proposto).

3) - Objetivo: Reduzir litígios tributários e aduaneiros

3.1) - Indicador: Índice de solução de consultas (ISC)

Análise de desempenho:

No exercício de 2014 foram minutadas/respondidas 339 consultas pela Disit08, maior quantidade absoluta entre as Regiões Fiscais. A segunda Disit mais produtiva respondeu 49 consultas a menos. Em termos percentuais, a Disit08 foi responsável por 16,77% da produção nacional. Tal resultado foi conseguido com somente 10 auditores pareceristas.

Ainda assim, para uma meta de 70%, a 8ª RF alcançou o resultado de 36,76%. O desempenho abaixo do esperado no indicador deve-se a que a meta foi estabelecida tendo como um dos parâmetros o número de Auditores-Fiscais lotados na Região Fiscal, e não o grau de lotação regional ou a quantidade de AFRFB efetivamente lotados na Divisão de Tributação. Como o quadro de pareceristas da Divisão está subdimensionado, a 8ª Região Fiscal enfrenta grandes dificuldades no alcance da meta.

Para 2015, com o recebimento de três novos AFRFB oriundos de concurso de remoção espera-se o atingimento do índice proposto, ao longo do ano, como resultado da maior produtividade individual e de novas formas de gestão no processo de solução de consultas.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL – SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 5: Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade
(itens 64 e 65, Conteúdo Específico, Parte B, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Introdução

O item “Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade” (itens 64 e 65 da Parte B - Conteúdo Específico, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013) não é tratado neste Relatório de Gestão, pois esta Unidade não é gestora de fundos de aval, de fundos garantidores de crédito ou de fundos de investimento.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL – SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 6: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
(Item 5, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Introdução

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão informações sobre renúncias sob a gestão da UJ (subitem 5.7 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II da DN TCU nº 134/2013), pois a gestão das renúncias é realizada no Órgão Central, e as informações relacionadas a esse subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

6.1 - Demonstração da Execução das Despesas

Quadro 22 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	170010	170133	25103.04.125.2110.20VF.0001	0,00	0,00	3.517.085,79
Recebidos	170010	170133	25103.04.125.2110.20VF.0001	0,00	0,00	4.150.297,78
Recebidos	170010	170133	25103.04.129.2110.2238.0001	0,00	0,00	473.677,07
Recebidos	170010	170133	25103.04.122.2110.2000.0001	0,00	0,00	171.288.497,75
Recebidos	170010	170133	25103.04.125.2110.2237.0001	0,00	0,00	5.624.750,47
Recebidos	170010	170133	25103.04.125.2110.20VF.0001	0,00	0,00	330.600,68
Recebidos	170010	170133	25103.04.125.2110.20VF.0001	0,00	0,00	13.800,00
Recebidos	170010	170133	25103.04.125.2110.20VF.0001	0,00	0,00	84.024,60
Recebidos	170010	170133	25103.04.331.2110.00M1.0001	0,00	0,00	94.784,81
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	170010	170133	25103.04.125.2110.20VF.0001	5.015.195,30	0,00	0,00
Recebidos	170010	170133	25103.04.125.2110.20VF.0001	2.867.186,67	0,00	0,00
Recebidos	170010	170133	25103.04.122.2110.10AX.0001	3.344.087,24	0,00	0,00
Recebidos	170010	170133	25103.04.122.2110.147X.0035	773.129,46	0,00	0,00
Recebidos	170010	170133	25103.04.125.2110.20VF.0001	467.292,74	0,00	0,00
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Siafi Gerencial

Não houve movimentação orçamentária externa.

ANÁLISE CRÍTICA

Quadro 22

As despesas correntes do exercício de 2014 referem-se unicamente ao grupo “3 – Outras despesas correntes”, com valor total concedido de R\$ 185.577.518,95, observando-se acréscimo de 4,08% quando comparados com o exercício anterior.

As despesas de capital do exercício de 2014 referem-se unicamente ao grupo “4 – Investimentos” no valor total de R\$ 12.466,891,41 evidenciando-se forte retração de 80,86% quando comparadas com o exercício anterior.

Quadro 23 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	112.529.656,53	112.686.331,42	112.447.672,19	111.996.121,34
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	13.202.650,33	13.040.116,93	13.202.650,33	13.040.116,93
d) Pregão	99.327.006,20	99.646.214,49	99.245.021,86	98.956.004,41
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	46.885.307,31	39.942.008,08	46.869.869,26	39.187.404,87
h) Dispensa	40.681.373,05	35.536.356,44	40.665.935,00	34.889.670,59
i) Inexigibilidade	6.203.934,26	4.405.651,64	6.203.934,26	4.297.734,28
3. Regime de Execução Especial	74.232,45	70.034,94	74.232,45	70.034,94
j) Suprimento de Fundos	74.232,45	70.034,94	74.232,45	70.034,94
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	4.646.866,36	4.109.926,08	4.646.866,36	4.103.346,90
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	4.646.866,36	4.109.926,08	4.646.866,36	4.103.346,90
5. Outros	4.470.534,92	5.100.377,93	4.432.562,67	5.093.092,77
6. Total (1+2+3+4+5)	168.606.597,57	161.908.678,45	168.471.202,93	160.450.000,82

Quadro 24 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1 - Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes	183.234.489,21	175.961.849,88	166.542.753,43	160.717.097,18	16.691.735,78	15.244.752,70	166.407.358,79	159.316.084,55
39 – Outros.Serv.Pes.Jurídica	94.059.407,33	93.221.687,90	82.509.311,82	83.220.305,07	11.550.095,51	10.001.382,83	82.479.457,48	82.474.866,07
37 – Locação de Mão de Obra	72.465.439,61	67.045.898,61	68.414.437,29	62.657.183,58	4.051.002,32	4.388.715,03	68.360.549,49	62.051.258,92
14 - Diárias - Pessoal Civil	4.642.369,86	4.102.597,13	4.642.369,86	4.102.597,13	0,00	0,00	4.642.369,86	4.096.017,95
Demais elementos do grupo	12.067.272,41	11.591.666,24	10.976.634,46	10.737.011,40	1.090.637,95	854.654,84	10.924.981,96	10.693.941,61
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4 - Investimentos	12.408.763,41	64.876.418,26	2.063.844,14	1.191.581,27	10.344.919,27	63.684.836,99	2.063.844,14	1.133.916,27
51 – Obras e Instalações	8.580.313,01	57.868.410,91	1.402.619,76	317.100,67	7.177.693,25	57.551.310,24	1.402.619,76	317.100,67
52 – Equipam. Mat.Permanente	3.239.951,41	6.982.914,32	438.035,21	871.600,60	2.801.916,20	6.111.313,72	438.035,21	813.935,60
35 - Serviços de Consultoria	363.000,00	0,00	94.040,18	0,00	268.959,82	0,00	94.040,18	0,00
Demais elementos do grupo	225.498,99	25.093,03	129.148,99	2.880,00	96.350,00	22.213,03	129.148,99	2.880,00
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANÁLISE CRÍTICA (Quadros 23 e 24)

Quadro 24:

No exercício 2014, observou-se que a composição das despesas correntes seguiu a tendência observada no exercício anterior: 51,33% empenhadas em “39 – Outros serviços pessoa jurídica”; 39,55% empenhadas em “37 – Locação de mão de obra”; 2,53% empenhadas em “14 – Diárias – pessoal civil”; 4,10% em “demais elementos do grupo”. Houve acréscimo total de 4,13% nos valores empenhados se comparado com o exercício anterior, o que retrata que houve dificuldade para a manutenção dos serviços essenciais nos mesmos patamares do exercício anterior, acrescidos dos reajustes e repactuações dos contratos, já que tal acréscimo é inferior à inflação acumulada em 2014, de 6,87%, segundo a Fundação Getúlio Vargas.

Já as despesas de capital seguiram a seguinte composição: 69,15% empenhadas em “51 – Obras e Instalações”; 26,11% em “52 – Equipamentos e material permanente”; 2,93% em “35 – serviços de consultoria” e 1,82% em “demais elementos do grupo”. Houve redução de 80,87% nos valores empenhados se comparados com o exercício anterior. Tal decréscimo decorre, principalmente, da forte redução de valores empenhados em “51 – Obras e Instalações” (-85,17%) e em “52 - Equipamentos e material permanente” (- 53,60%). É que o ano de 2013 foi caracterizado pela contratação de obras e aquisições de materiais permanentes de significativos valores e tais contratações foram efetivadas ao final do exercício financeiro, o que não se verificou no ano de 2014.

Altos valores empenhados ao final do exercício financeiro (2013), implicaram na necessidade da inscrição em restos a pagar não processados de quase sua totalidade (98%), o que também espelhou a redução de 83,76% nos montantes inscritos ao final do exercício 2014, quando comparados com o exercício 2013.

Quadro 23:

1 - Modalidade de licitação:

Para as contratações públicas mediante licitação, foram realizadas, exclusivamente, as modalidades Pregão eletrônico (88,27% das despesas liquidadas) - para bens e serviços comuns e Concorrência (11,73% das despesas liquidadas) - para obras.

Comparando-se com o exercício anterior, observa-se que praticamente não houve variação percentual: redução de 0,14% nas despesas liquidadas e acréscimo de 0,40% nas despesas pagas.

Do total de despesas liquidadas, 66,74% corresponderam às duas citadas modalidades de licitação. Já do total de despesas pagas, esse percentual foi de 66,75%.

2 – Contratações diretas:

Houve aumento das contratações diretas, quando comparado com o exercício anterior, com aumento das despesas liquidadas em 17,38%, sendo que as despesas pagas com contratações diretas tiveram aumento de 19,60%.

Das contratações diretas, 86,77% das despesas liquidadas corresponderam às dispensas de licitação (artigo 24 da Lei nº 8.666/93) e 13,23% corresponderam às inexigibilidades de licitação (artigo 25 da Lei nº 8.666/93).

As dispensas de licitação tiveram aumento de 14,48% de despesas liquidadas e 16,56% de despesas pagas se comparadas com o exercício anterior.

As inexigibilidades de licitação tiveram aumento de 40,82% de despesas liquidadas e 44,35% de despesas pagas se comparadas com o exercício anterior.

A evolução das despesas liquidadas e despesas pagas por contratação direta podem ser justificadas pelo seguinte:

- Mudança de enquadramento de algumas despesas, por recomendação da Assessoria Jurídica, passando-se de “dispensa de licitação” para “inexigibilidade de licitação” - como é o caso das contratações das concessionárias de energia elétrica – o que causou o incremento no percentual de despesas liquidadas e despesas pagas com inexigibilidade de licitação.
- Contratações de cursos “*in company*”, por inexigibilidade de licitação, pela SRRF, com despesas de R\$ 330.000,00, atendendo a toda Região Fiscal.
- Contratação de curso de pós graduação, por dispensa de licitação (artigo 24, XIII, da Lei nº 8.666/93), pela SRRF junto à Fundação Getúlio Vargas, no valor de R\$ 760.375,56.

3 – Suprimento de fundos:

As despesas liquidadas e as despesas pagas com suprimento de fundos corresponderam a um pequeno percentual de 0,04% do total, com evolução de 5,99% em relação ao exercício de 2013.

4 – Pagamento de pessoal:

As diárias tiveram acréscimo da ordem de 13% (13,06% de despesas liquidadas e 13,25% de despesas pagas).

5 – Outros:

Este grupo representou participação de 2,65% no total de despesas liquidadas, com redução de 12,35% se comparado com o exercício anterior.

6 – Total:

Houve acréscimo de 4,14% nas despesas liquidadas e 5% nas despesas pagas se comparadas com o exercício anterior.

6.2 - Informações sobre despesas com ações de publicidade e propaganda

O quadro 25 totaliza, por rubrica, os valores das despesas da 8ª RF com publicidade e propaganda.

Quadro 25 - DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	2110 / 2000	-	-
Legal	2110 / 2000	113.151,20	75.989,55
Mercadológica	2110 / 2000	-	-
Utilidade pública	2110 / 2000	-	-

Fonte: sistema Siafi

O quadro seguinte discrimina, por contrato, o desembolso de R\$ 75.989,55 informado acima.

Quadro 26 - CONTRATOS DE PUBLICIDADE

UG	Nº contrato	Vigência	Valores contratados	Valores desembolsados
170133	08/2014	22/09/2014 a 21/09/2019	R\$ 300.000,00	R\$ 5.305,02
170138	09/2012	02/04/2012 a 01/04/2017	R\$ 110.250,00	R\$ 3.362,82
170141	1/2013	02/11/2013 a 02/11/2018	R\$ 200.000,00	R\$ 1.514,70
170143	01/2012	05/06/2012 a 05/06/2017	R\$ 125.000,00	R\$ 13.071,30
170145	14/2014	01/09/2014 a 31/08/2019	R\$ 181.106,25	R\$ 1.308,96
170150	-	04/2014	R\$ 320,00	R\$ 320,00
170150	06/2014	14/07/2014 a 13/07/2015	R\$ 29.931,03	R\$ 4.867,50
170261	Empenho equivocado			R\$ 6.830,84
170261	01/2012	26/11/2012 a 25/11/2017	R\$ 20.000,00	R\$ 3.370,08
170318	3/2009	01/12/2009 a 30/11/2014	R\$ 26.000,00	R\$ 25.435,43
170383	10/2014	22/10/2014 a 21/10/2019	R\$ 120.000,00	R\$ 1.514,70
170533	05/2013	01/04/2014 a 31/03/2015	R\$ 40.000,00	R\$ 9.088,20
Total geral				R\$ 75.989,55

Fonte: Dipol08 e Unidades Locais

Análise Circunstanciada:

- Na UG 170261, ND 33903990, valor R\$ 6.830,84, foi realizado de forma indevida. O valor refere-se na verdade a um empenho da Eletropaulo. Quando da realização do reforço do empenho no início do exercício 2014, houve uma alteração indevida no número de item, o que gerou uma classificação errada.
- UG 170150: A contratação sem número do contrato foi firmada com a empresa DIÁRIO DE SÃO PAULO COMUNICAÇÕES e operacionalizada por dispensa de licitação.
- Os demais lançamentos do quadro acima correspondem a contratos firmados com a EBC – EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO; tais contratos têm como objeto a publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse da Administração (divulgação de editais de licitação).

6.3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve registro de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício financeiro de 2014.

6.4 - Demonstração da Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 27 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	78.929.589,69	28.204.200,06	3.548.138,20	47.177.251,43
2012	14.028.125,90	6.822.736,74	2.377.337,73	4.828.051,43
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	1.458.677,63	1.432.127,18	15.377,50	11.172,95
2012	674.711,41	536.854,67	74.737,68	63.119,06
2011	55.445,41	0,00	17.802,42	37.642,99
2010	313,50	0,00	313,50	0,00

Fonte: Siafi

ANÁLISE CRÍTICA

SRRF08 – UG 170133:

Restos a pagar não processados

Em dezembro de 2014 a SRRF08 apresenta um saldo de R\$ 72.887,50 na conta Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores. Trata-se de contratação de PJ especializada para prestação de serviços de elaboração de laudos de avaliação de 100 (cem) imóveis urbanos, localizados no município de São Paulo, Grande São Paulo, ABCD e outras cidades do estado de São Paulo.

A Nota de Empenho nº 2013NE800857 de 10/12/2013, a favor da empresa Rede All Ltda. – ME, foi emitida no valor de R\$ 85.750,00 por um período de 12 meses. No mês 12/2014 havia vários laudos em andamento que só seriam concluídos em 2015, motivo pelo qual tivemos que reinscrever a Nota de Empenho em RP Não Processados a Liquidar.

DRF/Araçatuba – UG 170134:

Restos a pagar não processados

O saldo de R\$ 4.810.923,28 (quatro milhões, oitocentos e dez mil, novecentos e vinte e três reais e vinte oito centavos) refere-se a valores ainda devidos à empresa que está executando a obra de reforma e ampliação do edifício-sede da DRF/Araçatuba. O contrato encontra-se vigente até 28/08/2015.

DRF/Bauru – UG 170135:

Restos a pagar não processados

Não houve impacto na Unidade, em decorrência do pagamento de RAP de exercício anterior no ano de 2014.

O saldo de restos a pagar no valor de R\$ 65.230,02, deve-se em razão da empresa que está elaborando o projeto básico para construção do novo prédio da DRF/Bauru ainda não ter concluído o projeto.

DRF/Campinas – UG 170136:

Restos a pagar não processados

O saldo de Restos a Pagar não Processados de 2012 e 2013 remanescente em 2014 refere-se a valores que não foram pagos devido à falta de emissão de nota fiscal de entrega de bens e de prestação de serviços.

Restos a pagar processados

Os saldos de Restos a Pagar Processados de 2011 remanescentes em 31 de dezembro de 2014 referem-se a valores retidos que aguardam determinação judicial para pagamento de ordem bancária judicial.

DRF/Ribeirão Preto – UG 170138:

Restos a pagar não processados

O montante inscrito em Restos a Pagar não processados, pertinentes ao exercício de 2012, referem-se aos pagamentos não efetuados à VIVO, por inconsistência de valores lançados em faturas, contestados pela fiscalização de contrato e não resolvidos até o presente momento pela contratada.

O montante inscrito em Restos a Pagar não processados, pertinente ao exercício de 2013, refere-se aos pagamentos não efetuados à Normandia Engenharia Ltda., Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (DAERP) e VIVO, a saber: 1 – R\$ 26.065.423,38 – Normandia Engenharia Ltda., refere-se à diferença entre o montante empenhado e o montante efetivamente pago no exercício de 2014; 2 – R\$ 4.998,83 e R\$ 19.760,95 – DAERP e VIVO, respectivamente, por inconsistências de valores lançados em faturas, contestados pela fiscalização de contrato e não resolvidos até o presente momento pela contratada.

DRF/Santos – UG 170141:

Restos a pagar não processados

Créditos em grande maioria para fazer frente aos pagamentos de serviços da construção da nova sede da DRF/Santos (Contrato nº 04/2009), com necessidade de existência de obrigação de pagamento dos respectivos valores que estão registrados no SIAFI e dentro da vigência legal para sua utilização.

DRF/Sorocaba – UG 170142:

Restos a pagar não processados

Não houve impacto na gestão da UG por conta dos valores inscritos em restos a pagar, processados e não processados.

O saldo inscrito em restos a pagar não processados em 2013 refere-se à readequação elétrica e lógica da DRF/Sorocaba. A obra iniciou-se em maio/2014 e a conclusão somente se deu nos últimos dias do exercício de 2014, sem tempo hábil para a conclusão da análise da documentação

pertinente. A vigência deste saldo inscrito em restos a pagar não processado está de acordo com o §2º, artigo 68 do decreto 93872/86 e o item 6.1 da macrofunção 02.03.17 do manual SIAFI. Não existem valores vigentes referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2013.

DRF/Limeira – UG 170145:

Restos a pagar não processados

O saldo a pagar em 31/12/2014 de R\$ 114,45, refere-se a despesas de fornecimento de água e esgoto da ARF/São José do Rio Pardo, no exercício de 2013, cujas faturas não foram enviadas pela empresa.

DRF/São José dos Campos – UG 170262:

Restos a pagar não processados

A UG 170262 paga algumas das faturas referentes aos serviços prestados no mês de dezembro somente em janeiro do ano subsequente. Dessa forma, todo ano temos a inscrição de restos a pagar não processados, referentes às faturas não vencidas até 31 de dezembro. Por vezes, os empenhos para pagamento de despesas de custeio são estimativos, como no caso das faturas de água, energia elétrica, correios e outros. Nesses casos, existem sempre duas possibilidades: cancelar parte do empenho não utilizado ou solicitar recursos referentes a exercícios anteriores para complementar o valor empenhado a menor. Além disso, é comum recebermos recursos para aquisição de material permanente em dezembro. Normalmente, esses valores são empenhados num exercício, mas o bem só é recebido no exercício seguinte, havendo a necessidade de inscrição dos valores respectivos em restos a pagar.

Em 2013 foi licitada a manutenção da lancha Leão Marinho III, utilizada pela Inspeção da Receita Federal do Brasil em São Sebastião. Por tratar-se de verba específica para operações náuticas, o valor contratado foi repassado e empenhado integralmente. Ao longo do ano de 2014 o montante total empenhado não foi utilizado e parte dele foi cancelado. Como ainda tínhamos alguns serviços pendentes a serem realizados antes do término da vigência do contrato, que se deu em janeiro de 2015, permaneceu empenhado o montante de R\$ 48.471,70.

DERAT/SP – UG 170312:

Restos a pagar não processados

A permanência de restos a pagar não processados aguarda apresentação de documentação comprobatória para o devido registro de pagamento. Os restos a pagar inscritos atendem os requisitos previstos em legislação específica.

DRF/ Jundiaí – UG 170318:

Restos a pagar não processados

O valor de R\$ 91.666,88 foi cancelado tendo em vista tratar-se de empenhos cujos equipamentos e/ou materiais não foram entregues ou referir-se a saldos remanescentes de contratos que, após avaliação, não serão mais utilizados.

Os valores inscritos em restos a pagar não processados referem-se a despesas do mês de dezembro, cujos valores não podem ser previamente determinados, tais como, energia elétrica, água encanada, correspondências, reprografia, combustível e despesas que embora tenham seu montante previamente conhecido possuem seus pagamentos parcelados (contratos).

Esta Unidade realiza seus pagamentos em consonância com os artigos 62 e 63 da Lei 4320/64, somente após a efetiva prestação dos serviços. Dessa forma, todas as citadas despesas são inscritas em

restos a pagar não processados aguardando sua efetiva liquidação.

DRF/Piracicaba – UG 170321:

Restos a pagar não processados

O valor de R\$ 82.763,31 é referente a empenhos de 2013 inscritos em restos a pagar e não pagos que não foram cancelados durante o ano de 2014.

DRF/Franca – UG 170323:

Restos a pagar não processados

Do montante do saldo a pagar em 31/12/2014, R\$ 8.059,77 correspondem a previsão de contas de telefonia que foram contestadas e ainda estão em aberto, ou cujas faturas não foram recebidas. O restante, no valor de R\$ 13.864.967,13, corresponde ao saldo empenhado para pagamento de faturas vincendas referentes à obra de construção do edifício-sede da DRF/Franca, com previsão de término para fins de 2015.

Observações:

a) Para restos a pagar não processados, não apresentavam saldo a pagar em 31/12/2014 as UGs: **DRF/Presidente Prudente – UG 170137; DRF/São José do Rio Preto – UG 170139; DRF/Taubaté – UG 170143; DRF/Guarulhos – UG 170144; DRF/Osasco – UG 170146; DRF/Santo André – UG 170147; ALF/ Viracopos – UG 170148; ALF/GRU – UG 170150; ALF/STS – UG 170168; DELEX/SP – UG 170259; DRF/São Bernardo do Campo – UG 170261; DRF/Marília – UG 170287; DEINF/SP – UG 170313; DEMAC/SP – UG 170320; DRF/Araraquara – UG 170322; DEFIS/SPO – UG 170385; ALF/SP – UG 170533; DRF/Barueri – UG 170551.**

b) Para restos a pagar processados a única UG que apresentava saldo a pagar em 31/12/2014 era : **DRF/Campinas – UG 170136**, estando as demais UGs com saldos zerados.

c) A UG **DERPF/SP – UG 170535** não apresentou movimento, pois foi criada em 03/02/2014.

Síntese – Análise crítica:

As Unidades realizaram seus pagamentos em consonância com os artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64, somente após a efetiva prestação dos serviços. Dessa forma, todas as citadas despesas são inscritas em restos a pagar não processados aguardando sua efetiva liquidação.

Via de regra, conforme observado, os valores inscritos em restos a pagar não processados referem-se a despesas do mês de dezembro, cujos valores não podem ser previamente determinados, tais como, energia elétrica, água encanada, correspondências, reprografia, combustível e despesas que embora tenham seu montante previamente conhecido possuem seus pagamentos parcelados (contratos), o que totaliza um percentual de 2,03% do saldo total a pagar (saldos oriundos de 8 Unidades).

As situações atípicas estão abaixo relacionadas:

- Restos a pagar não processados: 97,97% do saldo a pagar em 31/12/2014 são correspondentes a 3 Unidades (DRF/Ribeirão Preto – UG 170138, DRF/Franca – UG 170323 e DRF/San-

tos – UG 170141), que executam obras de construção de suas novas sedes e 1 Unidade (DRF/Araçatuba – UG 170134) que promove reforma e ampliação de sua sede: DRF/Ribeirão Preto (saldo a pagar de R\$ 26.107.311,31, correspondente a 50,20% do saldo total); DRF/Franca (saldo a pagar de R\$ 13.873.026,90, correspondente a 26,68% do saldo total); DRF/Santos (saldo a pagar de R\$ 6.159.166,37, correspondente a 11,84% do saldo total) e DRF/Araçatuba (saldo a pagar de R\$ 4.810.923,28, correspondente a 9,25% do saldo total). Do montante inscrito em 01/01/2014 constata-se que 37,68% foram pagos e 6,37% cancelados, restando saldo a pagar, no final do exercício de 55,95%.

- Restos a pagar processados: 100% do saldo a pagar em 31/12/2014 refere-se à DRF/Campinas – UG 170136. Do montante inscrito em 01/01/2014 constata-se que 89,94% foram pagos e 4,94% cancelados, restando saldo a pagar, no final do exercício de 5,11%.

6.5 - Informações sobre Transferências de Recursos mediante Convênio, Contrato de Repasse

Não houve registro de transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse em 2012, 2013 e 2014.

6.5.1 Alimentação SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, MÁRCIO AUGUSTO PIAGENTINI, CPF nº 035.687.828-71, ATRFB, exercido na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª RF declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores, com as seguintes ressalvas:

a) Contrato TECNOSET (DRF/AQA nº 06/2011), processo nº 15972.000069/2011-84, referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão, com fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento de impressões, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção e fornecimento de insumos originais, exceto papel, via adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 358/2010 SRP da UFSC, assinado em 01/08/2011 e publicado no DOU de 11/08/2011. Justificativa: ainda não pode ser incluído no SIASG devido a uma inconsistência no sistema de cadastramento dos itens que compõem o referido pregão pela UG 153163 (UFSC). Em relação aos termos aditivos, contudo, a publicação no DOU vem sendo feita regularmente, TA em vigência nº 03/2014, 02/08/2014 até 01/08/2015, valor global anual de R\$ 66.399,12.

b) Contrato de aluguel da DRF/Araraquara (DRF/AQA nº 01/2012), processo nº 15972.000090/2011-80, encontra-se incluído e atualizado no SIASG até o 1º Termo Aditivo. Entretanto, após a mudança de titularidade da pessoa jurídica locadora, por incompatibilidade na nota de empenho e limitação do sistema SIASG, não foi possível a inclusão dos termos aditivos seguintes de prorrogação de vigência e reajuste de valores sem a publicação de uma nova dispensa. Contudo a publicação no DOU vem sendo feita regularmente. TA 03/2013, vigência de 01/01/2014 até 31/12/2014, valor global anual de R\$ 1.209.773,64. Para regularizar a situação, foi aberto novo processo de locação sob nº 13851.721480/2014-81, que está em análise na Procuradoria da Fazenda Nacional.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

MÁRCIO AUGUSTO PIAGENTINI,

CPF nº 035.687.828-71
ATRFB – UG 170133

6.6 - Informações sobre Suprimento de Fundos

Os quadros respectivos se encontram nos Anexos IV, V e VI.

Análise Crítica dos Anexos IV, V e VI

SRRF08 - 170133

Em 2014 foram concedidos 04 (quatro) Suprimento de Fundos, por meio de CPGF, ao servidor Benjamin Menezes Gadagnotto, a fim de fazer frente as despesas de pequeno vulto com material de consumo e serviços. Não houve nenhum saque durante o exercício e todos os processos concedidos foram devidamente instruídos e tiveram suas Prestações de Contas analisadas pelo Gestor Financeiro e aprovadas pelo Ordenador de Despesas por Delegação de Competência.

Em 2012 foram concedidos 08 (oito) Suprimento de Fundos em virtude de separarmos os Suprimentos por Natureza de Despesa.

Em 2013 foram concedidos 07 (sete) suprimentos, a 2013SF000001 e 2013SF000002 devido a erro de sistema foram canceladas e concedidos novos suprimentos com o saldo remanescente.

Ocorreram 03 saques durante o exercício que foram devidamente justificados e autorizados pelo Ordenador de Despesas.

DRF/ATA - 170134

Há anos a DRF Araçatuba não faz uso da Conta Tipo B e nem de saques do CPGF, conforme recomendado. O controle interno existente na DRF Araçatuba é, a cada demanda, proceder à análise criteriosa para julgar a viabilidade de qualquer aquisição, através de suprimento de fundos.

DRF/BAU - 170135

Analisando os anexos IV, V e VI, informo que os recursos utilizados por meio da sistemática de Suprimentos de Fundos se dá exclusivamente através do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), na modalidade fatura. Neste exercício realizamos algumas modificações no auditório, na sala de treinamento e implementamos sala para refeitório e sala de convivência, o que demandou alguns gastos emergenciais. A aplicação destes recursos está em conformidade com a legislação vigente e são utilizados em caso de emergência ou quando não há possibilidade de se instaurar processo para contratação direta ou por meio de licitação. As referidas despesas efetuadas pelos supridos, são acompanhadas pelo setor financeiro para assegurar a aplicação correta das mesmas.

DRF/CPS – 170136

O suprimento de fundos na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas sempre foi utilizado na modalidade CPGF, desde sua implantação. No ano de 2012 houve a concessão de 06 unidades com limite total de R\$ 9.000,00 e individual de R\$ 1.500,00, sendo, no entanto, seu uso sempre muito restrito devido ao fato da grande responsabilidade que ele confere ao usuário. No ano de 2013 houve substituição do gestor desta Delegacia, na figura de seu Delegado, o qual adotou, como política de transparência e preocupação com o gasto público, a não utilização de mais este meio de pagamento, sempre devendo adotar os procedimentos licitatórios permitidos pela legislação brasileira os quais conferem maior probidade com a gestão financeira e de compras.

DRF/PPE – 170137

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Presidente Prudente esclarece que se utiliza somente da sistemática do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF).

Quando da indicação do suprido, o mesmo recebe todas as orientações legais relativas ao uso do CPGF, sendo que o gestor de compras é quem repassa as demandas ao suprido. Na prestação de contas, o ordenador de despesas ainda avalia a correta aplicação destes recursos.

A utilização de suprimento de fundos, com a sistemática do CPGF, imprime mais agilidade e facilita o controle das despesas eventuais e de pequeno vulto.

As despesas realizadas com uso de suprimento de fundos foram todas comprovadas, atestadas e aprovadas.

DRF/RPO - 170138

A UG 170138 utiliza o Suprimento de Fundos através do CPGF. Cada despesa efetuada através do CPGF é analisada e liberada em função da sua necessidade emergencial, do objeto a ser adquirido e do montante a ser dispendido. Regra geral as despesas de pequena monta são realizadas através de dispensa de licitação. As demandas recebidas, passíveis de aquisição por suprimento de fundos no exercício de 2014, importaram num gasto total de R\$ 275,61. Já, no exercício de 2013, gastamos um montante de R\$ 1.894,42. Nos dois períodos as demandas foram analisadas pelos mesmos critérios: necessidade emergencial, objeto a ser adquirido e montante a ser dispendido. Informamos em complemento que esta unidade não utiliza o saque nem a conta bancária (tipo B) para aquisições por Suprimento de Fundos. Também não extrapolou o limite determinado para esta conta. Esta UG apresenta a todo exercício sua prestação de contas para suprimento de Fundos.

DRF/SJR - 170139

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto – SP, utilizou durante o exercício de 2014, para aquisições de materiais diversos e contratações de serviços PJ, o Cartão de Pagamento do Governo Federal, nas opções de saques e créditos, em respeito às normas que regulamentam o Suprimento de Fundos. Os gastos efetuados estão devidamente justificados, comprovados e aprovados, conforme documentações anexas aos respectivos processos digitais de concessões de suprimento de fundos – CPGF – (16011.720019/2014-91, 16011.720058/2014-98 e 10850.723855/2014-69). Os valores, quer para aquisições, quer para contratações de serviços, são classificados como gastos excepcionais e de pequeno vulto, em conformidade com a legislação vigente.

Em comparação com os exercícios 2012 e 2013, no exercício 2014 a utilização do CPGF demonstra critérios e valores de razoabilidade e proporcionalidade.

O controle do uso se dá através do preenchimento de formulário criado especificamente para este fim, firmado pela parte demandante e pela autoridade responsável pela ordenação de despesas da Unidade. A título de exemplo, anexamos à presente declaração documento de folhas 7 dos autos do processo administrativo nº 10850.723855/2014-69.

Os saques, durante o exercício 2014, no montante de R\$ 141,66, corresponderam a 4,03% do gasto anual da Unidade com Suprimento de Fundos, ou seja, dentro do limite de 30%, não havendo, portanto, extrapolação de limites.

DRF/STS - 170141

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos não utilizou recursos por meio da sistemática de suprimento de fundos, Contas Tipo B e CPGF, durante os exercícios de 2012, 2013 e 2014.

DRF/SOR - 170142

Da análise dos anexos V e VI depreende-se que o valor gasto utilizando-se o Cartão de Pagamentos do Governo Federal na modalidade fatura teve um ligeiro acréscimo em relação aos exercícios de 2013 e 2014, que pode ser atribuído a um fato excepcional que foi a revisão/manutenção realizada no veículo L200, pertencente à frota desta DRF/Sorocaba, pela concessionária Mitsubishi (valor R\$670,00), sendo que tentamos contratar por dispensa de licitação

porém, por problemas com o CNPJ da empresa e para não perdermos a garantia contratual do veículo, tivemos que efetuar tal gasto utilizando o Suprimento de Fundos.

No exercício de 2014 foram abertos 04 processos de Suprimento de Fundos, destinados exclusivamente para aquisição de materiais/serviços que não estavam na programação inicial da Unidade. Não houve necessidade de saques, visto que os fornecedores escolhidos possuíam a sistemática de cartão de crédito, facilitando sobremaneira o controle do processo. Todos os processos foram concluídos nos prazos estipulados e as contas devidamente aprovadas.

DRF/TAU – 170143

A DRF/Taubaté utiliza a sistemática de suprimento de fundos através do CPGF. Os gastos do CPGF encontram-se descritos e comprovados nos processos de prestação de contas e estão devidamente arquivados na Delegacia. Além da prestação de contas, o Ordenador de Despesas, mensalmente acompanha as transações referentes ao CPGF, através de faturas e de controles e demonstrativos, com o intuito de verificar se os procedimentos e as condições estabelecidas pelo ato de concessão estão nos limites estabelecidos em Portaria do Ministério da Fazenda. A utilização do CPGF é somente para situações não passíveis de planejamento e que exijam pronto atendimento, evitando prejuízos à Administração.

DRF/GUA – 170144

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Guarulhos declara, em atenção ao anexo II da DN TCU nº 134/2013, referente aos anexos IV e V deste Relatório de Gestão, que não houve, para esta unidade, despesas realizadas por meio de suprimento de fundos relativas à Conta Tipo “B” durante o exercício de 2014.

O cartão de crédito corporativo foi utilizado para compras de pequena monta e de característica extraordinária. Durante o exercício de 2014, a Unidade restringiu o uso do cartão corporativo devido a um melhor planejamento das aquisições necessárias para o bom andamento dos trabalhos.

DRF/LIM – 170145

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira não utilizou recursos por meio da sistemática de suprimento de fundos, Contas Tipo B e CPGF, durante os exercícios de 2012, 2013 e 2014.

DRF/OSA - 170146

Em 2013 e 2014, diferentemente de 2012, esta DRF/OSA não utilizou o suprimento de Fundos. Optamos por utilizá-lo somente em situações extremamente emergenciais. Isso foi uma postura adotada por esta Delegacia para criar estímulo para melhorarmos o planejamento das atividades na área de licitações, principalmente no que tange à contratação direta.

DRF/SAE – 170147

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo André utiliza a sistemática de suprimento de fundos através do CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal, somente para a realização de despesas de caráter excepcional e de pequeno vulto.

O cartão não é utilizado na modalidade saque.

Esta Delegacia não efetua despesas por meio de contas tipo “B”.

Durante o exercício 2014, a DRF/SAE teve 2 (dois) supridos:

- Darcy Villas Boas – CPF 178.248.918-52
- Veronica Motomura Paes – CPF 156.452.458-54

Os cartões foram utilizados na aquisição de material de consumo, em caráter emergencial. A despesa realizada é precedida de pesquisa de preços e previamente autorizada pelo ordenador de despesas.

O controle é efetuado através de processo administrativo individual pelo setor financeiro do SEPOL/DRF/SAE, bem como pelo próprio suprimento que tem prazo para prestação de contas do Suprimento e a aquisição comprovada através de Notas Fiscais ou Cupom Fiscal.

ALF/VCP – 170148

A Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Viracopos não utilizou recursos por meio da sistemática de suprimento de fundos, Contas Tipo B e CPGF, durante os exercícios de 2012, 2013 e 2014.

ALF/GRU – 170150

A escolha pelo pagamento via Suprimento de Fundos é considerada sempre a última opção. Se não houver cobertura contratual ou possibilidade de formalizar processo de compra, mesmo que direta, e, ainda assim, obedecendo a baliza de a necessidade se mostrar urgente e de pequena monta, é que a Alfândega de Guarulhos utiliza-se desta ferramenta.

Neste sentido, o valor utilizado em 2014 já mostra-se inferior ao ano anterior, visto que esta Alfândega vem tentando antecipar, cada vez mais, futuras demandas, substituindo a compra via cartão por processos de dispensa de licitação, para aquisições que, mesmo de pequeno valor, prevejam abastecimento para todo o exercício.

Com relação às prestações de contas encaminhadas pelo Suprido, todas foram aprovadas pelo Ordenador de Despesas.

O planejamento tem sido, cada vez mais, a tônica desta Alfândega, e a tendência é que em 2015 os pagamentos via Suprimento de Fundos sejam ainda menores que em 2014.

ALF/STS – 170168

Informamos que nos anos de 2012, 2013 e 2014 a Alfândega do Porto de Santos não realizou despesas por meio do Cartão de Crédito Corporativo - Suprimento de Fundos.

DELEX/SPO - 170259

O Cartão é utilizado para o pagamento de despesas realizadas com a compra de material e prestação de serviços de interesse da Administração, caracterizadas como emergenciais. Porém, na nossa unidade, durante o exercício de 2014 não tivemos a necessidade de contratação de serviço ou aquisição de material de forma urgente, de modo que todas as contratações/aquisições foram realizadas dispensa de licitação ou alguma modalidade de licitação.

De toda forma, a unidade adota como sistemática o controle via processo eletrônico para cada abertura de suprimento. Sendo que cada aquisição somente é realizada após a elaboração de pelo menos três orçamentos para o item a ser adquirido, com a devida aprovação do Ordenador de Despesas.

A prestação de contas é feita trimestralmente, de acordo com o período estabelecido no formulário de “Proposta de Concessão de Suprimento de Fundos (PCSF)”, até 30 dias após o término do período, conforme sistemática estabelecida no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

DRF/SBC – 170261

Inicialmente, informa-se que esta UG não usa a conta do tipo “B”, utilizando apenas o CPGF para o Suprimento de Fundos.

Para o uso do CPGF, foram mantidos os mesmos critérios de avaliação dos anos anteriores sobre as demandas que serão atendidas por meio desta forma de pagamento. Todas as tomadas de

decisão estão sempre fundamentadas na Cartilha da Controladoria Geral da União “Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento – Perguntas & Respostas”.

Ainda com relação ao uso, uma pequena monta, bastante reduzida, é constituída tanto para serviços como para materiais de consumo e sempre na modalidade “crédito”, não havendo saques no cartão.

Já em relação aos mecanismos internos de controle, há uma série de procedimentos utilizados, como por exemplo, a segregação de funções. O suprido é um servidor distanciado da função orçamentário-financeira da Unidade, o que confere um maior controle e confiabilidade na execução.

Neste sentido, há ainda um procedimento de solicitação de compras/contratações. Todas as demandas são efetuadas via e-mail, demonstrando objetivamente o objeto a ser adquirido/contratado e a justificativa. Posteriormente, é realizada uma análise pelo suprido quanto a pertinência e o enquadramento legal.

Além disso, há a Planilha de Controle de Cartão Corporativo. Neste instrumento há uma grande inserção de informações relevantes para a boa gestão dos gastos como, por exemplo: registro de todos os gastos efetuados por elemento de despesa, saldo disponível, data e a descrição do material/serviço solicitado. Há ainda informações como a data da vigência do suprimento.

Enfim, a utilização do CPGF como instrumento de aquisições, apesar de sua excepcionalidade, tem se mostrado bastante eficaz para a celeridade e princípio da continuidade do serviço público, uma vez que outras modalidades de aquisição na emergência, se mostram mais morosas.

DRF/SJC – 170262

Esta Administração vem procurando reduzir a utilização de Suprimento de Fundos ao longo dos anos, buscando realizar aquisições através de procedimentos licitatórios e dispensa de licitação, de forma a obter melhores preços e dar maior transparência aos processos de aquisição.

Atualmente existem vários procedimentos licitatórios centralizados, especialmente no caso de aquisição de material de consumo. Entretanto, por vezes por problemas técnicos não é possível a adesão a alguma licitação e não há a possibilidade de aderir como não participante. Nesses casos, pelo quantitativo reduzido necessário para esta UG, opta-se pela utilização do Suprimento de Fundos, mas sempre com pesquisa prévia de preços.

O Suprimento de Fundos é utilizado sempre através de Cartão de Crédito Corporativo na opção *fatura*, quando efetivamente não é possível esperar para adquirir um material ou quando ele não se encontra dentre os itens padronizados, seja pela excepcional necessidade ou pela quantidade necessária para o consumo, não justificando sua inclusão em licitação.

DRF/MRA – 170287

Somente são passíveis de realização por Suprimento de Fundos os pagamentos de despesas em viagens que exijam pronto pagamento em espécie (no nosso caso, pedágios), despesas de pequeno vulto e outras despesas urgentes e inadiáveis. Todas as despesas são, previamente, autorizadas pelo Ordenador de Despesas.

Em casos excepcionais, o ordenador de despesas autorizou o pagamento por meio de Suprimento de fundos com cartão corporativo.

O Suprimento de fundos não é usado para realização de despesas diversas da especificada no empenho. Há, também, preocupação constante em garantir que os documentos comprobatórios sejam adequados à finalidade e à natureza das despesas.

As comprovações de despesas são realizadas dentro do prazo com as discriminações claras dos serviços prestados ou dos materiais fornecidos, atestadas pelo Suprido.

Ao processo referente à concessão do Suprimento de Fundos é anexada toda a documentação desde a concessão até a aprovação da prestação de contas.

DERAT/SPO – 170312

O Suprimento de Fundos movimentado pelo Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) foi utilizado com despesas consideradas de pequeno vulto para atender demanda interna e evitar a descontinuidade das atividades da Unidade. Da mesma forma que em 2013, em 2014 existiu apenas um suprido e, portanto, um único cartão. O controle é feito na aprovação da despesa. Os itens de maior despesa por suprimento de fundos relacionaram-se ao início das atividades do centro de treinamento. Para aplicação do Suprimento de Fundos foram observadas as normas que regulam a matéria. As despesas realizadas por Suprimento de Fundos observaram aquisição mais vantajosa para Administração.

DEINF/SPO - 170313

A administração da Delegacia Especial da RFB de Instituições Financeiras, prima pelo planejamento de compras de materiais e contratação de serviços, através de processos licitatórios, porém, em algumas ocasiões, faz-se necessária a utilização do Suprimento de Fundos, devido a sua rapidez em obter uma solução para as demandas já mencionadas, as quais, surgem vindas das diversas equipes que compõe a estrutura da Delegacia.

A utilização do Suprimento de Fundos é vista pelos Gestores como exceção aos processos regulares de compras e contratação de serviços, tendo participação mínima nos totais contratados, tanto em 2014, como no ano anterior, sendo utilizado apenas quando as outras soluções se mostram inadequadas a atender às demandas apresentadas.

Todo o procedimento formal de abertura e encerramento de Processo de Suprimento de Fundos, com a inclusão dos documentos comprobatórios necessários, bem como, com a assinatura do Ordenador de Despesas, é seguido por esta Administração.

Nos quatro casos em que se optou pela utilização do cartão corporativo em 2014, objetivou-se a rapidez na solução das demandas que surgiram ao Setor de Logística da DEINF, em comparação com outros processos de contratação.

Por último, informamos que não ocorreram saques em espécie, em nenhum caso, e que não houve Prestações de Contas não aprovadas no exercício de 2014.

DRF/JUN – 170318

A DRF Jundiá não fez uso de Suprimento de Fundos no Exercício de 2012, 2013 e 2014.

DEMAC/SPO – 170320

A utilização de Suprimento de Fundos por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal pela DEMAC/SPO respeita a previsão legal do art. 74, § 3º, do Decreto-Lei nº 200/67, bem como os artigos 45 a 47, do Decreto nº 93.872/86, Portaria nº 41 MP, de 07 de março de 2005 com suas alterações (Portarias nº 01 MP de 04 de janeiro de 2006 e Portaria nº 44 MP de 14 de março de 2006). O valor realizado de suprimento de fundos no exercício de 2014 corresponde a compras de pequeno vulto, assim entendidos aquelas cujo valor, em cada caso, não ultrapassam o limite estabelecido em Portaria do Ministério da Fazenda (Portaria GM/MF nº 95/02).

Foram respeitados todos os requisitos conforme o Manual de Suprimento de Fundos da Setorial de Contabilidade – Coope – COPOL tais como:

- Inexistência de restrição para concessão de suprimento de fundos ao servidor responsável;
- Respeito dos limites para cada ato de concessão de suprimento por meio de cartão de pagamento do governo federal nas despesas de pequeno vulto;
- Abertura de processo contendo todos os requisitos para concessão;
- Respeito do prazo máximo de aplicação (até 90 dias);

- Prestação de contas contendo todos os documentos comprobatórios da despesa e realizada dentro do prazo estipulado.

Os controles internos para acompanhamento da aplicação do Suprimento de Fundos poderão ser feitos através do Portal da Transparência, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br, onde estão inseridas todas as transações realizadas pelo suprido.

Não foi utilizada nenhuma medida excepcional, como saque, uso de conta bancária e extrapolação de limites.

Todas as prestações de contas foram devidamente aprovadas por estarem em conformidade com a legislação.

Houve um decréscimo da quantidade de concessões de suprimento de fundos e do valor gasto em relação ao ano anterior (2013) conforme se observa no Anexo V.

DRF/PCA – 170321

A DRF Piracicaba não fez uso de Suprimento de Fundos no Exercício de 2012, 2013 e 2014.

DRF/AQA – 170322

A utilização do Cartão Corporativo é restrita a situações emergenciais nas quais não há possibilidade de serem efetuados os procedimentos formais de dispensa/inexigibilidade de licitação, seguindo sempre as orientações contidas no Manual de Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento da CGU.

Na unidade, temos como controle interno de utilização do cartão o número reduzido de supridos, sendo apenas dois servidores, e a necessidade de autorização prévia do Ordenador de Despesas antes de qualquer utilização efetiva do cartão.

No período analisado, não houve a necessidade de se adotar nenhuma medida excepcional como saques, uso de conta bancária, extrapolação de limites, entre outras. Além disso, não ocorreu qualquer alteração na sistemática de controle e utilização adotada nos últimos três exercícios financeiros.

DRF/FCA – 170323

As despesas realizadas mediante a utilização do cartão de crédito corporativo referem-se a materiais e/ou serviços demandados pela DRF/Franca e também por suas unidades jurisdicionadas (nos municípios de São Joaquim da Barra, Batatais e Barretos), cuja necessidade de realização é imediata ou emergencial (sob pena de comprometimento da segurança ou das condições mínimas de trabalho dos servidores). Estas despesas possuem natureza diversificada, pois dificilmente os objetos se repetem ao longo dos meses e os valores individuais são muito pequenos, tornando-se inviável e antieconômico a realização de um certame licitatório ou mesmo os casos de sua dispensa. No exercício de 2014 não houve saques com cartão corporativo nem GRU's.

Cada despesa efetivamente realizada foi cadastrada no sistema SIASG / SCP, opção detalhar compra / saque.

O valor gasto com cartão corporativo no ano de 2014 foi aproximadamente 26,6 % menor que o valor gasto no exercício de 2013.

Os gastos com suprimentos de fundos são rigorosamente controlados por meio de processo administrativo eletrônico (e-processo) no qual são juntadas as respectivas notas fiscais referentes aos gastos e cada despesa é atestada pelo setor competente. Ao final é feita a prestação de contas e a reclassificação das despesas.

DEFIS/SPO – 170385

A DEFIS somente utiliza a sistemática de suprimento de fundos através do CPGF. Os gastos do CPGF encontram-se descritos e comprovados nos respectivos processos de prestação de contas que estão arquivados nesta Delegacia. Além desta prestação de contas, o ordenador de despesas,

mensalmente acompanha as transações referentes ao CPGF, através de faturas e demonstrativos mensais, com objetivo de verificar se as condições estabelecidas pelo ato de concessão estão sendo mantidas. Os gastos foram realizados em conformidade com a legislação vigente, somente atendendo a despesas eventuais, que exijam pronto pagamento ou para atender despesas de pequeno vulto, observando sempre os limites estabelecidos nas normas vigentes. O uso desta medida excepcional só se deu em situações não passíveis de planejamento e que exigiram pronto atendimento, evitando prejuízos à Administração. Em 2014 a DEFIS realizou despesas nessa modalidade no valor total de R\$ 4.696,63 que ficou abaixo da média histórica anual de despesas realizadas nessa modalidade por essa Delegacia.

ALF/SPO – 170533

As despesas efetivadas através do Cartão de Pagamentos do Governo Federal mencionadas nos Anexos IV, V e VI deste Relatório, foram utilizados em proveito dessa Unidade da Receita Federal do Brasil. Não ocorreram nos exercícios mencionados nenhum saque, uso de conta bancária ou extrapolação de limites concedidos. As prestações de contas foram apresentadas tempestivamente pelo suprido; sendo apreciadas e aprovadas pelo ordenador de despesas dentro do prazo legal. Todas as solicitações de aquisição de bens e serviços são submetidas à Chefia de Logística e, após aprovação, encaminhadas ao suprido a fim de que a compra seja efetuada. As aquisições são realizadas apenas quando não há disponível outra modalidade de aquisição e cumulativamente, haja a necessidade da celeridade no suprimento da demanda ocorrida. Todas as aquisições efetuadas estão de acordo com a legislação vigente e especificadamente corresponderam aos elementos de despesa, material de consumo e serviços de terceiros pessoa jurídica.

DERPF/SPO – 170535

A utilização de Suprimentos de Fundos nesta Delegacia, no exercício relacionado (2014) restringiu-se à modalidade Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF), e apenas foram utilizados pagamentos mediante fatura. Não foi realizado nenhum saque em espécie. Todas as despesas efetuadas com Suprimento de Fundos desta Unidade no período em foco foram feitas em total conformidade com a legislação vigente. Para tanto, o suprido utilizou o Cartão de Pagamentos apenas com expressa autorização do Gestor Financeiro e do Ordenador de Despesas desta Unidade, em cada operação realizada, mediante justificativas de utilização exaustivas.

DRF/BRE – 170551

A DRF/Barueri trabalha apenas com o CPGF, não possuindo “conta tipo B”.

Foram abertos 3 processos de Suprimento de Fundos em 2014, totalizando R\$ 1.061,76 em aplicação de recursos.

As despesas consistiram em compras de: Material de manutenção de bens imóveis, Material de Expediente, Material de Copa e Cozinha, Material Elétrico e Eletrônico, Material de Proteção e Segurança e Serviços Gráficos.

Todas as despesas foram realizadas em conformidade com a legislação vigente e pautadas na urgência/excepcionalidade dos gastos, com resultado rápido e eficaz na resolução das demandas apresentadas.

O CPGF não fica em poder do Suprido. Somente após solicitada uma compra ao SEPOL (Serviço de Programação e Logística) e aprovada pelo Gestor e Ordenador Financeiro é que o cartão é entregue ao Suprido para que realize a compra dos materiais ou serviços solicitados. Os servidores do financeiro, ao receberem a fatura do CPGF enviada pelo Banco do Brasil, comparam os gastos discriminados na fatura com as autorizações de compras aprovadas pelo Gestor e Ordenador Financeiro e encaminham a fatura aos mesmos para que eles também confirmem os gastos realizados e aprovem seu pagamento.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL – SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 7: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
(Item 6, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU Nº 134/2013)

Introdução

Na Receita Federal do Brasil, a gestão de pessoas é realizada pelas Regiões Fiscais e pela Unidade Central sob coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor). Compete à Cogep, regimentalmente, planejar e gerenciar os processos de trabalho de gestão de pessoas, abrangendo, entre outros, os processos de recrutar, selecionar, alocar, administrar, avaliar, capacitar, desenvolver, reconhecer e valorizar pessoas, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos Órgãos dos Sistemas Federais de Recursos Humanos. Nas Regiões Fiscais, a Gestão de Pessoas (GP) está a cargo das Divisões, Serviços, Seções e Equipes de Gestão de Pessoas (Digep, Segep, Sagep e EGP), subordinadas administrativamente às Superintendências ou delegacias e tecnicamente à Cogep.

As Áreas de GP executam, no âmbito de suas respectivas unidades, desde as atividades de rotinas do cadastro funcional, da folha de pagamento, de concessão de direitos, de análise de cumprimento de deveres e da gestão da capacitação até a implementação das iniciativas estratégicas da política de Gestão de Pessoas que impactam todos os processos de trabalho elencados no parágrafo anterior.

O trabalho de confecção dos quadros de Gestão de Pessoas foi executado procurando-se seguir as orientações contidas na Portaria TCU nº 90/2014 e, assim como no ano anterior, realizado de forma descentralizada por cada Região Fiscal, com validação da Cogep. Como consequência deste trabalho em grupo, houve consenso sobre os seguintes tópicos:

1. O cronograma de extração e entrega dos dados não é compatível com o calendário da rotina de gestão de pessoas desenvolvida via Siape. Por exemplo, o lançamento de ocorrências (afastamentos, egressos, etc) do mês de dezembro podem sofrer acertos até a homologação da folha de pagamento, geralmente na segunda quinzena de janeiro. Outro exemplo é a disponibilidade de dados no DW Siape: a informação consolidada de dezembro de 2014 só ficou acessível no dia 28 de janeiro de 2015. Caso o preenchimento dos quadros fosse totalmente baseado no DW, não haveria tempo hábil para conclusão do trabalho. O tópico de Qualificação da Força de Trabalho também é impactado: as informações solicitadas ficam disponíveis no Sistema de Capacitação e Desenvolvimento – Siscad – quase sempre no final de janeiro (às vezes até excedendo este período), quando são concluídos todos os trâmites necessários ao fechamento das ações de capacitação, o que inclui envio de documentos pelos servidores, por terceiros, aprovação de várias autoridades, inconsistências do próprio Siscad, etc, de modo que podem ocorrer atrasos significativos no fechamento das ações e, conseqüentemente, nos relatórios gerenciais necessários à Prestação de Contas.
2. Vemos como positiva a mudança de foco das informações solicitadas, passando de uma quantidade considerável de quadros trabalhosos para análises críticas qualitativas.
3. As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Enquanto aguardamos a definitiva implantação do novo sistema SIGEPE, nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal. Por esses motivos, a grande maioria dos quadros é preenchida com informações gerenciais formatadas pelo Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3. Contudo, cabe ressaltar que, no final de 2014, em virtude da obrigatoriedade de uso do certificado digital pelos operadores do Siape/Extração-Siape, o Sistema SA3 apresentou dificuldades nos procedimentos de recuperação de dados.
4. As extrações da folha de pagamento e de estagiários continuam sendo realizadas de forma centralizada pela Cogep, através do DW Siape. Identificamos para o plano de capacitação 2015 da Rede de Gestão de Pessoas da RFB a necessidade de cursos sobre a ferramenta, com o objetivo de descentralizar a extração.

5. A Cogep detectou ao longo dos trabalhos um exemplo de divergência entre duas extrações idênticas realizadas em dias diferentes no DW Siape para o quadro de Estagiários. Apesar dos dados de 2014 já estarem consolidados no sistema, houve uma discrepância de cerca de 40 mil reais nas despesas com estagiários para a 4ª RF entre as duas extrações. Como é bastante improvável que este montante seja devido apenas a ajustes retroativos, questionamos a confiabilidade da fonte dos dados. Todavia, assim como em todos os outros quadros, citamos a data da extração, para que possa ser o marco de comparação.
6. Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.
7. Para o novo quadro solicitado, Distribuição da Lotação Efetiva, foi utilizado o mesmo conceito de macroprocesso finalístico introduzido pela Copav no subitem 1.4 - Macroprocessos Finalísticos.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos e requisitados, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. Por exemplo, no caso dos cedidos, com a saída do servidor para o novo órgão, há perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

7.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

7.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 28 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	11.394	5.374	312	405
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5.+1.2.6)	11.394	5.374	312	405
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	11.394	5.332	312	405
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	2	0	0
1.2.5 Servidores requisitados art 93 § 7º da Lei 8112/90	Não há	2	0	0
1.2.6 Outros	Não há	38	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	11.394	5.374	312	405

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, Relatórios dos Sistemas Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) e Sisac (Sistema de Controle de Ações de Comunicação)

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A força de trabalho da RFB é composta por servidores da Carreira Auditoria e por servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (PECFAZ) em exercício na RFB. Ambos são considerados “Servidores de carreira vinculada ao órgão”. Entretanto, a lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1.953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.
2. Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB por provimento originário – nomeação por concurso público.
3. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões, inclusive dos servidores lotados na RFB com exercício em outro órgão, visto que o cargo ocupado interfere em nosso grau de lotação. Houve um caso de reversão de aposentadoria em 2014 mas apenas a ocorrência originária está contabilizada no valor informado.
4. Incluído o item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112/90.
5. Incluído o item 1.2.6 para demonstração de servidores cedidos, anistiados, e servidores com provimento de cargo por decisão judicial. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem uma situação funcional diferente da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente.
6. A extração dos dados da coluna “Lotação Efetiva” foi realizada no dia 02/01/2015 em relação ao dia 31/12/2014, e a da coluna “Egressos” foi realizada no dia 19/01/2015. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essas datas podem gerar distorção da informação.

Quadro 29 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1.289	4.047
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5+1.1.6+1.1.7)	1.289	4.047
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.285	4.047
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0
1.1.6. Servidores requisitados art. 93 parágrafo 7º da Lei 8112/90	2	0
1.1.7. Outros	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.289	4.047

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Incluído o item 1.1.6 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112/90.
2. Incluído o item 1.1.7 para demonstração de servidores anistiados e servidores com provimento de cargo por decisão judicial. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem uma situação funcional diferente da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente. Este item difere do item 1.2.6 do Quadro 28 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ por não conter os cedidos. Para estes, não é possível obter informação de em qual processo de trabalho estão atuando. Pela mesma razão, os cedidos também não estão contemplados nos totais da linha 4.
3. A extração dos dados foi realizada no dia 02/01/2015 em relação ao dia 31/12/2014. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.
4. Processos da Área Fim considerados conforme conceito de macroprocesso finalístico introduzido no tópico 1.4. Macroprocessos Finalísticos. A extração desta informação foi realizada no sistema SA3, através de vinculação do Setor UA com o principal processo de trabalho nele realizado. O Quadro 30 traz as correspondências utilizadas.

Quadro 30 - CORRESPONDÊNCIA ENTRE ATIVIDADE E TIPO DE MACROPROCESSO

Atividade Principal do Setor UA	Macroprocesso	
	Área Meio	Área Fim
Assessoria em Gabinete *	x	
Assessoria Especial *	x	
Atividades Auxiliares	x	
Auditoria Interna	x	
Corregedoria	x	
Gestão de Pessoas	x	
Logística e Gestão de Pessoas	x	
Planejamento, Organização e Avaliação Institucional	x	
Programação e Logística	x	
Tecnologia da Informação	x	
Tecnologia da Informação e Logística	x	
Administração Aduaneira		x
Arrecadação e Cobrança		x
Assessoria de Comunicação Social		x
Atendimento e Educação Fiscal		x
Contencioso Administrativo e Judicial		x
Cooperação Fiscal e Integração		x
Estudos Econômico-Tributários e Previsão e Análise de Arrecadação		x
Fiscalização		x
Gestão de Cadastros		x
Julgamento		x
Maiores Contribuintes		x
Ouvidoria		x
Pesquisa e Investigação		x
Programação e Estudos		x
Relações Internacionais		x
Ressarcimento, Compensação e Restituição		x
Tributação		x

Fonte: Cogep.

* Os servidores enquadrados nestas duas atividades foram, para efeitos deste estudo, considerados como pertencentes à área meio. Contudo, cerca de metade destes servidores são Chefes de Agência e Chefes de Equipe de Atendimento e atuam de fato na área fim. Caso estivessem computados na área correta (o que não ocorreu devido às limitações da funcionalidade de extração do sistema SA3), a proporção de servidores na área meio, em relação ao total, que é de aproximadamente 24% de acordo com os dados do Quadro 29, seria reduzida em cinco ou seis pontos percentuais.

Quadro 31 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	302	298	117	116
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	302	298	117	116
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	302	297	117	116
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.2.6. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	723	690	281	278
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	723	690	281	278
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1.025	988	398	394

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de portarias de nomeação e exoneração da função (um mesmo servidor pode estar contabilizado mais de uma vez). No caso da RFB, não é comum o aumento da força de trabalho por intermédio de ocupação de função. O padrão é a ocupação das funções por servidores do próprio quadro funcional.
2. Ingressos e egressos são contabilizados como ocorridos no ano de 2014 levando-se em conta a data de publicação da portaria. Lançamentos retroativos de exoneração podem gerar distorção da informação.
3. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
4. Incluído o item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro da Força de Trabalho.
5. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 – Aposentados.
6. A extração dos dados foi realizada no dia 13/01/2015 em relação ao ano de 2014. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

Análise Crítica - Quadro 28

Os servidores de carreira da Receita Federal do Brasil abrangem os pertencentes à Carreira de Auditoria (ARFB), ou seja, Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários e os pertencentes ao Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (Pecfaz) em exercício no Órgão.

A Receita Federal do Brasil, desde a década passada, vem distribuindo as vagas autorizadas dos servidores da Carreira ARFB pelas suas unidades gestoras tendo por base um Estudo de Lotação (EL). O EL atual está alicerçado na demanda de trabalho de unidades de tributos internos e aduaneiras, mensurada com distintos conjuntos de variáveis objetivas.

Para dimensionar a força de trabalho e subsidiar a política de movimentação de servidores, calcula-se o Grau de Lotação (GL) das Unidades de lotação. Sua fórmula contempla no numerador a quantidade de servidores lotados em cada unidade organizacional e no denominador o valor máximo de lotação distribuído para cada unidade de acordo com o EL, aprovado pela Portaria RFB nº1.953 de 27/07/2012.

Com base no referido GL, constata-se que em dezembro de 2014 a 8ª RF apresentou uma defasagem de aproximadamente 60% do limite de ocupação de postos de trabalho da Carreira de Auditoria (a RFB como um todo apresentou 51%). Portanto, mesmo com o ingresso de 312 servidores no ano, o grau de lotação continua muito abaixo das necessidades do Órgão.

Diferentemente do que ocorre com a distribuição dos servidores da Carreira de Auditoria da RFB, que possui um quantitativo de vagas autorizadas em lei, número esse utilizado como base no Estudo de Lotação, as vagas relativas aos servidores administrativos (Pecfaz) ainda necessitam de autorização legal para que possam ser objeto de ato normativo da RFB.

Além do baixo grau de lotação citado anteriormente, o déficit no quadro de servidores é fortemente agravado pelo elevado número de vacâncias ocorridas no ano de 2014. O quadro a seguir mostra o grau de reposição dos egressos em 2014, calculado de acordo com a fórmula abaixo.

$$\text{Índice de Reposição: } \frac{\sum \text{entradas}}{(\sum \text{vacâncias} + \sum \text{exonerações} + \sum \text{aposentadorias} + \sum \text{falecimentos} + \sum \text{demissões})}$$

Quadro 32 - GRAU DE REPOSIÇÃO DOS SERVIDORES EGRESSOS

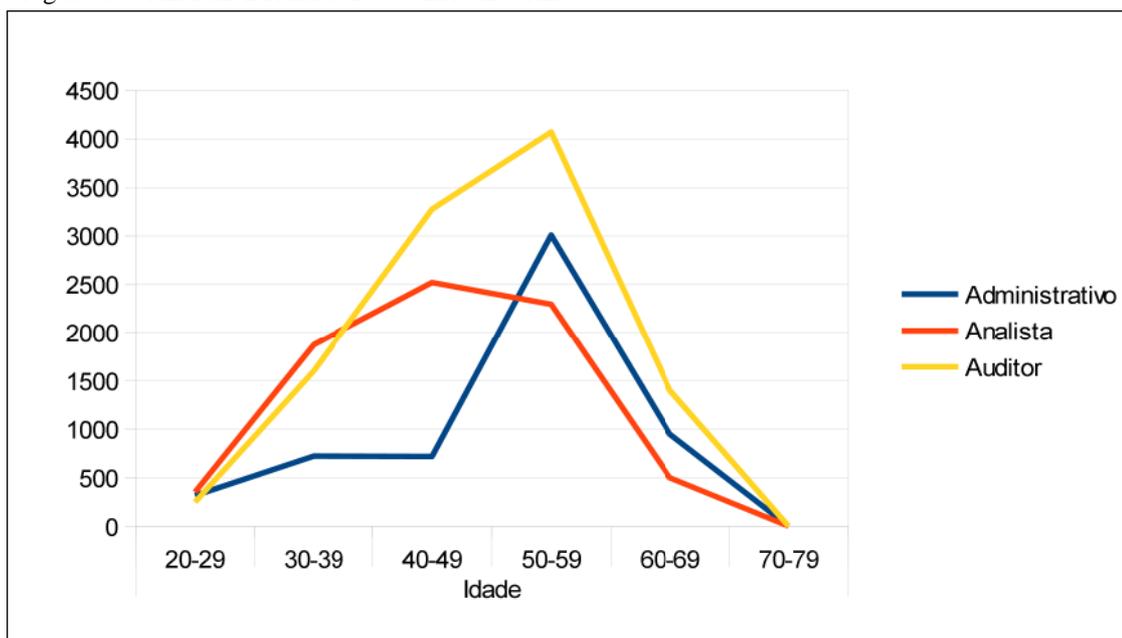
	Ingressos 2014	Egressos 2014	Reposição do quadro
1ª RF	146	107	1,36
2ª RF	191	70	2,73
3ª RF	28	52	0,54
4ª RF	11	90	0,12
5ª RF	31	73	0,42
6ª RF	17	144	0,12
7ª RF	58	192	0,30
8ª RF	312	405	0,77
9ª RF	76	142	0,54
10ª RF	78	103	0,76
UC	260	112	2,32
DRJ	1	36	0,03
RFB	1.209	1.526	0,79

Fonte: Cogep

O quadro indica a proporção de ingressos sobre egressos. Os valores abaixo de 1 indicam perdas. Isto significa que a 8ª RF recebeu menos servidores do que perdeu ao longo do ano. Em 2014 houve ingresso de servidores de todos os cargos que compõem o quadro da RFB (AFRFB, ATRFB, Administrativos Nível Médio e Administrativos Nível Superior) e, mesmo assim, o quantitativo decresceu em relação ao do ano de 2013.

Ainda em relação ao quadro acima cabe ressaltar que o número de egressos é elevado em grande parte em razão das aposentadorias. Dos 405 cargos vagos no ano em questão, 60% ocorreram em função de aposentadoria. Esse fenômeno pode ser explicado pelo perfil etário dos servidores do Órgão, uma vez que mais de 51% desses servidores (o dado se refere a toda a RFB) encontram-se na faixa etária acima de 50 anos – conforme gráfico abaixo – e mais de 20% fazem jus ao Abono de Permanência.

Figura 19 - PERFIL ETÁRIO DOS SERVIDORES



Fonte: Cogep

De acordo com o exposto acima, conclui-se que o Órgão está com grande déficit de pessoal, situação essa agravada pelo crescente número de vacâncias. Apesar de não representarem uma perda definitiva da força de trabalho, outro fator que contribui temporariamente para a sua redução são os afastamentos. O quadro abaixo totaliza o número de dias durante o ano dos afastamentos considerados relevantes para a análise da redução da força de trabalho (os dados se referem a toda a RFB):

Quadro 33 - QUANTIDADE DE DIAS DE AFASTAMENTO NO ANO, POR TIPO DE AFASTAMENTO

Tipo de Afastamento	Quantidade de dias
Afastamento preventivo PAD	727
Licença acidente em serviço	999
Licença para tratamento de saúde	140.446
Falta	1.579
Suspensão	486
TOTAL	144.237

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3, extração realizada em 06/01/2015.

Foram considerados apenas afastamentos para os quais pode haver algum tipo de ação de prevenção por parte do órgão. O somatório da quantidade de dias desses afastamentos corresponderia a 430 servidores ausentes, ou seja, 1,8% da força de trabalho da RFB, durante todo o ano.

Análise Crítica - Quadro 29

O atual estudo para distribuição da lotação avalia apenas a demanda de trabalho vinculada aos processos aduaneiros e de tributos internos. Está em andamento atualização que busca contemplar todos os processos de trabalho executados no Órgão, inclusive aqueles das áreas meio e de atividades tipicamente gerenciais.

Análise Crítica – Quadro 31

O quantitativo de cargos em comissão e funções gratificadas da RFB é distribuído pelo Regimento Interno (Portaria MF nº 203/2012). Nota-se pela análise do Quadro 31 que há quase 40 postos de chefia vagos na 8ª RF, demonstrando uma baixa atratividade para ocupação destes cargos. Esse fato foi confirmado por diagnóstico interno realizado em 2014 para o Ciclo de Planejamento 2016-2019, no qual os servidores destacaram a pouca motivação para assumir chefias na RFB, uma vez que o valor pecuniário estabelecido para as funções não condiz com o nível de responsabilidade assumido.

A constatação acima também é corroborada pela elevada rotatividade nesses postos. Houve mudança de quase 40% dos detentores de função durante o ano de 2014, número considerado alto e que prejudica a continuidade dos trabalhos em andamento, assim como o plano de capacitação que é realizado com todos os gestores da RFB, Programa de Desenvolvimento Gerencial (DGR).

7.1.2. Qualificação e Capacitação da Força de trabalho

A qualificação e capacitação da força de trabalho da Receita Federal do Brasil é regida pela Portaria RFB nº 128/2013, que disciplina a aplicação da Política de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, alinhando-se às diretrizes do Decreto nº 5.707/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990.

Tendo em vista o marco legal supramencionado, a RFB adota o modelo de capacitação com foco em competências, o qual se apoia no inventário de competências construído por meio do mapeamento de competências realizado no período de outubro de 2010 a outubro de 2011. Foram identificadas as competências institucionais e individuais, as últimas classificadas por sua vez em gerenciais, fundamentais e específicas (por processo de trabalho). A partir das competências mapeadas são realizados ciclos bienais de diagnóstico, ou apuração das lacunas das competências, por meio da autoavaliação pelos servidores e da avaliação pela chefia imediata dos domínios existentes relativamente às competências individuais. Na metodologia aplicada, as lacunas de competência representam a diferença entre o domínio necessário e o domínio existente. Após a consolidação do diagnóstico, são aferidas as lacunas por servidor, por unidade, por macroprocesso e por processo de trabalho.

Já foram realizados dois ciclos de diagnóstico, em 2011 e 2013, onde foram identificadas as competências que apresentam maiores lacunas, ou seja, as que mais precisam ser desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos organizacionais. As lacunas aferidas permitem realizar o diagnóstico de necessidades de capacitação, de forma a direcionar as ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores, isto é, trata-se de uma ferramenta para subsidiar o plano de médio prazo da capacitação e ainda permite aprimorar o diálogo entre as chefias e sua equipe na definição de planos de desenvolvimento individuais e da equipe.

Na RFB, o plano de capacitação por competências é representado pelo Programa de Educação Corporativa (Proeduc), o qual está pautado na redução das lacunas de competências e na promoção do desenvolvimento sistemático e contínuo dos servidores. O Proeduc consolida, anualmente, ofertas de capacitação emanadas das Unidades Centrais, representadas prioritariamente pelos Programas Nacionais de Capacitação (PNC), e também por unidades descentralizadas, de modo que todas as ações de capacitação estejam relacionadas com uma ou mais competências individuais. Conforme a Portaria RFB nº 118/2012, o desenvolvimento do Proeduc deve observar as seguintes Diretrizes Estratégicas:

I - desenvolver ações de capacitação orientadas para o desenvolvimento integral dos servidores e gerentes, considerando o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes;

II - democratizar as oportunidades de capacitação, tornando-as acessíveis a todos os servidores e gerentes, primando ainda pelo incentivo ao autodesenvolvimento;

III - diversificar as modalidades e estratégias de capacitação, com intensificação da educação à distância;

IV - desenvolver as competências fundamentais, as quais devem integrar o conteúdo programático das ações de capacitação e

V - sistematizar Programas Modulares Nacionais e demais eventos de capacitação, relacionando aprendizagem à competência.

No que concerne ao Proeduc relativo ao exercício de 2014, aprovado pela Portaria RFB nº 1.881/2013, importa destacar que sua estruturação teve por base o 1º ciclo de mapeamento de competências, concluído em 2011, e o 2º ciclo de diagnóstico de competências, realizado em 2013, que contou com a participação voluntária de 75% dos servidores. Seu desenvolvimento se deu em conformidade com a análise estratégica de cada unidade e com base nas lacunas de competências, visando identificar as ações de capacitação que podiam melhorar o desempenho dos servidores e, por conseguinte, os resultados institucionais.

O quadro abaixo detalha as áreas das ações de capacitação e desenvolvimento ofertadas, suas respectivas lacunas e resultados alcançados em 2014:

Quadro 34 - AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EXECUTADAS

Competências		Lacunas*	Nº de ações planejadas	Nº de ações executadas	Nº de participações (com repetição)	Nº de horas
Fundamentais	Comunicação eficaz	1,17	47	12	442	1.946
	Ética profissional	0,74	11	8	420	1.200
	Trabalho em equipe	1,04	38	21	919	7.636
	Orientação para resultados	1,18	13	19	189	900
	Ação sistêmica	1,26	15	9	431	9.655
	Autodesenvolvimento	1,29	117	122	2.897	17.438
	Criatividade e Inovação	1,39	25	7	422	8.287
	Excelência na prestação de serviços	1,07	16	1	1	20
	Racionalidade na utilização de recursos	1,15	5	1	1	12
Gerenciais	Visão e orientação estratégica	-0,39	12	0	0	0
	Efetividade de gestão	0,52	5	0	0	0
	Negociação e cooperação	1,14	10	0	0	0
	Liderança	1,15	18	4	201	6.638
	Gestão da mudança e inovação	0,59	4	0	0	0
Específicas Macroprocessos**	Políticas Institucionais	-0,98	2	1	6	2.250
	Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	-0,38	300	119	2.118	20.579
	Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros	0,88	270	227	4.994	62.158
	Administração Aduaneira	0,48	64	69	1.894	11.986
	Segurança Jurídica e Solução de Litígios	-0,42	61	18	168	10.419
	Interação com a Sociedade	0,3	133	93	2.287	16.220
	Gestão Estratégica, Projetos e Processos	0	18	31	1.385	10.100
	Gestão Institucional	-0,39	25	14	126	1.349
	Controle Institucional	-3,19	0	0	0	0
	Gestão Orçamentária e Financeira	0,56	28	45	148	2.772
	Governança de Tecnologia Da Informação	-0,56	82	66	1.062	10.242
	Gestão de Pessoas	-0,34	128	82	2.265	24.824
	Gestão de Materiais e Logística	0,58	211	191	1.078	16.926
Total	-	1.658	1.160	23.454	243.557	

* Fórmula: DN – DE = L, onde DN = Domínio Necessário, DE = Domínio Existente e L = Lacuna de Competência. A escala de valores possíveis para as lacunas vai de -5 a 5.

** Macroprocessos conforme cadeia de valor vigente até novembro de 2014.

Fonte: SA3 e Siscad (extração de dados em 06/02/2015).

Nas ações de capacitação que buscavam desenvolver as competências Fundamentais, concentramos o foco nas competências “Autodesenvolvimento” e “Ação Sistêmica”, duas das três maiores lacunas na categoria.

Já nas ações de capacitação que desenvolveram competências Gerenciais, focamos na competência “Liderança”, a maior lacuna da categoria.

As ações de capacitação que trabalharam as competências Específicas foram direcionadas para o macroprocesso “Fiscalização e Combate aos Ilícitos tributários e Aduaneiros”, pois representa a principal atividade finalística do Órgão e apresenta a maior lacuna entre os macroprocessos.

Os macroprocessos “Arrecadação e Controle do Crédito Tributário” e “Gestão de Pessoas”, não obstante não apresentarem lacunas, requerem especial atenção da administração, o primeiro por apresentar destaque no Planejamento Estratégico da RFB, o segundo, por significar o principal sustentáculo de toda o mapa Estratégico do Órgão.

Com o forte direcionamento de novos servidores para atuarem no macroprocesso “Gestão de Materiais e Logística”, desenvolvemos ações de capacitação com o intuito de complementar a formação destes no âmbito regional. Como exemplo, podemos citar: e-Processo; Curso de Licitação e Contratos; Gestão e Fiscalização de Contratos, etc.

7.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 35 - CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2014									0,00	
	2013									0,00	
Servidores de Carreira Vinculados ao Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2014	1.038.035.734,84	10.452.324,35	85.643.272,50	29.464.661,68	29.229.570,43	33.839.239,27	0,00	774.065,07	8.769.364,80	1.236.208.232,94
	2013	1.016.172.417,56	10.161.891,05	84.644.681,70	30.407.884,29	30.026.444,28	33.590.124,62	9.860,36	1.799.218,16	5.619.477,18	1.212.431.999,20
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com o Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2014	0,00	26.277,96	2.189,83	729,94	4.476,00	0,00	0,00	2.596,53	0,00	36.270,26
	2013	0,00	30.923,67	5.859,46	717,48	5.546,49	0,00	0,00	0,00	0,00	43.047,10
Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014										0,00
	2013										0,00
Servidores Cedidos com Ônus											
Exercícios	2014	8.004.354,98	0,00	659.988,65	265.274,74	141.352,00	382.945,09	0,00	3.783,10	121.814,53	9.579.513,09
	2013	8.435.538,43	0,00	700.242,59	317.884,90	160.603,00	421.821,09	0,00	0,00	100.993,59	10.137.083,60
Servidores com Contrato Temporário											
Exercícios	2014										0,00
	2013										0,00

Fonte: DW Siape – 10/02/2015

NOTAS EXPLICATIVAS:

- Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.
- A extração consistiu em coletar os valores de todas as rubricas relacionadas ao custo de pessoal das unidades pagadoras da Receita Federal do Brasil referente aos anos de 2014 e 2013, discriminado-as por natureza de despesa e agrupando-as de acordo com a tipologia de cargos. A classificação das rubricas por natureza de despesas e o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos seguiu as determinações constantes da Portaria TCU 90/2014.
- Foram utilizadas somente rubricas lançadas como rendimento, independente da denominação - exceto as referentes a adiantamento, para evitar duplicidade. Em comparação com a Prestação de Contas anterior, houve reclassificação de algumas rubricas por mudança de entendimento, principalmente quanto à coluna "Demais despesas variáveis". Houve também a inclusão de novas rubricas inexistentes na extração anterior, tendo em vista o novo agrupamento de servidores solicitados no quadro.
- Sobre o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos:
 - O agrupamento de servidores foi implementado por meio da situação funcional de cada servidor.
 - Não foram considerados os servidores na situação funcional de Aposentados ou Instituidores de pensão uma vez que estes são administrados pelas respectivas Superintendências Regionais do Ministério da Fazenda (SAMF), órgãos independentes da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

- c. Não foram identificados servidores com contrato temporário.
- d. Não existem Membros de Poder e Agentes Políticos.
- e. No caso dos cedidos com ônus, a determinação da existência do ônus se baseou na característica do órgão de destino (se a cessão foi para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou para Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista, considerou-se como sem ônus - conforme Art. 93, §§ 1º e 2º da lei 8.112/1990). Situações específicas como as previstas no art. 93 inciso II e §§ 6º, 7º, foram ignoradas por se tratarem de exceções que demandariam uma análise individual de todos os casos de cessão.

Quadro 36 - QUADRO DE APOIO À FOLHA DE PAGAMENTO

UNIDADE	Ajuda de Custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio Funeral	Auxílio Creche	TOTAL
8ª RF	622.681,71	4.646.754,84	20.688,08	0,00	94.292,04	0,00	5.290.124,63

Fontes: SIAFI Gerencial e SIAFI Operacional. Extraído pela Copol, data-base da consulta: 26/01/2015.

7.1.4. Irregularidades na Área de Pessoal

7.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

Como o Siape e Siapecad não disponibilizam informação sobre acumulação indevida de cargos, os procedimentos de controle adotados são:

- Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.
- No ato da posse, são de entrega obrigatória os seguintes documentos:
 - Termo de Responsabilidade declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal.
 - Cópia da publicação do ato ou protocolo de pedido de vacância relativo ao cargo ocupado, se ocupante de outro cargo, emprego ou função pública.
 - O servidor se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.
- No caso de servidor que pleiteia a licença para tratar de interesses pessoais, deve apresentar os seguintes documentos, que auxiliam na prevenção destes casos:
 - Na solicitação da licença, deve anexar manifestação prévia favorável da Comissão de Ética da RFB ou da Controladoria-Geral da União (CGU), nos casos em que o servidor for exercer atividade privada ou atividade potencialmente geradora de conflito de interesses, obtida através de consulta efetuada por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI);
 - Formulário descrevendo as atividades que pretende desenvolver durante o período da licença, as efetivamente desenvolvidas durante e aquelas que passou a desempenhar após o término do afastamento.
- São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público. A Portaria RFB nº 2.543/2011 estabeleceu o inventário de competências do órgão, sendo a Ética Profissional considerada uma competência fundamental, ou seja, é competência desejada de todos os servidores da RFB. Ela faz parte, portanto, da grade de disciplinas do programa de formação de novos servidores, bem como do programa anual de capacitação.

Em 2014 não foram detectados casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos nesta UJ. Caso venham a ser detectados, será aplicada a rotina prevista pelos artigos 133 e 143 da Lei 8.112/90.

7.1.4.2. Terceirização Irregular de Cargos

A RFB não possui terceirizados exercendo atividades típicas da Carreira de Auditoria Fiscal.

7.1.5. Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Conforme Análise Crítica feita para o Quadro 28, o Órgão vem sofrendo perdas constantes no quadro de servidores, sendo que 30% dessas foram em função de vacância por posse em cargo inacumulável ou exoneração. Esse número reflete um problema de retenção de servidores, principalmente dos cargos de Analista-Tributário e Assistente-Técnico Administrativo, que acabam migrando para cargos de melhor remuneração dentro do próprio Poder Executivo. Na última

nomeação para o cargo de Analista-Tributário, cerca de 15% dos nomeados não entraram em efetivo exercício na RFB.

O elevado percentual de vacâncias citado anteriormente tem alguns impactos significativos para o Órgão. O primeiro deles refere-se ao programa de capacitação elaborado para formação e aperfeiçoamento desses novos servidores, tendo em vista os custos financeiro e operacional envolvidos. Outro ponto negativo diz respeito à lacuna deixada nas unidades de exercício desses servidores. A recomposição do quadro da Unidade só irá ocorrer, na maior parte dos casos, quando houver um novo concurso público, situação essa que depende do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão responsável pela autorização de novos concursos.

Ações de Prevenção – Gestão de Processos e Desvio de Função

A RFB implementou em setembro de 2013 o seu Modelo de Governança de Processos (atualizado pela Portaria RFB nº1.708/2014), que estabelece a metodologia para o mapeamento da situação atual de processos de trabalho. Atrelados a este modelo, foram também criadas a Política de Gestão de Riscos (Portaria RFB nº1.674/2014) e a Metodologia de Análise de Atribuições dos cargos em exercício na Receita Federal do Brasil (Portaria RFB nº 2.226/2014). Tais instrumentos, utilizados em conjunto, possibilitam a identificação e a prevenção de riscos, na medida em que contribuem para:

1. Comunicação do fluxo de atividades para os servidores;
2. Manutenção do conhecimento;
3. Treinamento de novos servidores das áreas de negócio;
4. Adequação de normativos e manuais de procedimentos;
5. Padronização da execução do processo;
6. Análise da situação atual e identificação de oportunidades de melhoria;
7. Definição de papéis, responsabilidades, competências e atribuições, inclusive para acesso a sistemas;
8. Visualização e documentação dos riscos do processo.

Já foram mapeados e publicados na intranet da RFB 17 processos da Gestão de Pessoas, e elaborado cronograma para a análise de riscos de toda a árvore de processos da área para os próximos 4 anos.

A Metodologia de Análise de Atribuições dos Cargos, especificamente, é de competência da Cogep, que valida as informações prestadas pelas diversas áreas de negócio da RFB (inclusive a própria Gestão de Pessoas). Tem como finalidade não só otimizar a alocação do quadro funcional do órgão, considerando os diversos processos de trabalho desenvolvidos na instituição, como também conscientizar os gestores quanto à efetiva observância das atribuições legais dos cargos, com vistas a se evitar eventuais desvios de função.

7.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Grau de Lotação Bruto

Fórmula: (nº de servidores da carreira ARFB em 31/12) / (lotação autorizada)

A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº 1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

Quadro 37 - GRAU DE LOTAÇÃO BRUTO

	2010	2011	2012	2013	2014
1ª REGIÃO FISCAL	50,39%	51,86%	46,62%	45,85%	46,95%
2ª REGIÃO FISCAL	54,89%	45,06%	46,48%	49,12%	54,04%
3ª REGIÃO FISCAL	74,34%	65,91%	62,62%	60,33%	60,09%
4ª REGIÃO FISCAL	67,60%	63,36%	58,69%	57,42%	56,14%
5ª REGIÃO FISCAL	53,05%	55,10%	51,64%	50,88%	49,49%
6ª REGIÃO FISCAL	61,68%	60,07%	55,88%	53,80%	51,79%
7ª REGIÃO FISCAL	60,99%	56,56%	53,63%	52,79%	52,45%
8ª REGIÃO FISCAL	42,22%	41,05%	40,34%	41,11%	39,51%
9ª REGIÃO FISCAL	57,63%	51,70%	48,63%	48,30%	47,29%
10ª REGIÃO FISCAL	58,53%	51,54%	49,74%	48,67%	47,56%
UC	51,64%	73,83%	67,64%	73,89%	78,23%
DRJ	55,13%	64,19%	62,90%	59,59%	56,71%
RFB	53,06%	51,76%	49,50%	49,50%	48,96%

Fonte: COGEP

A diminuição do valor do grau de lotação da RFB, em relação ao ano anterior, é resultado do baixo ingresso de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários, em comparação às perdas ao longo de 2014. Percebe-se que o quadro da 8ª RF, assim como o da RFB em geral, vem decrescendo continuamente. Se considerarmos os dados desde 10/2009, temos uma perda líquida de quase 600 Auditores-Fiscais na 8ª RF (a perda é de quase 2.000 em toda a RFB, tomando-se 2008 como base). Os dados sobre o Grau de Lotação corroboram os anteriormente apresentados sobre a reposição do quadro. A RFB, mesmo com a entrada de novos servidores, não consegue suprir as saídas, vendo seu quadro diminuir ao longo dos últimos anos.

Este preocupante cenário foi constatado também pela CGU em 2012, que recomendou, tendo como base a Auditoria Anual de Contas, elaboração de projeto que evidenciasse o inadequado quantitativo de servidores em exercício na RFB. Seguindo esta recomendação, foi realizado estudo em dezembro de 2012, com dados estatísticos do quadro funcional da RFB, os benefícios de seu crescimento e os riscos e impactos nas atividades caso não haja recomposição. O estudo foi enviado à Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda em 19/12/12 (Memo Gabin 1654/2012). A CGU emitiu parecer, através do Processo nº 12440.000160/2012-09, de que a RFB cumpriu o recomendado, explicitando as necessidades anuais de recomposição e fortalecimento de seu quadro para o período 2013-2015.

Em maio de 2014, para o ciclo de planejamento do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, foi enviado ao MF documentação com valores atualizados sobre a recomposição do quadro da RFB, levando em conta também novas demandas alocadas ao órgão: funcionamento 24 horas de portos, fiscalização das atividades de previdência complementar e implantação do projeto de Atendimento Integrado RFB/PGFN. Abaixo segue quadro com os valores solicitados ao MF:

Quadro 38 - NECESSIDADE DE RECOMPOSIÇÃO DO QUADRO (2015-2019)

Vagas Pleiteadas maio/14	2015	2016	2017	2018	2019	Total PPA 2016-2019
AFRFB	3.201	1.888	1.888	1.252	1.252	6.280
ATRFB	2.166	1.432	1.432	1.086	1.086	5.036
ATA NI	8.483	4.572	4.572	2.433	2.433	14.010
ATA NS	391	184	184	80	80	528

Fonte: Cogep

O Aviso Ministerial nº 164/2014/MF e a Nota Técnica nº 10.014/SGE/SE/MF, de 27/5/2014, propõem o provimento de 2.000 vagas de AFRFB e 3.000 de ATRFB para 2015, sujeitos ainda à apreciação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (para ATAs, não foi discriminado o quantitativo por órgão do MF).

O baixo grau de lotação da RFB pode ser desmembrado para cada um dos cargos da Carreira Auditoria, e vemos pelo quadro abaixo que eles estão entre os menores dentre as carreiras típicas de Estado:

Quadro 39 - GRAU DE LOTAÇÃO COMPARATIVA ENTRE CARREIRAS DA RFB E OUTRAS CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO

Órgão	Cargo	Lotação Real [1]	Lotação Máxima[2]	Grau de Lotação	
				Nov2014	Nov2013
RFB	AFRFB	10.496	20.395	51,46%	54,37%
	ATRFB	7.777	16.677	46,63%	45,27%
Ministério das Relações Exteriores	Diplomata	1.582	1.805	87,65%	86,26%
	Oficial de Chancelaria	848	1.893	44,80%	46,54%
Polícia Federal	Delegado	1.807	2.186	82,66%	78,37%
	Agente	6.147	8.033	76,52%	77,68%
Ministério do Trabalho e Emprego	Auditor-Fiscal do Trabalho	2.732	3.644	74,97%	76,70%
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	Procurador da Fazenda Nacional	2.081	2.400	86,71%	87,08%
Tribunal de Contas da União[3]	Auditor Federal de Controle Externo	1.737	1.767	98,30%	93,32%
Média sem a RFB				78,80%	77,99%

[1] Boletim Estatístico de Pessoal nº 223 do MP, de novembro de 2014

[2] Publicação "Dados LDO" do MP. Portaria nº156. De 21/07/2014

[3] Relatório Trimestral de atividades do TCU (terceiro trimestre de 2014). A lotação máxima autorizada refere-se aos valores apresentados no documento "Quadro Lotação Autorizada x Atual"

Fonte: Cogep

Fica claro com estas comparações o baixo índice de provimento da lotação da carreira ARFB. As carreiras típicas de Estado compõem o Núcleo Estratégico do Estado, do qual decorrem os objetivos fundamentais e as políticas públicas formuladas pelo governo. É essencial que tal Núcleo seja robusto, sem apresentar as assimetrias verificadas.

Grau de Equalização

Fórmula: Quantidade de unidades de provimento de lotação com grau de lotação dentro da faixa de 15% em torno da média / total de unidades com provimento de lotação

A RFB possui 167 unidades com provimento de lotação. Apesar do grau de lotação do órgão ser baixo, como ressaltado anteriormente, existe uma política de movimentação de pessoal que

objetiva equalizar a distribuição dos servidores entre as unidades. Abaixo segue quadro com o quantitativo de ingressos e egressos internos e externos de cada região fiscal, no ano de 2014:

Quadro 40 – MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES ENTRE REGIÕES FISCAIS

RF	Ingressos 2014	Egressos 2014	Entradas Remoção 2014	Saídas Remoção 2014	Saldo 2014
1	146	107	83	117	5
2	191	70	68	148	41
3	28	52	69	51	-6
4	11	90	68	36	-47
5	31	73	71	50	-21
6	17	144	120	68	-75
7	58	192	205	140	-69
8	312	405	834	865	-124
9	76	142	139	122	-49
10	78	103	89	105	-41
UC	260	112	184	234	98
DRJ	1	36	33	27	-29
RFB	1.209	1.526	1.963	1.963	-317

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3, extração das remoções em 19/01/2015.

Das 1.963 remoções da RFB ao longo de 2014, 40% foram por tipos que contribuem diretamente para uma melhor equalização do grau de lotação (remoção a pedido por Concurso de Remoção, remoção a pedido para Equalização do Grau de Lotação, remoção de ofício para unidades que se localizam em municípios de fronteira). Este efeito pode ser percebido no quadro abaixo, que mostra a evolução do Grau de Equalização nos últimos dois anos (os dados se referem a toda a RFB):

Quadro 41 - EVOLUÇÃO DO GRAU DE EQUALIZAÇÃO DO GRAU DE LOTAÇÃO

	Grau de Equalização			
	jun/13	dez/13	jul/14	dez/14
Unidades com grau de lotação de até 15% em torno da média	121	127	134	137
Nº de Unidades com lotação própria	167	166	167	167
Percentual	72,46%	76,51%	80,24%	82,04%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3.

Apesar das dificuldades de provimento e de se compensar as perdas constantes dos últimos anos, a distribuição dos servidores pelas unidades tem se tornado cada vez mais homogênea. Como o grau de lotação é baseado em Estudo de Lotação que leva em conta a demanda de trabalho comparativa entre as unidades, a RFB tem agido no sentido de, mesmo com a escassez atual de servidores, distribuir pelo território nacional um quantitativo justo.

7.2 - Informações sobre a Contratação de mão de obra de Apoio

7.2.1 – Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro 42 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil n 8ª Região Fiscal/ DIPOL													
UG/Gestão: 170133/0001							CNPJ: 00.394.460/0117-71						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	13/2013	07.447.264/0001-37	29/07/2013	28/03/2015			9	9			A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araçatuba													
UG/Gestão: 170134/0001							CNPJ: 00.394.460/0119-33						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	03/2011	10.362.943/0001-18	19/05/2011	30/04/2014	13	12	0	1	0	0	E
2014	L	E	08/2014	04.335.887/0001-20	02/05/2014	28/10/2014	11	10	0	1	0	0	E
2014	L	O	09/2014	11.301.568/0001-69	29/10/2014	28/10/2019	11	10	0	1	0	0	A
2012	V	O	07/2012	11.413.243/0001-78	13/12/2012	31/01/2015	37	30	0	7	0	0	P

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauru													
UG/Gestão: 170135/0001							CNPJ: 00.394.460/0120-77						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	L	O	11/2014	11.301.568/0001-69	01/11/2014	31/10/2015	10	10					A
2014	L	E	05/2014	71.865.554/0001-08	08/06/2014	31/10/2014	10	10					E
2011	L	O	01/2011	10.362.943/0001-18	21/03/2011	07/06/2014	11	11					E
2014	V	O	01/2014	07.447.264/0001-37	01/03/2014	28/02/2015			19	19			A
2012	V	O	04/2012	11.107.458/0001-60	01/04/2013	28/02/2014			23	23			E

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas													
UG/Gestão: 170136/0001							CNPJ: 00.394.460/0121-58						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	11/2013	10.398.338/0001-05	19/09/2014	19/09/2015			23	23			P
2012	V	O	10/2012	05.408.389/0001-22	13/12/2012	12/12/2015			39	39			P

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Presidente Prudente													
UG/Gestão: 170137/0001							CNPJ: 00.394.460/0122-39						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	02/2013	09.010.446/0001-71	15/06/2013	14/02/2015	25	25					E (*)
2014	V	O	06/2014	15.252.971/0001-04	06/05/2014	13/02/2015	25	25					A
2009	L	O	05/2009	06.279.924/0001-55	29/06/2009	28/06/2014	9	9					E
2014	L	O	10/2014	11.301.568/0001-69	01/10/2014	30/09/2015	9	9					A

Observações: * Contato rescindido unilateralmente em 05/05/2014

Unidade Contratante														
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ribeirão Preto														
UG/Gestão: 170138/0001							CNPJ: 00.394.460/0126-62							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	V	O	18/2010	07.447.264/0001-37	07/05/2010	31/05/2015	12	12						A
2013	L	O	11/2013	10.896.293/0001-90	16/09/2013	19/05/2015	17	17						P

Unidade Contratante														
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto														
UG/Gestão: 170139/0001							CNPJ: 00.394.460/0124-09							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	04/2010	08850292/0001-63	08/06/2010	08/06/2015	16	16	-	-	-	-	-	P
2012	V	O	04/2012	10478353/0001-55	19/12/2012	18/12/2015	-	-	26	26	-	-	-	P

Unidade Contratante														
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos														
UG/Gestão: 170141/0001							CNPJ: 00.394.460/0123-10							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	L	O	2/2013	11.873.000/0001-12	02/07/2013	27/12/2015	12	12						A
2012	V	O	1/2012	05.408.389/0001-22	18/05/2012	17/05/2015			36	30				A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba													
UG/Gestão: 170142/0001							CNPJ: 00.394.460/0127-43						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	05/2011	08.818.229/0001-40	01/11/11	31/10/15			35	35			P
2013	L	O	11/2014	11.873.000/0001-12	06/08/14	19/03/16	20	20					P

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté													
UG/Gestão: 170143/0001							CNPJ: 00.394.460/0125-81						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	08/2011	00.482.840/0001-38	30/09/2011	29/09/2015	17	17					P
2013	V	O	10/2013	07.447.107/0001-21	23/12/2013	30/04/2014			23	23			E
2014	V	E	05/2014	00.332.087/0001-02	01/05/2014	30/09/2014			23	23			E
2014	V	O	07/2014	00.332.087/0001-02	01/10/2014	30/09/2015			23	23			A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Guarulhos													
UG/Gestão: 170144/0001							CNPJ: 00.394.460/0128-24						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	06/2011	10.279.576/0001-16	01/05/2011	30/04/2016	10	10					P
2012	V	O	02/2012	07.447.264/0001-37	01/06/2012	31/06/2016	20	20					P

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira													
UG/Gestão: 170145/0001						CNPJ: 00.394.460/0129-05							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	07/2009	07.447.264/0001-37	01/01/2010	31/12/2014			8	8			P
2011	L	O	02/2011	56.977.937/0001-76	01/04/2011	31/07/2014	19	19					P
2012	V	O	05/2012	11.170.458/0001-60	11/07/2012	10/03/2014			5	5			E
2014	V	O	05/2014	00.332.087/0001-02	01/04/2014	30/11/2015			5	5			A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco													
UG/Gestão: 170146/0001						CNPJ: 00.394.460/0130-49							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	L	O	07/2014	10.279.576/0001-16	01/07/2014	30/06/2015	12	12					A
2014	V	O	04/2011	07.447.264/0001-37	01/07/2014	30/06/2015			10	10			P

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo André													
UG/Gestão: 170147/0001						CNPJ: 00.394.460/0131-20							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	11/2013	05.457.677/0001-77	03/09/2013	02/09/2015	28	28					P
2012	L	O	03/2012	10.643.999/0001-40	27/11/2012	26/11/2015	14	14					P

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega do Aeroporto Internacional de Viracopos – ALF/VCP													
UG/Gestão: 170148/0001							CNPJ: 00.394.460/0133-91						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	04/2012	10.722.897/0001-10	19/06/2012	18/06/2015			7	7			P

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo – ALF/GRU													
UG/Gestão: 170150/0001							CNPJ: 00.394.460/0132-00						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	11/2012	10.722.897/0001-10	01/01/2013	31/08/2014	17	15					P
2012	V	O	12/2012	05.408.502/0001-70	01/01/2013	30/04/2015	29	29					P

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega do Porto de Santos – ALF/STS													
UG/Gestão: 170168/0001							CNPJ: 00.394.460/0364-13						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	12/2011	10.722.897/0001-10	08/12/2011	07/12/2016	31	31					P
2012	V	O	05/2012	11.413.243/0001-78	30/11/2012	29/11/2015	14	13					P

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia Especial de Fiscalização de Comércio Exterior e Indústria em São Paulo – DELEX/SP													
UG/Gestão: 170259/0001							CNPJ: 00.394.460/0348-01						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	01/2011	03.038.653/0001-58	01/03/2011	28/02/2015	40	40					P
2011	L	O	07/2011	07.409.625/0001-50	28/11/2011	27/11/2015	17	17					P

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo													
UG/Gestão: 170261/0001							CNPJ: 00.394.460/0362-51						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	02/2009	10.643.999/0001-40	02/05/2009	01/05/2015							P
2014	V	O	04/2014	05.408.389/0001-22	11/03/2014	10/11/2015		4		13			A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos													
UG/Gestão: 170262/0001							CNPJ: 00.394.460/0363-32						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	11/2011	00.482.840/0001-38	17/03/2011	15/03/2016	14	13		1			P
2012	V	O	04/2012	05.408.389/0001-22	25/10/2012	24/10/2015	26	8		18			P

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marília													
UG/Gestão: 170287/0001							CNPJ: 00.394.460/0361-70						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	16/2010	01.642.871/0001-71	03/01/2011	04/05/2014	20	20	0	0	0	0	E
2014	L	E	02/2014	17.438.751/0001-97	06/05/2014	14/10/2014	14	14	0	0	0	0	E
2014	L	O	10/2014	06.279.924/0001-55	15/10/2014	14/10/2015	18	18	0	0	0	0	A
2012	V	O	02/2012	07.447.264/0001-37	01/07/2012	30/06/2015	32	32	0	0	0	0	P

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo – DERAT/SP													
UG/Gestão: 170312/0001							CNPJ: 00.394.460/0454-04						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	01/2013	11.413.243/0001-78	30/11/2014	29/07/2016	39	39					P
2010	L	O	09/2010	07.409.625/0001-50	31/10/2013	30/06/2015	43	43					P
2012	V	O	05/2012	04.067.408/0001-31	12/11/2013	11/07/2015	10	10					P

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras em São Paulo – DEINF/SP													
UG/Gestão: 170313/0001							CNPJ: 00.394.460/0480-04						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	04/2009	09508389000155	01/01/2009	31/12/2015	13	13					E
2011	V	O	05/2011	66.063.256/0001-56	01/01/2012	31/12/2015	0	4	0	14	0	0	P

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiá													
UG/Gestão: 170318/0001							CNPJ: 00.394.460/0471-05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	02/2011	00.482.840/0001-38	17/03/2011	16/07/2014	10	10					E
2014	L	O	04/2014	07.900.325/0001-70	15/09/2014	14/09/2019	10	10					A
2013	V	O	06/2013	12.652.261/0001-75	01/12/2013	30/11/2014	14	14					E
2014	V	O	10/2014	10.928.126/0001-84	01/12/2014	31/11/2019	9	9					A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes em São Paulo – DEMAC/SP													
UG/Gestão: 170320/0001							CNPJ: 00.394.460/0476-10						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	102010	10.565.981/0001-78	06/09/2010	05/09/2015	6	6					P
2013	V	O	032013	07.447.264/0001-37	01/01/2014	31/08/2015			12	10			A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba													
UG/Gestão: 170321/0001							CNPJ: 00.394.460/0479-62						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	02/2012	11.305.804/0001-15	09/05/2012	02/11/2014	16	10	6	6			E
2014	L	O	08/2014	10.722.897/0001-10	03/11/2014	08/09/2015	16	10	6	6			A
2014	V	O	01/2014	03.805.877/0001-48	14/01/2014	17/06/2014			39	39			E
2014	V	O	04/2014	07.447.264/0001-37	18/06/2014	07/09/2015			39	39			A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araraquara													
UG/Gestão: 170322/0001							CNPJ: 00.394.460/0453-23						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	170133 04/2009	09.508.389/0001-55	30/11/2012	29/07/2014	19	19					E
2014	L	O	03/2014	13.026.997/0001-09	05/08/2014	04/04/2016	16	16					A
2012	V	O	06/2012	05.457.677/0001-77	01/08/2014	31/07/2015	13	13					A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca													
UG/Gestão: 170323/0001							CNPJ: 00.394.460/0001-58						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	3/2013	08.752.749/0001-15	15/08/2013	14/04/2015	19	19					A
2012	L	O	1/2012	11.301.568/0001-69	01/03/2012	17/12/2014	7	7					E

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização – DEFIS/SPO													
UG/Gestão: 170385/0001							CNPJ: 00.394.460/0456-76						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	L	O	09/2014	67.093.815/0001-33	01/10/2014	01/10/2015	14	14					A
2011	V	O	02/2011	10.478.353/0001-55	28/09/2011	27/09/2015			15	15			P

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri

UG/Gestão: 170551/0001

CNPJ: 00.394.460/0448-66

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	04/2010	10.214.412/0001-88	15/07/2010	14/07/2015	5	5					P
2014	V	O	09/2014	01.721.355/0001-32	15/08/2014	14/08/2015			6	6			A
2012	V	O	08/2012	11.107.458/0001-60	01/01/2013	15/08/2014			9	9			E

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIAFI; SIASG/SICON; Editais de Licitação e Contratos Administrativos das UGs; planilhas de controles internos das Equipes de Fiscalização dos Contratos das UGs.

7.2.2. Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 43 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil n 8ª Região Fiscal/ DIPOL														
UG/Gestão: 170133/0001							CNPJ: 00.394.460/0117-71							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	10	O	12/2013	42.515.478/0001-02	17/07/2013	11/01/2016			2	2				A
2010	2	O	05/2010	04.356.735/0001-03	25/12/2013	25/08/2015			15	13				P

Unidade Contratante														
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araçatuba														
UG/Gestão: 170134/0001							CNPJ: 00.394.460/0119-33							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	4	O	04/2012	11.015.977/0001-07	01/03/2012	21/11/2014	1	0	0	1	0	0		E
2014	4	O	12/2014	01.456.620/0001-00	24/11/2014	28/02/2017	1	0	0	1	0	0		A
2013	5	O	05/2013	11.015.977/0001-07	05/04/2013	18/11/2014	0	0	24	19	0	5		E
2014	5	O	11/2014	68.970.680/0001-00	19/11/2014	18/11/2019	0	0	22	19	0	3		A
2013	12	O	01/2013	11.015.977/0001-07	20/02/2013	21/11/2014	2	1	0	1	0	0		E
2013	7	O	16/2013	15.718.607/0001-89	06/08/2013	05/08/2018	0	0	2	1	0	1		P
2013	2	O	15/2013	00.482.840/0001-38	15/07/2013	14/07/2018	2	2	0	0	0	0		P
2014	9	O	01/2014	07.718.194/0001-04	05/02/2014	04/09/2016	1	1	2	2	0	0		A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauru													
UG/Gestão: 170135/0001							CNPJ: 00.394.460/0120-77						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	09	O	02/2010	01.211.015/0001-61	10/03/2010	09/03/2015			2	2			A
2011	12	O	12/2010	56.851.611/0002-89	01/01/2011	31/12/2015	25	18	19	15	1	1	A
2013	5/12	O	05/2013	03.591.937/0001-77	15/05/2013	14/05/2015	1	1	23	23			A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas													
UG/Gestão: 170136/0001							CNPJ: 00.394.460/0121-58						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	04	O	10/2013	07.447.720/0001-49	17/09/2013	16/09/2014	1	1					E
2014	04	O	12/2014	46.235.461/0001-44	02/12/2014	01/12/2015	2	2					A
2013	05	O	01/2013	04.798.395/0001-70	11/03/2013	23/05/2014	9	9					E
2013	05	O	10/2014	10.528.510/0001-90	01/08/2014	31/07/2015	9	9					A
2012	12	O	05/2012	12.922.080/0001-11	27/07/2012	26/07/2014	2	2					E
2014	12	O	11/2014	46.235.461/0001-44	13/11/2014	12/11/2015	2	2					A

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Presidente Prudente

UG/Gestão: 170137/0001

CNPJ: 00.394.460/0122-39

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	7	O	01/2013	04.798.395/0001-70	01/05/2013	31/01/2014			02	02			E
2013	12	O	04/2013	15.718.607/0001-89	01/08/2013	14/03/2015	03	03					A
2013	4	O	04/2013	15.718.607/0001-89	01/08/2013	14/03/2015	01	01					A
2013	5	O	04/2013	15.718.607/0001-89	01/08/2013	14/03/2015			18	18			A
2013	12	O	05/2013	15.718.607/0001-89	01/08/2013	14/03/2015					01	01	A
2013	2	O	06/2013	03.133.738/0001-15	01/08/2013	14/03/2015			02	02			A
2014	7	O	01/2014	15.718.607/0001-89	03/02/2014	16/09/2015			02	02			A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ribeirão Preto													
UG/Gestão: 170138/0001							CNPJ: 00.394.460/0126-62						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	9	O	01/2012	67.645.002/0001-09	12/03/2012	11/07/2015	2			3	3		P
2011	12	O	22/2011	04.798.395/0001-70	21/11/2011	20/03/2015		1					P
2011	5	O	28/2011	04.798.395/0001-70	21/11/2011	20/03/2015				10			P
2013	12	O	01/2013	04.798.395/0001-70	21/01/2013	20/03/2015				7			P
2010	12	O	14/2010	07.188.842/0001-68	01/05/2010	31/04/2015		1					P
2010	7	O	12/2010	07.188.842/0001-68	01/05/2010	31/04/2015				2			P
2011	2	O	05/2011	08.604.419/0001-64	03/10/2011	01/02/2015				1			P
2013	4	O	12/0213	10.805.776/0001-32	20/09/2013	19/05/2015		1					E
2014	4	O	09/2014	10.896.293/0001-90	01/07/2014	01/04/2016		1					A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto													
UG/Gestão: 170139/0001							CNPJ: 00.394.460/0124-09						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	04/2011	69207850/0001-61	01/09/2011	02/09/2015	6	6	-	-	-	-	P
2012	5	O	01/2012	04798395/0001-70	16/01/2012	15/05/2015	-	-	20	20	-	-	P
2014	12	O	07/2014	12537897/0001-76	18/06/2014	17/06/2015	2	2	-	-	-	-	A
2014	9	O	10/2014	12139246/0001-28	25/08/2014	24/08/2015	-	-	2	2	-	-	A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos													
UG/Gestão: 170141/0001							CNPJ: 00.394.460/0123-10						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	08/2011	08.604.419/0001-64	02/12/2011	01/04/2015			01	01			P
2012	4	O	03/2012	04.798.395/0001-70	27/09/2012	26/05/2014	01	01					E
2014	4	O	10/2014	11.027.483/0001-34	01/08/2014	30/03/2016	01	01					A
2011	5	O	05/2011	11.733.844/0001-68	01/06/2011	31/05/2016			23	20			P
2010	9	O	05/2010	08.014.891/0001-47	03/01/2011	02/05/2014			03	03			E
2014	9	O	07/2014	12.139.246/0001-28	02/06/2014	01/02/2016			03	03			A
2012	11	O	02/2012	04.798.395/0001-70	27/09/2012	26/05/2014			03	03			E
2014	11	O	08/2014	09.146.381/0001-96	27/06/2014	26/02/2016			03	03			A
2012	12	O	SRRF 02/2012	04.833.107/0001-71	06/02/2012	05/06/2015			05	05			P

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba													
UG/Gestão: 170142/0001							CNPJ: 00.394.460/0127-43						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	9	O	01/2013	08.014.891/0001-47	31/01/2013	30/01/2014	1	1	2	2	-	-	E
2014	9	O	02/2014	12.139.246/0001-28	31/01/2014	30/01/2016	1	1	2	2	-	-	A
2012	5	O	01/2012	05.400.513/0001-03	01/11/2012	31/10/2015	-	-	12	12	-	-	P
2012	12	O	03/2012	02.780.863/0001-54	17/12/2012	16/12/2015	2	2	-	-	-	-	P
2013	02	O	05/2013	05.400.513/0001-03	20/08/2013	19/08/2015	-	-	2	2	-	-	A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté													
UG/Gestão: 170143/0001							CNPJ: 00.394.460/0125-81						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	04/2012	04.039.911/0001-83	02/07/2012	01/07/2015			4	4			P
2012	12	O	05/2012	04.039.911/0001-83	02/07/2012	01/07/2015	2	2					P
2012	4	O	08/2012	04.039.911/0001-83	02/08/2012	01/08/2015	1	1					P
2012	12	O	06/2012	00.482.840/0001-38	02/07/2012	01/07/2015			14	14			P
2012	12	O	09/2012	56.851.611/0002-89	13/12/2012	12/12/2015	8	4	7				P
2012	9	O	03/2012	09.274.298/0001-00	01/06/2012	30/09/2015	1	1	1	1			P
2014	2	O	06/2014	04.039.911/0001-83	08/09/2014	07/09/2015	1	1					A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Guarulhos													
UG/Gestão: 170144/0001							CNPJ: 00.394.460/0128-24						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	12	O	17/2010	00.482.840/0001-38	01/10/2010	30/09/2015			3	3			P
2013	5	O	04/2013	03.133.738/0001-15	01/08/2013	31/07/2015			13	13			P
2013	2	O	02/2013	03.133.738/0001-15	01/07/2013	28/02/2015			2	2			A
2012	9	O	07/2012	12.139.246/0001-28	19/12/2012	18/12/2015			3	3			P

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira

UG/Gestão: 170145/0001

CNPJ: 00.394.460/0129-05

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	03/2012	03.133.738/0001-15	01/08/2012	30/11/2015			7	7			P
2012	11	O	06/2012	05.483.831/0001-85	02/01/2013	30/04/2016	3	3					P
2013	8	O	04/2013	15.514.434/0001-87	01/07/2013	28/02/2015			1	1			A
2013	5	O	09/2013	15.277.274/0001-08	01/09/2013	30/04/2015	1	1					A
2013	4	O	11/2013	16.646.290/0001-85	01/09/2013	30/04/2015	1	1					A
2013	11	O	18/2013	07.447.720/0001-49	15/01/2014	14/09/2015	1	1					A
2014	9	O	07/2014	50.400.407/0001-84	01/06/2014	30/01/2016			2	2			A
2014	7	O	09/2014	08.800.421/0001-09	01/07/2014	31/12/2016			2	2			A
2012	11	O	02/2012	10.227.498/0001-83	15/05/2012	14/01/2014	1	1					E
2012	7	O	01/2012	10.299.217/0001-06	01/05/2012	30/04/2014			2	2			E
2011	9	O	01/2011	08.014.891/0001-47	01/02/2011	30/05/2014			2	2			E

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco													
UG/Gestão: 170146/0001						CNPJ: 00.394.460/0130-49							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	1	O	4/2011	07.447.264/0001-37	01/07/2014	30/06/2015			10	10			P
2014	2	O	1/2013	08.284.452/0001-54	01/02/2014	31/01/2015	2	1	2	1			P
2014	5	O	02/2012	03.623.340/0001-67	04/04/2014	03/04/2015			25	25			P
2014	8 e 9	O	15/2013	01.211.015/0001-61	01/01/2015	31/12/2015			2	2			A
2014	12	O	7/2014	10.297.576/0001-16	01/07/2014	30/06/2015	12	12					A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo André													
UG/Gestão: 170147/0001						CNPJ: 00.394.460/0131-20							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	9	O	03/2011	12.139.246/0001-28	29/04/2011	28/04/2016			02	02			P
2012	5	O	02/2012	68.970.680/0001-00	24/01/2012	23/05/2015			12	12			P
2013	2	O	14/2013	10.227.498/0001-83	20/12/2013	19/08/2015	02	02					P

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega do Aeroporto Internacional de Viracopos – ALF/VCP													
UG/Gestão: 170148/0001						CNPJ: 00.394.460/0133-91							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	08/2010	57.695.058/0001-14	03/01/2011	02/01/2016			1	1			P
2012	12	O	8/2012	03.623.340/0001-67	26/07/2012	26/11/2015			9	9			P
2014	12	O	7/2014	68.970.680/0001-00	25/08/2014	24/04/2016			2	2			A
2014	12	O	2/2011	10.299.217/0001-06	25/03/2011	15/05/2014			2	2			E

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo – ALF/GRU													
UG/Gestão: 170150/0001						CNPJ: 00.394.460/0132-00							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	4	O	07/2014	02.088.746/0001-24	17/11/2014	19/10/2015	3	3					A
2012	12	O	06/2012	02.942.678/001-19	10/07/2012	09/11/2015			6	6			P
2014	12	O	06/2014	50.400.407/0001-84	20/02/2014	19/02/2015	1	1					A
2013	5	O	02/2013	56.419.492/0001-09	22/07/2013	21/03/2015			4	4			A
2013	12	O	01/2013	01.133.738/0001-15	22/07/2013	21/03/2015			12	12			A
2014	12	O	01/2014	15.718.607/0001-89	20/02/2014	19/02/2015	3	3					A

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega do Porto de Santos – ALF/STS													
UG/Gestão: 170168/0001							CNPJ: 00.394.460/0364-13						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	06/2011	03.790.751/0001-47	16/06/2011	15/10/2014	2	1					E
2012	4	O	03/2012	04.293.000/0001-88	01/10/2012	31/01/2016	2	2					P
2011	5	O	05/2011	12.441.717/0001-58	16/06/2011	15/06/2016			2	2			P
2013	8	O	03/2013	08.325.767/0001-00	22/07/2013	21/07/2015	2	2	1	1			P
2010	9	O	10/2010	09.274.298/0001-00	01/07/2010	30/06/2015	4	3	5	6	1	1	P
2013	12	O	01/2013	14.130.882/0001-14	18/02/2013	17/10/2014			4	4			E
2014	12	O	06/2014	68.970.680/0001-00	03/11/2014	02/11/2015			4	4			A
2012	12	O	SRRF08 07/2012	08.800.421/0001-09	02/07/2012	01/11/2015			7	7			P
2014	12	O	02/2014	13.036.435/0001-38	03/02/2014	02/10/2015			2	2			A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia Especial de Fiscalização de Comércio Exterior e Indústria – DELEX/SPO													
UG/Gestão: 170259/0001							CNPJ: 00.394.460/0348-01						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	4	O	06/2013	04.039.911/0001-83	04/11/2013	03/11/2015	2	2					P
2013	5	O	06/2013	04.039.911/0001-83	04/11/2013	03/11/2015			4	4			P
2013	12	O	06/2013	04.039.911/0001-83	04/11/2013	03/11/2015	8	8	6	6	14	14	P
2011	8	O	06/2011	62.082.821/0001-71	17/10/2011	16/10/2014			1	1			E
2011	9	O	05/2011	67.645.002/0001-09	03/10/2011	02/10/2014	2	2	3	3			E
2014	9	O	07/2014	01.211.015/0001-61	17/10/2014	16/10/2015	1	1	4	4			A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo													
UG/Gestão: 170261/0001							CNPJ: 00.394.460/0362-51						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	04/2010	08.268.712/0001-06	05/07/2010	04/07/2015		1	2	1			P
2010	5	O	06/2010	68.970.680/0001-00	13/12/10	08/11/15			16	16			P
2014	9	O	05/2014	50.400.407/0001-84	20/05/2014	19/01/2016		3	6	3			A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos													
UG/Gestão: 170262/0001							CNPJ: 00.394.460/0363-32						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	12	O	22/2011	00.482.840/0001-38	30/09/2011	29/09/2016	2			2			P
2011	4	O	23/2011	10.299.217/0001-06	09/11/2011	30/04/2014	1			1			E
2013	5	O	16/2013	06.372.798/0001-89	08/08/2013	07/08/2015			19	19			P
2013	12	O	14/2013	10.227.498/0001-83	05/04/2013	03/07/2015	1	1					P
2014	9	O	12/2014	01.211.015/0001-61	12/11/14	11/11/15	4	2		2			P

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marília

UG/Gestão: 170287/0001

CNPJ: 00.394.460/0361-70

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	04/2013	08.268.712/0001-06	09/04/2013	08/02/2015	2	2	0	0	0	0	P
2011	5	O	02/2011	09.369.335/0001-56	13/06/2011	12/06/2016	8	8	0	0	0	0	P
2012	5	O	08/2012	03.133.738/0001-15	26/12/2012	25/04/2016	21	21	0	0	0	0	P
2013	7	O	01/2013	08.284.452/0001-54	01/02/2013	31/05/2016	2	2	0	0	0	0	P
2013	9	O	14/2013	05.080.967/0001-44	25/11/2013	24/11/2014	3	3	0	0	0	0	E
2012	12	O	05/2012	69.207.850/0001-61	01/08/2012	30/11/2015	2	2	0	0	0	0	P
2012	12	O	03/2012	69.207.850/0001-61	01/08/2012	30/11/2015	1	1	0	0	0	0	A
2014	9	O	18/2014	01.211.015/0001-61	21/01/2015	20/0120/16	0	0	3	3	0	0	A

Unidade Contratante

Nome: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo – DERAT/SP

UG/Gestão: 170312/0001

CNPJ: 00.394.460/0454-04

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	10	O	16/2010	66.700.295/0001-17	30/12/2014	29/12/2015	4	4					P
2013	9	O	16/2013	76.674.704/0001-01	24/07/2013	26/01/2016			1	1			A
2013	12	O	13/2013	03.623.340/0001-67	01/06/2013	30/11/2015			43	43			A
2013	5	O	11/2013	03.133.738/0001-15	22/12/2014	21/08/2016			126	123			P
2013	9	O	14/2013	68.287.143/0001-60	01/09/2013	28/02/2016	6	6	6	6	1	1	A
2011	12	O	20/2011	03.022.122/0001-77	08/12/2014	07/12/2015			25	25			P
2013	10	O	06/2012	07.447.264/0001-37	12/12/2013	11/08/2015	2	2					P
2011	2	O	07/2011	09.445.502/0001-09	29/08/2014	28/08/2015	6	6					P
2013	4	O	20/2013	03.360.551/0001-54	02/12/2013	01/06/2016	2	2					A
2013	12	O	20/2013	03.360.551/0001-54	02/12/2013	01/06/2016	12	12					A

Unidade Contratante**Nome: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras em São Paulo – DEINF/SP****UG/Gestão: 170313/0001****CNPJ: 00.394.460/0480-04****Informações sobre os Contratos**

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	01/2012	03.623.340/0001-67	01/01/2012	31/12/2015			1	1			P
2013	12	O	08/2013	04.039.911/0001-83	11/10/2013	10/10/2015			2	2			P
2013	12	O	08/2013	04.039.911/0001-83	11/10/2013	10/10/2015			2	2			P
2013	12	O	08/2013	04.039.911/0001-83	11/10/2013	10/10/2015			1	1			P
2013	2	O	08/2013	04.039.911/0001-83	11/10/2013	10/10/2015			1	1			P
2013	5	O	08/2013	04.039.911/0001-83	11/10/2013	10/10/2015			12	12			P

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiá

UG/Gestão: 170318/0001

CNPJ: 00.394.460/0471-05

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	9	O	6/2009	12.139.246/0001-07	01/11/2014	31/10/2015			2	2			A
2012	5	O	1/2012	11.015.977/0001-07	20/09/2014	19/09/2015			14	14			A
2010	12	O	9/2010	00.482.098/0001-80	11/08/2010	10/08/2015			2	2			A
2014	4	O	3/2014	57.695.058/0001-14	05/05/2014	04/05/2015	1	1					A
2014	12	O	8/2014	02.088.746/0001-24	06/10/2014	05/10/2015	1	1					A
2010	4	O	10/2010	05.405.098/0001-80	01/10/2010	31/03/2014	1	1					E
2012	12	O	5/2012	02.088.746/0001-24	26/09/2012	25/09/2014	1	1					E
2012	12	O	3/2012	10.299.217/0001-06	25/07/2012	24/07/2014	1	1					E
2014	12	O	9/2014	13.036.435/0001-38	03/11/2014	02/11/2015	1	1					A

Unidade Contratante

Nome: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes em São Paulo – DEMAC/SP

UG/Gestão: 170320/0001

CNPJ: 00.394.460/0476-10

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	9	O	06/2010	67.645.002/0001-09	18/11/2010	17/10/2015			3	3			P
2011	9	O	042/011	68.287.143/0001-60	01/08/2011	30/11/2014			1	1			E
2012	4	O	03/2012	02.297.586/0001-23	15/06/2012	30/09/2014			2	2			E
2012	12	O	04/2012	03.623.340/0001-67	02/07/2012	30/06/2015			7	8			P
2013	5	O	01/2013	00.152.070/0001-65	01/02/2013	30/09/2014			3	3			E
2013	12	O	02/2013	00.152.070/0001-65	01/02/2013	30/09/2014			3	3			E
2013	2	O	04/2013	04.039.911/0001-83	11/12/2013	10/12/2015			2	2			P
2014	4	O	02/2014	04.039.911/0001-83	01/10/2014	14/09/2015			1	1			A
2014	12	O	03/2014	04.039.911/0001-83	01/10/2014	14/09/2015			2	2			A
2014	5	O	04/2014	04.039.911/0001-83	01/10/2014	14/09/2015			2	2			A

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba

UG/Gestão: 170321/0001

CNPJ: 00.394.460/0479-62

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	03/2012	00.152.070/0001-65	02/01/2013	02/05/2016			1	1			P
2012	12	O	05/2012	10.299.217/0001-06	14/11/2012	30/04/2014	4	3	1	1			E
2014	12	O	06/2014	68.970.680/0001-00	18/08/2014	17/04/2016	4	1	3	3			A
2012	4	O	04/2012	03.133.738/0001-15	08/11/2012	07/03/2016	2	2					P
2010	7	O	05/2010	66.059.510/0001-42	01/12/2010	26/10/2015			2	1	1	1	P
2013	12	O	04/2013	04.833.107/0001-71	26/08/2013	25/04/2015	2	2					A
2011	5	O	27/2011	04.798.395/0001-70	10/11/2011	09/03/2015			12	12			P
2013	9	O	06/2013	09.610.090/0001-07	17/10/2013	16/06/2015	2	2	1	1			A

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araraquara													
UG/Gestão: 170322/0001							CNPJ: 00.394.460/0453-23						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	06/2010	09.369.335/0001-56	01/04/2014	30/11/2015			13	13			P
2010	5	O	07/2010	09.369.335/0001-56	01/04/2014	30/11/2015			1	1			P
2010	5	O	08/2010	09.369.335/0001-56	01/04/2014	30/11/2015			1	1			P
2010	7	O	09/2010	09.369.335/0001-56	01/04/2014	30/11/2015			2	2			P
2010	12	O	10/2010	09.369.335/0001-56	01/04/2014	30/11/2015	2	2					P
2010	4	O	11/2010	09.369.335/0001-56	01/04/2014	30/11/2015	1	1					P
2010	2	O	12/2010	09.369.335/0001-56	01/04/2014	30/11/2015	2	2					P

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca													
UG/Gestão: 170323/0001							CNPJ: 00.394.460/0001-58						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	2/2012	07.618.334/0001-72	07/05/2012	06/01/2014			17	17			E
2013	5	O	5/2013	68.970.680/0001-00	05/02/2014	04/10/2016			17	17			A
2012	2	O	2/2012	07.618.334/0001-72	07/05/2012	06/01/2014	1	1					E
2013	2	O	5/2013	68.970.680/0001-00	05/02/2014	04/10/2016	1	1					A
2010	9	O	2/2010	08.014.891/0001-47	30/09/2010	10/10/2014	1	1					P
2010	9	E	2/2010	08.014.891/0001-47	30/09/2010	10/10/2014	1	1					P

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização – DEFIS/SPO													
UG/Gestão: 170385/0001						CNPJ: 00.394.460/0456-76							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	6	O	02/2014	62.541.735/0001-80	06/05/2014	06/05/2018							A
2014	6	O	04/2014	46.266.771/0001-26	06/05/2014	06/05/2018							A
2014	6	O	05/2014	00.339.640/0001-20	11/04/2014	11/04/2018							A
2014	6	O	14/2014	07.432.517/0001-07	11/12/2014	10/12/2018							A
2014	4	O	01/2014	04.039.911/0001-83	20/01/2014	15/01/2016	1	1					P
2014	12	O	08/2014	04.039.911/0001-83	23/09/2014	24/09/2015			23	23			A
2014	12	O	01/2014	04.039.911/0001-83	16/01/2014	15/01/2016	4	4					P
2011	10	O	03/2011	10.478.353/0001-55	28/09/2011	27/09/2015			2	2			P
2013	12	O	04/2013	02.297.586/0001-23	25/04/2013	15/10/2014			23	23			E
2013	12	O	01/2013	03.133.738/0001-15	10/01/2013	09/05/2016			22	22			P
2011	12	O	05/2011	05.058.935/0001-42	07/11/2011	06/11/2016			2	2			P
2010	9	O	03/2010	64.655.251/0001-97	03/02/2010	02/05/2015			4	4			P
2013	9	O	08/2013	61.515.169/0001-79	08/11/2013	07/07/2015			-	-			A

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri

UG/Gestão: 170551/0001

CNPJ: 00.394.460/0448-66

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	09/2012	03.133.738/0001-15	27/12/2012	30/04/2016			11	11			P
2012	5	O	07/2012	68.970.680/0001-00	01/10/2012	27/11/2014			4	4			E
2012	4	O	05/2012	10.227.498/0001-83	23/07/2012	07/02/2015	1	1					P
2012	12	O	04/2012	10.227.498/0001-83	14/06/2012	07/02/2015	1	1					P
2011	9	O	01/2011	08.014.891/0001-47	01/01/2011	31/12/2014			1	1			E
2014	12	O	05/2014	13.179.025/0001-46	23/03/2014	24/03/2015			1	1			E
2014	12	O	13/2014	08.491.163/0001-26	31/12/2014	30/12/2015			4	4			A
2014	9	O	12/2014	01.211.015/0001-61	18/12/2014	17/12/2015			1	1			A
2014	12	O	08/2014	04.999.840/0001-60	18/07/2014	17/07/2015			3	3			A
2012	12	O	06/2012	10.227.498/0001-83	03/09/2012	07/02/2014			1	1			E
2014	12	O	10/2014	06.325.983/0001-12	15/09/2014	24/03/2015			1	1			A

Observações:

<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes 12. Outras 	<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
--	--

Fonte: SIAFI; SIASG/SICON; Editais de Licitação e Contratos Administrativos das UGs; planilhas de controles internos das Equipes de Fiscalização dos Contratos das UGs.

Análise crítica dos subitens 7.2.1 e 7.2.2:

SRRF08 – UG 170133:

O contrato nº 13/2013 vem transcorrendo normalmente. A empresa sempre responde as solicitações nos prazos e regulariza as certidões quando notificada. Não existe até o momento registro de reclamações em relação à qualidade da prestação de serviço.

A SRRF08 tem se deparado com uma certa dificuldade na Gestão e Fiscalização desses contratos no que se refere à verificação do pagamento das verbas trabalhistas. Em alguns contratos há atrasos pontuais de pagamento ou atraso no fornecimento de vale transporte, cesta básica e vale alimentação. As empresas são notificadas e têm regularizado as pendências nos devidos prazos. Quando não são atendidas as notificações apuram-se, por meio de processo administrativo, as responsabilidades e aplicam-se as penalidades previstas nos termos contratuais. Nos casos de infrações mais graves os contratos foram rescindidos unilateralmente pela Administração.

A prestação dos serviços de brigada de incêndio vem sendo executada satisfatoriamente. Poucas reclamações são registradas e problemas de entrega de documentação são pontuais e resolvidos com agilidade pela contratada.

DRF/Araçatuba – UG 170134:

Devido às irregularidades verificadas durante a execução do contrato de limpeza (Fest Clean), fez-se necessária a contratação emergencial dos serviços (Strategic), com posterior licitação, que resultou na contratação da empresa Setta (em vigor). O contrato de vigilância foi rescindido em 31/01/2015 devido à inexecução contratual.

Foram rescindidos os 3 contratos com a empresa Guilherme Henrique de Souza por irregularidades cometidas pela empresa (inclusive apresentação de documento falso): os serviços de copeiragem foram objeto de contratação de remanescente (Alfer); o contrato de prestação de serviços de recepção foi objeto de nova licitação (Erodata); para o de prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, a licitação ainda não se encontra concluída.

Todos os demais contratos transcorrem normalmente.

DRF/Bauru – UG 170135:

O contrato nº 11/2014 apresenta algumas irregularidades. O fiscal do contrato está preparando a notificação para envio à empresa;

O contrato nº 01/2011 foi rescindido, com aplicação de penalidades à empresa;

O contrato nº 05/2014 (emergencial) foi executado a contento;

O contrato nº 04/2012 foi rescindido, com aplicação de penalidades à empresa;

Os contratos nºs 01/2014, 02/2010, 12/2010 e 05/2013 estão sendo executados a contento.

DRF/Campinas – UG 170136:

Os contratos de prestação de serviços de limpeza e de vigilância são prestados em conformidade com o previsto nos editais e Termos de Referência dos respectivos processos licitatórios. Os dois serviços já foram prorrogados, sendo que, no final de 2014, houve uma readequação nos quadros da vigilância, que proporcionou redução de aproximadamente 15% no valor do contrato, ainda assim, mantendo o serviço prestado em nível adequado.

A DRF/Campinas possui, atualmente, novos contratos de Auxiliar de Serviços Gerais e Manutenção Predial, sendo ambos prestados a contento pelas empresas.

Todos os serviços são fiscalizados pela equipe do Sepol, sendo tomadas as devidas providências legais sempre que ocorre descumprimento contratual.

Após o encerramento do contrato nº 09/2012, a empresa de manutenção predial não honrou com os compromissos trabalhistas, sendo utilizadas as duas últimas faturas para pagamento parcial dessas verbas. Após ação insistente do fiscal de contrato responsável, a empresa quitou o total das

verbas devidas, sendo esse contrato atualmente encerrado, sem pendências trabalhistas.

DRF/Presidente Prudente – UG 170137:

Os contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância transcorreram sem incidentes. A exceção foi a do contrato nº 02/2013, em que a empresa deixou de prestar os serviços, sendo que o contrato foi rescindido unilateralmente, com a aplicação das devidas sanções, com pagamento direto das verbas trabalhistas aos funcionários que ocupavam postos nesta Unidade e Agências circunscritas.

DRF/Ribeirão Preto – UG 170138:

De maneira geral, a Administração encontrou poucas dificuldades na condução dos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra. Os problemas que foram encontrados restringiram-se a atrasos nos pagamentos dos benefícios, como vale-transporte e vale alimentação e ausência ou atraso na troca de algumas peças de uniforme. Todos esses problemas foram sanados após as devidas notificações às empresas contratadas.

DRF/São José do Rio Preto – UG 170139:

Os contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância estão sendo cumpridos de forma regular, respeitadas as cláusulas pactuadas nos instrumentos contratuais, não sendo identificadas dificuldades por parte desta Administração na execução dos referidos contratos no exercício de 2014.

Os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (serviços de copeiragem, recepção, manutenção de bens imóveis e auxiliares de serviços gerais) foram cumpridos de forma regular, respeitadas as cláusulas pactuadas nos instrumentos contratuais, não sendo identificadas dificuldades por parte desta Administração na execução dos referidos contratos no exercício de 2014.

DRF/Santos - UG 170141:

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos acresceu 01 posto de 12 x 36 horas diurno e 01 posto de 12 x 36 horas noturno, para o contrato de vigilância nº 01/2012. Tal medida visou efetuar a guarda de materiais e equipamentos da DRF/Santos localizados no canteiro de obras da nova sede.

Os prédios da DRF/Santos e Agências jurisdicionadas foram dedetizados no exercício de 2014 conforme obrigação prevista no contrato de limpeza e conservação nº 02/2013.

A Unidade efetua a fiscalização de todos os contratos que envolvam cessão de mão de obra visando afastar eventual responsabilidade subsidiária da União no que se refere às obrigações trabalhistas, por culpa “*in vigilando*”.

A UG atende, com presteza, todas as demandas da Advocacia Geral da União com relação às informações necessárias para elaboração de defesa da União em eventuais ações trabalhistas promovidas por terceirizados.

DRF/Sorocaba – UG 170142:

A maior dificuldade encontrada na gestão e fiscalização dos contratos diz respeito à verificação do pagamento das verbas trabalhistas, evitando-se futuros problemas com a Justiça do Trabalho. Esta tarefa é agravada pela carência de recursos humanos para atuar na área.

DRF/Taubaté – UG 170143:

O contrato de prestação de serviços de limpeza teve sua execução normal durante todo o exercício de 2014, sem interrupções.

Com relação aos contratos de serviços de vigilância, a realidade foi outra: já por conta de problemas ocorridos em 2013, a análise documental da empresa que prestava serviços de vigilância no início do ano foi mais criteriosa, tendo sido efetuada a retenção de pagamentos devido a falhas

graves na conduta da empresa. A empresa, no mês de fevereiro/2014 não mais enviou documentos e notas fiscais para recebimento pelos serviços, bem como passou a não pagar os salários dos empregados, o que levou à aplicação das penalidades previstas em contrato, retenção de pagamentos, realização de pagamentos diretos aos empregados e consequente rescisão contratual. Após a rescisão, foi formalizada contratação emergencial enquanto um novo procedimento licitatório foi preparado.

Os demais contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra transcorreram sem quaisquer incidentes.

DRF/Guarulhos – UG 170144:

Os contratos são rigorosamente fiscalizados, o que não gerou, no exercício de 2014, maiores problemas quanto ao pagamento das verbas trabalhistas ou interrupções na prestação dos serviços.

DRF/Limeira – UG 170145:

Todos os contratos mencionados estão atendendo perfeitamente os interesses desta Administração.

DRF/Osasco – UG 170146:

Em relação aos contratos relacionados, informamos que esses não apresentaram dificuldades quanto à sua administração.

DRF/Santo André – UG 170147:

Durante o exercício de 2014 a Unidade Gestora não contratou novos serviços de limpeza, higiene ou vigilância ostensiva.

Todas as prorrogações de contratos foram autorizadas previamente pelas autoridades competentes nos termos do Decreto nº 7.689/2012 e da Portaria MF nº 114/2012.

Durante o exercício de 2014 a Unidade Gestora não contratou novos serviços terceirizados com locação de mão de obra.

Todas as prorrogações de contratos foram autorizadas previamente pelas autoridades competentes, nos termos do Decreto nº 7.689/2012 e da Portaria MF nº 114/2012.

ALF/ Viracopos – UG 170148:

O contrato referente ao CNPJ 10.299.217/0001-06 (empresa SETERCOM) – foi rescindido unilateralmente devido à inadimplência em relação a encargos trabalhistas e descontinuidade da prestação do serviço por alegados problemas financeiros da contratada, com consequente aplicação das devidas penalidades, assim como resgate de garantia caução. O processo encontra-se na PFN para inscrição em dívida ativa (e-Processo 10831-721.830/2014-59).

Os serviços foram recontratados (ajudantes gerais) com a empresa ERODATA, CNPJ 68.970.680/0001-00, transcorrendo normalmente até a presente data.

Para os demais contratos não há histórico de eventos representativos de riscos geradores de passivos relevantes.

ALF/GRU – UG 170150:

Os contratos transcorrem, até o momento, dentro da normalidade e têm sido fiscalizados apropriadamente pelo setor competente.

ALF/STS – UG 170168:

O contrato de prestação de serviços de vigilância foi revisto e houve adequação e redução de postos de modo a reduzir as despesas. Para compensar a citada redução foi contratado serviço de alarme monitorado para o prédio anexo, sendo que as alterações mostraram-se eficientes, com uma boa relação custo-benefício.

Os contratos de prestação de serviços de motorista e de ajudantes gerais (com vigência até outubro de 2014), não foram prorrogados, pois as empresas declinaram do interesse em manter os contratos. A fiscalização do contrato tomou as medidas no sentido de se assegurar os pagamentos das devidas verbas trabalhistas rescisórias aos funcionários, evitando-se a responsabilização da União.

O contrato de serviços de ajudantes gerais (04 postos) foi rescindido unilateralmente. Devido à existência de ações trabalhistas tramitando no judiciário, referentes à falta de pagamento de verbas rescisórias a fiscalização do contrato acionou a seguradora J Malucelli Seguradora S/A e obteve êxito no resgate da quantia de R\$ 4.147,44, referente à garantia contratual (Contrato SRRF08 nº 21/2011)

Com relação ao Contrato nº 18/2007, encerrado em novembro de 2012, por término de vigência contratual, a fiscalização do contrato atuou no sentido de sanar a falta de pagamento das verbas rescisórias dos funcionários, retendo o valor referente à última repactuação concedida, até a comprovação do efetivo pagamento. O processo foi encaminhado à Advocacia-Geral da União solicitando as devidas providências, conforme orientação da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional de Santos/SP.

DELEX/SP – UG 170259:

Os serviços de vigilância (contrato nº 01/2011) são prestados a contento, com pagamento das obrigações trabalhistas em dia.

O contrato de prestação de serviços de limpeza (contrato nº 07/2011) deixou de ser executado em dezembro/2014. Houve a rescisão unilateral do contrato com a aplicação de multa de 20% sobre o valor anual do contrato. Tendo em vista que as obrigações trabalhistas de novembro e dezembro/2014 não foram pagas, a fiscalização do contrato promoveu a retenção do crédito desses meses. Também Foram adotadas providências para a execução da garantia contratual.

Os serviços terceirizados de ajudantes gerais, motorista, telefonista, contínuo e secretária (contrato 06/2011), de brigada de incêndio (contrato nº 02/2011) e de manutenção predial (contrato nº 07/2014) são prestados a contento, com pagamento das obrigações trabalhistas em dia.

Os serviços de manutenção predial (contrato nº 05/2011) e de ar-condicionado (contrato nº 06/2011) foram prestados a contento, porém não foram prorrogados devido à nova contratação (contrato nº 07/2014) que reduziu o valor contratual por englobar a manutenção predial e o ar-condicionado.

DRF/São Bernardo do Campo – UG 170261:

Os contratos de prestação de serviços de vigilância e de limpeza, motorista e recepção têm andamento satisfatório.

O contrato de manutenção predial iniciou-se em maio de 2014 e a fiscalização do contrato tem atuado de forma diligente, buscando sua fiel execução.

DRF/São José dos Campos – UG 170262:

Os contratos de prestação de serviços de vigilância e limpeza são os mais duradouros desta Unidade, normalmente atingindo os 60 (sessenta) meses de vigência.

Para os demais contratos de execução continuada com alocação de mão de obra a grande dificuldade é sua manutenção pelo prazo ideal de 60 meses. Em decorrência disto, há a necessidade de realização de licitações anuais.

Avalia-se que as dificuldades estão relacionadas ao aspecto econômico dos contratos: as planilhas de custos e formação de preços apresentadas pelos licitantes destacam margens de lucro muito baixas; os valores planilhados para reposição de mão de obra ausente são muitas vezes insuficientes; em face dos normativos vigentes e jurisprudência do TCU é inviável desclassificação de propostas por motivo de inexecutabilidade.

De outro lado, como a fiscalização de contratos é rigorosa, efetuando descontos de ausências

não repostas e exigindo todos os comprovantes de pagamento de verbas trabalhistas, as empresas não conseguem auferir o lucro que projetaram inicialmente, tornando assim, os contratos desvantajosos.

Outro problema que tem afetado o interesse das empresas em prorrogar contratos é a impossibilidade de a Administração conceder o que as Convenções Coletivas denominam, equivocadamente, de Participação nos Lucros (PLR). É que tal verba é de caráter obrigatório em face da força vinculante das citadas Convenções, mas independe da empresa auferir lucro ou prejuízo. Sem o repasse desse custo efetivo, as empresas se sentem prejudicadas, alegando a ruptura do equilíbrio econômico financeiro estabelecido no momento da licitação, ou seja, as contratadas passam a ter custos efetivos que não podem ser repassados para os contratos.

Como consequência de todo o exposto acima, surge a necessidade de realização de licitações para um mesmo tipo posto quase que anualmente, onerando sobremaneira a Administração, que possui um quadro extremamente enxuto. Além disso, a insegurança para os empregados terceirizados, com a constante troca de empregadores, provoca desmotivação, que os leva a buscar outras oportunidades e, assim, a Administração não consegue manter um quadro estável de terceirizados.

A fiscalização dos contratos é realizada com grande rigor, não enfrentando grandes problemas com o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas por parte das empresas contratadas. Nas eventuais ocorrências de faltas de pagamentos de verbas trabalhistas, a fim de evitar a possível responsabilização da União, a fiscalização propõe, junto à Advocacia-Geral da União, Ações de Consignação em Pagamento.

DRF/Marília – UG 170287:

Embora a Unidade apresente escassez de servidores, todos os esforços são envidados o sentido do cumprimento de todas as exigências contratuais, assegurando-se um nível adequado de prestação dos serviços e garantindo-se o cumprimento de todas as garantias trabalhistas dos funcionários terceirizados, evitando-se a responsabilização da União.

No contrato de serviços de limpeza verificou-se atrasos nos pagamentos de benefícios trabalhistas e na entrega de materiais de higiene e limpeza.

Desta forma, ainda em 2013, foram instaurados diversos processos administrativos para apuração de descumprimentos contratuais e a consequente imposição de penalidades. Simultaneamente foi dado início a procedimento para abertura de nova licitação tendo em vista a possível rescisão contratual.

Em 2014, tendo em vista o agravamento da situação financeira da contratada (o que resultou no atraso do pagamento de salários de seus empregados), o contrato foi rescindido unilateralmente, com a prévia adoção de precauções, a fim de se garantir os direitos trabalhistas dos empregados (depósito judicial de valores diante do ajuizamento de reclamações trabalhistas).

Diante da complexidade na elaboração do certame aliada às alterações nos procedimentos para obtenção do parecer jurídico e às alterações na legislação de regência, a licitação para a contratação de nova empresa só foi concluída depois da rescisão contratual forçando esta Delegacia a formalizar um contrato emergencial a fim de manter as condições de salubridade dos prédios por ela utilizados.

Com relação aos contratos de manutenção predial e manutenção de aparelhos de ar-condicionado, verifica-se, talvez pela distância dos grandes centros, talvez pelo aquecimento do mercado, enorme dificuldade na seleção de empresas com a expertise necessária para uma adequada prestação de serviços.

DERAT/SP – UG 170312:

Todos os contratos de execução continuada com alocação de mão de obra transcorreram sem maiores incidentes. Os ocasionais atrasos de pagamentos de salários e benefícios foram sanados prontamente por ações da fiscalização dos contratos.

DEINF/SP – UG 170313

Relativamente ao contrato de serviços de vigilância, a empresa Master Security, ressarciu a Administração, quatro monitores LG de 19”, furtados no exercício de 2013 tendo adotado providências no sentido da troca total do quadro de funcionários. Não houve nenhuma outra ocorrência no exercício de 2014.

As empresas Allserv (apoio administrativo) e Atto (copeiragem), de modo geral, têm executado seus contratos de modo satisfatório. Os pagamentos de salários e encargos trabalhistas são feitos na data correta, com a entrega da documentação pertinente para ateste das faturas.

DRF/ Jundiaí – UG 170318:

O contrato nº 2/2011 foi encerrado pela não concordância da empresa em prorrogá-lo. Já o contrato nº 6/2013 foi encerrado por iniciativa da Administração, após instauração de processo administrativo por descumprimento de diversas cláusulas contratuais. Os novos contratos de prestação de serviços de limpeza e de vigilância são recentes, não tendo sido observados ocorrências no ano de 2014.

Os contratos nºs 10/2010, 3/2012 e 5/2012 foram encerrados pela não concordância da empresa em prorrogá-los ou por descumprimento contratual.

Os demais contratos estão sendo cumpridos de acordo com a IN MPOG nº 02/2008 e suas alterações e sendo fiscalizados pela equipe de fiscalização.

DEMAC/SP – UG 170320

Os valores dos contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para a Administração Pública, em geral, são muito mais baixos quando comparados com os praticados na iniciativa privada o que implica na necessidade de uma efetiva e rigorosa fiscalização do contrato, com redobrada atenção.

Essa rigorosa fiscalização tem se mostrado eficiente, evitando problemas de interrupção na prestação de serviços.

DRF/Piracicaba – UG 170321:

1.- Vigilância: Não se observou descontinuidade de serviços. Entretanto, houve muitas discussões em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas estabelecidas em convenção coletiva de trabalho. Assim, a Administração intimou as empresas prestadoras a providenciarem a regularização das falhas constatadas, conseqüentemente aplicando as penalidades previstas em contrato nas ocasiões em que a empresa não logrou êxito em justificá-las. Apesar da edição da IN MPOG nº 06/2013 ter possibilitado a elaboração de editais de licitação que exigissem critérios de habilitação mais rigorosos (o que resultou em melhores contratações), observa-se que ainda são encontradas dificuldades na contratação de empresas eficientes e capazes de atender às exigências estabelecidas em lei e outros normativos, talvez muito em função dos baixos preços ofertados pelos licitantes.

2.- Limpeza: Não se observou a descontinuidade de serviços, mas a contratada teve dificuldades em manter o quantitativo de serventes previsto em contrato, em razão da alta rotatividade de pessoal. Houve muitas discussões em relação às verbas trabalhistas estabelecidas em convenção coletiva de trabalho. Algumas divergências pontuais foram resolvidas, mas foram apresentadas pendências relevantes (entrega de materiais de higiene com qualidade inferior ao efetivamente contratado), culminando com a aplicação das penalidades previstas em contrato. Avalia-se que as dificuldades na gestão destes contratos está associada aos baixos salários e a falta de utilização de novas tecnologias para a realização dos serviços de uma forma mais eficiente.

3.- Contratos com dedicação exclusiva de mão de obra (motorista, copeiragem, recepção, telefonista, manutenção predial): em relação a esses serviços de uma maneira geral os contratos transcorrem de forma aceitável, exceção dos serviços de manutenção predial e jardinagem.

Nos serviços de manutenção predial a contratada apresentou dificuldades no efetivo cumprimento de suas obrigações. A fiscalização do contrato tem realizado reuniões exigindo providências e adequação. No que se refere aos aspectos trabalhistas a contratada demonstra dificuldades em apresentar a documentação para a respectiva comprovação e por estes motivos foi penalizada conforme as previsões contratuais.

Quanto ao serviço de jardinagem, a empresa apresenta dificuldades em sua execução pela falta de ferramentas adequados e falta de compra de insumos para manutenção dos jardins. Por conta disso já foi penalizada ensejando uma alteração do escopo dos serviços para a próxima licitação.

DRF/Araraquara – UG 170322:

Os contratos referentes à prestação de serviços de vigilância e limpeza têm, em comum, o fato de serem relativamente recentes. Assim, como parece ser comum nesse tipo de terceirização (peculiaridade da administração pública), poucos são os problemas em contratos novos, maiores os problemas em contratos perto do fim.

No antigo contrato de serviços de vigilância, houve alguns problemas com fornecimento de uniformes e equipamentos, além de problemas eventuais com horas extras e seus reflexos em férias e outros benefícios trabalhistas. Entretanto, tais questões foram apuradas e regularizadas.

Quanto ao contrato de serviços de limpeza, por ser um contrato recente, a empresa ainda tem certa dificuldade em interpretar as regras contratuais relativas ao eventual pagamento de material de higiene. Porém, tal situação vem sendo enfrentada naturalmente e não constitui em óbice para o bom e pleno andamento dos serviços prestados.

O andamento dos referidos contratos pode, portanto, ser considerado satisfatório. Verificadas eventuais falhas ou omissões, as empresas são advertidas primeiramente através dos prepostos e, depois, se necessário, através de notificações formais. Não há registro de interrupção dos serviços.

Os demais contratos foram firmados com a mesma empresa, para locação de serviços de recepção, copeiragem, motoristas e auxiliar de serviços gerais. Todos os contratos estão na sua última prorrogação. Foram verificados problemas eventuais de falta de entrega de uniformes, que após a devida intervenção da fiscalização foram regularizados. Há grande rotatividade de mão de obra o que tem provocado substituições constantes com perda de qualidade nos serviços prestados. Observou-se, também, o atraso no pagamento de diárias aos substitutos eventuais. O pagamento dos salários do mês de dezembro/2014, pago em janeiro/2015, foi feito com atraso de alguns dias.

DRF/Franca – UG 170323:

Para o contrato de prestação de serviços de limpeza (contrato nº 1/2012) com vigência prorrogada em 04/2013, não houve alteração do número de postos de trabalho. Teve sua vigência finda em 12/2014, sem que a contratada tivesse interesse na prorrogação. Como não houve tempo hábil para fazer a contratação, até que seja concluído o pregão que está em andamento para nova contratação, os serviços continuam sendo prestados pela mesma empresa e serão pagos mediante reconhecimento de dívida.

O contrato de prestação de serviços de vigilância (contrato nº 3/2013) transcorre sem incidentes.

Os demais serviços com dedicação exclusiva de mão de obra transcorrem normalmente, exceção do contrato nº 2/2010 de prestação de serviços de manutenção predial, para o qual a Unidade tem encontrado dificuldades em lograr êxito na conclusão do procedimento de licitação: o novo pregão foi iniciado tempestivamente, mas teve de ser cancelado já por duas vezes, pois, a legislação aplicável, bem como o entendimento de nossa Corte de Contas, desaconselham a estipulação de salário superior ao do piso da categoria profissional dos trabalhadores envolvidos e a realidade do mercado local e a do pagamento de valores superiores aos estipulados nos Termos de Referência.

DEFIS/SPO – UG 170385:

O andamento do contrato de serviços de vigilância armada, desarmada e segurança patrimonial, tem transcorrido sem ocorrências relevantes no início de 2014.

As irregularidades apontadas pela fiscalização dos contratos estão relacionadas à falta de pagamento de verbas trabalhistas, o que tem ensejado a abertura de processos administrativos para a apuração e aplicação das penalidades cabíveis como multas e advertências.

Referente ao contrato nº 01/2013, a Administração foi obrigada a efetuar pagamento direto aos funcionários, e aplicar multa (processo 1915.000306/2014-06), bem como a rescindir referido contrato.

ALF/SPO – UG 170533:

A ALF/SPO não contrata e não administra contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância, vez que ocupamos o mesmo prédio da DELEX /SPO que é quem é a detentora de tais contratos.

Os contratos nºs 06/2013 e 06/2014 não possuem óbices na sua plena execução e os serviços são prestados em caráter de continuidade.

O contrato nº 01/2012 foi rescindido unilateralmente, pois a empresa parou de prestar os serviços (decretação de falência), tendo sido aplicadas as sanções e o serviço sido retomado com nova contratação (contrato nº 06/2014).

DERPF/SPO – UG 170535:

A DERPF/SPO está sediada nos prédios da DERAT/SPO e DEFIS/SPO. Todos os serviços terceirizados são contratados e geridos pelas citadas Unidades.

DRF/Barueri – UG 170551:

Todos os contratos transcorrem sem incidentes.

Análise crítica - Síntese:

Observou-se, de uma maneira geral, o enfrentamento de dificuldades similares pelas UGs:

1) Com relação às licitações para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra evidenciou-se enorme dificuldade na obtenção de bons contratos, uma vez que o universo de licitantes agrega conhecidas empresas que praticam preços baixíssimos, com propostas muito aquém dos valores de mercado. De outro lado, a Administração não detém de meios para desclassificar tais propostas, já que a própria sistemática da modalidade Pregão na forma eletrônica (de uso obrigatório) estimula a oferta de preços cada vez mais baixos: as planilhas de custos e formação de preços apresentadas pelos licitantes destacam margens de lucro e despesas administrativas e operacionais muito baixas e os valores planilhados para reposição de mão de obra ausente são muitas vezes insuficientes. Todavia, em face dos normativos vigentes e jurisprudência do TCU é inviável desclassificação de propostas por motivo de inexecutabilidade.

2) As atividades de gerenciamento e fiscalização dos contratos são fortemente influenciadas pelas questões relatadas no item precedente. Com os preços abaixo dos praticados no mercado, as contratadas, via de regra, buscam “alternativas” para aumentar o lucro planilhado, na maioria das vezes tentando burlar aspectos contratuais relacionados aos pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciárias de seus funcionários. Ocorre que a prática de fiscalização das Unidades é rigorosa, evitando-se a caracterização de possível culpa “*in vigilando*” e a consequente responsabilização subsidiária da União. Neste contexto, duas situações se apresentam: a) Falta de interesse de prorrogações contratuais; b) Inexecuções contratuais que culminam em aplicação de sanções e

rescisões contratuais. Para ambos os casos, a Administração, que carece de recursos humanos, se vê diante de necessidade de realização de novos procedimentos licitatórios.

7.2.3. Contratação de Estagiários

Quadro 44 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	705	724	726	702	4.081.161,30
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	705	724	726	702	4.081.161,30
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	705	724	726	702	4.081.161,30

Fonte: DW Siape – 05/02/2015

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Estagiários das DRJs estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais;
2. Para este quadro, foi considerado o conceito de atividade-meio, ou seja, atividades de suporte administrativo, independentemente se a área/unidade em que elas são desenvolvidas tem caráter precípua finalístico ou de apoio;
3. Foram apuradas rubricas de Bolsa de Estágio, Auxílio Transporte de Estagiário e Recesso Remunerado de Estágio. Não são considerados os descontos de falta, auxílio transporte do período de recesso e GRU emitidas em nome do estagiário;
4. O lançamento de dados históricos no Siape, após a data da extração DW, pode gerar diferença nos valores apresentados.

ANÁLISE CRÍTICA DA POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS

A contratação de estagiários na SRRF08 é realizada mediante a celebração de contratos junto a empresas que prestam serviços como agentes de integração entre universidades, estudantes e a própria SRRF08. Além da legislação específica para a contratação de estagiários, Lei 10.788/2008, na SRRF08 o procedimento para a disponibilização de vagas para estágio não-obrigatório está regulamentado pela Portaria RFB/Cogep nº 163, de 11 de fevereiro de 2009, proporcionando uma padronização nos procedimentos de gestão de estagiários em todas as unidades descentralizadas.

O estágio na SRRF08 é um ato educativo escolar desenvolvido na modalidade não-obrigatório visando à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior. Todos os estagiários na SRRF08 são alocados em atividades-meio (suporte administrativo) em função de a Portaria RFB/Cogep nº 163, de 11 de fevereiro de 2009, em seu art. 4º, § 1º determinar que os estagiários não devem ser alocados em atividades que comprometam o sigilo fiscal – atividades estas que seriam as finalísticas da SRRF08.

Cabe à Divisão de Gestão de Pessoas (Digep) da SRRF08 supervisionar a contratação de estagiários, no âmbito da 8ª RF.

Na SRRF a seleção de estagiários de nível superior atualmente é feita por exame curricular e entrevista, utilizando agente de integração, que divulga as vagas disponíveis de acordo com o curso de formação e período escolar pré-definido, recruta os estudantes e os encaminha para entrevista com o servidor que será o supervisor do estágio. As vantagens observadas neste tipo de seleção são: o menor custo, o sistema menos burocrático, exigência de menor logística, menor periodicidade, permitindo melhor ajuste às necessidades da dinâmica dos processos de trabalho da SRRF, além de

não privilegiar somente os estudantes com excelente formação teórica, oportunizando a experiência profissional para todos. Existe uma multiplicidade de áreas na SRRF08, e, por essa razão, são oferecidas vagas de estágio para diversos cursos de graduação.

O Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) é o sistema primário utilizado nacionalmente para registro das contratações, alteração de dados e desligamento de estagiários, bem como para pagamento da bolsa, auxílio-transporte e demais ações de folha de pagamento dos estudantes. Há outros sistemas/segmentos informatizados da RFB, replicadores dos dados do Siape, que também são utilizados como referência para gerenciamento das informações de Estagiários, tais como: SA3, DW-Siape, Sief ou mesmo planilhas de controle de uso local.

7.3 - Informações referentes a Contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Quadro 45 - CONTRATOS FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araçatuba						
UG/Gestão:170134/0001				CNPJ: 00.304.460/0119-33		
Informações sobre os Contratos com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento						
Ano	Número	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Redução do valor contratual após revisão contratual
				Início	Fim	
2012	08/2012	Reforma do Edifício Sede	10.589.392/0001-94	21/12/2012	30/04/2015	Análise em execução
2011	04/2011	Manutenção Predial	08.014.891/0001-47	05/09/2011	31/01/2014	Análise em execução
2014	01/2014	Manutenção Predial	07.718.194/0001-04	05/02/2014	04/09/2016	Análise em execução
Observações:						

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia Especial de Fiscalização de Comércio Exterior e Indústria - DELEX						
UG/Gestão:170259/0001				CNPJ: 00.304.460/0348-01		
Informações sobre os Contratos com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento						
Ano	Número	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Redução do valor contratual após revisão contratual
				Início	Fim	
2011	06/2011	Manutenção de sistemas de refrigeração	62.082.821/0001-71	16/10/2011	16/10/2014	Pendente
Observações:						

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marília/SP						
UG/Gestão: 170287/0001				CNPJ: 00.394.460/0361-70		
Informações sobre os Contratos com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento						
Ano	Número	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Redução do valor contratual após revisão contratual
				Início	Fim	
2013	14/2013	Manutenção predial	05.080.967/0001-44	25/11/2013	24/11/2014	Mensal de R\$ 1.453,20
<p>Observações: Valor mensal fixo de 25/11/2013 até 31/03/2014: R\$ 17.312,52 (dezesete mil trezentos e doze reais e cinquenta e dois centavos);</p> <p>Valor mensal fixo de 01 a 30/04/2014 com a repactuação efetuada pela inclusão da contratada entre as beneficiárias de desoneração: R\$ 15.859,32 (quinze mil oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e dois centavos);</p> <p>Valor mensal fixo de 01/05/2014 a 24/11/2014 com a repactuação efetuada devido à CCT 2014/2015: R\$ 16.733,33 (dezesesseis mil setecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)</p>						

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras em São Paulo – DEINF/SPO						
UG/Gestão:170313/0001				CNPJ: 00.304.460/0480-04		
Informações sobre os Contratos com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento						
Ano	Número	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Redução do valor contratual após revisão contratual
				Início	Fim	
2011	04/2011	Manutenção ar condicionado	62.082.821/0001-71	01/09/11	30/08/16	R\$ 1.493,11
2011	03/2011	Manutenção predial	68.287.143/0001-60	08/08/11	07/08/16	R\$ 2.184,36
Observações:						

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes em São Paulo – DEMAC/SPO						
UG/Gestão:170320/0001				CNPJ: 00.304.460/0476-10		
Informações sobre os Contratos com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento						
Ano	Número	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Redução do valor contratual após revisão contratual
				Início	Fim	
2011	04/2011	Manutenção de sistemas de ar condicionado	62.287.143/0001-60	01/08/2011	30/11/2014	R\$ 3.654,54

Unidade Contratante						
Nome: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização – DEFIS/SPO						
UG/Gestão: 170385/0001				CNPJ: 00.394.460/0456-76		
Informações sobre os Contratos com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento						
Ano	Número	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Redução do valor contratual após revisão contratual
				Início	Fim	
2010	03/2010	Manutenção Predial	64.655.251/0001-97	03/02/10	02/05/15	Em andamento
Observações:						

Fonte: informações prestadas pelas UG

ANÁLISE CRÍTICA

DRF/Araçatuba – UG 170134:

Serão iniciados os procedimentos de análise no presente exercício.

DRF/Bauru – UG 170135:

Serão iniciados os procedimentos de análise no presente exercício.

DELEX/SP – UG 170159:

Contrato encerrado em outubro de 2014. O procedimento está pendente. A UG aguarda o resultado de consulta das Unidades Centrais da RFB ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

DRF/Marília – UG 170287:

Tendo em vista que a empresa contratada passou a ser beneficiária da desoneração da folha de pagamentos somente a partir de 01º de abril de 2014 com a alteração de seu código de atividade econômica (CNAE) de 4112-0/00 para 7112-0/00, promovemos a repactuação do valor contratado alterando seu valor mensal fixo de R\$ 17.312,52 (dezesete mil trezentos e doze reais e cinquenta e dois centavos) para R\$ 15.859,32 (quinze mil oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e dois centavos).

A repactuação do valor contratual foi efetivada em setembro de 2014 e a importância paga a maior foi integralmente ressarcida.

DEINF/SPO – UG 170313:

Foram adotadas as medidas cabíveis para efetuar os cálculos dos novos valores mensais, considerando a desoneração da folha de pagamento. A UG se certificou dos meses em que as empresas contratadas se valeram da desoneração e apurou o valor de ressarcimento à União. Os valores foram descontados de faturas pagas pela DEINF no ano de 2014.

DEMAC/SPO – UG 170320:

a) Está efetuando a revisão do contrato nº04/2011, encerrado em 30/11/2014, firmado com empresa Active Engenharia Ltda., beneficiada pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.

b) A compensação dos valores pagos a maior nos primeiros meses da aplicação da desoneração da folha de pagamento foi efetuada no mesmo exercício financeiro, através da diferença de valores recalculados após repactuação do contrato, não havendo a necessidade de ressarcimento à Administração. Portanto, não existiu dano ao erário.

DEFIS/SPO – UG 170385:

A revisão contratual está sendo providenciada e ainda não foi concluída.

DERPF – UG 170535:

Esta Unidade não possui contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, pois situa-se nos edifícios pertencentes à DERAT, UG 170312 e à DEFIS, UG 170385.

Demais UGs:

As demais UGs se manifestaram informando não haver contratos passíveis de revisão contratual com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento: **SRRF08 – UG 170133; DRF/Campinas – UG 170136; DRF/Presidente Prudente – UG 170137;/Ribeirão Preto – UG 170138; DRF/São José do Rio Preto – UG 170139; DRF/Santos – UG 170141; DRF/Sorocaba – UG 170142; DRF/Taubaté – UG 170143; DRF/Guarulhos – UG 170144; DRF/Limeira – UG 170145; DRF/Osasco – UG 170146; DRF/Santo André – UG 170147; ALF/Viracopos – UG 170148; ALF/GRU – UG 170150; ALF/STS – UG 170168; DRF/São Bernardo do Campo – UG 17026; DRF/São José dos Campos – UG 170262; DERAT/SP – UG 170312; DRF/ Jundiaí – UG 170318; DEMAC/SP – UG 170320; DRF/Piracicaba – UG 170321; DRF/Araraquara – UG 170322; DRF/Franca – UG 170323; ALF/SP – UG 170533;**

DRF/Barueri – UG 170551.

Análise crítica – Síntese:

As Unidades procuraram cumprir com as devidas revisões dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.

Alguns procedimentos de análise encontram-se em andamento.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL – SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 8: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
(Item 7, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

8.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Lei nº 1.081 de 13 de abril de 1950, Lei nº 9.327 de 09 de dezembro de 1996, Decreto nº 6.403 de 17 de março de 2008; IN MPOG nº 03 de 15 de maio de 2008 IN SAF nº 183 de 08 de setembro de 1986, IN MARE nº 9 de 26 de agosto de 1994 e IN MARE nº 06 de 16 de junho de 1997.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A frota de veículos é recurso material indispensável para o pleno funcionamento das UGs da 8ª RF, permitindo a realização das atividades de forma ágil e eficaz, tanto no transporte de servidores diariamente para desempenho das funções de fiscalização tributária, controle aduaneiro, vigilância e repressão, destruição de mercadorias, cumprimento de mandados, ofícios judiciais, diligências, audiências, mandados de segurança, assim como entrega e retirada de documentos com prazo exíguo entre UGs, agências e DMAs, entre RFB, PRFN, PF etc.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ (Grupo Fiscalização/Serviço): 331

d) Média anual de Km rodados (Grupo Fiscalização/Serviço): 9.301,33 Km.

e) Idade Média da frota (Grupo Fiscalização/Serviço): 8,64 anos.

f) Custos associados à Manutenção da frota (Grupo Fiscalização/Serviço): R\$ 702.297,74, acrescido do seguro de frota, no valor de R\$ 105.000,00, totalizando o valor de R\$ 807.294,74.

g) Plano de substituição da frota:

O Plano de substituição da Frota é nacional e centralizado nas Unidades Centrais.

h) Razões da escolha da aquisição em detrimento da locação:

Grande parte da frota atual é composta de veículos adquiridos durante Programa de Modernização da Administração Tributária – PMATA, entre 2005 e 2006.

Durante o exercício de 2012 foi realizado processo licitatório pela 10ª Região Fiscal a pedido da COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística, para contratação de caminhonetes tipo picape para toda a RFB, sendo que as especificações da referida aquisição foram elaboradas pela COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira. A 8ª RF recebeu veículos oriundos desta aquisição nacional no exercício de 2013, cuja escolha da aquisição em detrimento da locação deveu-se aos seguintes fatores:

- Aparelhamento da frota da RFB com veículos compatíveis com a nova realidade aduaneira do país.
- Os veículos se destinam à fiscalização aduaneira, voltados ao controle das fronteiras e ao combate ao contrabando e descaminho, bem como são empregados no transporte de mercadorias apreendidas e de servidores de fiscalização, sobretudo em estradas secundárias ou vias em condições precárias existentes em regiões de fronteira ou distantes dos grandes centros.
- Estes veículos podem ser empregados em operações de perseguição a contrabandistas e criminosos e, em situações que implicam risco à segurança dos servidores, devem permitir rápida saída do local da operação.
- Considerando as peculiaridades de utilização desses veículos, torna-se inviável a locação, já que no trabalho de repressão há maior risco de ocorrerem acidentes de trânsito.

- Permanência da maioria dos veículos em locais distantes dos grandes centros, o que dificultaria a troca, controle e manutenção pela empresa locadora.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

- Registro dos deslocamentos em fichas de controle diário de tráfego, por veículo, por dia, identificando data, hora e odômetro iniciais e finais, condutor, descrição da atividade/roteiro/destino, autorização e ateste do serviço.
- Agendamento prévio visando a otimização do percurso, definido antecipadamente, utilizando agrupamento de diferentes demandas em um só veículo.
- Contratação de sistema informatizado de gerenciamento da frota com emissão de relatórios, abastecimentos, quilometragem percorrida, manutenção, consumo etc.

8.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

8.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O respectivo quadro se encontra no Anexo VII.

8.2.2. Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

O respectivo quadro se encontra no Anexo VIII.

8.2.3. Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

Quadro 46 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

UG 170134 – DRF/Araçatuba

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6155000095008
	Endereço	R. Miguel Caputi, Nº 60 – Vila Santa Maria – Araçatuba/SP – Cep 16015-930
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0179-14
	Nome ou Razão Social	Banco Do Brasil S/A – Agência Araçatuba
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de Posto Bancário e Terminal de Auto-Atendimento
	Prazo da Cessão	06/08/2014 a 05/08/2019
	Caracterização do espaço cedido	Andar Térreo – Área cedida de 17,80 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Rateio das despesas da Unidade relativas à manutenção predial, vigilância, limpeza, energia elétrica e água canalizada.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Rubricas contábeis utilizadas pela UG 170134: 33903916 – Manutenção Predial 33903703 – Vigilância 33903702 – Limpeza e Conservação Predial 33903943 – Energia Elétrica 33903944 – Água Canalizada
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Quando do recolhimento das GRU's, os recursos retornam para os empenhos da Unidade e são reutilizados para pagamento de novas despesas.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A proporção das despesas foi apurada tendo como base a área interna do prédio (3.793,27 m ²) e a área cedida ao Banco do Brasil de 17,80 m ² , o que equivale a 0,47% das despesas.	

Fonte: DRF/Araçatuba

UG 170138 – DRF/Ribeirão Preto

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6969.00007.500-8 - utilização
	Endereço	Avenida Dr. Francisco Junqueira, 2625 – Jd. Macedo – CEP 14091-902 – Ribeirão Preto - SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0028-01
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Agência bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Processo 15966.000022/2013-61 – cessão de uso onerosa
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de agência bancária - Atendimento ao contribuinte (CPF) e aos servidores (recebimento de proventos)
	Prazo da Cessão	60 meses – término em 13/09/2018
	Caracterização do espaço cedido	Cessão parcial de 32,24 m2 no piso térreo - Avenida Dr. Francisco Junqueira, 2625 Jd. Macedo – CEP 14091-902 – Ribeirão Preto - SP
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Através de GRU
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores são reclassificados para cada subitem das despesas através de lançamento no SIAFI – DD – Devolução De Despesas
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos recebidos voltam para as contas contábeis de cada despesa
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Rateio de água, energia elétrica, vigilância, limpeza e manutenção predial <u>proporcional a área total do prédio</u> e ao espaço cedido.

Fonte: DRF/Ribeirão Preto

UG 170139 – DRF/São José do Rio Preto

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7097.00022500-3
	Endereço	Rua Roberto Mange nº 360 – Jd. Morumbi – São José do Rio Preto/SP – Área construída: 6.984,82 m ²
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição financeira bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Execução das movimentações financeiras dos serviços bancários de interesse do Governo Federal
	Prazo da Cessão	Processo administrativo nº 10850.002183/2002-11 - Contrato nº 5/2010 – Vigência: 03/05/2010 a 02/05/2015
	Caracterização do espaço cedido	Área cedida de 37,57m ² – piso térreo da sede da DRF/SJR
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão de uso a título gratuito com rateio de despesas de vigilância, limpeza e energia elétrica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento do valor mensal do rateio através de GRU – código 18822-0
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	utilização da STN – Outras Receitas
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Percentual proporcional a área cedida – 0,93% do valor da fatura mensal correspondente

Obs.: Cessão analisada pela Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional de São José do Rio Preto, através do Parecer PSFN/SJRP/SP N° 02/2010, de 21/01/2010, ratificado com despacho favorável, datado de 08/03/2010, emitido pelo Sr. Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Fonte: DRF/São José do Rio Preto; Processo Físico 10850.002183/2002-11

UG 170142 – DRF/Sorocaba

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7145002145000
	Endereço	Rua Professor Dirceu Ferreira da Silva, 111 – Sorocaba/SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/3042-20
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Interesse público (agente responsável pelo processamento das ordens bancárias emitidas pela Unidade e única instituição financeira a processar as Guias de Recolhimento da União - GRU)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto bancário
	Prazo da Cessão	26/12/2014
	Caracterização do espaço cedido	18,75m ² no pavimento térreo
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 4.241,45
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Código de recolhimento GRU - 18822-0 - Outras Receitas STN
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Recolhimento para Conta Única do Tesouro Nacional
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	0,26% das despesas com manutenção, conservação, limpeza, vigilância, telefonia, energia elétrica e água/esgoto.	

Fonte: DRF/Sorocaba

UG 170143 – DRF/Taubaté

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7183.00019.500-3
	Endereço	Rua Marechal Arthur da Costa e Silva, 730, Centro, Taubaté/SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição financeira controlada pela União
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Não há registro da forma de seleção, haja vista que o Banco do Brasil tem posto de atendimento nas dependências da DRF/Taubaté há mais de 20 anos
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atendimento aos contribuintes e às operações bancárias da DRF/Taubaté
	Prazo da Cessão	Não há registro
	Caracterização do espaço cedido	Área de aproximadamente 20 m ² da área total construída de 9.000 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A UJ não recebe nenhum valor; os benefícios consistem na facilidade de acesso às operações do banco por parte da DRF, bem como pelo fácil acesso aos contribuintes e funcionários.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não há
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há	

Fonte: DRF/Taubaté

UG 170144 – DRF/Guarulhos

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6477000115009
	Endereço	Rua da Cantareira, Nº 164 – Vila Augusta- Guarulhos/SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atendimento bancário (recolhimento de tributos e/ou taxas pelos contribuintes)
	Prazo da Cessão	5 (cinco) anos
	Caracterização do espaço cedido	Área de 60 m ² localizada no piso térreo do edifício sede da DRF/Guarulhos
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 13.960,93
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	1.9.9.1.1.13.00
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os valores decorrentes da cessão de uso são recolhidos no código 18822-0 (STN - Outras Receitas). Assim, estes recursos não foram destinados à DRF/Guarulhos.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Participação no rateio das despesas de vigilância, limpeza, manutenção e energia elétrica, proporcional à área cedida de 60 m ² da DRF/Guarulhos.

Fonte: DRF/Guarulhos

UG 170145 – DRF/Limeira

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6639000065001
	Endereço	Rua Pedro Zaccaria, 444 – Limeira-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.001/0001-01
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Empresa pública – instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	O equipamento se encontra instalado desde a criação da Unidade. Não houve processo de seleção da instituição bancária, senão o interesse do Banco do Brasil, por deter a maioria das contas-salário dos servidores que laboram no prédio.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de um equipamento caixa eletrônico
	Prazo da Cessão	Não determinado
	Caracterização do espaço cedido	Saleta com cerca de 3 m ² em que se encontra um equipamento caixa eletrônico
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	N/D
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	N/D
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	N/D
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	N/D

Fonte: DRF/Limeira

UG 170261 – DRF/São Bernardo do Campo

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7075000065005
	Endereço	R. Marechal Deodoro, 480, CEP 09710-000 – São Bernardo do Campo-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
Caracterização da Cessão	Atividade ou Ramo de Atuação	bancária
	Forma de Seleção do Cessionário	Comodato
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de um posto de serviço – caixa eletrônico
	Prazo da Cessão	13/11/2012 a 12/11/2017
	Caracterização do espaço cedido	3m2 no andar térreo
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 0,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	N/A
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	N/A
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Atualmente está sendo verificado como alterar o tipo de contrato de forma a incluir o rateio das despesas.	

Fonte: DRF/São Bernardo do Campo

UG 170313 – Deinf

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7.107.00474.500-2
	Endereço	Rua Avanhandava, nº 55, Bela Vista – São Paulo-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.001/0001-01
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
Caracterização da Cessão	Atividade ou Ramo de Atuação	Empresa pública – instituição bancária
	Forma de Seleção do Cessionário	Comodato
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto bancário
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	34,48 m2 no 6º andar do edifício-sede da Deinf
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 0,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	N/A
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	N/A
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	N/A	

Fonte: Deinf

UG 170323 – DRF/Franca

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6425 00016.500-3 / 6425 00017.500-9
	Endereço	Avenida Frei Germano, n. 2324, bairro Estação, CEP 14405215, Franca (SP)
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira controlada pela União
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Arbitrária: o banco ofereceu-se para instalar o equipamento e a área foi cedida mediante contrato de comodato
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de um terminal eletrônico de autoatendimento
	Prazo da Cessão	Início: 01/02/2010 – Término: 31/01/2015
	Caracterização do espaço cedido	Parte (5,00m ²) da área total do imóvel (2.695,25m ²)
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A UJ não recebe nenhum valor; os benefícios consistem na facilidade de acesso às operações do banco, proporcionadas pelo equipamento instalado
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não há
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não há
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há	

Fonte: DRF/Franca

UG 170385 – Defis

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7107004725001
	Endereço	Av. Pacaembu, 715, Santa Cecília, São Paulo, SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto bancário
	Prazo da Cessão	5 anos com prorrogação automática
	Caracterização do espaço cedido	Localizado no 4º andar, área com 51 metros quadrados
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A Unidade não recebe nenhum valor. O posto bancário processa as RE's da unidade e atende exclusivamente os servidores da unidade
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Cessão não onerosa

Fonte: Defis/SPO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7107004725001
	Endereço	Av. Pacaembu, 715, Santa Cecília, São Paulo, SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Caixa eletrônico
	Prazo da Cessão	12 meses com prorrogação automática
	Caracterização do espaço cedido	Localizado no 4º andar, área com 1 metro quadrado
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A Unidade não recebe nenhum valor. O caixa eletrônico atende exclusivamente os servidores da unidade
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Cessão não onerosa

Fonte: Defis/SPO

ANÁLISE CRÍTICA

O Anexo VII aponta que, no exercício de 2014, houve aumento no número de imóveis da União sob responsabilidade das Unidades Gestoras da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, em um total de 2 (dois). Porém, tendo a UJ recebido 3 (três) novos terrenos (Jaú, Sumaré e Tietê) no exercício passado, o total deveria ser 67 e não 66 como consta no Quadro. Acontece que o imóvel doado pela Prefeitura de Itapetininga no exercício de 2013, com 900 m², composto de 3 terrenos de 300 m² cada, com três matrículas e três diferentes RIPs (7107010745000, 6547000125009 e 6547000145000), foi unificado e está em processo de atualização de cadastro no SPIUnet pela SPU/SP. Para viabilizar tal atualização, que deverá ser no sentido de manter apenas um dos 3 RIPs para representar o imóvel unificado, devendo os outros dois serem cancelados, um dos terrenos, cujo RIP é 6547000105008, foi transferido para a jurisdição daquele Órgão. Uma vez concluída a atualização, o imóvel será novamente transferido para a UG 170142.

Como pode se verificar nos Anexos VII e VIII, a SRRF08 se empenha em conseguir doações de municípios, que viabilizem a construção de edifícios especialmente projetados e construídos de acordo com suas necessidades, visando especialmente à redução de despesas com locação, manutenção predial, gastos com serviços públicos etc, substituindo desta forma, convenientemente, as locações existentes. Tais iniciativas estão inclusas no Plano Nacional de Engenharia, com Portaria da Sr. Secretário, mantendo-se o registro e acompanhamento destas e outras iniciativas de grande importância para a SRRF08.

A gestão dos imóveis é feita pelos setores de logística das diferentes UGs desta UJ, que mantêm contratos de manutenção predial, de ar-condicionado, que visam a reparar o desgaste decorrente da própria utilização. Quanto a imóveis locados, na hipótese de haver gastos com reformas e transformações, estes são inteiramente assumidos pelos respectivos locadores. O Serviço de Engenharia desta SRRF08 atua no acompanhamento/assessoria das Unidades quanto aos projetos que fazem parte do Plano Nacional de Engenharia da RFB (construções, realização de benfeitorias, reformas, ampliações etc) e, ainda, na implantação, pelas UGs, de sistemas que garantam a acessibilidade, de acordo com as normas vigentes.

Os registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet e os consequentes registros no SIAFI, são acompanhados pela Setorial Contábil desta SRRF08. Vale lembrar que as informações referentes aos imóveis desta UJ são também registradas nos sistemas EDIFICA I e II, do Ministério da Fazenda.

No tocante ao Anexo VIII, cabe informar que na coluna “RIP” foram informados os números de RIP imóvel, enquanto os valores das colunas “valor histórico” e “valor reavaliado” referem-se aos valores do RIP utilização, que só são idênticos aos do RIP imóvel quando a fração ideal é igual a 1 (um).

Na coluna “Estado de Conservação” foi adotado, para os casos dos imóveis sem benfeitorias (23 casos), o estado de conservação 8 (sem valor).

Na coluna “Valor Histórico” constam, por orientação da COPOL Contabilidade, os valores informados no relatório do exercício de 2010.

As colunas “Data de Avaliação” e “Valor Reavaliado” refletem o constatado em 31 de dezembro de 2014. Muitos dos imóveis, que se encontravam com avaliações vencidas, já tiveram seus valores atualizados em 2015.

8.3 - Imóveis Locados de Terceiros

O quadro respectivo se encontra no Anexo IX.

ANÁLISE CRÍTICA

O Anexo IX, que trata dos imóveis locados de terceiros sob responsabilidade das Unidades Gestoras da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, aponta para a diminuição do número em 2014, comparativamente ao final de 2013, correspondendo ao imóvel que abriga o CAC-Itaquera, imóvel este pertencente à Cia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP), sob contrato de “Inexigibilidade para Rateio de Despesas Condominiais”, que havia sido registrado no SPIUnet erroneamente com o regime “locação de terceiros” e que teve seu RIP de nº 7107010745000 cancelado.

Além disso, há 2 agências, Praia Grande e Sumaré, que funcionam em imóveis pertencentes às respectivas Prefeituras Municipais, com as quais foram celebrados contratos de comodato. Neles, a União figura como Comodatária, que se trata de hipótese não prevista no SPIUnet. A agência de Lençóis Paulista, que também mantinha contrato de comodato com a respectiva Prefeitura, foi fechada.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL – SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 9: Gestão da Tecnologia da Informação
(Item 8, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

9.1 - Informações sobre Sistemas Computacionais

Os sistemas empregados na SRRF08 são os mesmos utilizados em toda a RFB. A relação dos sistemas e das necessidades de desenvolvimento de novos sistemas figuram no Relatório das Unidades Centrais.

A única exceção é o seguinte sistema, que foi desenvolvido na 8ª RF e ainda não era utilizado nacionalmente em 2014:

Quadro 47 – SISTEMAS COMPUTACIONAIS EMPREGADOS EXCLUSIVAMENTE NA UJ

Nome do sistema	Descrição	Principal macroprocesso finalístico
OPJUD	Acompanhamento e gerenciamento do trabalho relacionado aos débitos suspensos por medida judicial, declarados na Declaração de Débitos e Créditos Tributários (DCTF).	Arrecadação e Controle do Crédito Tributário

Fonte: Ditec08

Contratos na área de Tecnologia da Informação

A SRRF08 não possui contratos relacionados a desenvolvimento, manutenção e suporte de sistemas computacionais, os quais são mantidos pelas Unidades Centrais e informados no respectivo Relatório de Gestão.

Os contratos de TI se encontram listados no Anexo X e dizem respeito exclusivamente a locação de impressoras e copiadoras.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL – SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 10: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
(Item 9, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

10.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

O quadro correspondente e a respectiva análise se encontram no Anexo XI. Esse quadro consolida, através da sistemática moda (resposta que mais se repetiu nos questionários das Unidades), as respostas das UG relacionadas a esta UJ.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL – SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 11: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas
(Item 10, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Introdução

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão informações sobre o tratamento das deliberações exaradas em acórdão do TCU (subitem 10.1 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II da DN TCU nº 134/2013), pois não há registro de determinações ou recomendações do TCU, no exercício de 2014, que tivessem por objeto a SRRF08 ou alguma das Unidades a ela vinculadas.

11.1 - Tratamento de recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno ao qual se vincular a Unidade Jurisdicionada

Quadro 48 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ORGÃO DE CONTROLE INTERNO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal			003163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203372	I.I.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos			4273
Descrição da Recomendação			
Que a Alfândega do Porto de Santos conclua o inventário de processos realizado entre julho/2007 e junho/2008, adotando as providências necessárias para tal fim.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos			4273
Síntese da Providência Adotada			
Concluído o levantamento físico em todos os setores da Alfândega e ampliação do período de pesquisa (1900). O inventário foi concluído de forma concomitante com um novo inventário, realizado para atender outra recomendação do mesmo relatório de auditoria (ver quadro de Ordem 2, abaixo)			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A nova pesquisa eliminou todas as pendências. Diversos processos foram encontrados. A extensão do período de pesquisa propiciou a inclusão de novos processos na lista.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor			
A unidade aproveitou a digitalização dos processos para realizar nova busca nos processos que não foram localizados e concluir os trabalhos em conjunto com o novo inventário visando à otimização dos trabalhos.			

Fonte: Dipav08

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal			003163
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203372	I.I.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos			4273
Descrição da Recomendação			
Que a Alfândega do Porto de Santos realize inventários periódicos até que todo o estoque de processos seja composto apenas por processos eletrônicos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos			4273
Síntese da Providência Adotada			
Digitalização de todos os processos em meio papel. Realização de novo inventário com a constituição de comissão específica.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Digitalização e novo inventário concluídos. Como resultado do inventário, foram identificados 1443 casos de processos não localizados, dos quais 1249 haviam sido regularizados/reconstituídos até 31/12/2014, estando o restante em processo de regularização ou reconstituição.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor			
Os procedimentos de inventário demandaram serviços de organização e conferência que absorveram significativas horas de trabalho. Devido à falta de funcionários na unidade para atuar na Comissão sem prejuízo das atividades normais, os procedimentos se desenvolveram de acordo com as possibilidades disponíveis, e não no ritmo considerado ideal pelo gestor.			

Fonte: Dipav08

11.2 - Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93

11.2.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Não utilizamos o quadro original previsto na Portaria TCU nº 90/2014 pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não se aplicam à RFB;
- As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função;
- A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de Prestação de Contas, incluindo todos os servidores em exercício no órgão e não apenas aqueles detentores de função.

Quadro 49 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Pendências de entrega da DBR			
Região Fiscal	Unidade Pagadora	Quantitativo	
		Servidores sem função	Total
8	SRRF/8RF	3	3
Total		3	3

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, extração realizada no dia 05/02/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG

Atualmente 5.371 servidores da 08ª RF (99,94% do corpo funcional) estão com os registros atualizados. Não existe nenhuma pendência em relação aos ocupantes de DAS e FGR.

11.2.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF, todo servidor em exercício na RFB tem a obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF. As autorizações de acesso à DIRPF são geradas e controladas via SA3.

A área de gestão de pessoas fornece, no ato da posse ou na realização da cobrança, a autorização de acesso à DIRPF a fim de estimular a entrega deste documento e minimizar o trabalho relativo à entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo. Atualmente, menos de 2% dos servidores ainda optam pela entrega da DBR.

O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações. A autorização de acesso assinada pelo servidor é alocada na pasta funcional como qualquer documento. Para os casos em que ainda se entrega as declarações anuais, essas são recebidas em envelopes lacrados pelo servidor e alocados na pasta funcional.

Periodicamente a área de gestão de pessoas efetua cobrança da entrega da DBR, via contato pelo e-mail funcional, telefone ou, em última opção, carta registrada para o endereço residencial do servidor informando-o da necessidade, dos riscos e das consequências da não entrega do documento.

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre o patrimônio e a remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

11.3 - Demonstração das Medidas Administrativas adotadas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário

Quadro 50 - MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração	
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
10	10							

Fonte: informações prestadas pelas UG

Apontaram ocorrências: UG 170150 – ALF/GRU (quatro), 170147 - DRF/Santo André e 170385 – DEFIS/SP (duas), 170138 - DRF/Ribeirão Preto e 170535 – DERPF/SP (uma).

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL – SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 12: Informações Contábeis

(Item 11, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Introdução

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão informações sobre a demonstração do estágio de desenvolvimento e da sistemática de apuração de custos (subitem 11.2 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II da DN TCU nº 134/2013), pois a administração da Unidade de Custos é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

12.1 - Demonstração das Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em atendimento ao subitem 11.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª Região Fiscal (SRRF08) atende, em sua maior parte, ao conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16, aplicáveis ao setor público, em especial à NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio das entidades do setor público.

No que tange à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, adotam-se as rotinas de mensuração subsequentes relativas ao ativo imobilizado, especialmente a depreciação, no entanto as relativas ao intangível (reconhecimento inicial, amortização e redução ao valor recuperável) estão com implantação em andamento.

1) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, seguem informações em relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão e as taxas utilizadas para os cálculos.

a) Depreciação

Representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

a1) Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da RFB são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e administrado pelo Ministério da Fazenda, e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens móveis

- A metodologia é a definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e,
- Nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e nº 130/1999.

Metodologia de cálculo da depreciação

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação dos bens móveis da SRRF08 é a das quotas constantes, definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

As taxas do quadro abaixo foram definidas nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e 130/1999 e na Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Quadro 51 - TAXAS UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DA DEPRECIAÇÃO

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

Fonte: Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e 130/1999 e sistema SIAFI

a2) Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece no âmbito da União o cronograma para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o

registro da depreciação de bens imóveis. Os bens imóveis da RFB são de propriedade da União e todos estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet).

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) ainda estão desenvolvendo trabalhos objetivando a criação de uma rotina de depreciação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet com reflexo contábil no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

b) Amortização

Representa a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Existe projeto do Ministério da Fazenda em andamento, que está levantando os itens do intangível, principalmente os sistemas corporativos, e negociando com o órgão gestor do sistema de controle patrimonial (Secretaria do Tesouro Nacional), com o fim de definir a rotina do procedimento da amortização.

c) Exaustão

Representa a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª Região Fiscal (SRRF08), por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a RFB utilizou como metodologia para a avaliação e mensuração de ativos e passivos a Portaria STN nº 437/2012 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

De acordo com MCASP Parte II, mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade. Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

Ainda, de acordo com o Princípio da Oportunidade, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.

CONCEITOS

Avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Mensuração: constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais da SRRF08 obedecem aos critérios descritos a seguir:

a) DISPONIBILIDADES

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

b) CRÉDITOS e OBRIGAÇÕES

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

No grupo de direitos a receber, destaca-se a contabilização dos tributos federais administrados pela RFB. A contabilização foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e visa atender, especificamente, aos Princípios da Competência e da Oportunidade.

Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do setor público, além da Lei nº 4.320/1964, Artigos 85, 89 e 100. Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem. Os ajustes para perdas prováveis são constituídos com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado mensalmente. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) ESTOQUES

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. As UG's do Ministério da Fazenda dispõem de sistema próprio para controle dos estoques, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

d) INVESTIMENTOS

A SRRF08 não possui investimentos em empresas ou em consórcios públicos ou público-privados.

e) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis

registrados no SPIUNet. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f) INTANGÍVEL

Os direitos, objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da SRRF08 ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Ressalta-se que ainda não está em prática o registro da amortização do intangível.

g) DIFERIDO

O Ativo Diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. A SRRF08 não dispõe de registros contábeis neste item.

3) Impacto da utilização dos critérios contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 e 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

a) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à aplicação da NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público, o impacto no resultado do exercício financeiro de 2014 da SRRF08 foi de R\$ 101.075.454,00 referente à depreciação de bens móveis. A depreciação refere-se ao desgaste dos bens móveis e é contabilizada em uma conta redutora do ativo imobilizado, contribuindo para o resultado diminutivo do exercício.

b) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

As informações referentes à Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos são específicas das Unidades Centrais da RFB.

12.2 - Informações sobre a Conformidade Contábil

O processo de análise da conformidade contábil se inicia a partir da verificação da consistência dos itens que compõem os demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), tendo por base a Lei nº 4.320/1964 e as demais normas de contabilidade. Após isso, são verificadas ocorrências nas transações >CONCONTIR e >CONINCONS relativas aos dados contábeis da UG em análise. São verificadas também a ocorrência de saldos invertidos indevidos e saldos alongados em contas transitórias no balancete contábil, além dos registros de conformidade de gestão.

a) Instância responsável pela realização da Conformidade Contábil na SRRF08.

A gestão de atividades relacionadas à Contabilidade é realizada pela Seccional Regional de Contabilidade (UG: 170548), que está vinculada à Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª Região Fiscal – SRRF08.

As Seccionais Regionais de Contabilidade foram criadas pela Portaria SPOA nº 256/2007, que em seus artigos 1º e 2º dispõem:

“Art 1º: subdelegar competência à Ditab/COPOL para atuar como setorial de contabilidade das Unidades Centrais da RFB, bem como supervisionar as setoriais de contabilidade das SRRF.

Art 2º: subdelegar competências às SRRF para atuarem como setorial de Contabilidade das unidades gestoras executoras sob sua jurisdição, a partir do mês contábil SIAFI – Junho de 2007.”

a.1) Conformidade Contábil de UG:

Quadro 52 – UNIDADES GESTORAS EXECUTORAS NA UJ

Unidades Setorial e Seccional Contábil	Unidade Gestora / Estrutura Administrativa	Quantidade de UG (função: executora)	Unidades Gestoras Executoras
170548- Seccional RFB 8ª RF	8ª RF	32	170133; 170134; 170135; 170136; 170137; 170138; 170139; 170141; 170142; 170143; 170144; 170145; 170146; 170147; 170148; 170150; 170168; 170259; 170261; 170262; 170287; 170312; 170313; 170318; 170320; 170321; 170322; 170323; 170385; 170533; 170535; 170551

Fonte: Seccional Contábil da 8ª RF

Unidades gestoras executoras do SIAFI na 8ª Região Fiscal:

- Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª RF/SP – UG 170133;
- Delegacia da Receita Federal em Araçatuba/SP – UG 170134;
- Delegacia da Receita Federal em Bauru/SP – UG 170135;
- Delegacia da Receita Federal em Campinas/SP – UG 170136;
- Delegacia da Receita Federal em Presidente Prudente/SP – UG 170137;
- Delegacia da Receita Federal em Ribeirão Preto/SP – UG 17038;
- Delegacia da Receita Federal em São José do Rio Preto/SP – UG 170139;
- Delegacia da Receita Federal em Santos/SP – UG 170141;
- Delegacia da Receita Federal em Sorocaba/SP – UG 170142;
- Delegacia da Receita Federal em Taubaté/SP – UG 170143;
- Delegacia da Receita Federal em Guarulhos/SP – UG 170144;
- Delegacia da Receita Federal em Limeira/SP – UG 170145;
- Delegacia da Receita Federal em Osasco/SP – UG 170146;
- Delegacia da Receita Federal em Santo André/SP – UG 170147;
- Alfândega do Aeroporto Internacional de Viracopos/SP – UG 170148;
- Alfândega do Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP – UG 170150;
- Alfândega do Porto de Santos/SP – UG 170168;
- Delegacia Especial de Fiscalização de Comércio Exterior/SP – UG 170259;
- Delegacia da Receita Federal em São Bernardo do Campo/SP – UG 170261;
- Delegacia da Receita Federal em São José dos Campos/SP – UG 170262;
- Delegacia da Receita Federal em Marília/SP – UG 170287;
- Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária/SP – UG 170312;
- Delegacia da Especial de Instituições Financeiras/SP – UG 170313;
- Delegacia da Receita Federal em Jundiaí/SP – UG 170318;
- Delegacia Especial de Maiores Contribuintes/SP – UG 170320;
- Delegacia da Receita Federal em Piracicaba/SP – UG 170321;

- Delegacia da Receita Federal em Araraquara/SP – UG 170322;
- Delegacia da Receita Federal em Franca/SP – UG 170323;
- Delegacia Especial de Fiscalização em São Paulo/SP – UG 170385;
- Alfândega da RFB em São Paulo/SP – UG 170533;
- Delegacia Especial da Receita Federal de Pessoas Físicas/SP – UG 170535;
- Delegacia da Receita Federal em Barueri – UG 170551.

b) Da segregação de função no processo de registro da conformidade

O registro de conformidade contábil, conforme previsto na Macrofunção SIAFI 020315 – Conformidade Contábil, compete a profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

c) Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício.

As ocorrências contábeis apontadas no exercício de 2014 pela Seccional Regional de Contabilidade (UG 170548) vinculada à SRRF08 são:

Quadro 53 - QUANTIDADE MENSAL DE OCORRÊNCIAS POR TIPO DE ALERTA OU RESSALVA

Tipo de Ocorrência	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
315 - Falta ou Restrição na Conformidade de Registro de Gestão						1				1			2
Total de Alertas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0		2
603 - Saldo Contábil do Almojarifado do SIAFI não confere com o do SIADS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
634 – Falta Avaliação Bens Móveis/Imóv/ Intang/Outros										1			1
640 - Saldo Contábil de Bens Móveis não confere com o do SIADS	1	1	1	2		2	2		1	1	1	1	13
654 – Saldo Contábil de Selos de Controle não confere com o do SELECON	1										1		2
655 – Saldo Contábil de Merc. Apreendidas não confere com SIEF-CTMA			1	1							1		3
677 - Falta ou Atraso na Retenção /Recolhimento de Obrigações e Tributos					1		1	1					3
Total de Ressalvas	3	2	3	4	2	3	4	2	2	3	4	2	34
Total	3	2	3	4	2	4	4	2	2	4	4	2	36

Fonte: Seccional Contábil da 8ª RF

d) Descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

Todas as ocorrências foram sanadas até o final do exercício de 2014, com as seguintes exceções:

- Ocorrência Contábil 603: Saldo Contábil do Almojarifado não confere com o do SIADS.

UG: 170145

A inconsistência permanece há alguns anos no sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). A regularização depende de ajustes técnicos a serem realizados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa pública que desenvolveu o sistema. A solicitação foi repassada ao Serpro e seu atendimento vem sendo acompanhado pela Setorial de Contabilidade da 8ª Região Fiscal.

– Ocorrência Contábil 640: Saldo Contábil de Bens Móveis não confere com o do SIADS.

UG: 170147

A Unidade Gestora teve dificuldades em realizar um lançamento no SIADS no dia 31/12/2014 e conseguiu regularizar o desequilíbrio entre SIAFI e SIADS no início de 2015.

12.3 - Declaração do Contador responsável por Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª Região Fiscal - SRRF08		170548	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>1) UG 170145 – DRF Limeira</p> <p>a) Saldo contábil de almoxarifado não confere com o Relatório de Movimentação de Estoques - RMA.</p> <p>a.1) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.</p> <p>a.2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência e contato com os gestores do SIADS.</p> <p>a.3) A inconsistência apresentada existe há alguns anos no sistema que administra o almoxarifado, o SIADS, na Unidade Gestora 170145 – DRF Limeira. A regularização depende de ajustes técnicos a serem realizados pelo SERPRO;</p> <p>2) UG 170147 – DRF Santo André</p> <p>a) Saldo contábil de bens móveis não confere com o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB.</p> <p>a.1) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.</p> <p>a.2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.</p> <p>a.3) A UG teve dificuldades em realizar o lançamento no SIADS em 31/12/2014, sendo que só foi possível a regularização no início de 2015.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	São Paulo/SP	Data	27/02/2015
Contador Responsável	Maria de Lourdes da Silva Kiss	CRC nº	SP-114061/O

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL – SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 13: Outras Informações sobre a Gestão
(Item 12, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

13.1 - Informações não exigidas que sejam consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada

13.1.1 Reestruturação organizacional de Unidades na cidade de São Paulo e implantação de duas novas Unidades - Derpf e Delex

A reestruturação organizacional das unidades do município de São Paulo teve como marco legal a edição da Portaria MF nº 512 de 04/10/2013, que adequou o Regulamento Interno da RFB e criou duas novas Unidades na capital. A Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf), especializada no atendimento, arrecadação e fiscalização de pessoas físicas na cidade de São Paulo, e a Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex), com competências afetas às atividades de fiscalização aduaneira (zona secundária) e de tributos internos (indústria).

Para implantação dessa reestruturação houve um grande esforço das UC e da SRRF08 em razão do impacto em diversas áreas, sendo necessários ajustes em 48 sistemas corporativos, abertura de 37 demandas no Sistema de Controle de Demandas da RFB, alterações de 65 portarias de perfis de acesso a sistemas; envolveu 6 unidades na capital (SRRF08, Derpf/SPO, IRF/SPO, Derat/SPO, Defis/SPO, ALF/SPO) e 12 coordenações das UC (Copav, Cotec, Codac, Cocad, Coaef, Corec, Cofis, Copes, Cogep, Coana, Copol e Cosit).

Todas as providências foram realizadas dentro do prazo previsto no projeto, destacando-se o processo de remoções de servidores entre as Unidades envolvidas, suporte logístico para instalação da Derpf/SPO, suporte tecnológico para funcionamento dos sistemas informatizados, para permitir o funcionamento das Unidades no dia 03/02/2014 sem impactar o atendimento aos contribuintes.

Efeitos positivos da reestruturação

Em 2014, a Delex/SPO lançou R\$ 5,5 bilhões, somando-se dados aduaneiros e de tributos internos, sendo que os resultados da área de indústria foram computados na nova Unidade a partir do 2º trimestre de 2014. No caso dos lançamentos aduaneiros, é possível fazer um comparativo entre os dois últimos anos. Em 2013, a antiga Inspeção de São Paulo lançou R\$ 740 milhões. Em 2014, a Divisão de Fiscalização I da Delex lançou R\$ 1,1 bilhão - crescimento de 48%.

A Derpf/SPO, em 2014, zerou o estoque de mensagens atrasadas na Ouvidoria, que somavam 213 em fevereiro.

O indicador TME-15, referente ao número de atendimentos com tempo inferior a 15 minutos, foi alvo de acompanhamento diário, o que possibilitou ajustes na gestão e atingimento da meta, com incremento de seis pontos percentuais no indicador.

Verificou-se aumento efetivo de 40% na produtividade da Unidade de Atendimento da Malha no ano de 2014, comparativamente a 2013.

Considerações Finais

O ano de 2014 da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal foi marcado por dois eventos. Um deles foi a concretização da reestruturação organizacional das Unidades na Cidade de São Paulo, tanto pela magnitude de esforços empreendidos quanto pelos benefícios que já foram alcançados ou ainda se pretende atingir. O segundo acontecimento de repercussão regional foi o avanço no emprego dos instrumentos de acompanhamento da estratégia pelas Unidades Locais, o que por sua vez teve efeito na forma de encarar os projetos estratégicos e os processos de trabalho.

O contexto foi exigente: contínua redução do quadro de colaboradores, restrições orçamentárias e queda na atividade econômica no final do ano. Para responder a essa situação e continuar a perseguir os objetivos estratégicos da instituição, diversos projetos de grande importância vêm sendo desenvolvidos nas diversas áreas, conforme explanado na introdução e nos capítulos 1 e 4 deste Relatório de Gestão.

Face ao momento da economia nacional, o cenário para 2015 se apresenta ainda mais desafiador, especialmente pela necessidade de apresentar resultados a curto prazo sob uma crescente escassez de recursos. Mais do que nunca, requer-se o trabalho coordenado das Regiões Fiscais com as Unidades Centrais para concretizar ações que visem ao incremento da arrecadação. De forma análoga, esta Superintendência também tem buscado promover o trabalho coordenado das Unidades Locais com vistas ao alcance das metas regionais. A otimização do uso da força de trabalho por meio de iniciativas de padronização e regionalização é a linha diretriz de muitos dos principais projetos desta Superintendência, alguns já em andamento e outros ainda em elaboração.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO
FISCAL – SRRF08**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

ANEXOS

ANEXO I

Anexo I - IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal			
Denominação Abreviada: SRRF08			
Código SIORG: 003163	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 170133
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.460/0117-71	
Principal Atividade: Administração Tributária			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(011) 3315-5103	(011) 3315-5104	(011) 3315-5105
Endereço Eletrônico: intranetrfb@receita.fazenda.gov.br			
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br			
Endereço Postal: Av. Prestes Maia 733 – 12º andar, CEP 01031-905 – São Paulo - SP			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura regimental e quadro demonstrativo de cargos e funções: Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011. • Regimento interno: Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012, e modificações posteriores – em especial, as introduzidas pela Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, publicada no D.O.U em 04 de outubro de 2013. 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> • Publicações: a relação pode ser consultada em: http://idg.receita.fazenda.gov.br/publicacoes • Manuais e cartilhas: a relação pode ser consultada em: http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao 			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
170134	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araçatuba - DRF/ATA		
170135	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauru - DRF/BAU		
170136	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas - DRF/CPS		
170137	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Presidente Prudente - DRF/PPE		
170138	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ribeirão Preto - DRF/RPO		
170139	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José do Rio Preto - DRF/SJR		
170141	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos - DRF/STS		
170142	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba - DRF/SOR		
170143	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté - DRF/TAU		
170144	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Guarulhos - DRF/GUA		
170145	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira - DRF/LIM		
170146	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco - DRF/OSA		
170147	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo André - DRF/SAE		
170148	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos - ALF/VCP		
170150	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de São Paulo / Guarulhos - ALF/GRU		
170168	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Santos - ALF/STS		
170259	Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior em São Paulo - Delex/SPO		
170261	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - DRF/SBC		
170262	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos - DRF/SJC		
170287	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Marília - DRF/MRA		
170312	Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo - Derat/SPO		
170313	Delegacia da Receita Federal do Brasil Especializada em Instituições Financeiras em São Paulo -		

	Deinf/SPO
170318	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiá - DRF/JUN
170320	Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes em São Paulo - Demac/SPO
170321	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba - DRF/PCA
170322	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araraquara - DRF/AQA
170323	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca - DRF/FCA
170385	Delegacia da Receita Federal do Brasil de Fiscalização em São Paulo - Defis/SPO
170533	Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo - ALF/SPO
170535	Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas em São Paulo - Derpf/SPO
170551	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri - DRF/BRE
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170134	00001
170135	00001
170136	00001
170137	00001
170138	00001
170139	00001
170141	00001
170142	00001
170143	00001
170144	00001
170145	00001
170146	00001
170147	00001
170148	00001
170150	00001
170168	00001
170259	00001
170261	00001
170262	00001
170287	00001
170312	00001
170313	00001
170318	00001
170320	00001
170321	00001
170322	00001
170323	00001
170385	00001
170533	00001
170535	00001
170551	00001

ANEXO II

Anexo II - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p>Análise crítica e comentários relevantes: Avaliação realizada pelos Superintendentes da SRRF08 com auxílio da Divisão de Planejamento, Avaliação e Controle (Dipav) da SRRF08. Não houve fato relevante que alterasse a avaliação realizada no exercício anterior. Não obstante, houve disseminação do Código de Conduta na Intranet, palestras conduzidas pela Comissão de Ética, e está em andamento o planejamento da CEPS/RFB para estruturar uma rede nas Regiões Fiscais.</p> <p>De maneira geral, receberam avaliação 3 (três) os itens do questionário cuja responsabilidade cabe às Unidades Centrais, não cabendo à UJ exercer ação direta. Os itens avaliados com a nota 4 são aqueles nos quais existem ações consistentes tomadas pela UJ no sentido das respectivas afirmativas, mas ainda com necessidade de aperfeiçoamento.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

ANEXO III

Anexo III – QUADRO DE INDICADORES ESTRATÉGICOS DA UI

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação	101,52%	100,00%	95,33%	Mensal	$[(\text{Arrecadação realizada em p no ano X}) / (\text{meta de arrecadação em p no ano X})] \times 100$
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário (IACT)	95,80%	95,80%	Não informado	Mensal	$\text{IACT} = [\text{arrecadação DARF (+) GPS total (-) GPS reclam trabalhista (-) retenção GPS (-) GPS multas e juros}] / [\text{arrecadação DARF (+) saldos a pagar (+) vl GFIP a rec}] \times 100$
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Índice de adimplência das obrigações acessórias (IAOA)	97,32%	98,00%	97,81%	Trimestral	$\text{IAOA} = [\text{N}^\circ \text{Declarantes}] / [(\text{N}^\circ \text{Declarantes} + \text{N}^\circ \text{Omissos})] \times 100$
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação	81,91%	88,80%	79,91%	Mensal	Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Indicador de atividade de educação fiscal	2.541,55	2.319,00	3.185,23	Anual	Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB x peso definido pela Coaef Obs: Unidade de medida = Número Relativo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	81,46%	85,00%	84,77%	Mensal	$(S \times 0,5) + (R2 \times 0,5)$; onde S = IFGED (Índice de Formação de Garantia de Estoques de Dossiês) e R2 = IQSF (Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização)
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global da fiscalização (IGF)	104,90%	100,00%	107,61%	Anual	$(\text{Índice de Desempenho da Fiscalização IDF} \times 0,90) + (\text{Índice de Realização de Crédito Tributário ICT} \times 0,10)$
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)	92,70%	100,00%	106,10%	Anual	$(\text{Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA} \times 0,25) + (\text{Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA} \times 0,05) + (\text{Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneiro IDFA} \times 0,70)$
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador de Presença Fiscal (IPF)	Não existia	100,00%	88,44%	Anual	$\text{IPF} = [(P1 \times 0,65) + (P2 \times 0,10) + (P3 \times 0,20) + (P4 \times 0,03) + (P5 \times 0,02)]$
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)	92,00%	90,00%	91,90%	Trimestral	$(\text{Ações fiscais concluídas com resultado} / \text{ações fiscais concluídas}) \times 100$

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação (IGDI)	Não existia	100%	91%	Mensal	Média ponderada de 3 indicadores: a) Grau de Eficácia da Seleção Nacional (IGEN), Grau de eficácia da Seleção Local (IGEL), Grau Local de Seleção Aduaneira (ISLA)
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de recuperação da cobrança especial (IRC)	Não existia	45,00%	50,36%	Trimestral	$IRC = [50 \times (\text{Resultado Financeiro} / \text{Carteira de Trabalho}) + 50 \times (\text{Medidas Aplicadas} / \text{Medidas Aplicáveis})]$
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	50,20%	46,00%	55,70%	Anual	$[(\text{Saldo inicial DCOMP} - \text{saldo atual DCOMP}) / (\text{saldo inicial DCOMP})] \times 100$
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário (ITMP)	Não existia	1.374,00 dias	1.917,00 dias	Trimestral	$ITMP = \text{Tempo de Existência dos Processos em Estoque} / \text{Quantidade de Processos em Estoque}$
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido (ICTG)	15,00%	19,00%	22,97%	Anual	$ICTG = (\text{Total de Arrolamentos e Medidas Cautelares Fiscais} / \text{CT Passíveis de Garantia}) \times 100$
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas (ISC)	57,22%	70,00%	36,76%	Trimestral	$(\text{Número acumulado de consultas respondidas pela unidade da RFB até o trimestre} / ((\text{acervo inicial nacional de consultas do período analisado que aguardavam solução} / 4) \times \text{número do trimestre}) + \text{numero nacional acumulado de consultas recebidas até o trimestre analisado}) \times (\text{número total de auditores lotados nas Regiões Fiscais} / \text{número de auditores lotados na unidade da RFB})$
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos (ICSJ)	92,40%	52,00%	Não informado	Trimestral	$ICSJ = \{ 60 \times [(\text{Estoque a Validar Dezembro do ano anterior} - \text{Estoque a Validar Trimestre Corrente}) / [\text{Estoque a Validar Dezembro ano anterior}]] + [40 \times (\text{Processos analisado no ano corrente} / \text{Total de Processos Suspensos})]$
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	99,00%	100,00%	99,60%	Mensal	$(0,35 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,40 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,25 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações	111,90 milhões de	94,07 milhões	202,95 milhões de	Anual	Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
	de vigilância e repressão aduaneira	Reais	de Reais	Reais		repressão aduaneira
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	94,92%	100,00%	151,32%	Mensal	$(\text{Pontuação realizada no período} / \text{Pontuação prevista no período}) \times 100$, onde: Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4)
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Tempo médio bruto consolidado do despacho de exportação (TBC)	Não existia	0,17 dias	0,11 dias	Mensal	$\text{TBC} = \text{Tempo Bruto primeira Recepção} / \text{Desembarço (Segundos)} / (60 \times 60 \times 24) \times \text{Qtde. Ev. Desembarço da DE}$
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	69,12%	86,00%	77,74%	Mensal	$[(\text{Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos}) / (\text{quantidade de atendimento presencial})] \times 100$
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	592,00 dias	742,00 dias	533,00 dias	Anual	$(\text{Somatório do nº de Pedidos Eletrônicos de Restituição (PER) pendentes} \times \text{nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente}) / \text{total de PER pendentes}$
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Grau de fluidez do despacho de importação	82,77%	89,47%	83,54%	Mensal	$\text{Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês} / \text{número total de declarações de importação desembaraçadas no mês}$
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento*	121,55%	100%	134,61%	Anual	$\{ 0,6 \times [(A / B) / m] \} + \{ 0,4 \times [(C / D) / m] \}$ A = carga horária total de capacitação B = total de treinandos capacitados sem repetições m = meta C = total de treinandos capacitados sem repetições D = total de servidores em exercício
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio*	96,22%	100%	100%	Anual	$\text{NOFC} = (\text{VE} / \text{TDC}) \times 100$ VE = [Valor executado = empenhado a liquidar + liquidados] TDC = Teto disponível (descontingenciado) de custeio
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas*	95,17	100,00	75,55	Anual	$\text{IGMA} = [(0,4 \times \text{ILE}) + (0,3 \times \text{IEB}) + (0,3 \times \text{IPF})]$ ILE: valor arrecadado em leilões; IEB: estoque base; IPF: processos fiscais antigos.
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de	61,26	100,00	46,04	Anual	$\text{NOFI} = (0,4 \times \text{VALOR.MP}) + \{ 0,6 \times [(0,6 \times \text{VALOR.OBRAS}) + (0,4 \times \text{QTDE.OBRAS})] \}$

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
	investimentos*					VALOR.MP: Valor Materiais Permanetes; VALOR.OBRAS: Valor de Obras/Serviços; QTDE.OBRAS: Quantidade de Obras/Serviços.
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)*	73	80	75,41	Anual	$NAI = \{ [(IA1 \times 1) + (IA2 \times 2) + (IA3 \times 3)] / 6 \}$ Média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60 (IA1), peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60 mas superior ou igual a 40 (IA2), e peso 3 para os imóveis com pontuação inferior a 40 (IA3).
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)*	92,73	100	96,80	Anual	$NIT = [(IETA \times 0,15) + (IETS \times 0,20) + (IUCD \times 0,15) + (IUAD \times 0,15) + (IETG \times 0,20) + (IBDC \times 0,15)] \times 100$ IETA: Estações de trabalho adequadas; IETS: Estações de Trabalho Gerenciadas pela Solução de Segurança; IUCD: Usuários com Obrigatoriedade de Acesso à rede Windows via certificação digital; IUAD: Usuários Ativos no Active Directory; IETG: Estações de Trabalho Gerenciadas pelo Altiris; IBDC: Utilização da Banda de Circuitos de Rede Wan
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)*	91,09	100	31,10	Anual	$NAF = [(ITU \times 0,30) + (IUU \times 0,30) + (IRS \times 0,20) + (ILO \times 0,20)] \times 100.$ ITU = Indicador de Tablets; IUU = Indicador de Ultrabooks; IRS = Indicador de Rede Sem Fio; ILO = Indicador de Licença Office.

Fonte: Sage RFB. Dados extraídos em 12/02/15. Os indicadores assinalados com asterisco se referem a macroprocessos de gestão ou de apoio.

ANEXO IV

Anexo IV - CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido (em Reais)
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total (em Reais)	
2014	170133	SRRF08	00	,00	04	20.300,00	6.000,00
	170134	DRF/ATA	00	,00	05	10.000,00	2.000,00
	170135	DRF/BAU	00	,00	05	17.217,12	5.000,00
	170136	DRF/CPS	00	,00	00	,00	,00
	170137	DRF/PPE	00	,00	04	18.862,46	6.000,00
	170138	DRF/RPO	00	,00	02	6.500,00	4.000,00
	170139	DRF/SJR	00	,00	03	14.000,00	6.000,00
	170141	DRF/STS	00	,00	00	,00	,00
	170142	DRF/SOR	00	,00	04	3.970,00	2.000,00
	170143	DRF/TAU	00	,00	03	11.290,60	4.000,00
	170144	DRF/GUA	00	,00	02	6.000,00	3.000,00
	170145	DRF/LIM	00	,00	00	,00	,00
	170146	DRF/OSA	00	,00	01	2.000,00	2.000,00
	170147	DRF/SAE	00	,00	06	47.401,70	8.000,00
	170148	ALF/VCP	00	,00	00	,00	,00
	170150	ALF/GRU	00	,00	03	10.000,00	3.500,00
	170168	ALF/STS	00	,00	00	,00	,00
	170259	DELEX/SPO	00	,00	00	,00	,00
	170261	DRF/SBC	00	,00	03	12.000,00	4.000,00
	170262	DRF/SJC	00	,00	08	13.000,00	2.500,00
	170287	DRF/MRA	00	,00	03	6.000,00	2.000,00
	170312	DERAT/SPO	00	,00	04	27.500,00	8.000,00
	170313	DEINF/SPO	00	,00	05	14.000,00	4.000,00
	170318	DRF/JUN	00	,00	00	,00	,00
	170320	DEMAC/SPO	00	,00	02	8.000,00	4.000,00
	170321	DRF/PCA	00	,00	00	,00	,00
	170322	DRF/AQA	00	,00	02	16.000,00	8.000,00
	170323	DRF/FCA	00	,00	02	15.209,40	8.000,00
	170385	DEFIS/SPO	00	,00	03	30.489,54	12.000,00
	170533	ALF/SPO	00	,00	03	9.000,00	3.000,00
170535	DERPF/SPO	00	,00	01	8.000,00	8.000,00	
170551	DRF/BRE	00	,00	03	15.000,00	5.000,00	
	170133	SRRF08	00	,00	07	23.321,00	6.000,00
	170134	DRF/ATA	00	,00	05	10.000,00	2.000,00
	170135	DRF/BAU	00	,00	03	11.788,38	5.000,00
	170136	DRF/CPS	00	,00	00	,00	,00

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido (em Reais)
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total (em Reais)	
2013	170137	DRF/PPE	00	,00	02	12.000,00	6.000,00
	170138	DRF/RPO	00	,00	03	12.000,00	4.000,00
	170139	DRF/SJR	00	,00	02	6.000,00	3.000,00
	170141	DRF/STS	00	,00	00	,00	,00
	170142	DRF/SOR	00	,00	03	5.000,00	2.000,00
	170143	DRF/TAU	00	,00	02	8.000,00	4.000,00
	170144	DRF/GUA	00	,00	03	9.000,00	3.000,00
	170145	DRF/LIM	00	,00	00	,00	,00
	170146	DRF/OSA	00	,00	00	,00	,00
	170147	DRF/SAE	00	,00	05	37.957,49	8.000,00
	170148	ALF/VCP	00	,00	00	,00	,00
	170150	ALF/GRU	00	,00	03	10.500,00	3.500,00
	170168	ALF/STS	00	,00	00	,00	,00
	170259	DELEX/SPO	00	,00	05	22.500,00	4.500,00
	170261	DRF/SBC	00	,00	04	13.500,00	4.000,00
	170262	DRF/SJC	00	,00	09	12.098,70	2.000,00
	170287	DRF/MRA	00	,00	03	6.000,00	2.000,00
	170312	DERAT/SPO	00	,00	04	14.000,00	8.000,00
	170313	DEINF/SPO	00	,00	01	3.000,00	3.000,00
	170318	DRF/JUN	00	,00	00	,00	,00
	170320	DEMAC/SPO	00	,00	03	8.000,00	3.000,00
	170321	DRF/PCA	00	,00	00	,00	,00
	170322	DRF/AQA	00	,00	02	16.000,00	8.000,00
	170323	DRF/FCA	00	,00	02	16.000,00	8.000,00
	170385	DEFIS/SPO	00	,00	03	17.400,00	7.400,00
	170533	ALF/SPO	00	,00	03	9.500,00	3.500,00
	170535	DERPF/SPO	00	,00	00	,00	,00
	170551	DRF/BRE	00	,00	04	20.000,00	5.000,00
2012	170133	SRRF08	00	,00	08	18.000,00	2.500,00
	170134	DRF/ATA	00	,00	04	7.303,08	2.000,00
	170135	DRF/BAU	00	,00	03	12.000,00	5.000,00
	170136	DRF/CPS	00	,00	06	9.000,00	1.500,00
	170137	DRF/PPE	00	,00	02	12.000,00	6.000,00
	170138	DRF/RPO	00	,00	04	14.000,00	4.000,00
	170139	DRF/SJR	00	,00	02	13.000,00	7.000,00
	170141	DRF/STS	00	,00	00	,00	,00
	170142	DRF/SOR	00	,00	05	4.000,00	2.000,00
	170143	DRF/TAU	00	,00	03	9.928,12	4.000,00
170144	DRF/GUA	00	,00	03	10.000,00	4.000,00	

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido (em Reais)
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total (em Reais)	
	170145	DRF/LIM	00	,00	00	,00	,00
	170146	DRF/OSA	00	,00	03	5.761,00	2.000,00
	170147	DRF/SAE	00	,00	05	29.272,30	8.000,00
	170148	ALF/VCP	00	,00	00	,00	,00
	170150	ALF/GRU	00	,00	03	10.500,00	3.500,00
	170168	ALF/STS	00	,00	00	,00	,00
	170259	DELEX/SPO	00	,00	06	27.000,00	4.500,00
	170261	DRF/SBC	00	,00	03	12.000,00	4.000,00
	170262	DRF/SJC	00	,00	07	10.274,00	2.000,00
	170287	DRF/MRA	00	,00	03	6.000,00	2.000,00
	170312	DERAT/SPO	00	,00	06	16.000,00	4.000,00
	170313	DEINF/SPO	00	,00	03	9.000,00	3.000,00
	170318	DRF/JUN	00	,00	00	,00	,00
	170320	DEMAC/SPO	00	,00	03	12.000,00	4.000,00
	170321	DRF/PCA	00	,00	00	,00	,00
	170322	DRF/AQA	00	,00	02	8.000,00	6.000,00
	170323	DRF/FCA	00	,00	02	16.000,00	8.000,00
	170385	DEFIS/SPO	00	,00	06	41.274,86	8.000,00
	170533	ALF/SPO	00	,00	01	3.500,00	3.500,00
	170535	DERPF/SPO	00	,00	00	,00	,00
	170551	DRF/BRE	00	,00	04	18.500,00	5.000,00

ANEXO V

Anexo V - UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	170133	SRRF08	00	,00	00	,00	3.945,15	3.945,15
	170134	DRF/ATA	00	,00	00	,00	2.153,40	2.153,40
	170135	DRF/BAU	00	,00	03	344,49	7.818,19	8.162,68
	170136	DRF/CPS	00	,00	00	,00	,00	,00
	170137	DRF/PPE	00	,00	00	,00	6.352,02	6.352,02
	170138	DRF/RPO	00	,00	00	,00	275,61	275,61
	170139	DRF/SJR	00	,00	01	141,66	3.520,56	3.662,22
	170141	DRF/STS	00	,00	00	,00	,00	,00
	170142	DRF/SOR	00	,00	00	,00	2.150,80	2.150,80
	170143	DRF/TAU	00	,00	00	,00	2.650,22	2.650,22
	170144	DRF/GUA	00	,00	00	,00	967,53	967,53
	170145	DRF/LIM	00	,00	00	,00	,00	,00
	170146	DRF/OSA	00	,00	00	,00	,00	,00
	170147	DRF/SAE	00	,00	00	,00	972,00	972,00
	170148	ALF/VCP	00	,00	00	,00	,00	,00
	170150	ALF/GRU	00	,00	01	26,30	2.196,12	2.222,42
	170168	ALF/STS	00	,00	00	,00	,00	,00
	170259	DELEX/SPO	00	,00	00	,00	,00	,00
	170261	DRF/SBC	00	,00	00	,00	4.398,48	4.398,48
	170262	DRF/SJC	00	,00	00	,00	6.612,32	6.612,32
	170287	DRF/MRA	00	,00	05	298,00	640,35	938,35
	170312	DERAT/SPO	00	,00	00	,00	7.830,56	7.830,56
	170313	DEINF/SPO	00	,00	00	,00	805,10	805,10
	170318	DRF/JUN	00	,00	00	,00	,00	,00
	170320	DEMAC/SPO	00	,00	00	,00	3.622,01	3.622,01
	170321	DRF/PCA	00	,00	00	,00	,00	,00
	170322	DRF/AQA	00	,00	00	,00	1.144,41	1.144,41
	170323	DRF/FCA	00	,00	00	,00	2.083,61	2.083,61
	170385	DEFIS/SPO	00	,00	03	365,00	4.331,63	4.696,63
	170533	ALF/SPO	00	,00	00	,00	6.692,08	6.692,08
170535	DERPF/SPO	00	,00	00	,00	792,00	792,00	
170551	DRF/BRE	00	,00	00	,00	1.061,76	1.061,76	
	170133	SRRF08	00	,00	03	710,00	5.509,33	6.219,33
	170134	DRF/ATA	00	,00	00	,00	3.573,58	3.573,58
	170135	DRF/BAU	00	,00	00	,00	3.277,99	3.277,99
	170136	DRF/CPS	00	,00	00	,00	,00	,00

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2013	170137	DRF/PPE	00	,00	00	,00	4.192,07	4.192,07
	170138	DRF/RPO	00	,00	00	,00	1.894,42	1.894,42
	170139	DRF/SJR	00	,00	02	200,00	1.667,54	1.867,54
	170141	DRF/STS	00	,00	00	,00	,00	,00
	170142	DRF/SOR	00	,00	00	,00	1.338,37	1.338,37
	170143	DRF/TAU	00	,00	00	,00	1.065,65	1.065,65
	170144	DRF/GUA	00	,00	00	,00	1.337,78	1.337,78
	170145	DRF/LIM	00	,00	00	,00	,00	,00
	170146	DRF/OSA	00	,00	00	,00	,00	,00
	170147	DRF/SAE	00	,00	00	,00	1.392,66	1.392,66
	170148	ALF/VCP	00	,00	00	,00	,00	,00
	170150	ALF/GRU	00	,00	02	100,00	2.430,00	2.530,00
	170168	ALF/STS	00	,00	00	,00	,00	,00
	170259	DELEX/SPO	00	,00	00	,00	852,02	852,02
	170261	DRF/SBC	00	,00	00	,00	5.661,25	5.661,25
	170262	DRF/SJC	00	,00	00	,00	4.526,63	4.526,63
	170287	DRF/MRA	00	,00	02	159,30	1.510,80	1.670,10
	170312	DERAT/SPO	00	,00	00	,00	3.314,08	3.314,08
	170313	DEINF/SPO	00	,00	00	,00	665,12	665,12
	170318	DRF/JUN	00	,00	00	,00	,00	,00
	170320	DEMAC/SPO	00	,00	00	,00	4.464,79	4.464,79
	170321	DRF/PCA	00	,00	00	,00	,00	,00
	170322	DRF/AQA	00	,00	00	,00	439,49	439,49
	170323	DRF/FCA	00	,00	00	,00	3.527,17	3.527,17
	170385	DEFIS/SPO	00	,00	01	30,00	5.651,56	5.681,56
	170533	ALF/SPO	00	,00	00	,00	5.072,35	5.072,35
	170535	DERPF/SPO	00	,00	00	,00	,00	,00
170551	DRF/BRE	00	,00	00	,00	4.919,43	4.919,43	

ANEXO VI

Anexo VI - CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total	
170133	SRRF08	30 - Material de Consumo	16 - Material de Expediente	485,50	
			21 – Material de Copa e Cozinha	754,20	
			22 – Material de Limpeza e Prod. de Higienização	402,00	
			24 – Material p/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	781,88	
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	561,57	
			39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	05 – Serviços Técnicos Profissionais	80,00
				19 – Manutenção e Conserv. de Veículos	90,00
63 – Serviços Gráficos e Editoriais	790,00				
170134	DRF/ATA	30 - Material de Consumo	07 – Gêneros de Alimentação	9,54	
			16 - Material de Expediente	25,00	
			17 – Material de Processamento de Dados	106,50	
			21 – Material de Copa e Cozinha	77,40	
			22 – Material de Limpeza e Prod. de Higienização	134,45	
			24 – Material p/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	510,23	
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	391,38	
			27 – Material de Manobra e Patrulhamento	107,00	
			42 - Ferramentas	72,00	
			44 – Material de Sinalização Visual e Outros	32,00	
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	19 – Manutenção e Conserv. de Veículos	120,00	
			63 – Serviços Gráficos e Editoriais	552,90	
			83 – Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	15,00	
170135	DRF/BAU	30 - Material de Consumo	04 – Gás e Outros Materiais Engarrafados	855,00	
			07 – Gêneros de Alimentação	61,68	
			16 - Material de Expediente	710,33	
			17 – Material de Processamento de Dados	593,00	
			19 – Material de Acondicionamento e Embalagem	402,38	
			21 – Material de Copa e Cozinha	773,70	
			22 – Material de Limpeza e Prod. de Higienização	814,38	
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	654,11	
			29 – Material p/ Áudio, Video e Foto	355,00	
			39- Material para Manutenção de Veículos	504,13	

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	05 - Serviços Técnicos Profissionais	208,67
			19 – Manutenção e Conserv. de Veículos	946,10
			20 – Manut. e Cons. de B.Móveis de Outras Naturezas	980,00
			69 – Seguros em Geral	304,20
170136	DRF/CPS	-	-	,00
170137	DRF/PPE	30 - Material de Consumo	04 – Gás e Outros Materiais Engarrafados	507,00
			16 - Material de Expediente	148,54
			17 – Material de Processamento de Dados	750,49
			20 – Material de Cama, Mesa e Banho	185,94
			21 – Material de Copa e Cozinha	139,83
			22 – Material de Limpeza e Prod. de Higienização	129,00
			24 – Material p/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	308,40
			25 – Material p/ Manutenção de Bens Móveis	523,70
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	1.166,40
			31 – Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	482,50
		42 - Ferramentas	422,47	
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	05 - Serviços Técnicos Profissionais	80,00
			16 – Manutenção e Conser. de Bens Móveis	210,00
			17 – Manut. e Conserv. de Máquinas e Equipamentos	180,00
19 – Manutenção e Conserv. de Veículos	240,00			
			47 – Serviços de Comunicação em Geral	13,75
			63 – Serviços Gráficos e Editoriais	864,00
170138	DRF/RPO	30 - Material de Consumo	16 - Material de Expediente	43,85
			19 – Material de Acondicionamento e Embalagem	41,00
			21 – Material de Copa e Cozinha	152,16
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	33,60
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	20 – Manut. e Cons. de B.Móveis de Outras Naturezas	5,00
170139	DRF/SJR	30 - Material de Consumo	11 – Material Químico	30,00
			16 - Material de Expediente	637,36
			17 – Material de Processamento de Dados	260,90
			19– Material de Acondicionamento e Embalagem	197,00
			21 – Material de Copa e Cozinha	74,95
			24 – Material p/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	257,92

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
			25 – Material p/ Manutenção de Bens Móveis	586,66
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	33,80
			28 – Material de Proteção e Segurança	249,00
			29 – Material p/ Áudio, Video e Foto	410,00
			35 – Material Laboratorial	331,47
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	05- Serviços Técnicos Profissionais	141,66
			20 – Manut. e Cons. de B.Móveis de Outras Naturezas	210,00
			63 – Serviços Gráficos e Editoriais	122,50
			83 – Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	119,00
170141	DRF/STS	-	-	,00
170142	DRF/SOR	30 - Material de Consumo	01 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	529,11
			16 - Material de Expediente	14,80
			24 – Material p/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	214,50
			25 – Material p/ Manutenção de Bens Móveis	11,98
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	470,41
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	19 – Manutenção e Conserv. de Veículos	670,00
			74– Frete e Transp. de Encomendas	240,00
170143	DRF/TAU	30 - Material de Consumo	16 - Material de Expediente	732,50
			17 – Material de Processamento de Dados	848,00
			20 – Material de Cama, Mesa e Banho	275,60
			22 – Material de Limpeza e Prod. de Higienização	63,00
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	291,12
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	19 – Manutenção e Conserv. de Veículos	290,00
			95–Manut. Cons. Equip. de Processamento de Dados	150,00
170144	DRF/GUA	30 - Material de Consumo	16 - Material de Expediente	742,53
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	225,00
170145	DRF/LIM	-	-	,00
170146	DRF/OSA	-	-	,00
170147	DRF/SAE	30 - Material de Consumo	16 - Material de Expediente	558,20
			19– Material de Acondicionamento e Embalagem	360,00
			44 – Material de Sinalização Visual e Outros	53,80
170148	ALF/VCP	-	-	,00
170150	ALF/GRU	30 - Material de Consumo	16 - Material de Expediente	290,11
			21 – Material de Copa e Cozinha	18,60

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
			24 – Material p/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	115,40
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	758,70
			28 – Material de Proteção e Segurança	244,00
			44 – Material de Sinalização Visual e Outros	766,40
		33 – Passagens e Despesas com Locomoção	08 - Pedágios	26,30
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	37 - Juros	2,91
170168	ALF/STS	-	-	,00
170259	DELEX/S PO	-	-	,00
170261	DRF/SBC	30 - Material de Consumo	16 - Material de Expediente	886,49
			17 – Material de Processamento de Dados	35,00
			19 – Material de Acondicionamento e Embalagem	121,23
			24 – Material p/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	397,88
			25 – Material p/ Manutenção de Bens Móveis	327,80
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	1.130,10
			44 – Material de Sinalização Visual e Outros	661,98
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	16 – Manutenção e Cons. de Bens Imóveis	343,00
			20 – Manut. e Cons. de B.Móveis de Outras Naturezas	350,00
			63 – Serviços Gráficos e Editoriais	145,00
170262	DRF/SJC	30 - Material de Consumo	01 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	152,00
			04 – Gás e Outros Materiais Engarrafados	674,60
			07 – Gêneros de Alimentação	351,70
			09 – Material Farmacológico	160,00
			16 - Material de Expediente	881,00
			17 – Material de Processamento de Dados	298,35
			19 – Material de Acondicionamento e Embalagem	50,83
			21 – Material de Copa e Cozinha	205,70
			22 – Material de Limpeza e Prod. de Higienização	34,50
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	193,00
			29 – Material p/ Áudio, Video e Foto	250,00
			30 – Material para Comunicações	10,00
			39- Material para Manutenção de Veículos	799,34
			44 – Material de Sinalização Visual e Outros	255,24
			01– Assinaturas de Periódicos e Anuidades	300,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	16 – Manutenção e Cons. de Bens Imóveis	305,00
			19 – Manutenção e Conserv. de Veículos	620,00
			20 – Manut. e Cons. de B.Móveis de Outras Naturezas	200,00
			63 – Serviços Gráficos e Editoriais	71,06
			70 – Confeção de Uniformes, Bandeiras e Flâmulas	800,00
170287	DRF/MR A	30 - Material de Consumo	16 - Material de Expediente	192,89
			24 – Material p/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	210,29
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	77,17
		33 – Passagens e Despesas com Locomoção	08 - Pedágios	298,00
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	63 – Serviços Gráficos e Editoriais	160,00
170312	DERAT/S PO	30 - Material de Consumo	16 - Material de Expediente	1.723,41
			17 – Material de Processamento de Dados	580,00
			21 – Material de Copa e Cozinha	134,94
			25 – Material p/ Manutenção de Bens Móveis	1.042,00
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	1.128,55
			29 – Material p/ Áudio, Video e Foto	1.900,49
			39- Material para Manutenção de Veículos	200,00
			44 – Material de Sinalização Visual e Outros	270,17
			59 – Material para Divulgação	851,00
170313	DEINF/SP O	30 - Material de Consumo	07 – Gêneros de Alimentação	62,10
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	282,00
			44 – Material de Sinalização Visual e Outros	201,00
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	17 – Manut. e Conserv. de Máquinas e Equipamentos	260,00
170318	DRF/JUN	-	-	,00
170320	DEMAC/SPO	30 - Material de Consumo	07 – Gêneros de Alimentação	24,75
			16 - Material de Expediente	1.430,50
			17 – Material de Processamento de Dados	314,80
			21 – Material de Copa e Cozinha	161,70
			22 – Material de Limpeza e Prod. de Higienização	16,09
			24 – Material p/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	849,80
			25 – Material p/ Manutenção de Bens Móveis	97,90
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	466,47
29 – Material p/ Áudio, Video e Foto	180,00			

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	17 – Manut. e Conserv. de Máquinas e Equipamentos	50,00
			46 – Serviços Domésticos	30,00
170321	DRF/PCA	-	-	,00
170322	DRF/AQA	30 - Material de Consumo	07 – Gêneros de Alimentação	339,41
			16 - Material de Expediente	255,00
			30 – Material para Comunicações	550,00
170323	DRF/FCA	30 - Material de Consumo	16 - Material de Expediente	420,00
			17 – Material de Processamento de Dados	314,70
			20 – Material de Cama, Mesa e Banho	64,44
			21 – Material de Copa e Cozinha	816,37
			22 – Material de Limpeza e Prod. de Higienização	247,10
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	200,00
			39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	63 – Serviços Gráficos e Editoriais
170385	DEFIS/SP O	30 - Material de Consumo	09 – Material Farmacológico	261,23
			15–Material p/ Festividades e Homenagens	360,00
			16 - Material de Expediente	239,00
			19 – Material de Acondicionamento e Embalagem	704,40
			21 – Material de Copa e Cozinha	757,00
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	1.980,00
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	63 – Serviços Gráficos e Editoriais	390,00
			66 – Serviços Judiciários	5,00
170533	ALF/SPO	30 - Material de Consumo	01 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	160,00
			07 – Gêneros de Alimentação	87,79
			09 – Material Farmacológico	190,18
			16 - Material de Expediente	851,00
			17 – Material de Processamento de Dados	270,00
			19 – Material de Acondicionamento e Embalagem	308,00
			21 – Material de Copa e Cozinha	327,84
			22 – Material de Limpeza e Prod. de Higienização	22,43
			25 – Material p/ Manutenção de Bens Móveis	489,10
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	403,00
			28 – Material de Proteção e Segurança	147,60
			29 – Material p/ Áudio, Vídeo e Foto	425,10
			36 – Material Hospitalar	21,04

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	05 – Serviços Técnicos Profissionais	400,00
			17 – Manut. e Conserv. de Máquinas e Equipamentos	1.026,00
			19 – Manutenção e Conserv. de Veículos	130,00
			63 – Serviços Gráficos e Editoriais	585,00
			83 – Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	848,00
170535	DERPF/S PO	30 - Material de Consumo	26 – Material Elétrico e Eletrônico	792,00
170551	DRF/BRE	30 - Material de Consumo	16 - Material de Expediente	167,60
			21 – Material de Copa e Cozinha	27,30
			24 – Material p/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	435,74
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	259,58
			28 – Material de Proteção e Segurança	66,54
		39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	63 – Serviços Gráficos e Editoriais	105,00

ANEXO VII

Anexo VII - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	SÃO PAULO	66	64
	Amparo	1	1
	Araçatuba	1	1
	Araraquara	1	1
	Araras	1	1
	Barretos	1	1
	Bauru	3	3
	Botucatu	1	1
	Bragança Paulista	1	1
	Campinas	3	3
	Catanduva	1	1
	Cotia	1	1
	Diadema	1	1
	Franca	1	1
	Guarujá	1	1
	Guarulhos	1	1
	Itanhaém	1	1
	Itapetininga	2	3
	Jacareí	1	1
	Jau	1	0
	Limeira	1	1
	Marília	2	2
	Mauá	1	1
	Mogi das Cruzes	1	1
	Mogi Guaçu	1	1
	Osasco	2	2
	Ourinhos	1	1
	Piracicaba	1	1
	Piraju	1	1
	Pirassununga	1	1
	Porto Ferreira	1	1
	Registro	1	1
	Ribeirão Preto	2	2
Rio Claro	1	1	
Santo André	1	1	
Santos	3	3	
São Bernardo do Campo	1	1	
São João da Boa Vista	1	1	
São Joaquim da Barra	1	1	
São José do Rio Pardo	1	1	
São José do Rio Preto	2	2	
São José dos Campos	1	1	
São Paulo	5	5	
São Sebastião	1	1	

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
	Sorocaba	2	2
	Sumaré	1	0
	Taboão da Serra	1	1
	Taubaté	1	1
	Tietê	1	0
	Tupã	1	1
	Votuporanga	1	1
Subtotal Brasil		66	64
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		66	64

Fonte: SPIUnet

ANEXO VIII

Anexo VIII - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170318	6137000035007	13	8	240.000,00	07/10/2013	240.000,00	0,00	0,00
170134	6155000095008	13	4	1.855.391,24	30/09/2013	1.855.391,24	1.219.324,40	96.336,04
170322	6163000075008	13	5	15.996.229,76	13/09/2013	15.996.229,76	0,00	0,00
170145	6165000045008	13	2	431.689,19	20/01/2014	431.689,19	0,00	4.275,29
170323	6209000325006	13	8	17.505,57	09/09/2013	19.178,45	0,00	0,00
170135	6219000515007	13	4	3.873.238,74	31/12/2013	3.927.418,74	0,00	0,00
170135	6219000525002	13	4	5.792.000,52	20/10/2011	25.638.200,00	0,00	0,00
170135	6219002925008	13	8	4.500.000,00	13/11/2012	4.500.000,00	0,00	0,00
170135	6249000095000	13	8	15.965,48	11/10/2011	14.854,33	0,00	0,00
170318	6251000045004	13	3	208.189,33	03/02/2014	212.642,13	0,00	0,00
170136	6291000445001	13	8	7.297.654,48	26/09/2013	7.328.012,16	0,00	0,00
170136	6291000555001	13	7	748.477,02	09/03/2012	3.276.316,29	0,00	0,00
170136	6291000565007	13	3	9.021.313,31	06/09/2013	9.359.464,94	0,00	229.945,79
170139	6323000385000	13	8	43.970,62	25/09/2013	52.148,25	0,00	0,00
170146	6361000075004	13	2	582.166,46	17/10/2013	582.166,46	0,00	20.398,95
170261	6377000035009	13	3	800.000,00	09/12/2014	1.040.380,92	142.000,00	0,00
170323	6425000185004	13	8	1.060.403,00	31/07/2013	1.060.403,00	0,00	0,00
170168	6475000245003	13	6	775.086,58	18/09/2013	878.804,98	0,00	37.305,44
170144	6477000115009	13	3	3.993.197,55	24/09/2013	4.444.691,38	0,00	0,00
170141	6543000145007	13	8	155.057,01	19/09/2012	359.720,01	0,00	0,00
170142	6547000125009	13	8	73.333,33	22/04/2013	73.333,33	0,00	0,00
170142	6547000145000	13	8	73.333,33	22/04/2013	73.333,33	0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170262	6589000075007	13	2	307.940,88	24/09/2013	557.409,57	0,00	9.385,85
170135	6607000285003	13	8	220.588,74	02/07/2014	220.588,74	0,00	0,00
170145	6639000065001	13	1	12.383.328,23	16/01/2014	12.516.586,98	0,00	108.490,00
170287	6681000185008	13	5	3.021.679,72	20/09/2013	5.111.072,28	0,00	170.523,88
170287	6681000295008	13	5	2.300.000,00	19/09/2013	2.300.026,39	0,00	0,00
170147	6689000035001	13	6	475.649,54	15/08/2014	339.241,82	0,00	31.459,00
170262	6713000115001	13	8	1.374.840,00	20/01/2014	1.374.840,00	0,00	0,00
170145	6715000085001	13	8	36.767,32	20/01/2014	276.210,00	0,00	0,00
170146	6789000175004	13	8	162.840,39	25/09/2013	280.384,41	0,00	42.356,63
170146	6789000165009	13	3	1.373.320,65	24/09/2013	3.103.452,15	0,00	102.461,32
170287	6795000085000	13	8	10.446,00	10/09/2013	40.524,96	0,00	0,00
170321	6875000115008	13	8	1.291.079,96	29/12/2014	14.697.896,91	0,00	346.157,37
170287	6877000135005	13	8	71.346,60	09/04/2013	71.346,60	0,00	0,00
170145	6887000135002	13	4	537.133,98	20/01/2014	548.593,63	0,00	6.249,51
170138	6915000085004	13	3	238.953,40	10/09/2013	259.374,40	0,00	0,00
170141	6953000095002	13	4	585.659,96	22/12/2014	464.562,95	0,00	34.138,38
170138	6969000285002	13	4	5.763.289,66	10/09/2013	7.756.012,66	0,00	37.885,00
170138	6969000275007	13	7	1.605.067,83	10/09/2013	3.152.439,84	0,00	0,00
170321	6979000035003	13	3	523.391,23	30/12/2014	539.723,23	0,00	25.800,00
170147	7057000065007	13	2	16.259.774,66	15/08/2014	16.636.295,73	0,00	178.271,09
170168	7071001585000	11	5	21.368.880,09	18/09/2013	21.872.058,33	0,00	370.625,80
170168	7071001205002	13	4	1.679.504,45	18/09/2013	1.744.228,33	0,00	47.057,02
170141	7071001405001	13	4	4.078.354,92	22/12/2014	21.422.823,76	0,00	0,00
170261	7075000065005	13	3	6.322.757,78	10/09/2013	12.265.188,29	0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170145	7083000145000	13	8	404.036,37	23/07/2013	404.036,37	0,00	0,00
170323	7089000035009	13	6	275.222,90	09/09/2013	77.476,59	0,00	0,00
170145	7095000035003	13	3	622.628,32	20/01/2014	622.628,32	0,00	7.426,19
170139	7097000225003	13	3	6.215.196,88	25/09/2013	6.349.646,88	0,00	402.990,00
170139	7097000525007	13	6	915.587,36	25/09/2013	1.285.586,08	0,00	7.455,98
170262	7099004935001	13	3	5.058.298,03	14/10/2013	5.399.504,31	0,00	233.933,91
170385	7107004725001	13	6	10.475.862,76	21/09/2011	10.475.862,76	170.819,00	2.267.116,29
170533	7107004645008	13	3	5.762.540,16	24/05/2012	25.310.932,64	0,00	0,00
170259	7107005075000	13	3	4.958.992,59	05/12/2014	11.695.152,82	65.000,00	416.561,54
170313	7107004745002	13	4	6.574.672,92	18/11/2013	7.967.517,00	54.419,00	561.824,14
170133	7107006115006	13	4	9.521.786,33	16/02/2012	9.521.786,33	0,00	368.766,55
170262	7115000355006	11	4	1.077.586,19	14/10/2013	1.131.727,56	0,00	70.592,17
170142	7145002145000	13	5	16.681.063,29	19/12/2013	16.716.646,93	644.003,14	323.939,05
170142	7145002165001	13	8	93.916,20	19/12/2013	125.163,15	0,00	0,00
170136	7149000115000	13	8	50.512,28	10/03/2014	50.512,28	0,00	0,00
170146	7157000045002	13	4	1.708.463,20	30/09/2013	4.380.004,60	0,00	26.261,10
170143	7183000195003	13	1	238.130,54	22/12/2014	10.818.601,53	0,00	187.977,74
170321	7191000075009	13	8	101.518,09	15/04/2014	101.518,09	0,00	0,00
170287	7201000095000	13	8	47.357,79	19/09/2013	69.862,53	0,00	0,00
170139	7245000375005	13	8	360.000,00	21/10/2013	360.000,00	0,00	0,00
Total							2.295.565,54	6.773.967,02

Fonte: SPIUnet, SIAFI, SIASG e informações unidades

ANEXO IX

Anexo IX - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	SÃO PAULO	71	72
	Adamantina	1	1
	Americana	1	1
	Amparo	1	1
	Andradina	1	1
	Araçatuba	2	2
	Araraquara	1	1
	Assis	1	1
	Avaré	1	1
	Barretos	1	1
	Barueri	1	1
	Batatais	1	1
	Bebedouro	1	1
	Botucatu	1	1
	Bragança Paulista	1	1
	Campinas	1	1
	Campos do Jordão	1	1
	Capivari	1	1
	Catanduva	1	1
	Cruzeiro	1	1
	Dracena	1	1
	Fernandópolis	1	1
	Franca	1	1
	Franco da Rocha	1	1
	Guaratinguetá	1	1
	Guarujá	1	1
	Guarulhos	1	1
	Ibitinga	1	1
	Indaiatuba	1	1
	Itanhaém	1	1
	Itapetininga	1	1
	Itapeva	1	1
	Itu	1	1
Jaboticabal	1	1	
Jales	1	1	
Jaú	2	2	
Jundiaí	1	1	
Lins	1	1	
Mogi das Cruzes	1	1	
Mogi Guaçu	1	1	
Olímpia	1	1	
Ourinhos	1	1	
Penápolis	1	1	
Pereira Barreto	1	1	
Pindamonhangaba	1	1	

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	Piraju	1	1
	Presidente Prudente	1	1
	Presidente Venceslau	1	1
	Ribeirão Preto	1	1
	Santos	1	1
	São Caetano do Sul	1	1
	São Carlos	1	1
	São João da Boa Vista	1	1
	São Joaquim da Barra	1	1
	São José dos Campos	1	1
	São Paulo	7	8
	São Roque	1	1
	Suzano	1	1
	Tatuí	1	1
	Taubaté	1	1
	Tietê	1	1
	Tupã	1	1
	Ubatuba	1	1
Votuporanga	1	1	
Subtotal Brasil		71	72
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		71	72

Fonte: SPIUnet + controle interno

ANEXO X

Anexo X - CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014

UG	Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custos	Valores Desembolsados 2014
				CNPJ	Denominação		
170133	03/2014	Locação de Máquinas Reprográficas	12/03/2014 a 11/03/2018	00.831.964/0001-81	H.PRINT Reprografia Ltda	R\$ 180.962,40	R\$ 15.002,40
170133	02/2014	Locação de Máquinas Reprográficas	05/03/2014 a 04/03/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA LTDA	R\$ 121.759,20	R\$ 20.292,58
170133	04/2014	Locação de Máquinas Reprográficas	05/03/2014 a 04/03/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 457.010,40	R\$ 68.349,14
170133	01/2012	Manutenção Técnica Preventiva e Corretiva-Sala dos Servidores da SRRF08	20/09/2013 a 19/05/2015	78.931.474/0001-44	REDISUL INFORMÁTICA LTDA	R\$ 3.610.200,00	R\$ 819.660,55
170134	02/2014	Locação de Máquinas Reprográficas	20/02/2014 a 19/02/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA LTDA	R\$ 116.476,80	R\$ 20.163,49
170134	04/2014		20/02/2014 a 19/02/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 27.051,84	R\$ 2.704,81
170134	03/2014		20/02/2014 a 19/02/2018	00.831.964/0001-81	HPRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO LTDA	R\$ 140.509,44	R\$ 8.542,48
170134	05/2014	Locação de Impressoras Térmicas	20/02/2014 a 19/02/2018	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMATICA TDA - ME	R\$ 59.472,00	R\$ 8.743,42
170135	02/2014	Locação de equipamentos multifuncionais	19/03/2014 a 18/03/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA LTDA.	R\$ 117.387,36	R\$ 17.877,45
170135	04/2014	Locação de equipamento multifuncional e impressoras	02/06/2014 a 01/06/2018	00.831.964/0001-81	H. PRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO LTDA.	R\$ 279.901,44	R\$ 2.195,79
170135	03/2014	Locação de impressoras térmicas	14/04/2014 a 13/04/2018	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMATICA TDA - ME	R\$ 50.976,00	R\$ 10.181,93
170135	06/2010	Locação de impressoras	02/06/2010 a 31/12/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S. A.	R\$ 268.948,80	R\$ 28.915,31
170135	02/2010	Locação de equipamentos multifuncionais	22/03/2010 a 21/03/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S. A.	R\$ 38.400,00	R\$ 1.528,88
170135	05/2010	Locação de equipamentos multifuncionais	02/06/2010 a 01/06/2014	78.126.950/0003-16	MICROSENS LTDA.	R\$ 66.667,20	R\$ 2.961,37
170135	01/2010	Locação de equipamentos multifuncionais	22/03/2010 a 21/03/2014	78.126.950/0003-16	MICROSENS LTDA.	R\$ 66.667,20	R\$ 4.313,64

UG	Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custos	Valores Desembolsados 2014
				CNPJ	Denominação		
170136	02/2014	Locação de impressoras	15/05/2014 a 14/05/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 192.186,72	R\$ 14.389,51
170136	03/2014	Locação de impressoras	07/05/2014 a 06/05/2014	00.831.964/0001-81	H. PRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO LTDA.	R\$ 384.763,68	R\$ 6.702,87
170136	04/2014	Locação de impressoras	25/04/2014 a 24/04/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 649.497,60	R\$ 35.978,80
170136	01/2010	Locação de impressoras	11/01/2010 a 10/01/2014	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 109.418,40	R\$ 2.903,93
170136	05/2010	Locação de impressoras	26/04/2010 a 25/04/2014	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 125.472,00	R\$ 15.135,35
170136	06/2010	Locação de impressoras	31/05/2010 a 30/05/2014	78.126.950/0003-16	MICROSENS LTDA.	R\$ 133.334,40	R\$ 20.764,37
170136	07/2010	Locação de impressoras	16/06/2010 a 15/06/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S. A.	R\$ 348.475,20	R\$ 34.950,12
170137	01/2010	Locação/manut impressoras multifuncionais	01/03/2010 a 28/02/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS Comércio, Locação e Serviços S/A	R\$ 84.501,60	R\$ 5.281,99
170137	02/2010	Locação/manut impressoras multifuncionais	01/03/2010 a 28/02/2014	78.126.950/0003-16	MICROSENS LTDA	R\$ 60.000,48	R\$ 3.954,15
170137	02/2014	Locação/manut impressora laser	18/02/2014 a 17/02/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL Indústria e Comércio Ltda	R\$ 27.051,84	R\$ 5.009,58
170137	03/2014	Locação/manut impressora laser	12/03/2014 a 11/03/2018	00.831.964/0001-81	H.PRINT Reprografia e Automação de Escritório Ltda	R\$ 103.278,72	R\$ 9.866,50
170137	04/2014	Locação/manut impressora laser	18/02/2014 a 17/02/2018	62.541.735/0001-80	AMC Infomática Ltda	R\$ 64.062,24	R\$ 9.992,07
170137	05/2014	Locação/manut impressora térmica	18/02/2014 a 17/02/2018	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE Informática Ltda – ME	R\$ 41.280,00	R\$ 8.377,06
170138	04/2010	Locação de Máquinas Reprográficas	01/03/2010 a 01/03/2014	78.126.950/0003-16	MICROSENS LTDA	R\$ 133.334,40	R\$ 6.956,84
170138	05/2010	Locação de Máquinas Reprográficas	01/03/2010 a 01/03/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS	R\$ 195.187,20	R\$ 16.193,71
170138	05/2014	Locação de Máquinas Reprográficas	14/02/2014 a 14/02/2018	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 50.976,00	R\$ 9.160,00
170138	04/2014	Locação de impressoras laser	14/02/2014 a 14/02/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL IND. E COM. LTDA	R\$ 54.103,68	R\$ 11.532,69
170138	03/2014	Locação de Máquinas	14/02/2014 a 14/02/2016	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA LTDA	R\$ 165.680,16	R\$ 28.157,19
170138	06/2014	Reprográficas	14/02/2014 a 14/02/2018	00.831.964/0001-81	HPRINT REPROGRAFIA E	R\$ 88.790,88	R\$ 0,00

UG	Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custos	Valores Desembolsados 2014
				CNPJ	Denominação		
					AUTOMAÇÃO LTDA		
170139	02/2011	Locação de Impressoras	05/06/2011 a 06/06/2015	78.126.950/0003-16	MICROSENS LTDA	R\$ 143.419,44	R\$ 15.631,33
170139	03/2014		27/02/2014 a 26/02/2018	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 50.976,00	R\$ 7.296,00
170139	04/2014		24/03/2014 a 23/03/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA LTDA	R\$ 40.766,88	R\$ 5.647,55
170139	05/2014		24/03/2014 a 23/03/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL IND. E COM. LTDA	R\$ 76.999,68	R\$ 9.724,87
170139	18/2014		11/12/2014 a 10/12/2018	07.432.517/0001-07	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S. A.	R\$ 150.635,04	R\$ 0,00
170141	06/2011	Locação multifuncional	08/2001 a 08/2015	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 147.994,56	R\$ 22.921,79
170141	07/2011	Locação impressoras	08/2011 a 08/2015	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 128.590,56	R\$ 20.045,25
170141	01/2014	Locação multifuncional	02/2014 a 02/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA LTDA	R\$ 81.533,75	R\$ 12.659,35
170141	02/2014	Locação impressoras térmicas	02/2014 a 02/2018	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 50.976,00	R\$ 8.937,60
170141	04/2014	Locação impressora	02/2014 a 02/2018	00.831.964/0001-81	HPRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO LTDA	R\$ 10.800,00	R\$ 1.210,64
170142	03/2011	Locação multifuncionais	Até 10/07/2015	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 109.217,00	R\$ 13.562,01
170142	13/2009	Locação Impressoras Térmicas	Até 10/01/2014	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 32.734,08	R\$ 227,32
170142	04/2014	Locação Multifuncionais	Até 10/02/2018	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 50.976,00	R\$ 9.380,57
170142	05/2014	Locação Multifuncionais	Até 16/02/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMÁTICA LTDA	R\$ 52.414,00	R\$ 9.156,34
170142	06/2014	Locação impressoras color e P&B	Até 16/02/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL IND. E COM. LTDA	R\$ 152.079,00	R\$ 10.141,43
170142	07/2014	Locação impressoras P&B	Até 24/02/2018	00.831.964/0001-81	H PRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO LTDA	R\$ 205.934,00	R\$ 11.786,94
170142	07/2009	Locação multifuncionais	Até 10/01/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COM. LOCAÇÃO E SERV. LTDA	R\$ 295.344,00	R\$ 2.051,50
170142	03/2014	Locação multifuncionais	Até 12/03/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COM. LOCAÇÃO E SERV. LTDA	R\$ 289.100,00	R\$ 18.069,50

UG	Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custos	Valores Desembolsados 2014
				CNPJ	Denominação		
170143	01/2014	Locação de Máquinas Reprográficas	14/02/2014 a 13/02/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 98.716,80	R\$ 12.484,45
170143	02/2014	Locação de Máquinas Reprográficas	05/03/2014 a 04/03/2018	00.831.964/0001-81	H. PRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIO LTDA.	R\$ 124.919,04	R\$ 7.727,66
170143	03/2014	Locação de Máquinas Reprográficas	14/02/2014 a 13/02/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 76.163,52	R\$ 14.716,58
170144	03/2014	Aluguel de Impressoras	26/02/2014 a 25/02/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL IND. E COM. LTDA	R\$ 278.999,04	R\$ 39.402,78
170144	01/2014		24/03/2014 a 23/03/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 28.391,22	R\$ 3.091,00
170144	04/2014		24/02/2014 a 23/02/2018	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE	R\$ 42.480,00	R\$ 8.886,92
170144	02/2014		18/03/2014 a 17/03/2018	00.831.964/0001-81	HPRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIO LTDA.	R\$ 253.363,68	R\$ 11.422,64
170144	07/2011	Manutenção de Impressoras	01/06/2013 a 31/01/2015	61.413.134/0001-29	LABFIX	R\$ 47.360,00	R\$ 28.416,00
170145	01/2014	Reprografia	22/02/2014 a 21/02/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 64.062,24	R\$ 8.270,75
170145	03/2014		22/02/2014 a 21/02/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL IND. E COM. LTDA	R\$ 62.499,84	R\$ 2.279,51
170145	02/2014		07/03/2014 a 06/03/2018	00.831.964/0001-81	HPRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIO LTDA.	R\$ 184.707,36	R\$ 3.077,40
170146	1/2014	Locação Reprografia/Multifuncional	20/02/2014 a 20/02/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 28.027,23	R\$ 20.120,72
170146	2/2014	Locação Reprografia/Impressora e Multifuncional	28/02/2014 a 27/02/2018	00.831.964/0001-81	HPRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIO LTDA.	R\$ 37.696,56	R\$ 10.297,31
170146	3/2014	Locação Reprografia/Impressora Colorida	20/02/2014 a 19/02/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 14.322,88	R\$ 2.277,39
170146	44/2014	Locação Impressora Térmica	11/12/2014 a 10/12/2018	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA. ME	R\$ 1.099,00	R\$ 686,98
170147	02/2014	Locação de impressoras	09/05/2014 a 08/05/2018	00.831.964/0001-81	HPRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIO LTDA.	R\$ 272.273,76	R\$ 12.500,06
170147	04/2014	Locação de impressoras	27/03/2014 a 26/03/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 64.062,24	R\$ 8.203,81
170147	05/2014	Locação de impressoras	27/03/2014 a 26/03/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 124.999,68	R\$ 4.101,35
170147	03/2014	Locação de impressoras térmicas	24/03/2014 a 23/03/2018	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA. ME	R\$ 42.480,00	R\$ 6.610,33

UG	Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custos	Valores Desembolsados 2014
				CNPJ	Denominação		
170148	02/2012	Locação de Equipamentos Reprográficos	08/03/2012 a 07/03/2015	07.432.517/0001-07	SIMPRESS – COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A.	R\$ 174.995,41	R\$ 44.359,73
170150	02/2009	Locação de impressoras	04/01/2010 a 03/01/2014	78.126.950/0003-16	MICROSENS LTDA	R\$ 58.175,04	R\$ 4.277,10
170150	10/2012	Locação de impressoras	26/10/2012 a 25/10/2014	62.541.735/0001-80	AMC INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 84.261,60	R\$ 26.798,72
170150	03/2014	Locação de impressoras	07/06/2014 a 06/06/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 34.943,04	R\$ 3.854,95
170150	05/2014	Locação de impressoras	06/11/2014 a 05/11/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 62.499,84	R\$ 0,00
170168	04/2012	Locação de impressoras	01/10/2012 a 30/09/2015	00.495.124/0001-95	MR. COMPUTER INFORMÁTICA LTDA	R\$ 256.364,70	R\$ 80.201,18
170168	SRRF08 24/2014	Locação Impressoras Térmicas	22/08/2014 a 21/08/2018	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA. ME	R\$ 16.992,00	R\$ 0,00
170259	13/2010	Locação de impressoras	22/11/2010 a 21/11/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S. A.	R\$ 168.096,00	R\$ 24.269,46
170259	02/2010	Locação de reprográficas e impressoras a laser	27/01/2010 a 27/01/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S. A.	R\$ 297.120,00	R\$ 6.455,98
170259	01/2010	Locação de multifuncionais	27/01/2010 a 27/01/2014	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 43.767,36	R\$ 2.843,75
170259	02/2014	Locação de multifuncionais e impressoras a laser	10/03/2014 a 09/03/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 158.879,09	R\$ 29.856,64
170259	01/2014	Locação de multifuncionais	27/02/2014 a 26/02/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA LTDA	R\$ 28.549,44	R\$ 4.129,48
170259	03/2014	Locação de multifuncionais e impressoras a laser	10/03/2014 a 09/03/2018	00.831.964/0001-81	HPRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO LTDA	R\$ 6.707,52	R\$ 1.325,87
170261	01/2014	Prestação de serviços de locação e manutenção de impressoras multifuncionais	28/02/2014 a 27/02/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA LTDA	R\$ 87.357,60	R\$ 17.126,57
170261	02/2014		28/02/2014 a 27/02/2018	00.831.964/0001-81	HPRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO LTDA	R\$ 100.108,80	R\$ 5.595,01
170261	03/2014		28/02/2014 a 27/02/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 139.499,52	R\$ 13.833,06
170262	13/2009	Locação e manutenção de equipamentos reprográficos	04/01/2010 a 03/01/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S. A.	R\$ 227.500,80	R\$ 22.500,74
170262	14/2009		04/01/2010 a 03/01/2014	78.126.950/0003-16	MICROSENS LTDA	R\$ 86.667,36	R\$ 8.645,60
170262	01/2010		20/02/2010 a 19/02/2014	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 65.651,04	R\$ 4.103,19

UG	Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custos	Valores Desembolsados 2014
				CNPJ	Denominação		
170262	05/2014		10/03/2014 a 09/03/2018	00.831.964/0001-81	HPRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO LTDA	R\$ 332.202,24	R\$ 17.066,87
170262	06/2014		10/03/2014 a 09/03/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 124.999,68	R\$ 5.390,49
170262	04/2014		10/03/2014 a 09/03/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA LTDA	R\$ 46.590,72	R\$ 6.962,62
170287	14/2010	Locação de equipamentos multifuncionais e impressoras laser	08/12/2010 a 26/12/2014	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 29.367,36	R\$ 8.432,76
170287	04/2014	Locação de impressora colorida	30/05/2014 a 29/05/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 62.499,84	R\$ 1.444,93
170287	12/2013	Locação de impressoras	30/05/2014 a 29/05/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA LTDA	R\$ 151.419,84	R\$ 12.764,88
170287	15/2014	Locação de impressoras	24/11/2014 a 23/11/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA LTDA	R\$ 93.181,44	R\$ 0,00
170287	16/2014	Locação de impressora térmica	05/12/2014 a 04/12/2018	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA. ME	R\$ 8.496,00	R\$ 0,00
170287	15/2010	Locação de equipamentos multifuncionais e impressoras laser	01/12/2010 a 30/11/2014	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA. ME	R\$ 12.813,00	R\$ 4.332,00
170287	01/2012	Locação de impressoras térmicas	17/01/2012 a 16/07/2015	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA. ME	R\$ 9.024,00	R\$ 1.128,00
170287	13/2010	Locação de equipamentos multifuncionais e impressoras laser	01/12/2010 a 28/12/2014	78.126.950/0003-16	MICROSENS LTDA	R\$ 106.667,52	R\$ 18.477,29
170312	07/2014	Locação de multifuncionais, impressoras laser e impressoras térmicas	20/02/2014 a 19/02/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA LTDA	R\$ 203.834,40	R\$ 33.264,69
170312	08/2014	Locação de multifuncionais, impressoras laser e impressoras térmicas	20/02/2014 a 19/02/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 466.498,56	R\$ 35.102,02
170312	09/2014		27/02/2014 a 26/02/2018	00.831.964/0001-81	HPRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO LTDA	R\$ 142.208,64	R\$ 12.307,53
170312	14/2014		02/09/2014 a 01/09/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA LTDA	R\$ 378.549,60	R\$ 22.068,23
170312	13/2011	Locação de impressoras multifuncionais e serviços de cópias	18/10/2011 a 17/10/2015	07.432.517/0001-07	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S. A.	R\$ 847.729,92	R\$ 144.471,75

UG	Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custos	Valores Desembolsados 2014
				CNPJ	Denominação		
170312	02/2010	Locação de multifuncionais, impressoras laser e impressoras térmicas	14/01/2010 a 13/01/2014	78.126.950/0003-16	MICROSENS LTDA.	R\$ 149.178,24	R\$ 2.163,51
170312	03/2010		14/01/2010 a 13/01/2014	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 608.323,54	R\$ 5.721,73
170312	04/2010		14/01/2010 a 13/01/2014	07.432.517/0001-07	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S. A.	R\$ 108.738,24	R\$ 297,12
170312	15/2010		10/09/2010 a 09/09/2014	07.432.517/0001-07	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S. A.	R\$ 647.828,88	R\$ 61.219,04
170312	05/2014	Contratação emergencial de serviços de locação de impressoras	14/01/2014 a 14/03/2014	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 25.346,78	R\$ 21.334,60
170312	06/2014	Contratação emergencial de serviços de locação de impressoras	14/01/2014 a 14/03/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S. A.	R\$ 4.290,70	R\$ 1.997,04
170313	07/2014	Locação de impressoras	04/04/2014 a 03/04/2018	62.541.735/0001-80	AMC Informática Ltda.	R\$ 81.528,96	R\$ 20.387,04
170313	06/2014	Locação de impressoras	16/04/2014 a 15/04/2018	00.831.964/0001-80	H PRINT	R\$ 54.000,00	R\$ 13.500,00
170313	05/2014	Locação de Impressoras Térmicas	04/04/2014 a 03/04/2018	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE	R\$ 25.488,00	R\$ 6.372,00
170318	7/2010	Locação de impressoras	10/08/2010 a 09/08/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S. A.	R\$ 112.231,20	R\$ 24.033,90
170318	6/2010	Locação de impressoras	28/07/2010 a 27/07/2014	78.126.950/0003-16	MICROSENS LTDA	R\$ 53.333,76	R\$ 12.583,31
170318	2/2014	Locação de impressoras	28/02/2014 a 27/02/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA	R\$ 133.948,32	R\$ 7.677,16
170318	1/2014	Locação de impressoras	11/03/2014 a 10/02/2018	00.831.964/0001-81	HPRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO LTDA	R\$ 137.548,80	R\$ 978,29
170320	01/2010	Locação de impressora	14/06/2010 a 13/06/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO DE SERVIÇOS S/A	R\$ 22.032,00	R\$ 1.676,33
170320	11/2010	Locação de impressoras multifuncionais	18/11/2010 a 17/11/2014	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 175.069,44	R\$ 27.764,27
170320	12/2010	Locação de impressoras multifuncionais e impressoras p&b	19/11/2010 a 18/11/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO DE SERVIÇOS S/A	R\$ 88.800,00	R\$ 9.101,61
170320	01/2014	Locação de impressora colorida	07/07/2014 a 06/07/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 62.499,84	R\$ 1.502,70
170320	05/2014	Locação de impressoras	18/11/2014 a 17/11/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMÁTICA LTDA	R\$ 99.005,28	R\$ 2.002,57

UG	Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custos	Valores Desembolsados 2014
				CNPJ	Denominação		
		multifuncionais					
170321	05/2009	Impressora	01/01/2010 a 31/12/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS	R\$ 138.639,00	R\$ 12.547,69
170321	06/2009	Impressora	29/12/2009 a 29/12/2013	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 54.709,20	R\$ 6.248,02
170321	01/2010	Impressora	11/01/2010 a 10/12/2014	78.126.950/0003-16	MICROSENS LTDA	R\$ 150.001,20	R\$ 11.691,71
170321	02/2010	Impressora	15/09/2010 a 15/09/2015	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA - ME	R\$ 37.380,00	R\$ 8.054,00
170322	06/2011	Locação de impressoras e multifuncionais	02/08/2014 a 01/08/2015	64.799.539/0001-35	TECNOSET INF. PROD E SERV. LTDA	R\$ 66.399,15	R\$ 39.799,31
170323	2/2014	Prestação de serviços de locação de equipamentos multifuncionais, impressoras laser e impressoras térmicas	27/03/2014 a 26/03/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMÁTICA LTDA	R\$ 46.590,72	R\$ 5.921,55
170323	1/2014		28/03/2014 a 27/03/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL IND. E COM.LTDA.	R\$ 135.759,36	R\$ 8.884,85
170323	3/2014		07/04/2014 a 06/04/2018	00.831.964/0001-81	H. PRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO LTDA.	R\$ 192.437,28	R\$ 8.397,63
170323	17/2014		21/07/2014 a 20/07/2018	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA. - ME	R\$ 48.576,00	R\$ 2.776,00
170385	02/2014		Locação de impressoras	06/05/2014 a 06/05/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMÁTICA LTDA	R\$ 139.772,16
170385	04/2014	06/05/2014 a 06/05/2018		46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL IND. E COM.LTDA.	R\$ 403.998,72	R\$ 38.780,95
170385	05/2014	11/04/2014 a 11/04/2018		00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA. - ME	R\$ 16.992,00	R\$ 2.496,40
170385	14/2014	11/02/2014 a 10/12/2018		07.432.517/0001-07	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A	R\$ 655.591,20	R\$ 0,00
170385	10/2009	22/12/2009 a 22/12/2013		46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL IND. E COM.LTDA.	R\$ 1.313.020,80	R\$ 173.871,97
170533	IRF 13/2010	Locação de impressoras		27/10/2010 a 26/10/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A	R\$ 168.096,00
170533	01/2014	Locação de impressoras	28/01/2014 a 27/03/2014	07.432.517/0003-60	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A	R\$ 2.674,03	R\$ 2.674,03
170533	02/2014	Locação de impressoras	28/03/2014 a 27/03/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 124.999,68	R\$ 5.081,30
170533	03/2014	Locação de impressoras	28/03/2014 a 27/03/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMÁTICA LTDA	R\$ 5.823,84	R\$ 810,48

UG	Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custos	Valores Desembolsados 2014
				CNPJ	Denominação		
170533	04/2014	Locação de impressoras	26/02/2014 a 25/02/2018	00.831.964/0001-80	H.PRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO LTDA	R\$ 3.551,56	R\$ 3.109,50
170551	01/2014	Locação de equipamentos multifuncionais.	11/03/2014 a 10/03/2018	62.541.735/0001-80	AMC INFORMÁTICA LTDA	R\$ 75.709,92	R\$9.743,74
170551	02/2014	Locação de equipamentos multifuncionais e impressoras.	11/03/2014 a 10/03/2018	00.831.964/0001-81	H PRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIO LTDA	R\$ 136.847,52	R\$5.073,42
170551	03/2014	Locação de impressora.	11/03/2014 a 10/03/2018	46.266.771/0001-26	CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$62.499,84	R\$ 2.125,99
170551	SRRF08 Nº 08/2014	Locação de impressoras.	21/03/2014 a 20/03/2018	00.339.640/0001-20	PRINTER OFFICE INFORMÁTICA LTDA ME	R\$ 25.488,00	R\$2.213,42
Total						R\$ 23.773.830,59	R\$ 2.731.371,01

Fonte: informações prestadas pelas UG

ANEXO XI

Anexo XI - ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.	http://www1.fazenda.gov.br/acessoainformacao/acoes_programas/acoes_programas.htm	
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.	http://intraopoa.fazenda.gov.br/oa/faz-melhor.php	

Considerações Gerais

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) participa do PLS do Ministério da Fazenda, que decidiu pela criação de uma comissão única, atuando de forma integrada em suas ações de sustentabilidade. À luz deste fato esclarecemos as respostas dadas aos seguintes itens do questionário:

Item 4.: A unidade é integrante do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ministério da Fazenda.

Item 7.: O PLS é publicado no site do Ministério da Fazenda.

Item 8.: Os resultados alcançados das ações definidas no PLS são publicados na Intranet do Ministério da Fazenda.

Seguem as ações práticas de algumas Unidades Gestoras relacionadas à SRRF08.

A Alfândega do Aeroporto Internacional de Viracopos ocupa espaço mantido pela concessionária responsável pelo Aeroporto. Desta forma, no que diz respeito à destinação, busca-se participar e incentivar as práticas de separação de resíduos. Quanto às aquisições, a formalização de diretrizes ambientais, como as relacionadas a sustentabilidade (Decreto 7.746/2012), é um desafio a ser superado. Mesmo assim, na prática do dia a dia essas diretrizes são consideradas, de forma que sempre busca-se nas aquisições maximizar vida útil e economicidade e minimizar de custos de manutenção, por exemplo.

O edifício sede da DEFIS encontra-se em obras desde 2012, fato este que dificulta a elaboração e execução de um plano de gestão de logística sustentável. Apesar disso, adota-se medidas de separação de resíduos descartáveis.

A DELEX já pratica de longa data diversas ações visando racionalizar o uso de materiais e bens comuns, tais como: medidas de economia de energia elétrica, bem como água/esgoto; coleta seletiva para reciclagem; ponto de coleta de pilhas/baterias; aquisição de materiais e contratações, visando atender padrões de sustentabilidade.

A DRF/Jundiaí efetua separação seletiva de resíduos, instalou lâmpadas de led em suas instalações e exige em seus editais de licitações que a contratada adote práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.

Na DRF/Limeira, tem havido a preocupação de se exigir nos Termos de Referências para contratação de projetos de obras e reformas, alternativas de cunho sustentável, tais como: aproveitamento de águas pluviais, maior utilização da luz natural, entre outras.

A DRF/Presidente Prudente informa que os critérios e práticas de sustentabilidade são previstos nas contratações de prestação de serviços com fornecimento de materiais.

Na DRF/São Bernardo do Campo, neste ano de 2014 foi iniciado na UG um Projeto voltado à Sustentabilidade que segue os eixos temáticos da A3P, denominado “Pequenas Atitudes, Grandes Mudanças”. Durante o ano, foram realizadas diversas ações, como: Plantio de mudas de árvores nativas, arbustos e temperos em vasos na área externa da DRF/SBC, reaproveitando do material de pallets para confecção de bancos de madeira para a área externa da DRF/SBC; distribuição de canecas de vidro para todos os servidores; envio quinzenal de e-mails com o objetivo de conscientizar os servidores a respeito de temas relevantes no âmbito da A3P, como diminuição do consumo de papel, economia de água e energia elétrica, qualidade de vida no trabalho, etc; instalação de interruptores de luz em todas as salas da DRF/SBC (anteriormente, no Edifício Anexo, as lâmpadas eram acesas por andar).

A DRF/São José dos Campos informa que desde 2008 criou uma comissão do meio ambiente, encarregada de fazer campanhas educativas incentivando: a diminuição do consumo de papel e copos descartáveis; a economia de água e energia; a separação dos resíduos; o correto descarte de pilhas e baterias. O contrato de prestação de serviços de limpeza contempla a obrigação da correta separação dos resíduos recicláveis para possibilitar a retirada por empresas cooperativas e o contrato de manutenção predial prevê o descarte de lâmpadas fluorescentes em pontos de coleta específicos. Há anos esta UG só adquire papel reciclado e em todas as licitações verifica a existência de alternativas sustentáveis.

A DRF/Santo André faz a separação de resíduos recicláveis, porém não há destinação nos termos do Decreto nº 5.940/2006, pelo desinteresse das Cooperativas locais. Os resíduos recicláveis separados são levados para postos de coleta mantidos pelo Município. A UG não realizou licitações sustentáveis no ano de 2014. As compras de materiais de consumo foram feitas por adesão a registros de preços.

O prédio da DRF/Santos, de forma pioneira, pleiteou, com sucesso, sua inclusão no Programa de Eficiência Energética junto à concessionária (Companhia Paulista de Força e Luz): todas as 629 (seiscentos e vinte e nove) lâmpadas fluorescentes do prédio foram substituídas por lâmpadas LED, sem nenhum custo para o órgão. As novas lâmpadas não possuem gases tóxicos em sua composição, gastam menos energia elétrica e possuem vida útil bem maior do que as anteriores. A informação sobre a possibilidade de adesão ao programa foi disseminada a todas as outras UGs.

Na DRF/Sorocaba atualmente as aquisições são realizadas procurando-se menor impacto ambiental, principalmente nas despesas de maiores valores – papel para reprografia e lâmpadas. Com o advento do sistema e-processo houve sensível redução do consumo de papel.

A DRF/Taubaté informa que há a separação de resíduos recicláveis na UG, porém, sua destinação não se dá a cooperativas de catadores, pois, pelo menos até o final do exercício de 2014, não havia no município entidade que atendesse aos requisitos do Decreto nº 5.940/2006. Sempre que possível, são observadas as diretrizes do Decreto nº 7.746/2012, quanto aos parâmetros utilizados para as compras e contratações.

Algumas práticas de sustentabilidade adotadas pela DEMAC/SPO foram: instalação de bicicletário para funcionários; exigência em editais de licitação, quando possível, de utilização de produtos biodegradáveis; separação e descarte de resíduos de forma apropriada, inclusive recicláveis e utilização de logística reversa; utilização de papel reciclado; disseminação do uso consciente de água e energia elétrica, inclusive com a instalação gradativa de torneiras automáticas e utilização de lâmpadas econômicas. A UG realiza a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação de forma apropriada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que realiza a coleta seletiva em datas e horários definidos.

Já há alguns anos, a DRF Araçatuba tem difundido a cultura de economia de água e energia elétrica, promovendo a conscientização dos funcionários, no sentido da necessidade de se reduzir gastos. A UG já efetuou a troca das torneiras comuns dos banheiros, substituindo-as por torneiras automáticas.

Fonte: informações prestadas pelas UG